



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Sarah Pinho da Silva

Violência política de gênero: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988)

Florianópolis-SC

2024

Sarah Pinho da Silva

Violência política de gênero: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Global.

Orientadora: Profa. Joana Maria Pedro, Dra.

Florianópolis-SC

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Silva, Sarah Pinho da
Violência política de gênero : a gestão de Maria Luíza em
Fortaleza-CE (1985-1988) / Sarah Pinho da Silva ;
orientadora, Joana Maria Pedro, 2024.
246 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Violência política de gênero. 3. Maria
Luíza Fontenele. 4. Administração Popular de Fortaleza. I.
Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Sarah Pinho da Silva

Violência política de gênero: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988)

O presente trabalho, em nível de Doutorado, foi avaliado e aprovado, em 22 de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Hildete Pereira de Melo Hermes Araújo, Dra.
Instituição Universidade Federal Fluminense

Profa. Glauca Cristina Candian Fraccaro, Dra.
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Ana Maria Marques, Dra.
Instituição Universidade Federal de Mato Grosso

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História Global.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Joana Maria Pedro Dra.
Orientadora

Florianópolis-SC, 2024.

À minha mãe, por todo o ensinamento e amor que nos deu.

(In memoriam)

À minha avó, Neuza, por todo o empenho em fazer da educação um caminho seguro para nossa família.

(In memoriam)

Aos meus avós, Augusto, José e Euriza pelos ensinamentos e pelo carinho.

(In memoriam)

À Maria Luíza e a tantas outras mulheres que ousaram/ousam no fazer político e na vida pública.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Antônio, pelo apoio aos meus estudos, por sua dedicação e carinho de sempre, sem isso não teria chegado até aqui. Por ser o abraço mais acolhedor e pela presença constante nas nossas vidas. À minha irmã, Eurisdan, por todo o amor e cuidado, pelo incentivo, os ensinamentos de sempre e por nossas longas e descontraídas conversas. Ao meu sobrinho, Neto, que encanta, alegra e colore o mundo desde sua chegada.

À professora, Joana Pedro, pela orientação, ao longo dessa jornada, pelo partilhar generoso de conhecimento, pelas conversas e reuniões que somaram a essa pesquisa e permitiram a continuidade dela.

À Renata por ser a primeira leitora atenta dos meus textos, pelas revisões, por partilhar esse processo, ao meu lado, pela escuta gentil, pelo incentivo e pela acolhida diária.

Às professoras, Ana Rita, Berenice Abreu e Valéria Alves, que contribuíram para minha chegada até o doutorado. As orientações, sugestões de leituras e estímulo à pesquisa colaboraram com minha formação acadêmica e profissional.

À família “Cota” por todas as referências, pelas alegrias e risadas, nos encontros, e por ser lugar de morada e amor no sertão de Madalena.

À Fabrícia, à Kelly e ao Vinícius, por ser família, carinho e cuidado nos diversos momentos. Por serem presenças constantes e ouvintes atentos. Pela generosidade e partilha.

À Angeline e à Brenda pela acolhida, em Fortaleza, sempre que precisei. Pela escuta, amizade e carinho, que me dá força e me abraça ao mesmo tempo.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE), principalmente, aos do setor de periódicos.

Aos amigos, Amanda, Ingrid, John e William pelas conversas alegres e divertidas, que tornam a caminhada mais leve.

Às professoras, Glaucia Fraccaro e Hildete Pereira, pelas sugestões, ajustes e indicações de leituras, durante a qualificação, que somaram a pesquisa. Ao professor Dominique Santos, pela indicação de leitura que colaborou para o desenvolvimento da tese.

Ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e ao Projeto Mandonas, por ser espaço de escuta, diálogo e construção de conhecimento.

À Capes pelo financiamento da pesquisa.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. [...] Isso indica quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas. (ARENDR, 2019, p.23.)

RESUMO

A pesquisa, ora apresentada, buscou compreender a violência política de gênero, durante a gestão de Maria Luíza Fontenele à frente da Prefeitura de Fortaleza, no período de redemocratização brasileira, entre os anos de 1985 e 1988. Maria Luíza foi a primeira prefeita eleita, em Fortaleza, pelo Partido dos Trabalhadores, que havia sido criado há poucos anos, e sua vitória representou uma surpresa para os adversários políticos e para a imprensa, visto que a candidata disputou com políticos reconhecidos e com forte apoio partidário. Mesmo com esses obstáculos, Maria tornou-se prefeita. A chegada dela ao Paço Municipal e a trajetória, durante sua gestão, foram analisadas, tendo em vista a compreensão de que o fenômeno da violência política de gênero não é algo recente, apesar de a categoria ter sido formulada na década de 1990. A investigação consistiu em perceber elementos que são considerados expressões de violência política de gênero: simbólica, semiótica, psicológica, moral e outras. Baseada nas fontes de pesquisa, que se formaram a partir de periódicos, entre elas - *O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Jornal do Brasil* e revista *Veja*, fontes orais, com a realização de duas entrevistas, feitas com Maria Luíza, e materiais de campanha/propaganda eleitoral do período, como panfletos e discursos - foram analisadas, com rigor teórico-metodológico, as características que permitiram identificar a violência em diferentes situações de campanha e gestão da chefe do Poder Executivo. Assim, buscou-se dialogar com a historicidade da categoria e com os efeitos dela nas gestões de mulheres, levando-se em consideração os avanços das legislações dos últimos anos, a promoção de discussões sobre o tema e a repercussão da violência para as democracias. Observou-se que a gestão de Maria Luíza foi marcada por críticas, que tiveram o gênero como um elemento central de debate, apesar de não ser exclusivo. Nesse sentido, a Administração Popular de Fortaleza foi marcada por desafios econômicos, políticos, partidários, questões de gênero e violência, os quais integraram o cenário da gestão.

Palavras-chave: Administração Popular de Fortaleza; Maria Luíza Fontenele; Violência Política de Gênero.

ABSTRACT

The research presented here sought to understand political gender violence during Maria Luíza Fontenele's time as mayor of Fortaleza, during the period of Brazilian re-democratization, between 1985 and 1988. Maria Luíza was the first female mayor elected in Fortaleza by the Workers' Party, which had only been created a few years earlier, and her victory came as a surprise to her political opponents and the press, given that she was running against well-known politicians with strong party support. Despite these obstacles, Maria became mayor. Her arrival at the Municipal Palace and her career during her term were analyzed with a view to understanding that the phenomenon of gender-based political violence is not something recent, although the category was formulated in the 1990s. The investigation consisted of identifying elements that are considered expressions of political gender violence: symbolic, semiotic, psychological, moral and others. Based on the research sources, which were formed from periodicals, including *O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Jornal do Brasil* and *Revista Veja*, oral sources, with two interviews with Maria Luíza, and campaign/election propaganda materials from the period, such as pamphlets and speeches - the characteristics that allowed violence to be identified in different situations of the campaign and management of the head of the Executive Branch were analyzed with theoretical-methodological rigor. In this way, we sought to engage in a dialogue with the historicity of the category and its effects on women's administrations, taking into account the advances in legislation in recent years, the promotion of discussions on the subject and the repercussions of violence for democracies. It was observed that Maria Luíza's administration was marked by criticism, with gender as a central element of the debate, although not exclusively. In this sense, the People's Administration of Fortaleza was marked by economic, political and party challenges, gender issues and violence, all of which were part of the administration's scenario.

Keywords: Gender political violence; Fortaleza's Popular Administration; Maria Luíza Fontenele.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CAPÍTULO I. VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E SUA HISTORICIDADE.....	17
2.1	O CAMINHO DAS LEGISLAÇÕES.....	34
2.2	MARIA LUÍZA FONTENELE.....	67
3	CAPÍTULO II. “FORTALEZA PRECISA DE UM PREFEITO MACHO”.	72
3.1	A CAMPANHA ELEITORAL.....	79
3.2	OS USOS DE GÊNERO NA CAMPANHA DE MARIA LUÍZA.....	101
3.3	A VITÓRIA E A REPERCUSSÃO.....	113
4	CAPÍTULO III. “O DESTINO DE FORTALEZA NAS MÃOS DE MARIA”: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA.....	125
4.1	“MARIA SENTIU O INCÔMODO DA CADEIRA”: A GESTÃO DE MARIA LUÍZA EM FORTALEZA.....	132
4.2	“ESTÁ NA HORA DA PREFEITA TOMAR POSSE”: OS DESAFIOS DE MARIA NO PAÇO MUNICIPAL.....	152
4.3	ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA (APF): UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA.....	159
5	CAPÍTULO IV. A PREFEITA DO PT? UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE MARIA LUÍZA COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	177
5.1	MARIA LUÍZA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	184
5.2	A CRISE NO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	193
6	CONCLUSÃO.....	228
	REFERÊNCIAS.....	236

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve início, em 2020, a partir de algumas lacunas da minha dissertação de mestrado, que foi concluída na Universidade Federal do Ceará. Ao estudar uma organização feminista do Ceará, tive os primeiros contatos e conversas com Maria Luíza Fontenele, que havia sido uma das fundadoras da União das Mulheres Cearenses. Com base nesses encontros, realizei algumas entrevistas e, por vezes, Maria narrou sobre suas experiências à frente da Prefeitura de Fortaleza-CE, na década de 1980. Diante disso, decidi pesquisar a gestão da ex-prefeita sob a perspectiva da violência política de gênero, compreendendo a urgência do tema e a carência de discussões no campo historiográfico.

Eu já tinha contato com leituras e debates acerca da categoria, como integrante do Laboratório de Estudos em Gênero e História - LEGH, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, visto que, durante o mestrado, realizei um intercâmbio nessa instituição, durante um semestre, nesse período, aproximei-me das discussões promovidas por esse laboratório, cursei disciplinas e aprofundei discussões sobre gênero. Baseada nisso, iniciei as primeiras pesquisas e coleta de bibliografia que pudessem contribuir para a discussão, além de fontes históricas, que conseguissem colaborar com a tese de que, apesar de não existir, ainda, a categoria: violência política de gênero, as experiências de Maria Luíza, à frente do Paço Municipal, poderiam ser compreendidas sob esse aspecto.

Essa dimensão de trabalhar com um conceito/categoria, para discutir acontecimentos anteriores, foi resolvida por Koselleck (2012) ao discorrer sobre a problemática do anacronismo e explicar o que são conceitos tradicionais de fontes e os empregados posteriormente, que são utilizados pela historiadora. Nesse sentido, acessamos os materiais reunidos com o intuito de compreender as narrativas que poderiam significar violência durante a campanha e a gestão de Maria Luíza Fontenele. Afinal, é a partir das experiências que as categorias são formuladas, elas preenchem de sentido e significado o conceito, o qual surge para torná-las acessíveis à linguagem.

Ao realizar o levantamento bibliográfico e de fontes de análise, percebi que havia várias situações que colocavam o gênero sob perspectiva, dessa forma, foi preciso atenção aos movimentos do que se caracterizava ou não como violência. A partir da investigação, compreendi que os processos que cercaram a administração de Maria Luíza foram marcados por embates, disputas e o gênero foi um dos dispositivos colocados em debate.

Maria Luíza foi eleita, em 1985, pelo Partido dos Trabalhadores, que havia sido recém-fundado, com base partidária pequena no Ceará. Sua eleição ocorreu em um processo de redemocratização brasileira e alterou o cenário político, tendo em vista a imprevisibilidade de sua vitória. Nesse contexto, foi possível avaliar as primeiras manifestações de violência, que foram operacionalizadas, durante a campanha para a prefeitura, com intuito de impedi-la de chegar ao Paço Municipal.

Durante a campanha e a gestão de Maria Luíza, a violência simbólica/semiótica foi a mais presente, sendo uma das mais citadas em estudos que analisam a categoria. Isso demonstrou que o mecanismo adotado é semelhante em várias ocasiões. Houve a tentativa de boicote à candidatura, demonstrando a suposta incompetência e fragilidade por ela ser uma mulher, tanto que a oposição se valeu de um panfleto, com o título: “Fortaleza precisa de um prefeito macho”, advertindo os eleitores de que era necessário alçar um homem ao posto do Poder Executivo. Além disso, elementos da vida pessoal de Maria foram evidenciados, principalmente, os que diziam respeito à sua rotina e a relacionamentos afetivos.

A candidata havia passado por dois divórcios e essas separações foram ressaltadas sob uma perspectiva moral, durante a campanha eleitoral, como um atestado de incompatibilidade com a função pública. Os elementos da vida privada, em candidaturas e mandatos de mulheres, são destaques, em diferentes momentos, reforçando estereótipos, conforme apontam Biroli e Miguel (2010, 2011, 2014). Não foi diferente no caso de Maria Luíza. Apesar das tentativas de boicote, a vitória foi assegurada em decorrência da proposta aplicada, por ela e sua equipe de *marketing*, que garantiu a apresentação de uma Maria para o povo.

Baseada nos usos do gênero, semelhante ao que discute Capdevila (2021), com os jogos de gênero, entendemos que essa categoria funciona como um mecanismo de equilíbrio instável, que caracteriza um conjunto de peças disponíveis aos sujeitos políticos, para intervir nos espaços públicos e de poder, compreendendo as dinâmicas das relações de gênero. Assim, a campanha de Maria Luíza inaugurou novas formas de propaganda eleitoral, o que proporcionou intensas modificações na forma de apresentação dos candidatos. Mesmo com baixo orçamento, a equipe de comunicação conseguiu assegurar um *marketing* objetivo, que chegou a diferentes eleitores da capital cearense. Com o uso da televisão, foram feitos pequenos *takes* de propagandas que demonstraram a candidata no seu dia-a-dia, convivendo com a filha e realizando tarefas do cotidiano, o que servia de aproximação com o público.

Esses métodos tornaram-se rotineiros, posteriormente, mas, na década de 1980, foi um marco para a propaganda eleitoral.

É importante destacar que a análise da tese esteve circunscrita aos anos de 1985 a 1988. A escolha do recorte temporal compreendeu o ano de campanha e os três anos de mandato de Maria Luíza, tendo em vista o próprio objetivo geral da pesquisa, que consistiu em analisar sua gestão sob a ótica da violência política de gênero. Maria permaneceu no cargo por esse período, porque, em 1988, foram realizadas eleições diretas em todos os municípios. O pleito de 1985, só previu votação nas capitais dos estados e territórios e nos municípios criados até maio do ano citado. Era um momento de reabertura política, após o fim da ditadura militar e, antes disso, as eleições ocorreram de forma indireta durante os 21 anos de vigência dos militares no poder. Cargos do Poder Executivo, como: Prefeitos, Governadores e Presidentes eram indicados pelos colégios eleitorais favoráveis à ditadura.

Esse contexto nos ajudou a compreender a vitória de Maria Luíza, em Fortaleza, visto que sua campanha abordou a participação popular direta nas eleições e na administração. Além do mais, sua candidatura se distanciava dos chamados “Coronéis do Estado”, que eram figuras ligadas, diretamente, ao regime militar. Maria representava a mudança e a novidade, no cenário da política cearense, daquele período, essas características foram atrativas para muitos eleitores que retornavam às urnas e para aqueles que iriam votar pela primeira vez.

Ao mesmo tempo, Maria precisou adaptar-se de modo a performar uma ideia de mudança que não significasse fortes rupturas políticas, principalmente, para atrair os votos da classe média. Então, ela se apresentou como a novidade em relação aos candidatos que concorriam na disputa pela Prefeitura, todavia, sem demonstrar nenhuma postura que indicasse a adoção de um modelo socialista para a administração de Fortaleza. Ao chegar ao Paço Municipal, Maria Luíza e seu grupo buscaram implementar o que ficou conhecido por Administração Popular, uma proposta de governos petistas, que buscava trazer a sociedade civil para a participação direta, na gestão, por meio de Conselhos Populares. A tentativa foi frustrada e Maria teve sérias dificuldades para adotar medidas de apoio popular.

Parte do insucesso dessa investida esteve relacionado ao fato de o Partido dos Trabalhadores não ter um Plano de Governo mais específico. O PT apresentava um panorama geral de suas pautas, o que dificultava a execução de ações mais efetivas nos municípios em que governava. Em Fortaleza, Maria Luíza concretizou um Plano de Gestão no início de seu segundo ano de mandato. Isso ocasionou desconforto na oposição e nos apoiadores, que

enxergaram com desconfiança a gestão e o fazer político. Esses elementos foram usados na instrumentalização de violências, visto que seu governo estava isolado. Maria não tinha o apoio do governo do estado, da presidência da República e da câmara dos vereadores.

Além disso, enfrentou problemas com a base de seu Partido, conflitos internos com o PT foram narrados, pela imprensa, e contribuíram para o desgaste da imagem da prefeita, acentuando a ideia de que ela seria avessa ao diálogo, inapta para a administração pública e irresponsável. Esses atributos eram usados com frequência para se referir à gestão de Maria Luíza. Sabemos que eles podem caracterizar administrações feitas por homens, mas a intensidade das críticas reforçou nossa atenção para o debate de gênero na política institucional.

As desavenças internas, no PT, causaram desconforto, ao longo da gestão, e culminaram na expulsão da prefeita em 1988. A decisão do partido ocorreu após o desentendimento sobre a sucessão de Maria Luíza à prefeitura. Mas, essa questão foi o estopim para o que se arrastava desde o início da gestão, que foi marcada por discordâncias e críticas à Maria Luíza e ao seu grupo, constituído por pessoas mais próximas da gestora, desde a trajetória em movimentos clandestinos do período da ditadura, como foi o caso da atuação do Partido Revolucionário Comunista-PRC. A saída de Maria Luíza do PT foi atravessada por turbulências e significou um pouco do que representou sua administração.

A gestora buscou conciliar ideais revolucionários com demandas mais objetivas, ao mesmo tempo, fez acomodações com militantes do PT e, posteriormente, tomou decisões sem consultar a base partidária. A administração teve acertos, mas também, foi cercada por erros e tomadas de decisões equivocadas, o que colaborou para as fortes críticas, mas essas avaliações acerca de sua gestão não ficaram exclusivas à análise política, já que questões de gênero foram observadas e foi nesse sentido que a violência política de gênero se tornou uma categoria analítica na pesquisa.

O diálogo com as fontes consistiu em traçar um panorama de análise sobre a campanha e a gestão de Maria Luíza na Prefeitura de Fortaleza, a partir dos principais jornais cearenses de circulação impressos no período: *O Povo* e o *Diário do Nordeste*. Ambos ligados a grandes grupos comerciais do estado. Ademais, algumas edições do *Jornal do Brasil* compuseram a análise de material, tendo em vista ser um jornal de circulação nacional. As fontes hemerográficas nos permitiram acessar uma multiplicidade de significados, compreendendo as minúcias que cercam os veículos de comunicação e a relação com os

grupos aos quais pertencem. Além dos jornais, consultamos reportagens nas revistas *Veja* e *Época*.

Nos jornais e revistas, o objetivo consistiu em observar a maneira como Maria Luíza foi apresentada aos leitores, desde manchetes, reportagens, imagens e charges. Esses dados permitiram perceber elementos e a reprodução de discursos estereotipados. Além disso, forneceram a base metodológica da pesquisa, tendo em vista o acesso a materiais pertinentes, que contribuíram para compreender e discutir a violência política de gênero, a partir do que foi representado nesses veículos de comunicação, seja por meio da apresentação de discursos coletados, em entrevistas, ou de reflexões jornalísticas vinculados aos órgãos. No total, foram analisadas 276 reportagens, nos três jornais, entretanto, sabemos que o leque de editoriais deve ser maior, mas diante do objetivo traçado, delimitamos nossa análise a esse quantitativo.

Destacamos as duas entrevistas, realizadas com Maria Luíza em 2018 e 2019, nas quais ela narrou suas experiências e os desafios à frente da Prefeitura de Fortaleza. Adotamos a História Oral como metodologia de análise das entrevistas, apreendendo as limitações da memória, da narrativa e da subjetividade envolvidas nesse processo. Mas, entendemos que esse tipo de análise nos permitiu acessar uma amálgama de acontecimentos, sendo eles problematizados na pesquisa e em diálogo com as outras fontes consultadas.

Os documentos produzidos, no período, serviram de base para compreender as experiências e o recorte temporal, a exemplo disso, temos os panfletos: “Fortaleza precisa de um prefeito macho”, distribuído na época da campanha, pelo grupo vinculado ao candidato Antônio Paes de Andrade do MDB, e “Por que venceremos as eleições dia 15 de novembro”, feito pelo grupo de Maria Luíza, que trazia um discurso da então deputada estadual conclamando a população a votar com consciência e se apresentando como a alternativa viável a um novo modelo de gestão.

São exemplos de documentos consultados: O Estatuto do Partido do Trabalhadores, as Teses, a Plataforma Política, o Manifesto PT, Carta de Princípios e parte do Plano de Governo da Administração Popular de Fortaleza, esse último encontrado na dissertação de mestrado “Memória e narrativa: a história da educação da Administração Popular de Fortaleza (1986 – 1988)” de Francisco José Silva Calixto, defendida, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará em 2002. As Teses e a Plataforma Política estavam na tese de Lincoln Moraes de Souza, intitulada “Crônica de um partido não

anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, em 2004.

Parte da documentação partidária foi acessada a partir de referências bibliográficas. Tal fato ocorreu, visto que entrei em contato com a sede do PT, no Ceará, e fui informada de que não havia documentação acerca do período da gestão de Maria Luíza, segundo o relato, a ex-prefeita teria levado todo o material ao ser expulsa do partido. Entretanto, essa versão foi negada por Maria antes da nossa entrevista. Ao entrar em contato, novamente, com diferentes profissionais para tentar acessar a documentação sobre a formação do partido no estado, não obtive êxito. Dirigi-me à sede partidária e fui informada de que não dispunham dessa documentação e que eu deveria encontrá-la com Maria Luíza.

Todavia, tive acesso a algumas documentações, em trabalhos bibliográficos, o que me fez questionar os motivos que permitiram o acesso a uns pesquisadores e a outros não. Nas bibliografias consultadas, os autores expuseram suas aproximações com o Partido e com a administração de Fortaleza no período. Diante disso, talvez, houve parcialidade para ceder a documentação. Contudo, ressaltamos que a pesquisa não foi penalizada por essas negativas, posto que foi elaborado um debate crítico, a partir de outras fontes disponíveis.

Apresentamos os quatro capítulos que compuseram o texto, os quais buscaram dialogar com os objetivos traçados, no início da pesquisa, compreendendo a violência política de gênero, a partir da Administração Popular de Fortaleza, na gestão de Maria Luíza, entre os anos de 1985 e 1988. Cada capítulo buscou apresentar um momento específico do governo, dialogando com as fontes e com a bibliografia consultada.

No primeiro capítulo, intitulado: *Violência política de gênero e sua historicidade*, fornecemos o debate acerca da construção da categoria de análise e a relevância das legislações específicas para esse processo. A historicidade do conceito proporcionou o acesso a debates teóricos e metodológicos sobre a categoria, os desafios das normativas e a luta de diferentes movimentos de mulheres para o reconhecimento e o debate sobre esse tipo de violência. Além disso, apresentamos Maria Luíza, sujeito central na pesquisa, a partir de um pequeno esboço que buscou situar o leitor a respeito de quem falamos ao longo da narrativa.

No segundo capítulo, *Fortaleza precisa de um prefeito macho*, abordamos o período de campanha eleitoral no ano de 1985. A época que abre o recorte temporal representou a trajetória política percorrida por Maria Luíza para tornar-se a candidata do PT nas eleições. Nesse capítulo, analisamos como a violência simbólica e semiótica integraram a corrida

eleitoral, fosse por meio de notícias falsas, montagens fotográficas e discursos estereotipados, todos esses elementos permitiram problematizar a campanha sob a perspectiva de gênero e das violências, além de destacar os usos do gênero como fator pertinente na propaganda eleitoral de Maria.

No terceiro capítulo, “*O destino de Fortaleza nas mãos de Maria*”: a violência política de gênero e a Administração Popular de Fortaleza, narramos os desafios da gestora ao assumir o Paço Municipal desde o momento da posse. O impacto do grupo diante da crise financeira da Prefeitura, as greves de servidores, o atraso de salários e várias outras dificuldades que fizeram parte da gestão. Além disso, houve a tentativa de instauração da Administração Popular, que foi marcada por equívocos. No cenário de adversidade, Maria foi o centro para críticas, que não significaram, apenas, violência política de gênero, mas, em diferentes ocasiões, mobilizou o gênero para o debate.

No quarto capítulo, *A prefeita do PT?: uma análise sobre a relação de Maria Luíza com o Partido dos Trabalhadores*, demonstramos a aproximação de Maria Luíza com o Partido, desde a chegada da candidata ao PT, em 1985, até sua expulsão, em 1988, no último ano do mandato. A vinculação foi permeada por atritos e afagos, que impactaram, diretamente, a administração de Fortaleza. Nesse sentido, analisamos os acontecimentos que constatarem as dificuldades de mulheres em espaços de poder, tendo por lócus o próprio partido político. As disputas internas e de narrativas traçaram o quanto foi conturbada a relação entre a gestora e o PT, principalmente, com a direção partidária. Assim, a violência política de gênero não era uma especificidade da oposição, ela foi operacionalizada, também, por colegas do mesmo partido, demonstrando os desafios que cercam candidaturas e mandatos de mulheres na política institucional.

Essa tese buscou suscitar os debates em torno da categoria de violência política de gênero, compreendendo sua historicidade, seu processo de formação e a complexidade que cerca esse fenômeno. Diante das limitações, porque compreendemos que a pesquisa limita um espaço/tempo de análise, assim, ela não conseguiu dar conta de todas as discussões vigentes, todavia, buscamos discorrer de maneira crítica sobre os objetivos lançados no início da pesquisa. O diálogo com a gestão de Maria Luíza Fontenele nos permitiu ter acesso aos desafios postos às mulheres nos espaços de poder e as diferentes facetas da violência, entendendo que a política, ainda, é um ambiente hostil e pode ser mais ameaçador quando o gênero é um marcador social.

2. CAPÍTULO I. VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E SUA HISTORICIDADE

A violência política de gênero tem sido uma categoria acionada nos últimos anos. Sua categorização data da década de 1990. Entretanto, as ações que caracterizam o que compreendemos, hoje, por violência política são anteriores à definição da categoria. Logo, a partir do entendimento das características, que compõem a violência política de gênero, analisamos a gestão de Maria Luíza Fontenele, em Fortaleza-CE, nos anos de 1985 a 1988. Compreendendo que a mesma experienciou diversas situações, que seriam caracterizadas por violência política, em razão do gênero, tendo em vista que Maria Luíza foi a primeira prefeita da cidade e assumiu o Paço Municipal, no período de redemocratização brasileira, após 21 anos de vigência da Ditadura Militar. Para tanto, abordamos a historicidade da categoria violência política de gênero, apreendendo movimentos e reivindicações, que foram chave para a formulação da categoria, nos anos 1990. Além disso, discorreremos sobre o percurso legislativo que permitiu tipificar a violência política de gênero enquanto crime. Assim, recorreremos à compreensão da categoria cidadania, pelo viés historiográfico, desde a Revolução Francesa, a luta pelo sufrágio feminino¹, no século XIX, até as legislações mais recentes.

A participação das mulheres, no cenário político, ganhou maior notoriedade com a Revolução Francesa. Insatisfeita com os rumos que a revolução havia tomado, em relação às mulheres, Olympe de Gouges², propôs a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791, destacando a participação feminina, na construção revolucionária, e questionando a situação em que as mulheres se encontravam após dois anos de Revolução. O marco da mudança estrutural de 1789, que derrubou a monarquia francesa, não reconheceu a cidadania

¹ Usamos o termo feminino, por algumas vezes, no texto, para fazer referência às mulheres, apesar de compreendermos que não são sinônimos, mas, por questões didáticas e utilizando a bibliografia em relação à discussão sobre sufrágio, optamos por manter o termo: feminino. Sabemos que a categoria mulheres é polissêmica, diversa e múltipla, e que, muitas vezes, quem se identifica enquanto mulher não se reconhece com o termo feminino, logo, compreendemos essas limitações. Além disso, o termo feminino e masculino tem sido há muito questionado pelas ciências humanas, impulsionadas pelos movimentos de mulheres e feministas que argumentam como a noção do que é considerado feminino ou masculino muda conforme a cultura e o tempo.

² Olympe de Gouges (1748-1793), pseudônimo de Marie Gouze, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa. Foi, em setembro daquele ano, dois anos depois do início da Revolução Francesa, em 1789, que ela ofereceu a Declaração à rainha Maria Antonieta, pedindo que usasse de seu prestígio em defesa das mulheres. O texto era uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o qual foi feito na mesma época. Mas, não contemplava as mulheres. Foi guilhotinada, pelos revolucionários, em 1793, com a prerrogativa de traição ao seu sexo e por desejar ser um homem de Estado. TEDESCHI, Losandro Antonio. COLLING, Ana Maria. Os Direitos Humanos e a questão de Gênero. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, 2014, p. 33-57.

das mulheres e relegou a elas um lugar de subalternidade, de acordo com Scott (2019, p.20-21): “os revolucionários, ditos inspirados por Rousseau, afirmaram que as mulheres não poderiam ser cidadãs devido à sua diferença em relação aos homens: elas eram dependentes, faltava-lhes raciocínio e autonomia, eram mais adequadas para tarefas domésticas e educar crianças” [...]. A não inclusão das mulheres, no reconhecimento dos direitos políticos, influía nos próprios rumos da Revolução, tendo em vista a participação³ significativa de mulheres nos movimentos do período.

Nessa conjuntura, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e divulgou o documento, reivindicando o papel de cidadania e os direitos das mulheres. O documento contou com 17 artigos e previa a igualdade, entre mulheres e homens, na França, pós-revolução. Em seu primeiro artigo, dizia: “a mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum”. (2007). A negação da atividade política às mulheres, nesse contexto, reforçava os entendimentos de público e privado, designando esse último às mulheres e associando, conseqüentemente, o espaço público e o político aos homens. Scott (2019) discorreu sobre esse assunto, quando apontou que os homens revolucionários questionaram a cidadania das mulheres, estando embasados em estereótipos relacionados ao cuidado e que indagavam a cognição feminina. As mulheres⁴, que militaram no movimento, nesse aspecto, foram retiradas de cena, quando se alcançou os objetivos da revolução e, apesar de mudanças significativas no campo social, político e cultural, a Revolução de 1789 não significou grandes alterações, no cotidiano das mulheres, principalmente, no que tange à participação na vida pública e política. Diante disso, a própria dimensão do que seria um espaço de democracia era marcado pela exclusão das mulheres nas instâncias representativas.

A ideia de democracia foi formulada, na Antiguidade Clássica, e, apesar das mudanças, chegou com características restritivas ao século XVIII. No caso grego, a democracia ateniense não reconhecia as mulheres enquanto cidadãs, tornando o modelo bastante limitado e restrito, de acordo com Cabral Neto (1997, p.288-289):

³ Ver: MORIN, Tania Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, 2009. [recurso online].

⁴ Ressaltamos que o termo mulheres, quando está fazendo referência à Europa, fica circunscrito, majoritariamente, a mulheres brancas. As que integraram os movimentos revolucionários, no século XVIII, compunham classes sociais distintas, mas, muitas delas, pertenciam a setores populares. Ver: MORIN, Tania Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, 2009. [recurso online]. Todavia, o uso da categoria mulheres na pesquisa, busca ser abrangente e plural, reconhecendo as diversas mulheres e suas especificidades.

Dela foram excluídos os metecos - estrangeiros domiciliados em Atenas, na sua grande maioria gregos de outras regiões - que, mesmo estando obrigados a pagar impostos e a prestar o serviço militar, tinham vedada a participação em cargos públicos por não pertencerem à *demos*. Foram igualmente excluídos os escravos, que constituíam a grande parte da população, as mulheres e os jovens com idade inferior a dezoito anos.

Nesse modelo de democracia, as mulheres, junto a outras populações vulneráveis, foram colocadas à margem e impedidas de participar das atividades políticas e do espaço público. A prática democrática, para os gregos, era exercida a partir da ideia de liberdade. Segundo Cabral Neto (1997, p. 289): “O corpo político da democracia ateniense era formado por membros considerados absolutamente iguais, porque todos eram livres. A liberdade era o critério que determinava a igualdade”. Ou seja, para ter acesso à democracia, o indivíduo deveria ser considerado livre para ser equiparado aos demais que desfrutavam dessa liberdade, as mulheres, portanto, não eram seres livres, por isso, não poderiam ser vistas como iguais.

Porém, desde o século XVII, os ideais de democracia liberal foram sendo propagados e ganharam força, principalmente, com as Revoluções Burguesas do período. John Locke, no século XVII, formulou as bases do pensamento liberal, a partir da análise da sociedade inglesa, e propôs a organização da sociedade a começar do estado, das leis e da atuação do legislativo⁵. Era o modelo de democracia liberal participativa, ganhando espaço, porém, essa participação estava associada à detenção da propriedade privada, segundo Locke (1994). Esse sistema adotado esteve atrelado, diretamente, ao fortalecimento do capitalismo europeu, no qual a propriedade privada foi colocada em evidência e serviu de referência para a representação do que seria um indivíduo livre, sendo que um cidadão seria aquele que teria direito à propriedade. Ainda, de acordo com Locke (1994, p.108):

Tudo isso evidencia que, embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho, tem ainda em si a justificação principal da propriedade; e aquilo que compôs a maior parte do que ele aplicou para o sustento ou o conforto de sua existência, à medida que as invenções e as artes aperfeiçoaram as condições de vida, era absolutamente sua propriedade, não pertencendo em comum aos outros.

O pensamento de Locke fortalecia os ideais burgueses da época, contribuindo para consolidar o sistema capitalista e o pensamento liberal, além disso, as revoluções do período acabaram inspirando-se em algumas propostas, apresentadas pelo teórico, como a Revolução Gloriosa, em 1688, na Inglaterra e a Revolução Francesa, posteriormente. Nessa seara de

⁵ Ver: LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001, p. 79-234.

Revoluções, entre os séculos XVII e XVIII, as mulheres, mais uma vez, pertenceram ao grupo cuja cidadania fora negada.

A partir da Revolução Francesa e de outras revoluções burguesas, o conceito de democracia foi se expandindo. A perspectiva de democracia participativa foi sendo problematizada e dialogada, entre os grupos, desde o século XVI. Mas, ganhou força no século XVIII. Entretanto, qual ou quais fatores influenciaram o pensamento dos revolucionários para que as mulheres fossem retiradas dessa representatividade pós-revolução? Scott (2019) apresentou alguns elementos, para compreender o que afastou as mulheres desse processo, tendo em vista a prerrogativa de direitos universais. Um dos fatores apresentados, pela autora, seria a influência feminina junto à aristocracia, o que causaria certo repúdio, por parte dos revolucionários, em relação às mulheres. Outro ponto abordado foi discutido, a partir da psicanálise, sobre o complexo de Édipo, estabelecendo uma ruptura com a figura dos pais, que seria representado pela figura do rei. Consoante Scott (2019, p.22): [...] “Nessa interpretação, o consenso que garantiu a fraternidade democrática foi estabelecido pela posse e troca de mulheres”. Não é nosso objetivo aprofundar esse debate da psicanálise, todavia Scott supõe que os revolucionários, após 1789, apresentaram alternativas que permitiram criar e/ou reforçar distinções, entre os cidadãos, denotando aqueles que seriam ativos e passivos, independentes e dependentes e houve, segundo a autora, nesse momento:

A redefinição de regras patriarcais existentes em termos de diferença sexual com base biológica sustentou a ficção de uma individualidade autônoma que era ao mesmo tempo universal e masculina. As “outras” as quais a identificação confirmava a individualidade dos homens não eram, elas mesmas, consideradas como indivíduos, eram mulheres. (2019, p. 22).

Assim, Scott apontou que a cidadania foi negada, porque as mulheres não eram vistas como sujeitos de individualidade e autônomos. A negação desse lugar de cidadã às mulheres, por outro lado, afirmava os homens enquanto indivíduos. A diferença entre homens e mulheres se dava de acordo com a leitura dos sexos e os estereótipos foram reforçados. A partir disso, a gravidez, o cuidado com os filhos e com a casa foram atribuídos às mulheres, demarcando o que seriam características femininas e as diferenciando, ainda mais, dos homens. Esses valores, impostos às mulheres, retiravam sua dimensão individual, elas não eram reconhecidas, no campo das identidades, e sem reconhecimento, pelo outro, não há validação da identidade, a partir do eu. Para Hall (2008, p.110):

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado positivo de qualquer termo - e, assim, sua identidade - pode ser construído.

Desse modo, se não houvesse reconhecimento da individualidade das mulheres, não haveria discussão acerca da legitimidade de suas ações e o acesso a direitos semelhantes aos homens. Reconhecer, portanto, seria validar as identidades das mulheres, no período da Revolução e, nesse aspecto, estaria atrelado, também, a garantir que elas acessassem os mesmos direitos e possibilidades que os homens, tornando questionáveis os estereótipos que foram reforçados à época. As “outras”, conforme aponta Scott, negadas à sua condição de indivíduo, em contrapartida, afirmavam, conseqüentemente, a individualidade masculina e garantia a manutenção da lógica do espaço público *versus* o espaço privado, sendo o primeiro associado aos homens e o último às mulheres. Essa ficção dual dos espaços, consoante Biroli (2014), corresponde a uma forma restrita de visualizar a vida política, segundo a autora:

[...] Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos, e nem experiências como privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. (2014, p.21).

Nesse aspecto, seria vincular o privado a um espaço de negação da ação política, além de negar a condição de indivíduo das mulheres, o espaço que é reservado a elas, também, é destituído de sentido político. Logo, impõe-se uma restrição aos assuntos que poderiam/deveriam ser discutidos, no âmbito privado, e a pretensa universalidade da esfera pública estaria associada ao masculino, à totalidade, na representação dos direitos universais, de acordo com os revolucionários, seria integrada por homens. É necessário observar que essa dualidade, entre o público e o privado, foi historicamente construída e que, portanto, havia interesses e perspectivas colocados a partir de pontos de vista específicos. Segundo Biroli:

Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. Se na primeira os indivíduos são definidos como manifestações da humanidade ou da cidadania comuns a todos, na segunda é incontornável que se apresentem em suas individualidades concretas e particulares. Somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. (2014, p.21)

Os estereótipos, que causaram essa desvantagem às mulheres, estavam condicionados à ausência da discussão política, no âmbito privado, tendo em vista esse espaço

ser visualizado como algo apolítico, no qual estão circunscritos os assuntos domésticos, afetivos e de cuidado, já a esfera pública seria dotada dos valores universais e abrigaria a representação dos cidadãos, que poderiam expressar seus direitos e deveres, dessa forma, estariam aptos a fazer política e, nesse caso, os cidadãos, dotados dessa pretensa universalidade, que fizeram e fazem a política seriam os homens. Segundo Scott (2019), caberia aos homens o aspecto da racionalidade. Nessa divisão hierárquica, entre os sexos, as mulheres seriam apresentadas de maneira mais emocional, afetiva e desprovidas dessa pretensa racionalidade, a exigência do racional, na vida pública e política, portanto, determinaria quem deveria fazer parte dessa esfera. Consoante a autora, as revoluções não representaram grandes avanços para as mulheres e essas não teriam desfrutado da democracia, enquanto cidadãs, em 1789.

Retomamos a discussão da negação desse lugar de cidadania às mulheres, de reconhecimento da individualidade, porque o local de identificação é gerador de subjetividades individuais e coletivas. Assim, o processo de construção das mulheres, enquanto esse não sujeito, as “outras”, produz subjetivação do *não lugar*. Conforme Laena (2020), esse *não lugar* da política é dirigido às mulheres, “O poder sempre foi masculino, assim como a política sempre foi, para nós, um *não lugar*. Ou também podemos dizer que sempre existiu, na política, um *não lugar* reservado às mulheres”. (2020, p. 19). Ou seja, um espaço que não está reservado às mulheres e que se apresenta de maneira subjetiva e objetiva, quando se trata de representação feminina na política institucional. De outra maneira, essas construções subjetivas sugeriam a cidadania como exercício masculino, pertencente aos homens. A condição de cidadão, nesse caso, seria apresentada como um aspecto da diferença sexual e das hierarquias construídas a partir disso. Consoante Tedeschi e Colling (2014, p.43):

[...] o teórico europeu da igualdade, Jean-Jacques Rousseau, estabelece que a vida das mulheres está consagrada ao papel doméstico. O filósofo define que a existência feminina materializa-se nos olhos dos outros, (não é somente necessário ser honesta é preciso parecer honesta aos olhos dos outros) estabelecendo uma ligação entre a natureza e a moral da mulher.

Rousseau foi um importante filósofo, no período da Revolução Francesa, e suas ideias tiveram forte influência para as mulheres e entre as mulheres. Esse teórico abordava o espaço doméstico, como algo destinado às mulheres, essas deveriam manter-se no âmbito privado. Ademais, eram responsabilizadas pelo cuidado e gerenciamento do lar e isso integraria a “natureza” feminina. Nesse aspecto, a moral das mulheres estaria atrelada ao

cumprimento, ou não, desses deveres que comporiam sua “essência” feminina. Essa moral, entretanto, não foi sinônimo de cidadania, apenas, conservava uma dita imagem das mulheres, na sociedade, e implicava na forma como elas seriam vistas. A negação de sujeitos de cidadania permanecia e foi defendida, por teóricos importantes da Revolução, já que foram mantidas as diferenças sexuais, que, conseqüentemente, excluíram as mulheres da atividade política.

Essa exclusão, durante a Revolução Francesa, é mais um episódio de como se constroem as barreiras para a inserção de mulheres na política institucional. Assim, as que integraram os movimentos revolucionários do período fizeram política, mas não puderam exercer e/ou escolher representantes quando a discussão chegou à Assembleia. A questão central que figura, nessa restrição feita às mulheres, estaria relacionada ao receio do não cumprimento das atividades domésticas, que seriam responsabilidade feminina. Segundo Tedeschi e Colling (2014, p. 42):

Entre todos os argumentos utilizados para afastar a mulher da política, para não lhe conceder o título de cidadã, o que mais pesava era o medo de que as mulheres abandonassem os deveres ‘que a natureza havia lhe reservado’. Se elas participassem da vida pública, quem cuidaria dos filhos e manteria o lar acolhedor?

Há o retorno às discussões sobre público e privado e acerca dos espaços, que foram/são destinados às mulheres na sociedade. O cuidado, o lar e a família foram prerrogativas usadas, por revolucionários, para legitimar o *não lugar* das mulheres na política. Isso corroborou com a manutenção de estereótipos. O exemplo da Revolução Francesa mostra que a ascensão das democracias modernas e liberais, a partir do século XVIII, não alterou o estatuto das mulheres, principalmente, no que tange à participação política, no modelo representacional. Apesar disso, existiram adeptos à inclusão feminina durante a revolução; o Marquês de Condorcet foi um deles, que tentou levar a pauta da educação e a participação das mulheres, na política, questionando a exclusão dessas dos direitos à cidadania e reivindicando a presença delas, no espaço público, bem como a educação formal, no intento de contribuir para a construção de uma nação mais democrática.

Todavia, essas pontuações, feitas por Condorcet, foram quase inaudíveis para os grupos revolucionários e até para algumas mulheres, que não concordavam com as ideias do filósofo. Naquele período, fizeram mais ressonância, as palavras de Rousseau, que reforçaram o *não lugar* das mulheres, na vida pública e política, e que acentuaram o abismo entre público e privado. Conforme discute Scott (2019), a renascença, no século XVI, não significou um

período de renascimento para as mulheres; e podemos dizer que as influências do Iluminismo, no século XVIII, não representaram “as luzes” para elas. A vigência de uma manutenção de controle dos corpos femininos permaneceu e ganhou novas formas, à medida que as mudanças foram acontecendo no sistema econômico.

A ascensão do capitalismo trazia um processo de disciplinamento dos corpos, fossem esses pertencentes aos trabalhadores, às mulheres e a outros sujeitos de camadas populares ou não. Entretanto, as mulheres, mais pobres, foram muito impactadas pelas novas formas de fazer a economia. O direito cívico continuava distante, para esses sujeitos, e a acentuação das desigualdades de classe, raça e gênero iriam intensificar a distância, entre homens e mulheres, na vida pública. O advento do capitalismo, na Era Moderna, modificou as relações sociais, as políticas do corpo, do trabalho e da produção. Nessa esteira, as mulheres foram subordinadas ao lugar da procriação, para gerar mais força de trabalho, além de ser retirada qualquer autonomia sobre os seus próprios corpos. De acordo com Federici:

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. (2017, p.178).

Nesse aspecto, foi relevante para a consolidação do capitalismo e ascensão da burguesia, o processo de domesticidade dos corpos femininos e o reforço do papel da maternidade e do cuidado com o lar. Nesse processo, o trabalho doméstico foi desvalorizado e a atividade reprodutiva se tornou a principal atividade das mulheres, isso contribuiu para que elas fossem relegadas ao privado, porque era necessário procriar e cuidar dos filhos. De acordo com Federici (2017), foi com a caça às bruxas⁶, na modernidade, que os ideais de feminilidade e de domesticidade foram forjados, consoante a autora (2017, p.200): “a perda de poder social das mulheres expressou-se também por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço”, consequentemente, tal fato anulou qualquer possibilidade de participação na vida pública e política. A perspectiva burguesa observou as mulheres como as “outras”; a estrangeira e, nesse sentido, seria uma possível inimiga que deveria ser combatida e/ou

⁶ Segundo Federici (2017) a caça às bruxas foi um instrumento utilizado pelo Estado e pela Igreja para o processo de construção de uma nova ordem patriarcal. Na Europa, milhares de mulheres, principalmente, pobres e camponesas foram julgadas, condenadas por bruxaria e assassinadas. Os anos de 1580 a 1630 foram considerados o ápice da perseguição na Europa. Para a autora, a caça às bruxas está relacionada ao processo de acumulação, destituição do poder social das mulheres, processo de construção dos ideais burgueses de domesticidade e feminilidade. Ver: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.

dominada. Segundo Koselleck (2020), também, foi na modernidade que o conceito de inimigo foi radicalizado, conforme discute (2020, p.289): “o inimigo do ser humano [*Mensch*] não é então mais o ser humano, mas um ser inumano [*Unmensch*]; ou, de forma ainda mais radical, um ser sub-humano [*Untermensch*] contraposto a um ser sobre-humano [*Übermensch*]”.

A radicalização do conceito de inimigo dialoga com as formas de sociabilidades, que se constituíam no período moderno. Taxar o outro como desconhecido, o *outsider*, seria, em contrapartida, afirmar a identidade de humano e de universal, essa prerrogativa foi muito forte, na cultura ocidental, principalmente, na Europa, conforme discorre Federici (2017) e Koselleck (2020). Então, esse ser, não é humano, é inumano, bárbaro, forasteiro, não cristão, não dotado de racionalidade, logo, pode e deve ser mantido sob restrições.

A partir disso, os ideais revolucionários, em 1789, estavam imbricados com a construção social, política e cultural, que foi sendo feita sobre as mulheres, mas também, de outras populações, no início da modernidade. Nesse sentido, a linguagem para nomear esse “outro” foi, politicamente, instrumentalizada. Tendo em vista que os conceitos, como aponta Koselleck (2020), são dotados de historicidade, estando situados em um tempo/espaço e na linguagem. Ainda, consoante o autor: “É uma marca da modernidade europeia o fato de que não só os modos de falar, mas as línguas como um todo tenham sido instrumentalizadas como meios de inclusão e exclusão das unidades de ação política” (2020, p. 292).

Assim, retomamos a discussão do termo cidadão (*citoyen*), na França revolucionária, e as implicações do entendimento dessa categoria, relacionando quem estava incluído nela e os que foram retirados da sua compreensão. Além disso, a adoção do termo Homem, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o uso da categoria, que se pretendia homogênea e universal, não caracterizou toda a população francesa, do período, e, sendo instrumentalizada, a política linguística dos revolucionários ganhou força e formulou subjetividades, a partir do entendimento da linguagem, sobre o que compunha o cidadão, a cidadania (*citoyenneté*) e o acesso aos direitos (*droits civils*). Segundo Koselleck (2020), a historicidade dos conceitos compõe projetos e ações políticas, nesse aspecto, os usos da linguagem e a interpretação das categorias dialogam com as pretensões buscadas por quem as utiliza.

Desse modo, podemos compreender que o *não lugar* e o não reconhecimento das mulheres, na categoria de cidadania, integravam um projeto político burguês, que havia sido iniciado anteriormente à Revolução, conforme discorre Federici (2017). Restringir o espaço

público às mulheres e inviabilizar a participação delas, na política institucional, compunham o modelo adotado pelos revolucionários, que permaneceram estereotipando e sugerindo uma dualidade, envolvendo homens e mulheres, racional e emocional, público e privado, capacitado e incapaz. Todavia, as reivindicações de mulheres não ficaram limitadas ao período da Revolução.

A partir da segunda metade do século XIX, teve início a campanha pelo sufrágio feminino. O movimento liderado por mulheres, na Europa, desencadeou uma série de protestos, que traziam o voto feminino como principal pauta. A campanha, pelo sufrágio universal, entretanto, não iria ficar circunscrita a esse continente. O movimento das sufragistas ganhou adeptas em diferentes regiões do globo. As ações iniciaram-se pela Europa, com a adesão de diferentes mulheres, segundo Abreu (2002, p. 453):

Foi nos movimentos anarquistas e socialistas, e nas organizações sindicais que surgiram na Grã-Bretanha durante o século XIX que as mulheres britânicas recuperaram a experiência de mobilização, organização e activismo público legada pelas suas precursoras seiscentistas—as levellers—, cuja militância política em defesa das suas crenças, ideais e liberdades no período revolucionário de meados do século XVII foi notável.

Conforme Abreu, a vinculação de mulheres a diferentes movimentos sociais criou uma atmosfera política, que culminou em reivindicações, pelo sufrágio feminino, na Inglaterra, em 1918, posteriormente, nos Estados Unidos⁷, em 1920 e em outros países. Os movimentos sufragistas estavam relacionados, diretamente, aos grupos abolicionistas do período, os quais buscavam requerer o voto para a população negra. Os atravessamentos dos movimentos sociais de mulheres e da abolição nos ajudam a pensá-los sob a perspectiva interseccional, tendo em vista os marcadores entrecruzados dos sujeitos que compunham os grupos. Raça, classe e sexo eram questões colocadas em discussão, a partir dessas organizações, no século XIX. Nesse aspecto, as lutas estavam imbricadas, com base em diferentes demandas, mas que dialogavam entre si. Todavia, é importante ressaltar que, mesmo estabelecendo diálogo com os movimentos abolicionistas, várias mulheres, que integravam os grupos sufragistas, eram brancas e de camadas médias da sociedade inglesa e

⁷ Em 1916, Jeannette Rankin foi eleita, para a Câmara dos Representantes, pelo partido Republicano, no estado de Montana. Todavia, o direito ao voto para as mulheres, em todo os EUA, só foi aprovado em 1920. Antes disso, apenas, os estados do Oeste haviam aprovado o sufrágio. Ver: <https://history.house.gov/People/Detail/20147>

estadunidense. É necessário demarcar quem eram as sufragistas⁸, em suma, levando-se em consideração a questão racial e a classe dessas mulheres.

A luta pelo sufrágio feminino esteve marcada por tensões e conflitos, que envolveram diferentes sujeitos, e mobilizou diversas ações políticas relacionadas aos avanços das mulheres nos espaços públicos e de poder. Mas, essa dinâmica de disputas, semelhante a outros movimentos, esteve carregada de contradições e controvérsias ao longo do debate pelo voto feminino no século XIX. Nos Estados Unidos, nesse período, foi discutido o direito ao voto pelos homens negros. Porém, as mulheres não integrariam essa parcela da população votante, tanto as mulheres negras, quanto as brancas. Isso causou divergências dentro do movimento das sufragistas, que se posicionaram contrárias à decisão. Nessa esteira de conflitos, as mulheres negras, atravessadas por marcadores de raça e sexo, foram colocadas à prova, segundo bell hooks (2019, p.16-17):

As mulheres negras foram colocadas entre a cruz e a espada; apoiar o sufrágio das mulheres significaria que elas estavam se aliando às mulheres brancas ativistas que revelaram publicamente seu racismo, mas apoiar apenas o sufrágio dos homens negros era endossar uma ordem social patriarcal que não daria a elas qualquer voz política.

O direito ao voto feminino ocorreu de maneira conflitiva e carregada de questões que envolviam diferentes pontos de análise. Nos Estados Unidos, raça e sexo foram pungentes para deliberar, ou não, o direito ao voto das mulheres. De acordo com bell hooks (2019), os homens negros ganharam o direito de votar, mas as mulheres não conseguiram acessar. Nesse sentido, a autora discorreu que o sexismo de alguma forma acabou se sobrepondo ao racismo, na sociedade estadunidense do período, não permitindo que mulheres pudessem acessar os direitos políticos. O direito ao voto, para pessoas negras, só seria assegurado, sem qualquer restrição, com a Lei Federal *Voting Rights Acts*⁹ em 1965. Os diferentes obstáculos experienciados, por mulheres, para obter o acesso aos direitos civis/políticos não se restringiu aos Estados Unidos do século XIX, tendo em vista que boa parte do direito ao voto feminino, no globo, só ocorreu em meados do século XX.

A luta, pelo sufrágio feminino, deu-se a partir de diferentes frentes e da intersecção das lutas de mulheres pelo acesso à cidadania. Mas, existiram e, ainda, há barreiras para as

⁸ Ver: bell hooks. E eu não sou uma mulher. E eu não sou uma mulher? [recurso eletrônico]: mulheres negras e feminismo / bell hooks; tradução Bhuví Libanio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. recurso digital.

⁹ Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/voting-rights-act>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

mulheres negras, trans, travestis, lésbicas, pobres, ciganas, entre outras, no que tange ao acesso às candidaturas políticas, porque, além do sexismo, distintas formas de opressão são experienciadas por esses sujeitos. No Brasil, o direito ao voto feminino foi assegurado, em 1932, com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, o qual estabeleceu o voto secreto e o voto feminino no país. Todavia, o próprio código eleitoral trazia ressalvas, sobre a admissão de mulheres, aos direitos políticos no país:

Com respeito à mulher, confessamos que, em princípio, é a parte feminina da sociedade tão capaz de exercer esse direito e digno dele quanto a masculina. O ponto delicado é saber em que condições se deve arrojá-la no turbilhão dos comícios e na agitação dos parlamentos; se, em geral, e abertamente, como os homens, aliás, também sujeitos a condições de alfabetização, meios de vida, etc., ou se especificamente, sob certas condições especiais, atendendo mais à conveniência e aos costumes da atual sociedade civil, do que aos interesses ou desejos de algumas representantes do belo sexo, ou dos tendenciosos propagandistas da igualdade política entre os dois (1932, p.19).

Havia uma insegurança sobre permitir o voto feminino e o quanto as mulheres poderiam participar, ativamente, das atividades políticas, a saber: comícios, movimentos e outras aglomerações que colocavam esses sujeitos no espaço público. O contraponto era se as mulheres deveriam atuar de maneira semelhante aos homens, ou se deveriam atender “a conveniência e aos costumes da atual sociedade”. Havia receio em relação à conduta das mulheres diante do acesso aos direitos políticos. Era a tentativa de manutenção dos estereótipos, condicionados ao sexo, mas também, aos espaços públicos e privado. A luta pelo voto feminino era, também, pelo reconhecimento da cidadania, mas acabava por colocar em debate a divisão entre os sexos.

Na Constituição de 1891, posterior à proclamação da República, as mulheres sequer foram mencionadas. No texto, elas foram relegadas ao *não lugar* de cidadã, na seção I, do título IV, referente às qualidades dos cidadãos, o texto discorreu sobre quem estava apto, ou não, a votar e a ser eleito no país. As mulheres não foram citadas em nenhum momento:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

As reivindicações, em torno do sufrágio feminino, dialogavam com a busca pelo reconhecimento e com a afirmação das identidades individuais e coletivas das mulheres, enquanto sujeitos de direitos, perante a Constituição e nas construções sociais, culturais e subjetivas da organização da sociedade civil. Conforme Soihet (2000, p.99): “Sabiam os legisladores que se fosse argumentada a fórmula masculina empregada no direito eleitoral, ter-se-ia, igualmente, que isentar as mulheres de obrigações civis ou de responsabilidade criminal”. O uso dos termos, no masculino, gerou ambiguidades e buscou apresentar a premissa da universalidade do homem, semelhante ao que havia sido feito na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, durante a Revolução Francesa.

Todavia, a pretensa universalidade acabou excluindo as mulheres do lugar de cidadã e dos direitos políticos por muito tempo. Porém, essa ambivalência, demonstrada na Constituição de 1891, serviu de questionamento para as mulheres reivindicarem o direito ao voto, mas também de serem eleitas. Segundo Soihet (p.99): “a advogada Myrthes de Campos, primeira mulher aceita na Ordem dos Advogados, requereu seu alistamento eleitoral, argumentando que a Constituição não negava este direito às mulheres. Seu requerimento foi indeferido, o que não a impediu de continuar a sua luta por este direito”. O exemplo, trazido por Soihet, mostra-nos que as mulheres buscaram brechas, na Constituição de 1891, que permitissem assegurar o acesso à cidadania, o que foi negado no final do século XIX. Nesse sentido, criou-se uma atmosfera de reivindicações, por diferentes grupos de mulheres, em torno dos direitos políticos, levando-se em consideração o contato com outros movimentos que ocorriam em outros países. As mulheres brasileiras levaram a pauta do voto adiante e passaram a se organizar com o intuito de garantir esse direito.

No início do século XX, em 1910, o Partido Republicano Feminino¹⁰ foi fundado com a prerrogativa de trazer o voto feminino para o debate. Ao longo da década de 1920, mobilizações foram feitas e organizadas pelas sufragistas brasileiras. Nesse contexto, a figura de Bertha Lutz¹¹ e outros nomes, como Maria Lacerda de Moura¹², destacaram-se, porque abordaram pautas feministas do chamado feminismo de Primeira Onda¹³, que traziam, como

¹⁰Cf. MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino.

Verbete. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

¹¹Cf. SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. Revista Educação Brasileira. n.15, dez.2000.

¹²Cf. LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Revista brasileira de história, v. 17, n. 33, p. 238-250, 1997. KARAWAJCZYK, Mônica. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura - Uma parceria inusitada. GÊNERO. Niterói. v.14, n.2, p. 105-124, 1.sem.2014.

¹³O chamado Feminismo de Primeira Onda foi o que ocorreu, no início do século XX, no Brasil. Esse dialogou com as pautas relacionadas ao direito do voto, à cidadania e à conquista do espaço público pelas mulheres. Vale

uma das principais bandeiras, o direito ao voto para as mulheres. A efervescência dos movimentos republicanos e abolicionistas, no país, contribuíram para a adesão de mulheres em pautas reivindicatórias. Segundo Prado e Franco (2013, p.209): “a República, fundamentada na ideia de representação política dos diversos estratos sociais, foi proclamada no Brasil em 1889, e isso certamente acelerou o processo de engajamento das mulheres em prol da luta por direitos políticos”. Nesse cenário de movimentações, Bertha Lutz junto à Maria Lacerda de Moura criaram a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1920, essa instituição tinha por intuito funcionar como um grupo de estudos, promovendo a emancipação feminina a partir da educação. Tornou-se difícil não abordar as discussões sobre o voto feminino, diante do avanço dos grupos de mulheres no início do século XX. Tanto que o voto secreto e feminino foi assegurado, por meio de decreto, em 1932.

Esse movimento de mulheres, no final do século XIX e início do século XX, desencadeou uma onda de reivindicações ao redor dos direitos políticos e do reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs. Havia um campo de disputa discursiva, em torno do significado da cidadania, tendo em vista que isso assegurava direitos e deveres, previstos em Constituição, mas também, gerava reconhecimento individual desses sujeitos. As mulheres lutavam não, apenas, pelo direito ao voto *per se*, mas também, por serem reconhecidas enquanto indivíduos. Todavia, o movimento de mulheres, nesse período, recebeu críticas, inclusive, de algumas que romperam com o movimento do sufrágio. Maria Lacerda de Moura foi uma das que rompeu com Bertha Lutz e teceu observações, em relação ao movimento, sugerindo que o voto não poderia ser prioridade e que ele não iria garantir grandes mudanças no contexto de vida das mulheres, principalmente, das mais pobres. Mais uma vez, é necessário delimitar quem eram as integrantes dos grupos sufragistas¹⁴, no Brasil, porque, na maioria dos casos, elas eram brancas, de classe média e com formação acadêmica. Esse recorte é importante para compreender o próprio movimento, em si, mas também, as intersecções que percorrem a trajetória política das mulheres.

Soihet (2000), entretanto, chama-nos atenção para o fato de que reduzir a luta das sufragistas brasileiras, a uma pauta do liberalismo burguês, significa não compreender a

destacar que o movimento era composto, predominantemente, por mulheres abastadas, que haviam estudado, na Europa, e retornaram, ao país, com ideias e pautas que vinham sendo discutidas pelas sufragistas europeias e estadunidenses. Para mais, ver: PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁴SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.218-237.

dimensão política, social e cultural do movimento. Nesse sentido, a autora destacou que a possibilidade de chegar ao espaço público era assegurar a condição humana, “significava uma conquista, possibilitando-lhes, segundo Hannah Arendt, assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual, por longo tempo, permaneceram violentamente excluídas”. (2000, p.116). Logo, assentir o movimento de mulheres, como ação política, era a afirmação desses sujeitos, enquanto indivíduos, e a inserção delas em um campo, no qual não seriam “as outras”, já que fariam parte do todo, que integraria a sociedade. Assim, seria reconhecê-las como sujeitos, dotados de individualidade e de direitos. A luta pelo voto estava no campo das subjetividades e das construções das identidades coletivas e individuais.

As identidades, conforme Stuart Hall (2008), são uma categoria a ser lida em contrapelo, uma categoria não fixa e estável e que, conseqüentemente, dá-se pela diferença. Não estamos pontuando, com isso, uma pretensa identidade feminina ou da mulher, mas sim, discutindo a construção das subjetividades que permitiram que as mulheres construíssem outras formas de identidades, em torno da ação política, a partir da garantia dos direitos políticos. O reconhecimento político, dos direitos das mulheres, tratava-se, também, de reconhecer suas identidades, de identificar o eu na formação discursiva do sujeito. Não significou dizer que as diferenças construídas, em torno do sexo, estavam sanadas, mas foi a possibilidade de as mulheres buscarem se apresentar para além da figura de *outsider*. Butler (2017, p.17) já nos alertava, quando disse que “se alguém ‘é’ uma mulher, isso, certamente, não é tudo o que esse alguém é”. A assertiva, como algo que desloca a própria categoria: mulheres, demonstra que essa não consegue representar uma unanimidade, tampouco, identidades comuns. Todavia, o uso do termo, no plural, permite-nos buscar acessar a multiplicidade, que envolve o conceito, e as relações de gênero. Ao mesmo tempo, a categoria é instrumentalizada, como meio de autoafirmação, e integra um campo de disputa, na linguagem discursiva, que busca legitimar, ou não, os sujeitos em torno da categoria. Identificar-se, enquanto mulher não reduz o sujeito, apenas, a categoria de análise, conforme discute Butler, e, sim, busca dialogar com a instrumentalização da linguagem e da ação política.

O termo mulheres é datado, histórico e heterogêneo, conforme Costa (2002), a categoria não pretende dar conta de toda a diversidade, que compõem os sujeitos, mas funciona como algo que organizou/organiza as mulheres, politicamente, compreendendo as especificidades e as dissidências entre elas. Além disso, a categoria é analisada, nas relações,

com várias outras (raça, etnia, classe, sexualidade, região, entre outras). O termo mulheres sugere, destarte, uma análise sincrônica e diacrônica, em torno da volatilidade semântica da categoria, portanto, mesmo com as limitações e críticas, adotamos o termo, tendo por base o exposto e a compreensão de que abordamos a violência política de gênero, enquanto categoria relacional que afeta diferentes mulheres, na vida pública e política.

É necessário observar que, durante as reivindicações pelo sufrágio feminino, a categoria violência política de gênero não havia sido formulada. Porém, as ações, que a caracterizam, eram experienciadas, por diferentes mulheres, que buscavam o acesso aos direitos políticos, posto que a própria definição da categoria está atravessada pelos processos de identificação e de reconhecimento das ações de violência política. Com a conquista do voto, em 1932, algumas mulheres puderam fazer suas inscrições, enquanto eleitoras, e concorrer a cargos do poder executivo e do legislativo. A Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927, tornou o Rio Grande do Norte¹⁵ o primeiro estado brasileiro a não fazer distinção entre os sexos para o exercício do voto. Em decorrência disso, a primeira prefeita brasileira foi a potiguar Luíza Alzira Soriano Teixeira, tendo sido eleita, em Lajes-RN, no ano de 1928. Desde então, a trilha participativa das mulheres, na política institucional, dá-se de forma lenta e cheia de entraves. A violência política é uma das principais ferramentas que podem impedir o acesso de mulheres aos espaços de poder.

Da eleição da primeira prefeita, eleita no Brasil, até hoje, o número de mulheres que ocuparam/ocupam cadeiras, no legislativo, executivo e judiciário, continua muito menor em relação ao quantitativo de homens. Nas eleições de 2022, duas mulheres foram eleitas governadoras, no país, dentre as 27 unidades federativas, além disso, apenas, 17,7% foram eleitas deputadas federais, totalizando 91 mulheres eleitas de um total de 513 cadeiras na Câmara Federal, no Senado foram 14,8%, o que representa 04 das 27 vagas¹⁶. No estudo produzido, pelo projeto ATENEA¹⁷, que avaliou países da América Latina e Caribe, entre

¹⁵Informações no site da justiça eleitoral. Disponível em:<https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/>

¹⁶Houve um pequeno avanço em relação às eleições de 2018, quando o total de deputadas federais representou 15,1% das vagas e, apenas, uma governadora foi eleita e no Senado, o percentual foi de 13%. Mas, os dados estão bem aquém dos 30% previstos pela Lei de cotas.

¹⁷ Lançado em 2014 com o objetivo de gerar mudanças mais sustentáveis para alcançar a paridade de gênero na esfera política, o ATENEA é um mecanismo criado para acelerar a participação política das mulheres em países da América Latina e do Caribe. O projeto reúne informações sistemáticas, periódicas, comparáveis e sensíveis a gênero sobre a presença de mulheres nas diferentes áreas de participação política, e apresenta recomendações para mudanças que possam contribuir para uma superação das desigualdades. O projeto ATENEA, implementado na Região pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Mulheres, com o apoio da organização IDEA Internacional, analisa 40 indicadores categorizados em oito dimensões relacionadas ao tema e, a partir desses dados, calcula o Índice de Paridade Política (IPP). Ele varia

2014 e 2019, o Brasil ocupava o 9º lugar, dentre 11 países, no que tange ao avanço do exercício político das mulheres, em paridade de gênero. Os desafios, em relação a ocupar um cargo público/político, são históricos, culturais e sociais para as mulheres, que precisam desafiar uma ordem vigente dos espaços de poder. Conforme Laena (2020), os desafios variam desde a falta de recursos financeiros, para a campanha, pouco espaço, na propaganda eleitoral, até conflitos internos com membros dos partidos e com os próprios familiares. Consoante Biroli (2018, p.9): “os partidos políticos investem menos em suas candidaturas do que nas dos homens abrem menos espaço para elas na propaganda partidária e nas ações de campanha e, com poucas exceções, não adotam medidas para reduzir preconceitos e violências contra elas”. A manutenção da dicotomia, entre público e privado, e as associações desses espaços, de acordo com o gênero, são mantidos pelos próprios partidos e membros deles.

Nessa seara, a possibilidade de acessar cargos públicos e políticos torna-se mais difícil, para as mulheres, embora pesquisas recentes tenham demonstrado que o índice de confiança, em mulheres, para compor cargos políticos, aumentou na primeira década dos anos 2000. Na amostra¹⁸ realizada pela Fundação Perseu Abramo junto ao Sesc¹⁹, em 2010, os dados²⁰ mostram que 76% dos homens confiavam em mulheres, para assumir cargos políticos, e, entre as mulheres, esse índice foi de 78%. Então, por que é tão difícil para as mulheres alcançarem posições de poder nos âmbitos legislativo, executivo e judiciário? Quais são os embates enfrentados pelas mulheres nesse espaço político? E, como a violência política de gênero se materializa nesse campo? Na tentativa de compreendermos, algumas dessas questões, recorreremos aos desdobramentos dos avanços legislativos, nos últimos anos, no que tange à violência e à discriminação contra as mulheres.

de 0 a 100 e atribui valores mais altos aos mais bem avaliados”. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina/>

¹⁸Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados. Pesquisa de opinião pública, 2010.

¹⁹Fundado em 13 de setembro de 1946, o Serviço Social do Comércio (Sesc) é uma instituição social, de caráter privado e sem fins lucrativos, mantida por empresários do comércio de bens, turismo e serviços. Disponível em: <https://www.sesc-ce.com.br/institucional/sobre-o-sesc/>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

²⁰Compreendemos as limitações de dados quantitativos, mas ao mesmo tempo, consoante Minayo (2008), esses dados nos ajudam a observar indicadores e tendências e/ou produzir modelos teóricos abstratos com aplicabilidade prática.

2.1. O CAMINHO DAS LEGISLAÇÕES

“A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, doravante denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher”. (CEDAW, 1979, p.14). A CEDAW²¹, conhecida pela sigla inglesa, foi o resultado de esforços contínuos e constantes de diferentes movimentos de mulheres, nas décadas que antecederam a Convenção, sendo um marco no avanço ao combate da discriminação contra as mulheres e na garantia de direitos e da igualdade de gênero. Essa Convenção foi impulsionada, pela chamada Década da Mulher²², tendo sido realizada pela Organização das Nações Unidas no marco inicial de 1975. O tratado da CEDAW entrou em vigor, a partir de 1981, com 64 países integrantes. Até 2005, já eram 180 Estados-parte compondo o acordo. A Convenção buscou promover, com o tratado internacional, a busca por igualdade de direitos e pelo fim da discriminação contra as mulheres.

Os Estados-parte têm o dever de eliminar a discriminação contra a mulher através da adoção de medidas legais, políticas e programáticas. Essas obrigações se aplicam a todas as esferas da vida, a questões relacionadas ao casamento e às relações familiares e incluem o dever de promover todas as medidas apropriadas no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização, empresa e pelo próprio Estado. (CEDAW, 1979, p.15-16).

Esse tratado não trazia uma resolução específica, no que diz respeito à violência política de gênero, mas ressaltou, em seu artigo 7º, a garantia ao exercício da cidadania das mulheres:

Os Estados-parte tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens, o direito a: a) Votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas; b) Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; c) Participar em organizações e associações não governamentais que se ocupem da vida e política do país. (CEDAW, 1979, p. 21).

²¹Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women-CEDAW.

²²“A decretação da Década da Mulher (1976-1985), foi o resultado mais visível do grande congresso mundial que reuniu na cidade do México milhares e milhares de pessoas, para celebrar o Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) , em 1975”. TABAK, Fanny. A Década da Mulher Como Forma de Participação e Pressão Política-Avaliação e Balanço. PUC, 1985. 15p.

Apesar de não prever ações mais diretas ao combate da violência política, a Convenção já discutia o acesso aos espaços de poder de maneira equitativa, buscando garantir a participação efetiva das mulheres na vida pública, além disso, buscou assegurar a igualdade, em diferentes aspectos, que se sobrepõem à questão legislativa, a saber: social, cultural e econômica. Fatores que dialogam com o cotidiano dos sujeitos e se relacionam às construções de subjetividades coletivas e individuais. Assim, as discussões ganharam um alcance não circunscrito, apenas, à letra da Lei, mas a todo um aparato que buscasse permitir às mulheres acessar dispositivos diversos de maneira mais isonômica. De acordo com Silvia Pimentel²³:

A CEDAW é a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano.

Compreendemos, a partir de Pimentel, que o tratado da CEDAW foi uma espécie de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que entrou em vigor após dois séculos, porque buscou dialogar com as questões de equidade, participação política/pública, combate à violência contra a mulher e o reconhecimento da cidadania. A Convenção direcionava os Estados-parte a uma elaboração conjunta de seus três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), na busca de assegurar os direitos das mulheres, além de se configurar enquanto parâmetro para os Estados realizarem ações de promoção ao combate da violência contra mulheres, nas diferentes esferas (pública e privada), e à defesa dos direitos humanos desses sujeitos.

Esse tratado internacional, mesmo não prevendo a tipificação da violência política de gênero, pontuava questões que seriam relevantes para sedimentar as discussões, em torno da categoria, tendo em vista que o debate sobre cidadania, participação política e pública, bem como o combate à violência, nos diferentes espaços de poder, tinham sido pontuados pelo texto. Desse modo, a adesão do Brasil, em 1981, à Convenção da CEDAW abriu caminhos para a incorporação dos debates, ao redor da categoria gênero, que ganhou força na década

²³Jurista, professora doutora em Filosofia do Direito pela PUC-SP, integrou a comissão da Convenção da CEDAW por três mandatos. De acordo com Pimentel: “O objetivo é não só favorecer a escuta de demandas específicas de mulheres da América Latina - em particular as do Brasil - no mencionado órgão da ONU, como também trazer interessantes e pertinentes questões discutidas no âmbito de atuação do Comitê CEDAW para a agenda do movimento feminista latino-americano”. (1979, p.18).

de 1990²⁴, mas também, para pensar as diferentes formas de violência e as múltiplas facetas que a constituem.

Concomitante ao tratado da CEDAW, entrando em vigor a partir de 1981, os estudos de gênero avançaram, no Brasil, na década de 1990. As discussões chegaram à academia e novas pesquisas começaram a ser realizadas, promovendo o debate e mobilizando outras formas de pensar os sexos, as masculinidades, as feminilidades e os papéis de gênero. Para os feminismos e os movimentos sociais, em geral, foi uma década de transformações, haja vista ter representado um período de redemocratização brasileira, as mobilizações da constituinte e mudanças no cenário político, social e cultural. De acordo com Sarti (2004, p.42):

[...] desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criaram-se conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, emerge como problema de saúde pública, que requer atenção especializada.

Desse modo, há evidências das discussões, em torno da categoria mulher/mulheres, dos feminismos e dos estudos de gênero, além disso, a questão da violência contra as mulheres começou a ser discutida, com mais rigor, e problematizada no âmbito jurídico. As mudanças que a Constituição de 1988 trouxe, em relação aos direitos das mulheres, constituíram um ganho significativo para os movimentos feministas e sociais do período. De acordo com Cortês (2013, p.263): “dentre as principais conquistas está a isonomia - igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Homens e mulheres foram incluídos na Constituição com igualdade de direitos e obrigações, na vida civil, no trabalho, na família”. Todas essas transformações deram uma guinada para se pensar a participação das mulheres, na vida política, assim como o acesso à cidadania de maneira equitativa e o combate à violência. Nas discussões da Constituinte, a violência contra as mulheres abrangeu, predominantemente, as de cunho doméstico e os assassinatos, conhecidos por tese da legítima defesa da honra²⁵, que, posteriormente, foram criminalizados, pela Lei nº 13.104/2015,

²⁴ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: out.2015.

²⁵A tese prevista, pelo Código Penal, afirmava que: entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. Por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2021, a tese da legítima defesa da honra fica proibida de ser utilizada nos tribunais, na tentativa de absolvição do réu que cometeu feminicídio e violência contra a mulher. Ver: RAMOS,

conhecida por Lei do feminicídio. Mesmo compreendendo que não é nosso intuito debater acerca da violência doméstica, atentamos para isso, porque os avanços, no campo legislativo, sobre esse tipo de violência colaboraram para compreender e tipificar a violência política de gênero, tendo em vista a ampliação do debate.

Diante do crescente aumento das demandas feministas, para além do estado brasileiro, foi realizada a Declaração de Atenas, em 1992, considerada o marco inicial do debate da paridade de gênero, na política, tendo sido assinada, em Atenas, na Grécia, ao final da cúpula europeia das “Mulheres no Poder”. O documento avaliou a paridade, como referência, para compreender a carência da participação de mulheres nas democracias. Segundo o relatório da ATENEA (2020, p.4):

O que as líderes europeias ressaltaram naquele momento, ao tratar dos direitos políticos como dependentes de uma representação equitativa, foi que a paridade nos fornece uma lente para enxergar as falhas dos sistemas democráticos para com as mulheres, falhas estas que expressam um afastamento desses regimes em relação a seus princípios básicos.

Assim, a Declaração de Atenas possibilitou aprofundar as discussões em torno da paridade de gênero na política. Ressaltamos que o cenário da Declaração, semelhante à CEDAW, foi a Europa e as reivindicações, em suma, eram de mulheres europeias, posteriormente, iriam ocorrer debates, centrados na paridade de gênero, na América Latina e no Caribe. Não significa dizer que não houve diálogo, entre os diferentes movimentos que ajudaram a compor esses acordos e tratados, e, conseqüentemente, influenciaram diferentes mulheres, para discutir a paridade, em outros lugares do globo. Consoante Cobo (2002, p.30):

A declaração de Atenas de 1992 foi a prova de que a proposta de democracia paritária não é uma luta exclusiva do feminismo francês, mas está enraizada no feminismo europeu. O manifesto de Atenas contém uma demanda política pela participação igualitária das mulheres no poder político e uma demanda por uma renegociação do contrato social. (Tradução nossa)²⁶.

A autora reafirmou o espaço, no qual a Declaração de Atenas foi situada, apontando o feminismo francês, como um dos responsáveis pela consolidação do documento e da pauta de paridade, em um processo, que, segundo a autora, problematiza e sugere mudanças no

Margarita D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 53-73, jan.-abr./2012.

²⁶“La declaración de Atenas del año 1992 ha sido la prueba de que la propuesta de democracia paritaria no es una lucha exclusiva del feminismo francés sino que está arraigada en el feminismo europeo. El manifiesto de Atenas contiene una vindicación política de participación paritaria de las mujeres en el poder político y una exigencia de renegociación del contrato social”.

contrato social. Consoante Cobo (2002, p.30): “El feminismo europeo sostiene que la exclusión de las mujeres del contrato social exige la redefinición del mismo a fin de transformar las actuales democracias patriarcales en democracias más representativas y más legítimas”. Reafirmamos o lócus da Declaração de Atenas, ao mesmo tempo, dialogamos com a relevância do documento para as discussões de democracia paritária.

Nesse ínterim, Cobo (2002) sugere, a partir da perspectiva da Declaração e dos movimentos feministas europeus, que a participação política das mulheres, de maneira equitativa, transforma a democracia e a torna mais efetiva. Dessa forma, o documento era mais uma possibilidade de reivindicação, na busca por cidadania, assim como na garantia de direitos das mulheres. Além disso, documentos, análogos à Declaração de Atenas e à CEDAW, colaboram para a elaboração de políticas públicas e criação de leis, que corroboram para o avanço das mulheres em espaços de poder da política institucional. Podemos citar, como exemplo desse avanço, a implementação das leis de cotas partidárias adotadas, em diferentes países, inclusive, no Brasil. Mas também, para combater os diferentes tipos de violência, dentre elas: a violência política.

De acordo com essa autora, podemos pensar a própria categoria de paridade e o que ela sugere, quando foi/é evocada, pelos movimentos feministas, movimento de mulheres e movimentos sociais, em um sentido amplo de tornar equivalente e/ou proporcional o número de mulheres candidatas, eleitas e/ou que integrem altos cargos nos três poderes. No dicionário da língua portuguesa Michaelis²⁷, uma das definições de paridade é: “Qualidade ou característica do que é par ou igual; igualdade. Qualidade de ser parecido, semelhante; parecença, semelhança”. A prerrogativa da igualdade é abordada a partir do que torna símil às características. Ao mesmo tempo, quando a paridade é chamada ao debate, seu uso sugere a diferença. Para Cobo (2002, p.35):

A paridade pode ser explicada a partir de visões essencialistas dos sexos ou de posições racionalistas esclarecidas, entendidas como a realização de uma universalidade prometida, mas não cumprida. Em outras palavras, a paridade pode ser argumentada a partir de um paradigma político de igualdade e de um paradigma de diferença. Entretanto, é necessário ressaltar que o paradigma político da igualdade assume a realidade indiscutível da diferença de gênero, mas parte do pressuposto de que essa diferença é uma construção sócio-histórica e não uma realidade ontológica. (Tradução nossa)²⁸.

²⁷Michaelis. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis, 2259 p. [recurso online].

²⁸“La paridad puede ser explicada o bien desde visiones esencialistas de los sexos o bien desde posiciones racionalistas ilustradas, entendidas estas mismas como la realización de una universalidad prometida, pero

A paridade dialoga com a questão da diferença sexual, apontada por Scott (2019), que, fundamentada em uma construção sócio-histórica, colocou as mulheres nesse local da diferença, do não semelhante e do não reconhecimento. Tornar o sistema paritário é uma tentativa de reconhecer as mulheres, como sujeitos de direitos, as quais possam usufruir dos direitos e deveres políticos de maneira congênere aos homens. Consoante Scott (2019), a diferença sexual, por si só, cria maneiras de organização social, que se constituem a partir dessa diferença (sexo) e do sistema de diferenciação (gênero). Assim, não seria possível pensar, de maneira deslocada, o gênero e a ação política, porque eles interagem, entre si, e se relacionam nos espaços de poder.

As características que marcam as diferenças entre os sexos (o que importa ou que não importa em nossas constituições físicas e psíquicas) não existem separadas das teorias e práticas políticas, e são, na verdade, produzidas através delas - que são entendidas não apenas como a mobilização da força para alcançar certo interesse, mas como possibilidades por apelos à fantasia. (SCOTT, 2019, p.19).

Segundo a autora, a pergunta sobre o quanto a diferença sexual tem contribuído, na constituição da política, a partir da ideia de antítese do masculino, em relação ao feminino, não vem sendo feita, logo, há necessidade de se pensar as articulações e organizações do meio político com base nesse questionamento. Nesse quesito, as legislações promulgadas, desde a década de 1970, vêm colaborando para pensar esse campo político, enquanto esfera de poder hierárquico, baseado na diferença entre os sexos. Com a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Declaração de Atenas, a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres - a Convenção de Belém do Pará, em 1994, que ocorreu no Brasil, podemos pensar nas tensões em relação à política e ao gênero.

A Convenção de Belém do Pará foi um marco internacional no combate à violência contra a mulher. Até o ano 2015, 32 dos 35 países, que integram a Organização dos Estados Americanos (OEA), tinham assinado o tratado. De acordo com Bandeira e Almeida (2015, p.504), “a destacada relevância da Convenção circunscreve-se ao fato de se constituir pioneira e ainda se manter nesse lugar de vanguarda simbólica, legislativa e jurídica internacional em âmbito supra continental”. Essa Convenção é uma referência mundial, no enfrentamento da

incumplida. En otros términos, la paridad puede ser argumentada desde un paradigma político de la igualdad y desde uno de la diferencia. Sin embargo, es necesario señalar que el paradigma político de la igualdad asume la indiscutible realidad de la diferencia de género, pero parte del supuesto de que esa diferencia es una construcción socio-histórica y no una realidad ontológica”.

violência contra a mulher, tendo sido promulgada, em 1994, entrado em vigor em 1995. Segundo Bandeira e Almeida (2015, p.506):

A Convenção de Belém do Pará estabeleceu, pela primeira vez, o direito das mulheres viverem uma vida livre de violência, ao tratar a violência contra elas como uma violação aos direitos humanos. Nesse sentido, adotou um novo paradigma na luta internacional da concepção e de direitos humanos, considerando que o privado é público e, por consequência, cabe aos Estados assumirem a responsabilidade e o dever indelegável de erradicar e sancionar as situações de violência contra as mulheres.

A Convenção abordou a violência, sob uma ótica do Estado, posto que esse deveria ter responsabilidade, em garantir os direitos humanos das mulheres, combatendo a violência motivada por razões do gênero, além disso, reconhece essa ação em diferentes esferas. O artigo primeiro da Convenção diz: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. A Convenção tratou a questão da violência contra a mulher como algo que precisava de atenção e de demandas específicas, de leis e políticas públicas que pudessem prevenir, punir e erradicar suas ações. Ao tratar da violência, no espaço público, o documento reconheceu a necessidade de transpor o debate dicotômico, entre público e privado, assegurando, para as mulheres, o direito à segurança, à integridade física, psíquica e patrimonial. Uma relevante referência da Convenção foi demarcar que a violência, contra a mulher, constitui uma violação aos direitos humanos. Essa perspectiva reconheceu as mulheres, enquanto indivíduos, e serviu para ampliar o debate em torno das violências contra a mulher.

O impacto de identificar a violência e caracterizá-la, diante das diferentes facetas contra as mulheres, implica na percepção desses sujeitos, como indivíduos, e reforça a perspectiva de que para alcançar melhores condições, para os países, é necessário assegurar a paridade de gênero e o combate à violência. Outra premissa apresentada, pela Convenção de Belém do Pará, foi a de compreender as relações hierárquicas de poder baseadas no sexo e no gênero. “A violência contra as mulheres é uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”. A segunda premissa foi relevante para ampliar as discussões, em torno das relações de gênero, e compreender as relações de poder. De acordo com Scott (1995, p.86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e

o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Em conformidade com a autora, o gênero não é a única forma de constituir relações de poder, mas ele é um elemento central utilizado, em diferentes culturas e contextos, para assegurar hierarquias e criar/reforçar divisões sociais, baseadas nos sexos, nesse sentido, o gênero é utilizado para firmar o poder político masculino, ao exercer a divisão entre homens e mulheres, estabelecendo não, apenas, uma dicotomia, mas uma estrutura de subalternidade nas relações de gênero. Para Scott (1995, p.92), “A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento”. Desse modo, assegurar poder político seria destituir as mulheres desse local, tendo em vista que esse exercício de poder é associado à masculinidade, sendo essa, muitas vezes, destituída do processo de generificação, apresentando-se enquanto universal. Esse Homem não seria sexo e nem gênero, porque guardaria o status de geral; as outras, segundo Scott (2019), seriam as mulheres, generificadas e sexualizadas, a partir da diferença e excluídas, desse modo, do fazer política nos espaços de poder.

Mas, essa abordagem da universalidade do sujeito masculino vem sendo discutida e contraposta, ao longo do tempo, pelos estudos de gênero, semelhante aos estudos raciais, que demonstram a racialidade do sujeito branco, que era visto de maneira universal, mas os estudos da branquitude²⁹ apresentam a construção das diferentes racialidades. O gênero e o sexo passam a ser compreendidos dentro dos estudos das masculinidades. Analisamos, com esses contrapontos de geral e específico, universal e particular, os modos de relações de poder, a partir do gênero, e o quanto isso dialoga no campo político.

Retomando a discussão sobre a Convenção de Belém do Pará no Brasil. O documento dialoga com esse debate, que reconhece a construção sócio-cultural dos sexos e as relações de poder, a partir do gênero, no artigo 5º, alínea b, discorre que: “o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação”. O artigo fala sobre a garantia de liberdade às mulheres e que esse direito precisa ser assegurado, combatendo estereótipos que subalternizam esse sujeitos, fomentando preconceitos que são

²⁹Cf.: SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, n.26 (1), p.83-94, 2014. BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) USP. 2002.

construídos a partir do sistema sexo-gênero³⁰. Esse sistema, segundo Rubin (2017), é responsável pela socialização, pelas diferenças, entre os próprios indivíduos, além de ter finalidades econômicas e políticas. Mais uma vez, gênero e política estão relacionados a partir da perspectiva de poder criada entre as relações, que foram estabelecidas pela diferença, e permeiam os diferentes espaços, público e privado, conseqüentemente, a esfera da política institucional, os altos cargos de comando, sejam eles no legislativo, executivo e judiciário. A desigualdade, nas relações de gênero, provocou debates e a elaboração das legislações que vêm sendo apresentadas nessa pesquisa.

O documento da Convenção de Belém do Pará mostra, em sua quarta premissa, que: “A eliminação da violência contra as mulheres é condição para o desenvolvimento igualitário.” (2015, p. 508). A compreensão das desigualdades, nas relações sociais entre homens e mulheres, observada pela Convenção, demonstrou que o documento procurou responder às demandas de equidade e assegurar os direitos humanos das mulheres. Essa legislação, criada com a Convenção de Belém do Pará, contribuiu para formular, no Brasil, a Lei nº 11.340 de agosto de 2006, que:

cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Art. 1º, Lei 11.340/2006).

Essa legislação, conhecida por Lei Maria da Penha,³¹ foi um marco, no combate à violência doméstica, no país, reconhecida internacionalmente como uma das normativas mais avançadas nesse campo. Essa normativa possibilitou aprofundar o debate, em torno da questão da violência contra as mulheres, compreendendo diferentes fatores e maneiras dessa

³⁰ RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu editoras, 2017. 114 p.

³¹ A Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha, trouxe esse nome, devido a um caso que ganhou repercussão internacional de denúncia de violência doméstica. Maria da Penha foi vítima de uma dupla tentativa de feminicídio, em 1983, por parte do seu marido, na época, levando o caso para o judiciário, o primeiro julgamento só ocorreu em 1991. Na ocasião, o réu foi declarado culpado, mas permaneceu em liberdade. Em 1996, houve o segundo julgamento, em que o ex-marido, também, foi condenado, mas continuou em liberdade. Em 1998, Maria da Penha, junto a outros órgãos, levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em 2001, o Brasil foi responsabilizado, por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. A partir de 2002, foi formado um consórcio de ONGs feministas, para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar, em 2006, com a aprovação, o governo resolveu adotar o nome de Maria da Penha, pela importante trajetória de luta contra a violência e a impunidade. Informações disponíveis no site: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>

violência se manifestar. Ao reconhecer e identificar outras expressões de violência, além da física, a Lei nº 11.340 possibilitou compreender as diversas formas de abuso, que são perpetradas contra as mulheres, baseadas a partir do gênero.

Então, tipificar a violência sexual, patrimonial, psicológica e moral apreende essas expressões, no ambiente familiar e doméstico, mas também sugere que essas manifestações ocorram em outras esferas. Ademais, relacionamos essas legislações, para demonstrar o diálogo, entre elas, e os avanços que foram obtidos, a partir das Convenções e da elaboração de tratados internacionais que preveem o combate à violência contra a mulher.

Demonstramos a relação entre a Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha, mas há outra legislação relevante: a Lei nº 9.504 de setembro de 1997, aprovada no Brasil posterior à Convenção, que previa a adoção de cotas partidárias para as mulheres, nas eleições da Câmara dos Deputados, totalizando trinta por cento das vagas. De acordo com o artigo 10º, parágrafo 3º: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”.

A legislação de cotas eleitorais, no Brasil, entrou em vigor com a aprovação da Lei 9.100 de setembro de 1995, a qual previu o quantitativo para as eleições municipais, que ocorreram no ano seguinte, para os cargos de vereança, com o percentual de vinte por cento das vagas. Com a Lei nº 9.504/97, o percentual passou de vinte por cento para trinta por cento e teve vigência a partir das eleições da Câmara dos Deputados. Todavia, o número de trinta por cento, previsto pela Lei, era para a reserva de vagas e não, necessariamente, para seu preenchimento. Apenas, em 2009, com a Lei 12.034, essa regulamentação foi alterada e os partidos tiveram que preencher, ao invés de, apenas, reservar, o quantitativo referente às cotas.

As cotas partidárias foram/são discutidas por diferentes autores que pensam suas possibilidades. Mas, ao mesmo tempo, suas limitações, em relação à participação efetiva das mulheres, às candidaturas e às eleições. A aprovação da Lei já previa sua insuficiência, com relação a mudanças mais substanciais do sistema eleitoral, segundo Martins (2007, p.22):

O prévio entendimento de que a fragilidade do mecanismo de cota não apresentava garantia de mudanças no sentido de deslocar e/ou incluir atores, pode ter sido um dos motivos pelo qual ele obteve certa aceitabilidade por praticamente todos os parlamentares, independente da filiação partidária. Os dispositivos do projeto de lei, apresentados anteriormente, parecem ter convencido os legisladores de que as cotas possuíam baixa capacidade para alterar a lógica do processo eleitoral do país.

De acordo com a autora, a aprovação da Lei das cotas não significou grandes avanços nem mudanças, na dinâmica eleitoral, tendo em vista as inúmeras possibilidades de burlar as cotas partidárias e, ainda, manter a hegemonia de homens candidatos e eleitos. Diferentes mecanismos foram, e continuam sendo, utilizados para barrar a entrada de mulheres na vida política institucional. Por exemplo, as questões que dizem respeito ao financiamento de campanhas, ao tempo de propaganda e a candidaturas fictícias são situações que demonstram as inúmeras dificuldades para ingressar nessa esfera. Essas situações, a depender do contexto, podem se enquadrar como formas de violência política, visto que têm por intuito dificultar o acesso de mulheres aos espaços de poder. É o que apresenta Roberta Laena (2020, p.98), ao defender que os usos de candidaturas fictícias, para burlar as cotas partidárias, pode ser compreendido como uma forma de violência política, “quando são usadas apenas para completar a chapa e cumprir a cota de gênero”. Nessa perspectiva, a Lei nº 9.504/97, apesar de significar uma mudança no legislativo, no que se refere à participação das mulheres, não conseguiu interferir, de maneira mais profunda, nas estruturas do sistema, tendo em vista suas falhas em relação à aplicabilidade da lei.

É importante ressaltar que a aprovação das legislações, referentes às cotas, dialogam, diretamente, com a adoção do Brasil a tratados internacionais, que previam o avanço de mulheres em cargos políticos, a exemplo da Convenção de Belém do Pará, em 1994, e da Conferência de Pequim em 1995. De acordo com Martins (2007, p.19):

Para atender à Plataforma de Ação Mundial da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, assinada pelo Brasil em setembro de 1995, foi incluído um dispositivo de cotas na Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelecia normas para a realização das eleições legislativas municipais seguintes. Tal Plataforma recomendava ações afirmativas para a aceleração da diminuição das defasagens quanto às exclusões das mulheres dos centros de poder político.

A Conferência de Pequim, realizada pela Organização das Nações Unidas, foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher e, semelhante às anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980 e México, 1975), buscou abordar diferentes situações, experienciadas pelas mulheres, desde as vulnerabilidades sociais, situação de violência, até a pouca participação nos altos cargos de comando e decisão. De acordo com Viotti (2006, p.148):

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, foi sem dúvida a maior e a mais importante delas: pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher.

A Conferência, equivalente a outros tratados, buscou debater a situação das mulheres, na sociedade, e a promoção de direitos e políticas públicas voltadas para esses sujeitos. Dentre esses direitos, o acesso a cargos de decisão, tendo em vista que a Conferência reconheceu avanços, em relação às anteriores, mas destacou pontos relevantes que deveriam ser vistos com preocupação, pelos Estados-parte, a saber: “Todas as formas de violência contra a mulher; desigualdade entre mulheres e homens no exercício do poder e na tomada de decisões em todos os níveis; imagens estereotipadas das mulheres nos meios de comunicação e na mídia e desigualdade de seu acesso aos mesmos e participação neles”. (1995, p.162-3). Os pontos destacados dialogam, diretamente, com a discussão de mulheres, nos espaços de poder, com suas dificuldades, em acessar esses locais, e com as inúmeras violências que são direcionadas a tais sujeitos. Salientamos que o último ponto, referente aos estereótipos atribuídos às mulheres, pelos meios de comunicação, era um mecanismo utilizado para propagar formas de violência simbólica e psicológica em diferentes momentos.

Os Estados-parte e as Nações Unidas tinham conhecimento, desde a Convenção de Belém do Pará, acerca das dificuldades de acesso das mulheres à vida pública e à política e que essa questão representava um desafio para as democracias do globo, contudo, elas foram reforçadas na Conferência de Pequim. Além disso, é perceptível a fragilidade da promulgação da Lei de cotas, no Brasil, visto que o país a adotou, muito mais, como uma forma de protocolo a seguir, diante da participação na Conferência de Pequim, fazendo com que não houvesse medidas mais contundentes que permitissem o acesso de mulheres aos altos cargos de decisão. As contradições da legislação de cotas, no país, foram sentidas, desde sua aprovação, quando, no 10º artigo, previa: “Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher”. À medida que as cotas foram de vinte por cento para trinta por cento, a Lei elevou, para cento e cinquenta, o percentual máximo de registro de candidaturas, o que, na prática, resultou em um aumento de vagas para homens. Essa cláusula de escape, conforme Laena (2020), permitiu que o impacto da legislação de cotas fosse minimizado e, conseqüentemente, diluiu a participação das mulheres.

Esse artigo, entretanto, foi alterado, pela Lei nº 14.211 de outubro de 2021, prevendo em sua nova redação: “Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no

total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um)”. As alterações realizadas na legislação, ao longo dos últimos anos, demonstram que há o reconhecimento do baixo impacto das cotas, na política representativa, mas também, reconhece as diferentes manobras realizadas, pelos partidos políticos, com o intuito de burlar a Lei, sendo assim, a tentativa é garantir que as cotas sejam mais efetivas, no intento de que mais mulheres consigam participar com chances reais de concorrer e de serem eleitas.

As discussões, sobre as cotas e os seus desdobramentos, vêm sendo realizadas por diferentes autoras/autores³². Gostaríamos de destacar a relação das cotas com a perspectiva de violência política de gênero, visto que o próprio *modus operandi*, de burlar a legislação, pode ser encarado enquanto uma expressão de violência. Nesse sentido, as manifestações da violência política cerca diferentes searas de participação e busca minar a efetividade da legislação, desamparando as possíveis candidatas e eleitas.

O caminho legislativo, no Brasil, em relação à participação das mulheres na política institucional, é longo e vem sendo debatido, desde a conquista do voto feminino e da inserção desse direito no Código Eleitoral, conforme já discutimos. Ao passo em que o debate sobre violência política tem ganhado mais espaço, as alterações, nas legislações, vêm sendo feitas, demonstrando que o acesso às discussões, acerca da categoria, tem permitido que muitas mulheres identifiquem as ações de violência, para além disso, denunciem e exijam que medidas sejam tomadas em relação aos casos denunciados³³.

Compreender a categoria de violência política é buscar identificar suas diferentes formas de expressão, mas também perceber que a violência é instrumentalizada por grupos que visam um objetivo. De acordo Arendt (2019, p.99), “a violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la”. Nesse sentido, o objetivo é manter as mulheres fora dos espaços de poder e de decisões. Ademais, a violência, nas suas diferentes faces, é o mecanismo utilizado para a realização desse propósito. Além disso, Arendt nos chama a atenção para pensar a normalização da violência,

³²Lúcia Avelar, Clara Araújo, Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Jairo Nicolau são alguns nomes que vêm desenvolvendo trabalhos, na área de ciências políticas, e que já responderam, em certa medida, sobre os impactos das cotas no sistema eleitoral brasileiro.

³³“Cidadania expulsa Fernando Cury do partido após caso de importunação sexual”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica> Acesso: 03 de junho de 2022. Isa Penna, deputada estadual pelo PSOL de São Paulo, denunciou o caso de assédio, em dezembro de 2020, à Alesp. O deputado teve a perda de mandato temporária por 180 dias e foi afastado da Assembleia Legislativa de São Paulo. A decisão tomada por unanimidade para a suspensão do deputado Fernando Cury foi inédita na casa legislativa.

posto que, ainda, é uma pauta, pouco explorada, para pensar a relação com a política. Consoante a autora (2019, p.23):

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. [...] Isso indica quanto a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas.

A arena política seria esse local de disputa e as expressões de violência fariam parte dessa competição. Arendt (2019) questionou a naturalização da violência e a maneira como ela é vista de modo a representar uma forma característica das relações sociais. Quando a violência é compreendida, enquanto instrumento, ela, de algum modo, torna-se justificada, visto que há algo maior a ser atingido. Essa naturalização da violência não é surpreendente, ela dialoga com o que apresentamos, até agora, mas também, define possibilidades para pensar outras formas de sociabilidade e de compreender as relações humanas, que não naturalizam as ações de violência.

No decorrer do avanço das legislações, a violência passou a ser vista de outra maneira, que não mais a corriqueira. Mas, o processo de deslegitimar uma ação violenta não foi fácil e continua sendo abordado pelos movimentos de mulheres. As Leis nº 11.340 e nº 13.104³⁴ versam sobre as violências contra a mulher e foram avanços no campo legislativo do país. Mas, enfrentam resistência quanto à sua aplicabilidade. A categoria violência política de gênero vem tomando forma desde as primeiras convenções, que discutiram a violência como algo a ser combatido.

Nesse sentido, ressaltamos a relevância dos acordos internacionais e das conferências realizados, ao longo das últimas três décadas, os quais vêm abordando o tema da violência, mas também, da participação feminina na vida pública e o direito à cidadania. Discorreremos sobre e apresentamos outros que nos permitem compreender a maneira de sistematizar a categoria de violência política de gênero. Entre eles, há o Consenso de Quito, ocorrido em 2007, no Equador, que discutiu acerca da democracia paritária. Essa Conferência é outro marco relevante, para pensar a participação política das mulheres, na América Latina e no Caribe, similar à Convenção de Belém do Pará. O Consenso de Quito ocorreu na X

³⁴A Lei nº 13.104: “Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos”. Conhecida por lei do feminicídio, ela foi aprovada, em março de 2015, sendo fruto de mobilizações e reivindicações sociais e feministas.

Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, tendo sido ratificado por todos os países que integram a Região. Os dois pontos centrais de discussão da Conferência foram: “Análise da contribuição das mulheres para a economia e a proteção social, especialmente em relação ao trabalho não remunerado e participação política e igualdade de gênero nos processos de tomada de decisões em todos os níveis”.

Essas discussões vinham sendo colocadas, desde a CEDAW, e foram problematizadas ao longo da realização de outras conferências. Mas, destacamos essa Conferência, junto à Convenção de Belém do Pará, pois ambas ressaltaram o conceito de paridade e trouxeram, à tona, a perspectiva de uma democracia paritária, a partir das discussões de igualdade de gênero, na política e o combate à violência. Na introdução do documento da Conferência, foi apresentado o que se compreende por paridade, ao dizer que:

A paridade, mais do que um conceito quantitativo, é a expressão da redistribuição do poder em três âmbitos específicos: o mercado de trabalho, a tomada de decisões e a vida familiar. O debate sobre a paridade põe em evidência que o cidadão não é neutro, que a cidadania é construída sobre modelos masculinos e que o acesso à representação se dá em um cenário de caráter sexuado, caracterizado pela exclusão — não acidental, mas, antes, estrutural— das mulheres. (2007, p.04).

A paridade foi elemento central, no Consenso de Quito, para pensar as democracias e o fortalecimento dessas, mas também, no intento de promover o desenvolvimento das mulheres da Região³⁵, tendo em vista que a discussão de paridade, realizada na Conferência, pensou eixos que compunham a participação política, a vida familiar e o ambiente de trabalho. Assim, é relevante compreender que essas discussões foram sendo ampliadas, em decorrência da mobilização de diferentes movimentos feministas, da participação de mulheres na política institucional e na esfera pública. E, nesse aspecto, destacamos os dois conceitos, que foram analisados na Conferência: cuidado e paridade, esses sendo debatidos de maneira analítica, compreendendo que estão relacionados e que devem ser discutidos para se pensar em democracia paritária.

[...] o fenômeno da paridade é analisado como um horizonte desejável para fortalecer a democracia. Sugere-se que a consecução da igualdade de gênero em todas as esferas, especialmente a política, deve acompanhar as mudanças na família e no mundo do trabalho que são abordadas na seção seguinte. A paridade é uma necessidade da democracia que requer o compromisso de todos e faz parte da

³⁵Quando citamos: Região, estamos nos referindo à América Latina e Caribe, conforme é abordado no documento produzido na Conferência de Quito e em outras Conferências que ocorreram posteriormente. Logo, optamos por utilizar o mesmo termo que consta no documento.

indispensável renovação dos sistemas políticos e seus instrumentos: os partidos (2007, p.07).

A paridade foi apresentada como uma forma de fortalecer as democracias da Região e demonstrar que os partidos políticos, nesse sentido, têm total responsabilidade de contribuir para que se alcancem índices mais paritários. Ora, diante das discussões de fraude, relacionadas às políticas de cotas, que são realizadas pelos próprios partidos políticos, compreendemos que esses são peças-chave, no caminho para se construir uma democracia paritária, para permitir que mais mulheres acessem a cargos de liderança, desde funções nos próprios partidos até cargos do poder legislativo e executivo.

É necessário destacar a discussão, apresentada pelo Consenso de Quito, que ressaltou a busca por uma democracia paritária, porque a Região vivenciou governos autoritários, em diferentes países, principalmente, a partir da década de 1960. Nesse aspecto, há a defesa da democracia enquanto forma de governo. Além disso, uma democracia paritária é a afirmação de que a Região tem buscado formas mais equivalentes de organização e desenvolvimento. De acordo com o documento:

O debate sobre a democracia, a governabilidade democrática e o gênero mostra as tensões e, também, as pontes que se estendem entre as definições habituais de democracia — como um sistema político constituído por instituições representativas — e as contribuições do feminismo mediante o questionamento das dicotomias, a redefinição da fronteira entre o privado e o público e a extensão da noção de democracia dentro das famílias. O debate também procura identificar cenários de diálogo com as políticas públicas a fim de facilitar a transversalidade da análise de gênero. (2007, p.12).

A Conferência reconheceu, no debate, as limitações da democracia, as possibilidades de torná-la mais efetiva e abordou as discussões, entre público e privado, as quais dialogam com a participação das mulheres na política. É importante frisar que, no período da Conferência, tanto o Chile, quanto a Argentina tinham governos de mulheres à frente da presidência, respectivamente, Michelle Bachelet³⁶ e Cristina Kirchner³⁷, as quais se tornaram

³⁶Michelle Bachelet foi eleita em 2006, pelo Partido Socialista, sendo a primeira presidenta do Chile. Foi eleita novamente em 2014, tendo em vista o sistema eleitoral chileno só permitir reeleição para prefeitos e vereadores. Ver: MALTA, M. J. M; FONSECA, L. N. M. O Chile em perspectiva: o primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet e as projeções e desafios para o segundo mandato. Anais. XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio de Janeiro, agosto de 2014. pp.1-13. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais>. Michelle Bachelet foi eleita em 2018, para o cargo de alta comissária de Direitos Humanos da ONU.

³⁷Cristina Kirchner foi eleita em 2007, tornando-se a primeira mulher eleita a assumir a presidência na Argentina. Na época da primeira eleição, Cristina Kirchner era a primeira-dama do país, casada com o então presidente Nestor Kirchner, ela foi reeleita, em 2011. Em 2019, concorreu enquanto vice-presidente junto a Alberto Fernández, que saiu vencedor.

as primeiras presidentas em seus países. Fazemos esse diálogo, com os países vizinhos da América Latina, porque sabemos que há conexões que influenciam as organizações políticas, sociais e culturais. Dessa forma, o partilhar de experiências conecta-se em diferentes regiões do globo. Logo, as vivências desses países, ao eleger suas primeiras presidentas, dialogaram e criaram pontes conectivas com os outros países da Região. Nesse sentido, apreendemos que a História Global busca compreender esses fenômenos, que se dão no campo da globalização, pensando essas trocas e interações, conseqüentemente, influências sobre diferentes regiões e contextos. De acordo com Conrad (2019, p.132):

Uma das tarefas da história global enquanto perspectiva está precisamente em compreender a relação de diferentes causalidades que operam a uma grande escala. [...] é útil compreender a integração global, não como resultante de um único fator, mas como produto de estruturas que se sobrepõem.

A história global não é uma metodologia de pesquisa, que busca dar conta do globo e do fenômeno da globalização como um todo. Mas, ela tem buscado compreender as relações e as interações, por diferentes perspectivas, a partir de uma óptica local, que se desdobra para compreender as conexões com outros espaços. Assim, de acordo com Hartog (2013, p.178): “A identificação de conexões é, antes de tudo, um instrumento para revisitar, substituir histórias excessivamente unívocas, dissimétricas, desiguais, e para sair das empacadas histórias nacionais e coloniais”. Esse diálogo pode ser pensado junto ao surgimento dos estudos subalternos, na América Latina, que propõem uma perspectiva decolonial dos estudos e da pesquisa. É necessário situar que o Consenso de Quito, as discussões sobre paridade, na América Latina e Caribe, e as eleições de mulheres, para a presidência de países sul-americanos, aconteceram no período concomitante ao chamado giro decolonial³⁸. Não é nosso intuito aprofundar os debates teóricos, metodológicos, propostos pela corrente decolonial, mas é necessário pontuar que o período estava marcado por essas discussões, que vinham avançando e que continuam promovendo o debate, principalmente, no chamado Sul Global³⁹.

³⁸“‘Giro decolonial’ é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”. (BALLESTRIN, 2013, p.105).

³⁹O Sul Global é uma nova definição para se referir ao termo Terceiro Mundo. A definição, segundo Santos *et al* (2016, p.16) “O conceito de Sul não aponta exclusivamente a uma geografia. É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão”.

Nesse aspecto, o Consenso de Quito pontuou diferenças, entre o chamado Norte Global e o Sul Global, evidenciando especificidades da região da América Latina e Caribe. Apesar de compreender as influências de outros movimentos, de acordo com o documento:

As lutas das mulheres da América Latina pela cidadania e pela representação política apresentam especificidades derivadas das características económicas, sociais e institucionais dos países e da sua posição no cenário mundial em diferentes momentos da história. Embora os movimentos de mulheres da Região se tenham inspirado nas várias correntes europeias e estadunidenses do feminismo, suas estratégias e o curso da luta travada deram ensejo a reflexões e pensamentos que refletem uma perspectiva própria. (2007, p.21).

Mesmo não abordando a questão das epistemologias do Sul e as discussões decoloniais, o documento produzido, no Consenso de Quito, pensou as especificidades da Região, compreendendo diversas maneiras, na organização dos movimentos feministas, dos movimentos de mulheres, mas também, das reivindicações e, conseqüentemente, na maneira de operar e pensar a paridade no contexto local. Ademais, o documento, produzido na X Conferência, pensou os impactos das cotas, nos países da Região, e os possíveis avanços e/ou retrocessos, após a adoção da legislação, que previu um percentual mínimo para as mulheres candidatas. O texto procurou discorrer sobre as limitações da legislação das cotas, nos diferentes países que adotaram o modelo, as conseqüências disso, no caminho da paridade de gênero, as principais estratégias e propostas e a relação da discussão da paridade com questões étnico-raciais, tendo em vista que o percentual de mulheres, em espaços de poder, era reduzido e quando há o recorte, para pensar mulheres negras, indígenas, ciganas e transgênero, o número é muito menor, posto que é:

Um desafio sobre o qual todas as ministras e autoridades em matéria de gênero manifestaram opiniões coincidentes nos foros virtuais e nas reuniões sub-regionais preparatórias da Décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe é o da promoção da participação ativa dos setores historicamente excluídos, como os das mulheres indígenas e afrodescendentes. É necessário fazer frente ao racismo institucional, estrutural, jurídico e cotidiano que as mulheres indígenas enfrentam, que se traduz em uma participação desse segmento muito menor do que a do resto da população feminina. (2007, p.53).

É interessante compreender esses movimentos, em relação às discussões étnico-raciais, porque os feminismos negros e latino-americanos vinham dialogando para apresentar diferenças e intersecções que precisavam ser pensadas no movimento de mulheres. O Consenso de Quito, ao abordar essa temática, demonstrou estar ciente dos processos interseccionais da Região, mesmo com limitações. Além disso, semelhante à Convenção de

Belém do Pará, o documento não trouxe uma resolução específica, no que concerne à violência política de gênero, mas abordou, em seu desenvolvimento, a violência como um fator de inibição à participação de mulheres na política.

A violência contra as mulheres também é um importante fator limitante que se observa tanto no âmbito privado quanto no público. Neste último caso, a violência se traduz geralmente em agressões psicológicas e verbais às mulheres que participam de processos políticos, o que provoca situações de temor às sanções sociais causadoras de dano inclusive à vida familiar (2007, p.53).

No documento, ficam perceptíveis as ações que se configuram enquanto violência política de gênero e as suas consequências para a vida de mulheres, que ingressam na política institucional, mas também, em movimentos sociais e partidos políticos. O Consenso de Quito avaliou a violência, nos diferentes espaços, e compreendeu que, na esfera pública/política, a violência tinha por intuito coibir as mulheres da ação política. Posteriormente, seria analisada, como violência política de gênero, e sancionada em alguns países da Região. Além disso, o documento ressaltou diversas maneiras que a violência tem de se expressar, seja ela psicológica, verbal, física e sexual, apenas, para citar algumas formas.

A Conferência, realizada em Quito, abordou a violência, como entrave para alcançar a democracia paritária, tendo em vista a dificuldade de acesso das mulheres aos espaços de poder. Ademais, o texto não problematizou, de maneira mais enfática, as ações de violência, porque casos mais graves, que resultaram em assassinatos, foram praticados, posteriormente, e ganharam maior repercussão, acendendo um sinal de alerta para os extremos da violência política de gênero.

Como consequência da violência política, tivemos o caso da vereadora boliviana Juana Quispe, assassinada, em 2012, depois de denunciar casos de corrupção, de realizar queixas de assédio e de tentar aprovar uma lei de proteção às mulheres contra a violência política. Juana Quispe Apaza foi a primeira mulher eleita vereadora, em Ancoraimes, na província de Omasuyos, departamento da capital, La Paz, na Bolívia. Seu corpo foi encontrado, próximo ao rio Orkojahuirá, em março de 2012, com marcas de violência.

O caso de Juana Quispe teve bastante repercussão, na Bolívia e na América Latina, fazendo com que o país aprovasse, dois meses depois, a Lei 243, *Ley Contra El Acoso y Violencia Política Hacia Las Mujeres*. Essa normativa, aprovada em 2012, tornou-se um marco, por ser a primeira lei autônoma, no mundo, a prever sanções aos casos de violência política de gênero. A legislação apresenta, no 2º artigo, que: “La presente Ley tiene por objeto

establecer mecanismos de prevención, atención, sanción contra actos individuales o colectivos de acoso y/o violencia política hacia las mujeres, para garantizar el ejercicio pleno de sus derechos políticos”.

Essa Lei boliviana foi relevante para aprofundar as discussões, em torno dos casos de violência contra as mulheres, nas esferas de poder, e as suas consequências, tendo em vista que a promulgação ocorreu após o assassinato de Juana Quispe, que já vinha sendo vítima de ameaças. O jornal boliviano *Correo del Sur* abordou a morte da vereadora, em 2019, com a seguinte manchete: “*Juana Quispe, crónica de un asesinato anunciado*”⁴⁰, parafraseando o livro de Gabriel García Márquez, *Crónica de uma morte anunciada*⁴¹, no qual todos sabiam que o personagem seria assassinado, mas ninguém se importou. Todos ficaram inertes, diante da situação, não dando credibilidade para as ameaças até que ela foi concretizada. Nesse aspecto, é interessante perceber a analogia que o jornal trouxe, porque Juana Quispe já vinha realizando denúncias, havia tido grandes dificuldades, em assumir o cargo de vereança, em 2010, sofreu ameaças, para que renunciasse a vaga, chegando a discorrer sobre essas questões; “*Me arrastraron, me quisieron hacer renunciar a la fuerza. Mi hijo tiene 10 añitos y no han respetado a mi hijo*”⁴² (Jornal *Correo del Sur*, 15 de setembro de 2019). A narrativa de Juana Quispe, apresentada pelo jornal, demonstrou que ela tinha consciência das ameaças e havia denunciado isso ao parlamento. A correlação com a crônica de Gabriel García Márquez é válida, porque questionou a inércia do Estado, diante da violência política de gênero, que resultou no assassinato da vereadora, em 2012.

O caso de Juana Quispe foi um marco para compreender as ações mais extremas da violência política de gênero, que podem resultar no assassinato de mulheres que ousam integrar a esfera pública. Outros casos de violência foram recorrentes, haja vista que

⁴⁰O jornal *Correo del Sur* apresentou uma reportagem, sobre o assassinato da vereadora Juana Quispe Apaza, em 2012. A reportagem de 2019 discorreu sobre a impunidade do crime, anos depois, e abordou que muitos sabiam das ameaças que a vereadora vinha sofrendo, por isso a analogia com o livro de Gabriel García Márquez. A reportagem encontra-se disponível online no site do jornal:

https://correodelsur.com/panorama/20190915_juana-quispe-cronica-de-un-asesinato-anunciado.html

⁴¹O livro de Gabriel García Márquez foi publicado, pela primeira vez, em 1981. O romance discorreu sobre um assassinato, que todos tinham conhecimento, com exceção da vítima, e antecipa em suas primeiras linhas a narrativa: “No dia em que o matariam, Santiago Nasar levantou-se às 5h30 da manhã”. O destino de Santiago era conhecido, por outros personagens, mas não despertou comoção, indignação, tampouco preocupação, diante do que iria ocorrer, a áurea de condescendência, diante do anúncio do assassinato, acompanhou a trama do livro.

⁴²A entrevista foi realizada, antes do crime, porém, em 2019, na reportagem, feita pelo jornal, eles trouxeram, novamente, a narrativa de Juana Quispe para debater sobre a impunidade de seu assassinato.

assassinatos⁴³, em campanhas políticas, resultados de eleições, já tinham acontecido. Todavia, o de Juana Quispe trouxe a discussão de gênero para o debate. Já ressaltamos que a violência é utilizada como instrumento, para se alcançar determinados fins, na política, e que, muitas vezes, as ameaças e as discussões são interpretadas como fazendo parte da esfera pública, o que encobre casos de violência política de gênero e/ou resulta na forma mais extrema, que é o assassinato de candidatas e/ou eleitas.

A construção simbólica de que a política institucional é um campo de batalha e, por isso, algumas ações de violência são permitidas, está voltada a uma ideia de constituição de certa masculinidade, que prevê a violação como algo que integra um rito. De acordo com Welzer-Lang (2001, p.463):

Nos primeiros grupos de meninos, se “entra” em luta dita amigável (não tão amigável assim se acreditamos no monte de choros, de decepções, de tristezas escondidas que se associam a eles) para estar no mesmo nível que os outros e depois para ser o melhor. Para ganhar o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens. Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências.

Nesse aspecto, a política integra esse lócus que é encarado como um espaço de disputa e de poder. Um lugar que, historicamente, pertenceria aos homens. Afinal, eles são educados para os campos de batalha, para as guerras e para competir e ganhar. Welzer-Lang (2001) discutiu a abordagem dessa educação masculina, baseada em diferentes violências, que são efetivadas contra os próprios homens, posteriormente, em oposição a outros sujeitos, por exemplo: as mulheres. Ainda, segundo o autor (2001, p.463): “O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem ‘amaldiçoar’ – para integrar o círculo restrito dos homens”. O modelo binário de gênero reproduz estereótipos, que são voltados para mulheres e homens, tendo em vista que há um padrão de feminilidade e de masculinidade, a ser atingido pelos sujeitos, no processo de socialização. Essa educação promovida, em torno da dicotomia homem/mulher, público/privado, menino/menina, azul/rosa, é levada para a política institucional, a qual se apresenta como esse espaço dicotômico, que estaria reservado aos homens. E, nessa perspectiva, as mulheres, que ousam participar dessa arena, devem estar preparadas para suportar, tais como os homens, as

⁴³Em menos de 30 anos, 72 políticos foram mortos no Brasil. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-menos-de-30-anos-72-politicos-foram-mortos-no-brasil/>. A reportagem de 2012 da Revista Carta Capital aborda casos de assassinatos de políticos no Brasil, apenas uma mulher é citada na reportagem, os motivos são, geralmente, divergências políticas. Mas, a violência chama a atenção para a fragilidade democrática e para a impunidade dos crimes, visto que muitos não foram solucionados.

adversidades do local. Na análise de Tássia de Pinho (2020), acerca dos processos na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, no Brasil, as relatorias reproduzem esse modelo de oposição e de construção do binarismo.

A segunda representação ao Coética, considerada por esta pesquisa como um caso de violência de gênero, foi a nº 02 de 2015, impetrada pelo PC do B em face do deputado Alberto Fraga. Este foi acionado em função de suas falas em plenário, nas quais afirmou que: [...] *mulher que bate como homem tem que apanhar como homem também*, e em seguida que: [...] *mulher que participa da política e bate como homem tem que apanhar como homem também* (BRASIL, 2015 a, REP 02, p. 2). (PINHO. 2020, p.09. Grifo nosso).

Destacamos a fala, do então deputado, para analisar a reprodução de um modelo de masculinidade, o qual apregoa, nesse caso, que as mulheres, que se dispõem a participar da política, devem arcar com as consequências e serem tratadas semelhante aos homens, associando a um padrão de violência. A ideia de que as participantes da política devem estar mais próximas de um ideário masculino é reproduzida pelos homens e por algumas mulheres. Nesse sentido, a performance de gênero contribui para analisarmos as maneiras de portar-se, nos espaços públicos e de poder, reforçando comportamento e exigindo maneiras específicas de adaptação. Para Butler (2017, p.242), “O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero”.

A autora trouxe para o debate o conjunto que compõe a performance, associado ao gênero, a partir de gestos, vestimentas, movimentos que podem ser encarados como naturais e espontâneos, mas que integram uma performatividade que regula os corpos e associa ao gênero. Assim, quando o deputado destacou que *mulher que bate como homem tem que apanhar como homem também*, a performatividade está em cena, no que tange ao comportamento que é associado ao homem, sendo reproduzido por uma mulher. Desse modo, há uma espécie de performance a ser mantida, na política institucional, pelas mulheres. Mesmo de maneira não dita, a tentativa é performatizar algo que se assemelha a características ditas do masculino, em uma tentativa de aproximação. A política, como esse *não-lugar*, para as mulheres é mais restrita quando pensamos performances de feminilidade.

Assim, de maneira hábil e não verbal, o campo da política institucional vem sendo constituído, como um lócus masculino, e as mulheres, que participam desse espaço, performam, muitas vezes, comportamentos, gestos e movimentos que são atribuídos aos

homens. É uma dimensão simbólica das disputas e do poder que se transmuta, em diferentes espaços, corpos e na performance de gênero. Isso acentua, diversas vezes, o binarismo, porque reforça associações e padrões de comportamento, estereotipando sujeitos e formando valores, em torno de condutas, que são postos como certos e/ou errados.

Nessa perspectiva, é comum percebermos críticas associadas à estética e à aparência de mulheres parlamentares, simbolicamente, há uma expectativa de modelo a ser adotado pelas que estão na política. Todavia, essa mesma questão é utilizada para reforçar o *não-lugar* das mulheres, na política, tendo em vista que há ataques, difamações e violências simbólicas voltadas à aparência feminina, à estética, aos comportamentos, aos gestos e às falas.

É relevante compreender todo o mecanismo que compõe a política e, em certa medida, contribui para deixar as mulheres fora desses espaços. Assim, a violência se manifesta de maneira simbólica, afetando psicologicamente as mulheres, que atuam na vida pública, buscando subestimá-las, a partir de um ataque contra seus corpos, pois, nesse sentido, é muito simbólico um corpo que difere de tantos outros nos espaços de poder. Esses corpos são linguagem, que atuam nos sistemas de símbolos, e vão sendo constituídos a partir dela. Logo, há disputa de poder, segundo Bourdieu (1989, p.14): “o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define em uma relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos”.

O poder simbólico está voltado à crença de que há legitimidade desses sistemas simbólicos, por exemplo, a linguagem. Bourdieu (1989) sugeriu que as palavras, sozinhas, não exercem essa função de poder, elas se tornam legítimas a partir de quem as pronuncia e da convicção que elas exercem sobre os sujeitos. Desse modo, quando a violência política se manifesta, por meio da linguagem, ela exerce poder, compreendendo essas prerrogativas. A linguagem é formadora, constituinte, conforme discorre Lacan (2005), nesse sentido, os sujeitos estão inscritos pelo simbólico, porque se constituem a começar da linguagem. Assim, as disputas de poder estão atravessadas, nos diferentes campos, tendo em vista que eles dialogam com os processos de construção das identidades, das subjetividades e das trocas nas relações sociais. As violências são parte de um fenômeno complexo, que dialoga com a linguagem e com as constituições dos sujeitos que reproduzem e que são vitimados por elas. A política está inserida nesse sistema, que produz e reproduz esses códigos, submetendo

sujeitos ao poder simbólico, o qual é exercido pelos que detém de alguma forma uma ordem hierárquica nesses espaços.

De acordo com Koselleck (2020), o ser humano se serve da linguagem e a utiliza, quando se movimenta, pensa e age. Conforme o autor, a linguagem não é, apenas, instrumento, posto que é parte ativa, nos processos de codificação da realidade histórica, quando analisamos os processos históricos. Quando investigamos a linguagem, como esse espaço simbólico de construção das subjetividades dos sujeitos, compreendemos que esse campo difere da história, mesmo sabendo das suas relações. Mas, dialogamos com essa área com o intuito de compreender as diferentes manifestações de violência, que são inscritas, também, por meio da linguagem. Sabemos, entretanto, que existem experiências que escapam, ao método de compreensão, bem como há certos limites no processo de interpretação. Koselleck (2020) abordou essa perspectiva, quando sugeriu um campo extra-linguístico, no qual determinados acontecimentos históricos escapam do narrar. Portanto, a tentativa de historicizar a violência política de gênero tem suas limitações, quando pensamos que determinadas experiências vividas por sujeitos vitimados, por esse tipo de violência, esquivam-se do campo interpretativo e da narrativa.

Todavia, quando analisamos o percurso histórico, pelo qual a violência política de gênero foi se constituindo, enquanto conceito, buscamos, minimamente, apresentar as nuances que cercam a categoria, compreendendo sua formação, sua identificação e o seu processo interpretativo ao longo das últimas três décadas. Ainda, de acordo com Koselleck (2020), nós precisamos de conceitos para integrar as nossas experiências na linguagem. Quando a violência política de gênero começa a ser identificada - nesse sentido, é relevante compreendermos que o processo de identificação dialoga, diretamente, com a formação da categoria - observamos que é possível compreendê-la em seu *modus operandi*, que busca afastar determinados sujeitos da esfera pública. Nesse processo de identificação, a partir das experiências, a categoria vai sendo formulada, com o intuito de apreender sobre os processos que cercam essas práticas. Para Koselleck (2020, p.65):

Toda vida humana é constituída de experiências - sejam elas novas e surpreendentes ou de natureza repetitiva. Precisamos de conceitos para fazer ou reunir experiências e integrá-las à vida. Precisamos deles para fixar as experiências fugidias, para saber o que aconteceu e para conservar o passado em nossa linguagem.

O autor discorreu que os conceitos surgem com a tentativa de compreender as experiências e buscam integrar uma relação interpretativa do passado, objetivando apreender

o que se passou, um desafio, ao responder sobre o passado, que é integrado à linguagem por meio de conceitos. Assim, a língua e a formação das categorias de análise geram significados interpretativos de experiências, de acordo com Koselleck (2020, p.69):

A linguagem é tanto receptiva quanto produtiva; ela registra e, ao mesmo tempo, é um fator de percepção, do conhecimento e do saber. Nenhuma realidade se deixa reduzir à sua interpretação e à sua figuração linguística, mas sem essas performances linguísticas não existe - pelo menos para nós - qualquer realidade.

É preciso que estejamos atentas às interpretações e aos significados dos conceitos estudados, tendo em vista o caráter polissêmico da categoria, mas também, uma semântica que atribui caráter científico ao método interpretativo. Assim, a violência política de gênero vai ganhando contorno, à medida que novos significados são atribuídos a ela e novas identificações vão ocorrendo, em um processo de compreender a experiência e dar significado, diferenciando de outras experiências de violência, mas dialogando com discussões que já estão postas. Porque, as mudanças, no contexto do campo histórico, sugerem uma nova análise a partir das categorias. Nesse sentido, a semântica e a história dos conceitos ajudam na compreensão sobre a realidade, em transformação, pois ela precisa ser compreendida de um novo modo. A partir disso, entendemos que o conceito de violência ou de violência de gênero não abarca todas as experiências de mulheres vítimas de violência, na política, em decorrência do gênero, porque a multiplicidade de significados, que permeiam a categoria, demonstra a necessidade de pensar novos conceitos, como é o caso de violência política de gênero. Por isso, apresentamos que identificar as ações de violência, na seara política, permitiu formular a categoria de análise.

Essa conceituação ganhou fôlego a partir da década de 1990. Nesse sentido, é importante destacarmos que os conceitos são datados e têm historicidade - vem sendo debatido e interpretado, na medida em que novas formas de identificação da violência contra as mulheres, na política, vêm sendo discutidas. Portanto, retornamos à questão das legislações e das conferências realizadas, pois foram/são relevantes para pensar o processo de formação dessa categoria. Outra importante conferência realizada, para pensar a paridade política e a participação das mulheres, foi a Estratégia de Montevideu que ocorreu, no Uruguai, em 2016.

A Estratégia foi lançada, durante a XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, e formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Semelhante ao Consenso de Quito, esse tratado reuniu objetivos e propostas, para os países da Região, tendo como intuito buscar a democracia paritária e o

combate à violência contra as mulheres. Na Estratégia de Montevideu, foi traçada a meta para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável, até 2030, a qual previu uma série de objetivos que têm buscado alcançar a igualdade de gênero na Região. Para isso, alguns pontos relevantes foram apresentados, na Estratégia, tais como:

O aprofundamento e a qualificação das democracias e a democratização dos regimes políticos, socioeconômicos e culturais. Ambos têm como condição obter a paridade na distribuição do poder. Portanto, a democracia paritária como critério (quantitativo e qualitativo) constitui um pilar central para gerar as condições para o exercício pleno dos direitos humanos e a cidadania das mulheres. (CEPAL, 2017, p.20).

O documento produzido, na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, aproxima-se do que foi apresentado no Consenso de Quito. O referido pensou a democracia paritária, como algo crucial, para o desenvolvimento das mulheres na Região. Assim, a Estratégia de Montevideu pensou eixos de implementação, que dialogavam com a Agenda Sustentável, para implementar políticas públicas que colaborem para diminuir a desigualdade de gênero na América Latina e Caribe.

Essa Conferência dialogou com as anteriores e com os objetivos que já vinham sendo buscados pelas demais discussões. A Estratégia de Montevideu trouxe, para o centro dos seus debates, a democracia paritária para discutir os direitos das mulheres e o acesso à cidadania. Análogo a outros documentos, ela não apresentou medidas específicas relacionadas à violência política de gênero, todavia, denominou mecanismos de combate à violência contra as mulheres e reforçou a importância da participação desses sujeitos, na política institucional, como forma de garantir democracias mais efetivas na Região. De acordo com o documento (CEPAL, 2017, p.26): “Estabelecer mecanismos que garantam a inclusão paritária da diversidade de mulheres nos espaços de poder público de eleição popular e designação em todas as funções e níveis do Estado”.

A paridade tornou-se a principal meta, em busca da igualdade de gênero, prevista na Agenda de Desenvolvimento Sustentável, configurando-se como mecanismo de acesso das mulheres à cidadania e à participação efetiva, nas diferentes esferas de poder, no Estado. Assim, o documento previu medidas de incentivo e proteção às mulheres integrantes de diferentes organizações políticas e movimentos sociais, tais como; feministas, lideranças indígenas, afrodescendentes, trabalhadoras rurais, LGBTQIA +, dentre outras. Ainda, segundo o documento, uma das medidas foi (CEPAL, 2017, p.26):

Criar e manter um ambiente seguro e propício para a participação plena e efetiva da sociedade civil através de um quadro normativo habilitante, um sistema de proteção de direitos humanos que salvaguarde as liberdades e garanta o acesso efetivo à justiça, à informação pública oportuna e a canais de participação cidadã, inclusive mecanismos de consulta prévia, livre e informada às comunidades rurais e camponesas, povos indígenas e grupos étnicos.

Desse modo, a Estratégia de Montevideu buscou discutir a participação feminina, na política, compreendendo os embates que existiam para a adesão de mulheres a cargos de poder na Região. Nesse sentido, o documento firmado, entre os países que integravam a CEPAL, teve por intuito fortalecer as ações e as medidas de combate à discriminação contra a mulher, intensificar as políticas públicas e a garantia dos direitos humanos para mulheres e crianças. É relevante pontuar que os países que compõem a CEPAL integram a Agenda de Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia de Montevideu, isso significa que os 33 países, que constituem a América Latina e o Caribe, firmaram o acordo na busca por democracia paritária.

Alguns países da Europa e América do Norte mantêm vínculo com a CEPAL e com as estratégias formuladas pelo órgão. Todavia, iremos nos ater a pensar os países da Região, que são próximos e que vêm exercendo um diálogo sobre a participação das mulheres, na política, nas últimas décadas. A Estratégia destaca esse papel da Região no combate às violações de direitos contra as mulheres. De acordo com o documento (2017, p.7):

A América Latina e o Caribe destacam-se por ser a única região do mundo onde, há quatro décadas e de maneira ininterrupta, os Estados se reúnem para debater e se comprometer politicamente a erradicar a discriminação contra mulheres e meninas e a desigualdade de gênero e avançar rumo à garantia do pleno exercício da autonomia e dos direitos humanos das mulheres e meninas.

As diferentes Conferências, ocorridas nos últimos anos na Região, serviram de destaque e proporcionaram a ampliação do debate, em relação à atuação das mulheres na vida pública e política, a saber: a criação da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Havana, em 1928; a realização da Primeira Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, no México, D.F., em 1975, e a primeira Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, em Havana, 1977.

Essas são exemplos de Conferências relevantes para discutir os direitos das mulheres, o combate à violência e à discriminação e a participação desses sujeitos, na política

institucional, em esferas de poder e decisão. Tais normativas são pertinentes, porque proporcionaram a criação de parâmetros para que os Estados-parte elaborassem políticas públicas e legislações que versassem sobre proteção, combate e prevenção à violência contra às mulheres nas suas diferentes manifestações. Mesmo compreendendo que essas normativas não alcançam a multiplicidade dos sujeitos, já que há uma ineficácia em relação à sua aplicabilidade, no cotidiano das diferentes mulheres, reconhecemos a relevância dos acordos e das agendas construídas, ao longo dessas décadas, visto que houve o fomento ao debate, a fim de possibilitar a promoção de políticas que possam ser mais eficazes.

Dessa maneira, ao destacarmos essas Conferências, compreendemos que elas colaboram no processo de identificação das violências. Dentre elas, a violência política de gênero, haja vista elas terem fomentado o debate, em torno da cidadania das mulheres, o acesso à participação mais efetiva, na política, o combate à violência de gênero e criaram possibilidades para que os Estados-parte intensificassem suas políticas em busca de democracia paritária e igualdade de gênero.

Posterior a Estratégia de Montevidéu, foi adotada, em 2017, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na vida política. Essa legislação buscou “contribuir no processo de harmonização entre a Convenção de Belém do Pará (1994), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e os diferentes quadros jurídicos nacionais sobre a violência política contra as mulheres” (ONU, 2021, p.6). Tal normativa dialogou com a Convenção de Belém do Pará. A Lei Modelo, de 2017, passou a prever uma norma para a violência política contra as mulheres, ademais buscou combater essa prática, tendo por lócus a América Latina e o Caribe. Esse dispositivo jurídico compreendeu categorias, como: público e política, desenvolvendo diversas medidas para assegurar os direitos das mulheres, em diversos âmbitos, como: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, órgãos eleitorais, partidos políticos, dentre outros. Além disso, ela é relevante, porque reconhece a violência política de gênero como uma grave violação aos direitos humanos das mulheres e uma ameaça às democracias.

[...] Violência contra a mulher na vida política significa qualquer ato, conduta ou omissão, realizado diretamente ou por meio de terceiros, que, com base em seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou mais mulheres e que tenha o propósito ou efeito de prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício de seus direitos políticos. A violência contra a mulher na vida política pode incluir, entre

outras a, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica. (OEA, 2017, p.26-27. Tradução nossa)⁴⁴.

A Lei Modelo de 2017 é um marco importante, pois representa a primeira tentativa de definir a violência política de gênero e problematiza a questão, tendo por base a incorporação no ordenamento jurídico interamericano e internacional. Essa norma veio amparada com a aprovação da Lei 243/2012, na Bolívia, que tipificou ações de violência política e de assédio contra as mulheres. Nesse aspecto, é importante compreender os avanços, em termos de legislações, nos últimos dez anos, visto que esse país foi o primeiro da Região a adotar uma Lei sobre violência política de gênero.

A ONU Mulheres Brasil destacou o papel da América Latina, no avanço de políticas de combate à violência de gênero, nas instâncias de poder. Conforme destacado, a Bolívia foi pioneira ao adotar uma normativa específica de combate à violência política de gênero, todavia, outros países da Região incluíram, em suas legislações, normas de combate a esse tipo de violência.

O Equador introduziu, em sua legislação, em 2018; a Argentina aderiu, em 2019; Panamá, em 2013; Uruguai, em 2018; Peru, em 2016; Paraguai, em 2016; México, em 2020 e Brasil, em 2021. Esses países incorporaram em leis já existentes ou criaram normativas que abrangem a violência política de gênero, prevendo sanções e medidas para combater as ações de violência no ambiente político motivado pelo gênero.

No Equador, a Lei nº 175/2018. *Ley Orgánica Integral para Prevenir y Erradicar la Violencia Contra las Mujeres*, tem por objetivo “prevenir e erradicar todos os tipos de violência contra mulheres, crianças, adolescentes, jovens, adultas e idosas, em toda sua diversidade, nas esferas pública e privada; especialmente quando estão em múltiplas situações de vulnerabilidade ou risco”.

A Argentina, com a Lei nº 27.533/2019, previu no artigo 1º: “*El objeto de la presente ley es visibilizar, prevenir y erradicar la violencia política contra las mujeres*”. No Panamá, a Lei nº 82/2013 incorporou a violência política de gênero, definindo-a como “discriminação no acesso a oportunidades para ocupar cargos públicos e acessar recursos públicos, bem como cargos de eleição popular ou posições relevantes dentro dos partidos políticos”.

⁴⁴[...] “violencia contra las mujeres en la vida política” cualquier acción, conducta u omisión, realizada de forma directa o a través de terceros que, basada en su género, cause daño o sufrimiento a una o a varias mujeres, y que tenga por objeto o por resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio de sus derechos políticos. La violencia contra las mujeres en la vida política puede incluir, entre otras, violencia física, sexual, psicológica, moral, económica o simbólica”. (OEA, 2017, p.26-27).

No Uruguai, a Lei nº 19.580/2018 - Violência contra as mulheres baseado no gênero, identificou a violência política como: “todo ato de pressão, perseguição, intimidação, assédio ou qualquer tipo de agressão a uma mulher ou sua família, em sua condição de candidata, eleita ou no exercício da representação política, para impedir ou restringir o livre exercício de seu cargo ou induzi-la a tomar decisões contra sua vontade”.

No Peru, o Plano Nacional Contra a Violência de Gênero (2012-2019) incluiu o assédio político contra as mulheres e o definiu como forma de violência. No Paraguai, a Lei nº 5.777, de Proteção Integral das Mulheres contra todas as formas de Violência, incorporou a violência política contra as mulheres como mais um dos modelos de violência de gênero. No México, o Protocolo para Combater a Violência Política contra as Mulheres foi elaborado e tipificado, por meio de decreto em 2016, o qual é considerado um dos mais completos da Região.

Por fim, a Lei nº 14.192/2021 foi sancionada no Brasil, que foi um dos últimos países a incorporar a violência política de gênero em seu ordenamento jurídico. Essa normativa brasileira estabeleceu “normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher”. Nesse sentido, a Lei foi um importante avanço, no campo das discussões de gênero e violência, porque identificou, e, acima de tudo, designou mecanismos de combate à violência política de gênero. Essa normativa fez alterações no Código Eleitoral de 1965, na Lei dos Partidos Políticos de 1995 e na Lei das Eleições de 1997. Nessa conjuntura, essas legislações são relevantes, conforme estamos discutindo, posto que permitem a identificação desse tipo de violência. A partir disso, é possível compreender as diferentes manifestações que violam os direitos políticos das mulheres e o acesso à cidadania, aos órgãos públicos e à esfera de poder e decisão.

A Lei brasileira foi sancionada no contexto de muita pressão dos movimentos feministas, movimentos de mulheres e intensas mobilizações, que buscaram criminalizar diversas ações violadoras dos direitos das mulheres no espaço público. Após 2016, com intensas manifestações misóginas proferidas contra a presidenta Dilma Rousseff, o Brasil passou a intensificar as discussões sobre violência política de gênero, compreendendo, principalmente, as manifestações de assédio, constrangimento e humilhação.

Todavia, em 2018, ocorreu o assassinato da vereadora carioca, Marielle Franco, o qual, ainda, não foi solucionado⁴⁵, mas os indícios evidenciam que o crime ocorreu por

⁴⁵Em 24 de março de 2024, a Polícia Federal, prendeu três suspeitos de serem os mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. O deputado federal, Chiquinho Brazão, o irmão dele, Domingos Brazão,

motivações políticas. O assassinato dela aprofundou o debate, em torno da violência, tendo em vista o caráter interseccional que envolveu a vítima. Marielle Franco tinha sido uma das vereadoras⁴⁶ que mais recebeu votos, nas eleições de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Ela era mulher, negra, bissexual, mãe e oriunda da comunidade da Maré do Rio de Janeiro. Todos esses marcadores sociais podem ser entrecruzados, para pensar a interseccionalidade de um sujeito, compreendendo as multiplicidades que o envolvem e as reproduções das desigualdades sociais que marcam esses sujeitos. De acordo com Hirata:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014).

Assim, o eixo das intersecções busca compreender as identidades e as desigualdades que criam e estereotipam os sujeitos nos processos de sociabilidade. Nesse sentido, essa intersecção é experienciada no âmbito político que reproduz normas e condutas. A Lei nº 14.192/2021 trouxe um aumento da pena para quem cometer violência política de gênero baseado, também, em raça, cor e etnia.

Apesar de não abordar o termo interseccional, a Lei dialoga com as discussões sobre racismo e misoginia. Mesmo entendendo que qualquer mulher, que venha a integrar a política institucional, pode ser vítima da violência política de gênero, independente de pertencer a partidos ditos de esquerda ou direita, sabemos que há outros marcadores sociais, que se entrecruzam, impulsionando diversas manifestações de violência, por exemplo, o racismo e a classe. Nesse aspecto, é relevante discutir a violência política de gênero compreendendo essas nuances que, muitas vezes, podem não ser observadas com afinco. É necessário identificarmos e apresentarmos quem são as mulheres mais sujeitas a sofrer violência política, tendo em vista o entrecruzamento de eixos de opressão.

De acordo com a análise feita pelo *site* Gênero e Número, no primeiro turno das eleições municipais de 2020, apenas, seis por cento (6%) das mulheres, eleitas para

conselheiro do Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro e o delegado Rivaldo Barbosa, que era o chefe da Polícia Civil do Rio e comandou as investigações do caso.

⁴⁶Com 46.502 votos, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais bem votada na cidade do Rio de Janeiro, em sua primeira disputa eleitoral. A vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi executada no dia 14 de março de 2018, quando retornava de uma roda de conversa na Lapa carioca.

prefeituras e câmaras, eram negras, mesmo esses sujeitos representando um número muito expressivo da população brasileira. Os dados coletados, no Tribunal Superior Eleitoral, demonstraram que a política institucional é uma barreira para as mulheres, a qual pode apresentar mais entraves, quando, além do gênero, a classe e a raça são marcadores sociais de diferença. Segundo a análise do *site* Gênero e Número:

As mulheres negras foram 84.418 candidatas à vereança, mas só 3.634 acabaram eleitas, representando 6% nas novas câmaras municipais. No executivo, a sub-representação é ainda pior: de 856 candidaturas femininas negras, até agora foram eleitas 209 à prefeitura, o que significa que as mulheres negras são o grupo menor representado nas prefeituras brasileiras (4%).

O perfil das prefeitas não mudou muito, em relação às eleições anteriores, visto que de 2017-2020, o número de mulheres negras eleitas, para as prefeituras municipais, foi de três por cento (3%)⁴⁷. Além disso, de acordo com os dados analisados de 2017-2020, apenas, sete por cento (7%) dos municípios brasileiros eram governados por mulheres, mesmo elas representando mais da metade do eleitorado no país. Outro dado relevante, apontado pela pesquisa do Instituto Alziras, é que, em todas as cinco regiões do Brasil, mais de sessenta por cento (60%) das candidatas, que concorreram nas eleições de 2016, tinham algum familiar envolvido na política institucional. Podendo ser elas, esposas, filhas e netas de homens envolvidos na política, algumas, possivelmente, sendo instrumentalizadas, nesse jogo político, outras não chegam a apresentar pautas e discussões, que representem avanços nas políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres, reproduzindo os estereótipos e as misoginias, já existentes, na esfera política⁴⁸.

O pânico moral, suscitado pelo movimento político da “ideologia de gênero⁴⁹”, tem sido utilizado por mulheres conservadoras que integram a bancada, no Congresso Nacional, junto a muitos homens no Parlamento. Isso representa um retrocesso, nos direitos das

⁴⁷Dados coletados do Tribunal Superior Eleitoral- TSE e apresentados em relatório pelo Instituto Alziras, em 2018.

⁴⁸Negreiros Persson, J. (2021). Os discursos sobre gênero das deputadas ultraconservadoras bolsonaristas . *Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso*, 21(1), 104–126. <https://doi.org/10.35956/v.21.n1.2021.p.104-126>.

⁴⁹O sintagma “ideologia de gênero”, conforme sugere Junqueira, R. D. (2018), surgiu, no início dos anos 1990, em um regime de colaboração entre a Igreja Católica, a Protestante e grupos chamados de Pró-vida, que são contrários ao direito ao aborto, além de defensores da família heterossexual. Ainda, de acordo com o autor: “‘Teoria de gênero’, ‘ideologia de gênero’ e suas variações não são meras locuções. São sintagmas neológicos fabricados, na forma de rótulos e slogans políticos, e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização. Em outras palavras, ‘teoria’ e ‘ideologia de gênero’, mais do que operarem como disposições de percepção e classificação, agem, também, como poderosas categorias de mobilização política”. (2018, p.459).

mulheres, visto que 01 a cada 04 projetos apresentados tende a ser desfavorável sobre os direitos das mulheres⁵⁰. Essa discussão é persistente, porque significa dizer que a eleição de mulheres não representa, necessariamente, um avanço nas discussões políticas e nos direitos delas. Mas, ao mesmo tempo, é necessário compreender que essas mulheres conservadoras, constituintes do parlamento, podem ser vítimas de violência política de gênero⁵¹, apesar de reproduzirem estereótipos e reforçarem os papéis sociais do gênero, elas participam da política institucional e estão passíveis de sofrer represálias por isso.

Nesse aspecto, a violência política de gênero é um instrumento de manutenção do poder masculino, na política institucional, à medida que mais mulheres ingressam na esfera pública, o número de casos de violência cresce, demonstrando um efeito proporcional, que visa impedir/barrar as mulheres de acessar esses espaços independente de elas pertencerem a partidos mais conservadores ou não. Não encaramos a violência política de gênero, apenas, como uma resposta, já que ela é muito mais, funcionando como um mecanismo de poder e controle que há muito tempo vêm sendo executado.

Nessas últimas décadas, a diferença é que as mulheres denunciam mais e as legislações têm avançado no sentido de prevenir e combater as violências contra esses sujeitos. Isso acontece, porque o processo de identificação dos tipos de violência foi sendo debatido desde a CEDAW até a Lei 14.192/2021. Identificar e caracterizar a violência política de gênero representa reconhecê-la e, mais que isso, sugerir possibilidades de combate às suas manifestações, desde os casos de assédio moral/sexual, ameaças e humilhações até os assassinatos, que representam o ápice da violência política.

Assim, no percurso legislativo apresentado, a tentativa foi demonstrar os avanços em termos de normativas. Entretanto, não significa dizer que houve grandes alterações, mas foram construídas possibilidades e tentativas dos Estados-parte ao debater e propor medidas mais eficazes de combate à violência política de gênero. Além disso, procuramos apresentar que essas legislações foram relevantes no processo de identificação da violência. Isso permitiu a formação da categoria de análise. Retomamos nossa introdução, para apresentar Maria Luíza Menezes Fontenele, que foi eleita prefeita de Fortaleza, no período de redemocratização

⁵⁰<https://azmina.com.br/reportagens/1-a-cada-4-projetos-de-lei-sobre-direito-das-mulheres-no-congresso-sao-des-favoraveis/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

⁵¹Joice Hasselmann virou alvo de ataques de grupos ligados ao então Presidente da República, após anunciar sua candidatura à Prefeitura de São Paulo, depois de romper com a base governista. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-confirmar-candidatura-joyce-e-alvo-de-ataques-de-bolsonaristas-nas-redes,70003423307>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

brasileira, em 1985. Como tantas outras mulheres, ela vivenciou a resistência de seus pares, na política institucional, quando assumiu a vaga no executivo. A partir desse caso, iremos abordar melhor sobre a identificação das violências no campo político.

2.2. MARIA LUÍZA FONTENELE

Maria Luíza Menezes Fontenele é uma mulher reconhecida, no Ceará, principalmente, em Fortaleza, capital do estado. Sua atuação política teve início, na década de 1970, quando foi eleita deputada estadual, por dois mandatos, pelo então MDB⁵², sigla permitida, durante a ditadura militar brasileira, que realizava oposição à ARENA⁵³, no período do bipartidarismo brasileiro.

Maria Luíza Fontenele nasceu, no dia 27 de novembro de 1942, em Quixadá-CE. Cidade, do sertão cearense, distante 168 km de Fortaleza. Ela iniciou sua educação formal em uma escola religiosa na cidade natal. Aos 15 anos de idade, mudou-se para Fortaleza, para dar continuidade ao estudo, também, em um colégio vinculado à Igreja Católica: o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Depois, ingressou no Colégio Liceu do Ceará, sendo localizado no centro da capital.

Sua formação política esteve vinculada ao movimento estudantil e à Juventude Estudantil Católica⁵⁴ (JEC), tendo participado dos atos favoráveis à implementação da garantia do direito à meia estudantil, posteriormente, fez parte da Juventude Universitária

⁵²Movimento Democrático Brasileiro. O Partido foi fundado, após a implantação do bipartidarismo, no país (1965-1979) e contou com membros do PTB, PSB, PSD e outros partidos, que deixaram de existir nesse período. Ver: BERG, Oscar Augusto; BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva; CARDOSO, Suliane. Entre Arena e MDB: análise das trajetórias dos remanescentes do Partido Libertador frente à ruptura democrática de 1964. *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 473-494, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7132>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

⁵³ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. “A Arena, partido de sustentação político-parlamentar dos governos militares pós-1964, absorveu (ano base de 1979) a maior parte dos deputados federais que, durante o período do multipartidarismo, pertenceram aos quadros parlamentares da União Democrática Nacional (UDN — 70), do Partido Social Democrático (PSD — 60), do Partido Democrata Cristão (PDC — 14) ou do Partido Republicano (PR — dez), de um total de 231 deputados”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

⁵⁴A Juventude Estudantil Católica era um grupo da sociedade civil, organizado pela Ação Católica Brasileira (ACB), que estabeleceu forte vínculo com o Movimento Estudantil, a partir da década de 1950. Posteriormente, integrou o que Gavião chamou de Esquerda Católica e Ação Popular, no período da ditadura militar. Ver: GAVIÃO, Fábio Pires. *A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007.

Católica⁵⁵ (JUC), quando cursava Serviço Social, na Escola de Serviço Social, vinculada à Universidade Federal do Ceará (UFC). Maria Luíza Fontenele foi uma das responsáveis por fundar o curso de Ciências Sociais, na mesma instituição, ocupando o cargo de professora.

Maria Luíza Fontenele é professora universitária aposentada pela UFC. Atualmente (2024), integra o grupo político Crítica Radical, o qual tem sede em Fortaleza⁵⁶; não é vinculada a nenhum partido político, tampouco pleiteou outros cargos políticos, após o fim do mandato como deputada federal que ocorreu de 1991-1995.

Em entrevista à Folha de São Paulo, no ano 2000, Maria Luíza afirmou que não se candidataria mais a nenhum cargo e foi o que ocorreu. A ex-prefeita não participou mais do cenário político institucional e passou a defender a campanha do “não voto”, desenvolvido pelo grupo ao qual está vinculada, que defende o fim da política, no atual sistema, com partidos e entidades inseridos no capitalismo. Para o Crítica Radical, a proposta de emancipação precisa romper com todos esses mecanismos que sustentam o capital, dentre eles, o sistema político. Segundo a apresentação do grupo, em seu *blog*,⁵⁷ o Crítica Radical, apresenta-se como:

[...] uma experiência de mais de 30 anos de luta. Originalmente atuando dentro do marxismo tradicional, rompeu com esta bagagem teórica, sobretudo a partir do estudo aprofundado dos Grundrisse. Num estudo promovido sobre obras de vários autores a respeito da crise atual pós-queda do muro de Berlim, nos deparamos com o livro "O Colapso da Modernização", de Robert Kurz. Relacionando os elementos teóricos contidos nos Grundrisse com as formulações de Kurz na obra citada, o grupo percebeu que não estava só na linha de raciocínio da crítica radical do valor e do fetichismo da mercadoria.

Esse grupo foi formado, basicamente, pelo chamado “Grupo da Maria”, vinculado à ex-prefeita Maria Luíza Fontenele. Foi fundado por Rosa da Fonseca, Maria Luíza, Jorge Paiva e Célia Zanetti, sendo um dos grupos de esquerda mais antigos, no Brasil, sem vínculo com partidos políticos e com a política partidária. Em 2014, membros do grupo adquiriram um terreno, na cidade de Cascavel, na região metropolitana de Fortaleza, e criaram o sítio: Brotando a Emancipação. A pretensão desse espaço é formar uma comunidade sem a mediação do dinheiro.

⁵⁵A Juventude Universitária Católica é semelhante à JEC, derivada da ACB, integrou o grupo da Ação Popular e da Esquerda Católica.

⁵⁶Localizada na Rua João Gentil, 47 - Benfica, em Fortaleza-CE.

⁵⁷Disponível em: <http://criticaradical.blogspot.com/> Acesso em: 24 de maio de 2022.

A sede do sítio é uma casa bem simples, sem luxo algum, com três quartos, banheiro e cozinha. Alguns dos mais jovens dormem em barracas de camping no quintal. Na parede da varanda, a divisão do trabalho está afixada em duas lousas brancas, com as tarefas escritas em caneta piloto; tanto as atividades domésticas quanto os cuidados com a plantação e os animais são divididos entre todos⁵⁸.

A experiência, no sítio, era conduzida, principalmente, por Rosa da Fonseca⁵⁹, mas há diferentes membros integrando sua construção. Durante a pandemia da Covid-19⁶⁰, não mantive contato com o Crítica, e após a morte de Rosa, não obtive informações de como o sítio está operando. Todavia, a experiência buscada pelo grupo é a da partilha e a de que não exista trocas, refutando o valor dessas entre os produtos, tampouco, que haja dinheiro envolvido, descartando qualquer sistema monetário na comunidade. Rosa da Fonseca era uma das responsáveis pelo sítio e grande amiga de Maria Luíza. No final de 2019, ao entrevistar ⁶¹Maria Luíza Fontenele, ela não estava envolvida nas atividades do sítio Brotando a Emancipação, já que se encontrava em tratamento oncológico, exigindo que estivesse residindo em Fortaleza.

Baseados na obra *O colapso da Modernização* de Robert Kurz e nos *Grundrisse* de Karl Marx, o grupo fez uma interpretação do que o teórico do marxismo apresentaria como o limite do sistema capitalista. Jorge Paiva, um dos fundadores do Crítica Radical, teria realizado essa interpretação, nos *Grundrisse*. Desde então, o grupo adotou essa perspectiva. De acordo com Rocha *et al*, Jorge Paiva e os demais membros do grupo: “baseiam-se para pensar e agir a partir da crítica radical que contempla a teoria do valor-dissociação e do fetichismo da mercadoria encontrado nos *Grundrisse* e n’O Capital de Marx”. (2017, p.2). Realizando uma leitura que difere de vários segmentos marxistas.

Destacamos a formação política de Maria Luíza, desde sua educação religiosa, nos primeiros anos de ensino básico, perpassando o envolvimento com o Movimento Estudantil e Partidos Políticos clandestinos, durante a ditadura militar brasileira, até a formação do Grupo

⁵⁸Informações disponíveis no site Socialista Morena. Disponível em:

<https://www.socialistamorena.com.br/os-novos-cearenses-uma-comuna-na-regiao-metropolitana-de-fortaleza/>
Acesso em: 24 de maio de 2022.

⁵⁹Rosa da Fonseca faleceu, no dia 01 de junho de 2022, aos 73 anos de idade, vítima de um câncer de ovário. Não realizei entrevistas com ela, mas tivemos algumas conversas informais na sede do Crítica Radical. A partida dela aconteceu durante a elaboração desse texto.

⁶⁰Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizou a Covid-19 como pandemia. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, “o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo”.

⁶¹As entrevistas buscaram deixar Maria Luíza à vontade para narrar sua trajetória, usando a metodologia da História Oral, de acordo com Portelli (1996, 1997, 2010), realizamos algumas questões pré-estabelecidas, tais como: Fale sobre a eleição de 1985, quais os desafios enfrentados, o que significou ser mulher ocupando um cargo público no poder executivo, qual a compreensão sobre a Lei de Cotas e por que escolheu se candidatar?

Crítica Radical, pois essa formação colaborou, diretamente, com seu processo constitutivo e impactou em sua gestão à frente do Paço Municipal. A gestão de Maria Luíza foi conhecida pela chamada APF (Administração Popular de Fortaleza). É importante destacar que esse modelo, adotado pela então prefeita e o seu grupo, dialogava com sua trajetória política.

Maria Luíza destacou, em entrevista⁶² realizada por Freire (2017), que a sua formação, no Colégio Liceu do Ceará, permitiu os primeiros contatos com os movimentos sociais, a atividade política, a publicação de jornais da escola, as palestras e outras práticas desenvolvidas na instituição. Posteriormente, em 1962, Maria Luíza ingressou no Curso Superior de Serviço Social. Na época, ele estava se estruturando enquanto curso superior no estado. Nesse mesmo período, o Ceará era governado pelo coronel Virgílio Távora, apoiador da ditadura militar brasileira, que foi instaurada dois anos depois. Nesse sentido, é importante destacar essa questão das administrações de coronéis, no Ceará, porque, durante a gestão de Maria Luíza, ela enfrentou fortes críticas associadas a esse grupo de políticos. Depois do término do ensino superior, Maria Luíza começou a atuar, na docência, no Curso de Ciências Sociais da UFC. Ficou alguns anos morando nos Estados Unidos, enquanto cursou o mestrado em Sociologia, na Universidade de Vanderbilt. Voltando ao Brasil, retornou ao posto de professora universitária e iniciou sua trajetória na política institucional.

Foi eleita deputada estadual, pela primeira vez, pelo MDB em 1979. Nessa época, Maria Luíza já era conhecida, principalmente, em Fortaleza, pelas ações realizadas, em prol de habitação e revitalização de comunidades periféricas, na capital. A proximidade de Maria Luíza Fontenele aos movimentos de base foi crucial para sua eleição enquanto deputada e para a prefeitura, em 1985, contrariando todas as pesquisas de intenção de votos e a grande imprensa local. Todavia, mesmo próxima aos movimentos sociais e de base trabalhadora, ela sempre integrou as camadas médias da sociedade. É necessário identificarmos quem é a mulher analisada, nesta pesquisa, para compreendermos condicionantes que permitiram que ela alcançasse à prefeitura de Fortaleza, sendo a primeira a assumir o cargo na cidade.

Maria Luíza Menezes Fontenele é uma mulher branca, cis, de classe média, natural do interior do estado do Ceará, filha de proprietários de terra. Isso permitiu que ela tivesse acesso ao ensino regular e completasse sua formação em Fortaleza-CE. Maria Luíza, em novembro de 2024, fará 82 anos de idade e continua sendo uma figura lembrada no circuito

⁶²A entrevista foi realizada em 05 de outubro de 2016, por Vitória Chérída Costa Freire e está presente na dissertação de mestrado da mesma, sob o título: Maria Luíza Fontenele: Educação e Inserção Política, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. (2017). 148f.

político cearense. Nossa intenção não é biografar a vida de Maria Luíza, mas compreendemos que, ao analisar sua gestão e a relação disso com a violência política de gênero, precisamos entender sobre processos que contribuíram para a formação política da ex-prefeita. Compreendemos que seria impossível narrar a vida de Maria Luíza, tampouco, é objetivo nosso, porque entendemos os limites desse tipo de narrativa, de acordo com Bourdieu (2006), a vida não é uma linha reta, seguindo a cronologia de começo, meio e fim, e ressalta que tentar narrar nesses moldes é esbarrar com a superficialidade do viver. Segundo o autor (2006, p.189-190):

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Há uma perspectiva de identificar o sujeito analisado, para relacioná-lo ao meio social, cultural e político, que caracterizou a gestão de Maria Luíza à frente da Prefeitura de Fortaleza. Haja vista entendermos que apresentá-la, em nossa pesquisa, é relacionar sujeito a acontecimentos, que não, necessariamente, estão associados à figura da ex-prefeita, mas contribuem para compreender a estrutura que cercava sua administração popular, sabendo que esses eventos foram dados de maneira sobrepostas, muitas vezes, divergentes e sem apresentar uma linearidade. Assim, apresentamos Maria Luíza Fontenele na tentativa de apreender, um pouco mais, sobre sua gestão e a violência política de gênero.

3. CAPÍTULO II. “FORTALEZA PRECISA DE UM PREFEITO MACHO”

Sexta-feira, 15 de novembro de 1985, os fortalezenses retornaram às urnas após 23 anos. Era o fim da ditadura militar brasileira e as eleições, nas capitais, aconteceram de forma direta⁶³. Os candidatos, ansiosos, aguardavam o resultado, que iria definir o novo/a prefeito/a de Fortaleza-CE. Maria Luíza Meneses Fontenele (PT) votou, pela manhã, às 10h45min, no Centro Médico Cearense, na 34ª seção da terceira zona eleitoral. As eleições de 1985 pareciam acirradas para os candidatos Paes de Andrade (PMDB) e Lúcio Alcântara (PFL), os quais ocupavam, respectivamente, a primeira e a segunda colocação nas intenções de voto. Embora fosse a terceira colocada nas pesquisas, Maria Luíza, votou com otimismo e confiança. No dia 18 de novembro, o jornal *O Povo*, anunciou: *Povo leva Maria ao Poder* e o jornal *Diário do Nordeste*, destacou: *Maria é Prefeita. PT saudações*. Maria Luíza Meneses Fontenele, 42 anos de idade, candidata pelo Partido dos Trabalhadores, assistente social, professora universitária e militante política, tornou-se a primeira prefeita de Fortaleza-CE. Um marco, na história da cidade, surpreendendo os adversários políticos, os empresários, a militância, o Partido e o próprio grupo de Maria⁶⁴.

Quais fatores levaram Maria ao poder? Que dificuldades foram encontradas na campanha? De que maneira foram utilizadas as estratégias que permitiram a vitória da candidata eleita por um partido, recém-fundado, com poucos recursos financeiros e possuindo uma base partidária frágil? Neste segundo capítulo, buscaremos responder a essas questões, analisando a campanha de Maria Luíza e a sua vitória em 1985. Já apresentamos um pouco da mulher, Maria Luíza Fontenele, no capítulo anterior. Agora, buscaremos analisar quais foram os pontos mais destacados da personalidade e do carisma da ex-prefeita, que foram utilizados, na campanha, e que contribuíram para a sua chegada ao Paço Municipal.

Fortaleza, capital do Ceará, era administrada, há muito tempo, pelos chamados coronéis⁶⁵, sob a tríade: Aduino Bezerra, Cesar Cals e Virgílio Távora, esses eram nomes conhecidos, no estado, com ligação direta à ditadura militar. Em 1985, José Maria de Barros

⁶³Nas eleições de 1985, não houve votação para a vereança, em Fortaleza-CE, apenas, para o cargo do poder executivo. As eleições, no Ceará, ocorrem em outros municípios, como: Amontada, Cruz, Forquilha, Icapuí, Itarema, Milhã, Paraipaba, Quixelô, Umirim e Varjota, os quais contaram com eleições para o executivo e o legislativo.

⁶⁴Por vezes, iremos adotar o nome Maria, porque esse foi utilizado assim na campanha.

⁶⁵Nosso intuito, na pesquisa, não é discorrer sobre a discussão do coronelismo no estado. Para mais, cf.: LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder. Coleção Selo Universidade, 1995.

Pinho era o prefeito da cidade pelo PMDB, tendo sucedido o César Cals Neto, que havia sido exonerado, quando Gonzaga Mota⁶⁶, então governador do Ceará, rompeu com o PDS⁶⁷ e filiou-se ao PMDB em 1985. O cargo da prefeitura foi outorgado a Barros Pinho, que tinha uma trajetória pelo partido, vinculado às lutas democráticas. Essas desavenças, que ocasionaram a exoneração de César Cals Neto e a nomeação de Barros Pinho, contribuíram para o desgaste do PMDB, ao longo do ano, e influenciaram a campanha eleitoral de 1985. Gonzaga Mota, governador do estado, foi levado ao cargo de maneira indireta⁶⁸, em 1983, pelo PDS, diante do chamado “acordo de Brasília”, no qual o nome dele foi definido, entre os três coronéis citados, e o, então presidente militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo. Nesse sentido, buscamos destacar os jogos políticos e as tensões que cercaram as eleições de 1985. De fato, o PMDB era o favorito e o nome de Antônio Paes de Andrade era o mais provável para o Paço Municipal, então, o que permitiu com que Maria Luíza fosse a mais votada, tornando-se a primeira prefeita?

Além desses fatores, p. ex. o desgaste político do PMDB, Fortaleza vivenciava uma grave crise econômica, semelhante a outras cidades do país após a forte inflação do governo militar. A cidade tentava lidar com a carestia e com a grande massa de migrantes, que havia chegado à metrópole, em decorrência das secas, no início do século XX. Além das greves, em diferentes áreas, principalmente, no setor de transporte público e na área da educação, envolvendo os professores da rede municipal. Esses fatores ajudam a compreender que Fortaleza estava em estado de ebulição, dessa forma, restava saber quando seria o ápice de todos os protestos e descontentamentos da população com a administração do período.

Nesse contexto, destacamos a figura de Maria Luíza, que atuava, como deputada estadual (PMDB), pelo seu segundo mandato. Estando presente, em diferentes manifestações, Maria foi sendo reconhecida, pela sua atuação junto aos trabalhadores, pois participava de passeatas, movimentos grevistas e sindicais, apoiava os trabalhadores e era contrária às ações de repressão cometidas pela polícia. Diante disso, Maria ganhou a simpatia de diferentes categorias de trabalhadores, mas o quanto isso contribuiu para sua campanha?

⁶⁶Gonzaga Mota chegou ao poder, em 1982, após o chamado Pacto dos Coronéis, pelo PDS. A eleição ficou marcada, pela prática clientelista, principalmente, no interior do estado. Cf. BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense: passado e presente. Revista de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1996.

⁶⁷O Partido Democrático Social foi fundado, em 1980, com o intuito de dar continuidade à Aliança Renovadora Nacional (Arena), que era o partido governista e se extinguiu com o fim do bipartidarismo no final de 1979.

⁶⁸Com a ditadura militar, as eleições passaram a ocorrer de forma indireta. O Ato Institucional nº 02/65 previu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente. Já o Ato Institucional nº 03/66 estendeu para Governadores, Vice-Governadores e Prefeitos de capitais dos estados as eleições indiretas.

Começamos a compreender a conjuntura, que cercava Fortaleza, do período. A crise, as greves, os salários atrasados, a falta de infraestrutura, o aumento das periferias e o descaso com esses locais. A cidade vivenciava uma grande crise migratória, na ocasião, milhares de pessoas haviam chegado à capital. Nesse contexto, grandes comunidades surgiram no entorno da cidade. Uma das maiores ocupações foi a favela do José Bastos, segundo Calixto (2002, p.39):

O processo de ocupação e formação da favela da José Bastos refletiu o drama da moradia em Fortaleza, tendo como personagens anônimos os trabalhadores migrantes da seca, desempregados de origem basicamente do interior do estado. A rapidez, a grandiosidade da ocupação e solidariedade das entidades da sociedade civil foi a característica mais marcante do movimento. Em pouco mais de duas semanas cerca de dois mil casebres foram construídos, abrigando uma população em torno de dez mil moradores.

A tentativa de desocupação da José Bastos iniciou-se, na década de 1970, concomitante à organização de movimentos de bairros e ao Movimento pela Anistia. Mas, no decorrer desse processo, surgiram os primeiros conflitos com o governo e com os empresários/donos dos terrenos que reivindicavam a reintegração de posse do solo, que foi ocupado por essas famílias. Esses problemas de urbanização não estavam restritos à Fortaleza, já que diversos centros urbanos experienciaram esse processo, com o crescimento acelerado das cidades, a falta de infraestrutura e de planejamento.

O crescimento vertiginoso das favelas, no Brasil, está imbricado com o processo de urbanização das décadas de 1950-1970. Porém, o surgimento dessas habitações é anterior. No século XIX, essas moradias não eram reconhecidas como favelas, contudo tinham um modelo semelhante ao que há na contemporaneidade. A precarização dessas habitações, nos grandes centros urbanos, esteve ligada, diretamente, à precarização dos trabalhadores, além de “A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana” (MARICATO, 2003, p.158).

Segundo a autora, à medida que as políticas públicas não funcionam e o mercado imobiliário é excludente, as alternativas de habitação tornam-se mais precárias e os grandes conglomerados de ocupações, em diferentes locais urbanos, muitos deles em áreas de risco, passaram a representar uma nova estética para as cidades, a partir da década de 1970, principalmente, nos anos 1980 e 1990. Fortaleza não foi exceção e apresentou essas questões, que passaram a ser um desafio para o governo do estado e para a prefeitura.

Nessa conjuntura, as políticas de desfavelamento surgiram com o intuito de retirar os moradores de zonas de ocupação e levá-los para os conjuntos habitacionais, que tinham sido construídos. A lógica dos residenciais era parte do Plano Nacional de Habitação Popular, todavia, havia algumas ideias contrárias a essas moradias, inclusive, perduram até os dias atuais. Uma das principais críticas é o distanciamento, geralmente, esses residenciais são construídos longe dos centros das cidades. Segundo Barros (2021, p.11), “só a garantia da casa não era suficiente para uma vida digna, eles também precisavam dos elementos urbanos”.

Nesse sentido, a maioria desses residenciais não atendia ao critério básico, o qual previa que, além do direito à moradia, a população tivesse direito à cidade. Outra questão a ser destacada é que esse processo de desocupação, em Fortaleza, esteve ligado à valorização imobiliária de certos bairros, principalmente, na parte litorânea. De acordo com Barros (2021, p. 04), “durante a década de 1970, a capital cearense despejou, removeu e erradicou muitas comunidades, sobretudo, aquelas que estavam localizadas em áreas de alto valor imobiliário, turístico, viário e urbanístico”. Como nos lembra a canção de Fausto Nilo⁶⁹: *quem é rico mora na praia, mas quem trabalha nem tem onde morar*. Nesse cenário, Maria Luíza passou a ser um nome de destaque, pois, no período de desocupação das favelas, integrava a Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF), responsável por realizar as desapropriações. Segundo Maria Luíza⁷⁰:

[...] um emprego que trazia problemas para mim, porque eu organizava o povo para não sair do local de moradia, e a atuação do Serviço Social era de tirar o pessoal para outras áreas, então, essa situação me levou a deixar o emprego, quando eu fui convidada para integrar um grupo de professores para criar o curso de Ciências Sociais, na UFC.

Na entrevista, Maria destacou sua ação paradoxal, diante das ocupações e dos movimentos de desapropriação, demonstrando que se engajava com as demandas populares e aproximava-se das camadas mais pobres e dos trabalhadores. A atuação de Maria, nesse processo, colaborou para o reconhecimento social do seu nome e estreitou, ainda mais, seus laços com os movimentos sociais, p. ex., os de bairros e favelas, que foram se organizando, a partir da década de 1970, reivindicando melhores condições urbanas, com a oferta de serviços

⁶⁹A composição de Fausto Nilo, *Pedras que Cantam*, foi lançada, em 1991, e interpretada, por Dominginhos, em álbum de mesmo nome.

⁷⁰Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

básicos de viabilização de direitos sociais, como: creche, saneamento básico, pavimentação das ruas, transporte público, posto de saúde e coleta de lixo.

Maria destacou, em outra entrevista⁷¹, que a sua administração previa: “uma cidade para as pessoas e não para os carros”. A discussão sobre habitação foi uma pauta importante para sua campanha, tendo em vista que dialogava com objetivos gerais traçados, nacionalmente, pelo Partido dos Trabalhadores. A política habitacional integrava um dos eixos das diretrizes gerais, lançadas pelo Partido, no final de 1979, que previa, na plataforma política partidária, a discussão da moradia em duas das três grandes áreas de discussão: *Melhores Condições de Vida e Trabalho* e na *Questão Nacional*. Em 1979, o Partido dos Trabalhadores (PT) não tinha sido reconhecido e legitimado, tal fato ocorreu, oficialmente, em 1980. Todavia, diferentes sindicalistas e outros membros se articulavam, através de reuniões e eventos, que promoveram a formação do partido. A Plataforma Política - documento analisado - foi fruto dessa organização, que ocorreu nesse período embrionário do PT.

A questão da moradia integrava dois eixos, sendo visualizada como uma questão social, que faria parte tanto da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, principalmente, dos urbanos, como uma questão nacional, que aportava temas mais gerais. Segundo Souza (2006, p.178):

Retoma-se temas mais gerais como a defesa do crescimento econômico com distribuição de renda, a recuperação dos salários, a prioridade para o mercado interno e a agricultura de alimentos, a defesa da educação e saúde públicas, introdução de uma política habitacional visando a construção de moradias populares, reforma agrária com o acesso à terra dos camponeses, garantia de preços mínimos e crédito rural, demarcação imediata das terras indígenas e preservação de seu subsolo e autodeterminação dessas nações.

Conforme o autor, as diretrizes eram bem gerais, semelhantes a outros pontos abordados no documento. A Plataforma Política, a Declaração, as Normas Transitórias e a Nota Contra a Reforma Partidária eram documentos bem genéricos do ponto de vista da amplitude que um Plano de Governo deveria adotar. Sendo assim, quando se refere à moradia, a Plataforma previa a construção de casas populares (conjuntos residenciais), mas sem especificar a maneira como seriam feitas, o investimento, a funcionalidade da política de habitação e outros fatores, que deveriam compor um Plano de Governo. De acordo com Souza (2002, p.176) “a plataforma deveria funcionar como um instrumento de mobilização e

⁷¹Entrevista, 13 de agosto de 2019, realizada pela pesquisadora.

organização, servindo para a formação dos conselhos populares baseados nas entidades operárias, populares e democráticas existentes e com vistas a controlar a administração”. Nesse caso, a Plataforma e outros documentos, produzidos pelo PT nesse período, apresentavam diversas demandas e discussões sociais e políticas. Mas, de maneira geral, não havia um programa para governar, apesar de o Partido ter lançado candidatos, nas eleições de 1982 e, em 1985, o qual foi o ano da vitória de Maria Luíza, em Fortaleza.

Essa questão dos Programas de Governo será melhor discutida, no capítulo III, entretanto, achamos relevante apresentar que algumas das lutas, travadas por Maria Luíza, integravam os ideais do Partido. Antes de sua filiação, em 1985, Maria Luíza já era deputada estadual pelo PMDB. Nesse ano, ela estava no segundo mandato político, mas rompeu com o partido, tendo em vista que a agremiação decidiu apoiar a candidatura de Antônio Paes de Andrade em detrimento da dela. Nessa ruptura, Maria Luíza e o seu grupo filiaram-se ao PT, que contava com poucos núcleos, no Ceará, e começava a ter uma articulação com as classes trabalhadoras. Nesse contexto, Fortaleza apresentava uma dinâmica diferente da existente em São Paulo, cidade de origem do Partido, pois nessa havia uma grande massa de trabalhadores fabris organizados em sindicatos. Na capital cearense, a característica não era um perfil de trabalhador industrial, o que influenciou na maneira de organização da classe trabalhadora. Segundo Souza (2006, p.302): “inexistia, por extensão, um potencial maior de base social e política. Mesmo nas favelas e bairros populares de Fortaleza, o nível de organização e mobilização não eram tão grandes como em outros contextos urbanos”.

A chegada de Maria Luíza e de seu grupo ao PT, em 1985, foi muito importante. Consoante Souza (2002), com o ingresso de Maria e do seu grupo, os núcleos partidários do PT passaram de 20 para 80. A filiação da candidata e do grupo que ela integrava ampliou a base do Partido dos Trabalhadores. Nesse caso, podemos compreender o porquê de o nome de Maria Luíza ter sido escolhido para concorrer às eleições de 1985, pois ela se filiou com esse propósito. O Partido encarou de maneira positiva a oportunidade, apesar de não ter havido grandes expectativas, sobre a vitória da candidata, a pretensão era dar continuidade à ampliação do partido e aproximar-se, cada vez mais, dos movimentos sociais de base.

Nesse aspecto, o PT não previa, necessariamente, uma ação de governança, nos primeiros documentos lançados, inclusive, o Partido negava a possibilidade de governar sob o sistema capitalista. Essa era a posição adotada por Maria e pelo seu grupo político. Entretanto, no lançamento das Teses para a atuação do PT, em 1984, houve uma mudança programática,

que estabelecia a possibilidade de governar. Em um dos eixos abordados, foi destacada a conquista de governos, para atender aos interesses da classe trabalhadora. Segundo Souza (2002, p. 154-155):

[...] o ato de governar passa a ser inserido dentro de uma nova estratégia, em que a institucionalidade, mesmo que pouco assumida naquele momento, também jogaria um peso relevante. De elemento de uma correlação de forças negativa para os trabalhadores e os setores populares, a institucionalidade, agora, é alçada a um campo de luta e de apoio para mudanças mais profundas.

Houve uma mudança significativa, a partir de 1984, em relação aos planos de governar, entretanto, isso não foi suficiente para elaborar um Programa de Governo mais consistente, que assistisse aos candidatos eleitos pelo Partido. Esse fator impactou, em diferentes administrações, desde a Prefeitura de Diadema-SP, conquistada em 1982, passando por Fortaleza, em 1985, para citar duas cidades de maior porte. Maria Luíza e o seu grupo continuaram com a perspectiva de que não seria viável governar administrando o capitalismo, visto que o intuito era fazer a revolução e implementar uma sociedade sem classe. Veremos, no capítulo seguinte, que esse ideal encontrou fortes entraves, quando ela assumiu o Paço Municipal e saiu do lugar de oposição política para ocupar um lugar no governo.

As mudanças, apontadas pelo PT, a partir de 1984, não significaram grandes alterações nas posturas adotadas pelas prefeituras, que foram conquistadas, posteriormente, o que demonstrou que as propostas de governo, mesmo prevendo possíveis administrações, eram genéricas e não davam conta das problemáticas do período. Nesse aspecto, analisamos a campanha de Maria Luíza, com o intuito de compreender o diálogo com as propostas do partido, as estratégias utilizadas, no Ceará, para chegar à Prefeitura, os embates travados com a oposição e a violência política de gênero.

Conforme discutido, essa categoria vem sendo maturada por diferentes pesquisadores. De acordo com Koselleck (2020), os conceitos são formulados para dar sentido às experiências e essas já podem vir ocorrendo há certo tempo. Nesse sentido, a história dos conceitos avalia a diferença e a convergência do que é conceito de fonte e conceitos utilizados, pelos historiadores/as, para analisar os fatos já transcorridos. Segundo o autor (2012, p.305):

No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada.

O uso da categoria violência política de gênero é um termo adotado, por mim, para análise de fenômenos que ocorreram antes da elaboração do conceito. Mas, há diálogo com termos e ações que foram utilizados, nas fontes analisadas, e que nos propõem esse olhar sobre os fatos a partir do uso da categoria. Koselleck (2020) sugere que os conceitos dão sentidos às experiências e que essas permitem formulá-los. Nesse momento, há uma repetição, nesse aspecto, mas o faço para ressaltar que essa foi a principal questão levantada na tese. Desse modo, valemo-nos dessa proposta para ampliar a análise da campanha e vitória de Maria Luíza, tendo por base as experiências e os discursos produzidos, em torno desses fatos, que podem ser entendidos como práticas de violência política de gênero.

3.1 A CAMPANHA ELEITORAL

Maria Luíza e seu grupo chegaram ao PT, em 1985, ambos pertenciam ao PRC⁷². Esse fato nos ajuda a compreender o modelo de campanha adotado pelo grupo de Maria e pelo PT. Naquele período, o diálogo era sobre a necessidade de ruptura com o sistema capitalista, por isso a campanha eleitoral ganhou muito mais um tom de crítica aos adversários, que estariam propondo fazer um gerenciamento do capitalismo sem romper com estruturas de opressão, do que, necessariamente, o debate de propostas. A campanha de Maria Luíza foi vista, por membros internos do PT, como uma oportunidade de ampliação da base partidária. Desse modo, o Partido havia elaborado propostas gerais para debater sobre a governabilidade. Isso ajuda a explicar o porquê de o debate ter se pautado em críticas à oposição e em denúncias sobre a administração do período.

As eleições de 1985⁷³ ocorreram, em um processo de transição democrática, no final da ditadura militar brasileira. A população retornou às urnas para votar e escolher seus representantes nas capitais dos estados. A perspectiva de mudanças e do que representava o novo passou a ser um importante parâmetro para definir a escolha do voto, assim, Maria Luíza apostou nessa estratégia. Diferente de Antônio Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, que eram

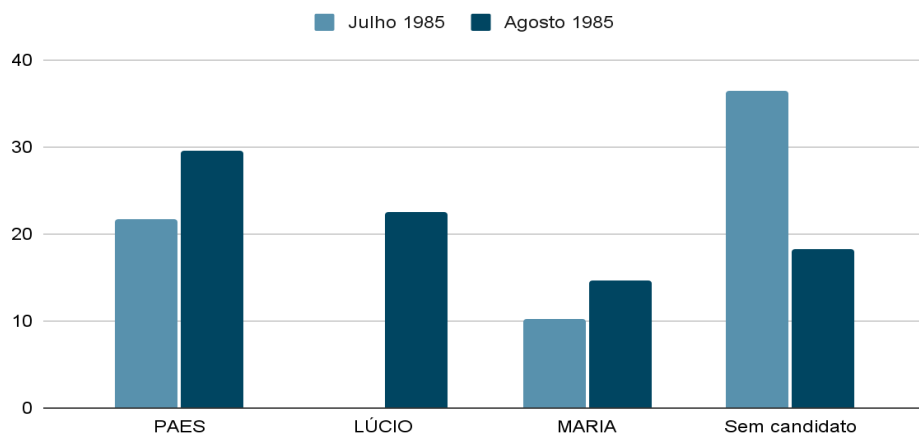
⁷² Partido Revolucionário Comunista.

⁷³ As eleições de 1985 ocorreram de forma direta nas capitais de estado e territórios e nos municípios criados até 15 de maio do ano citado. A Lei 7.332/85, sancionada pelo presidente José Sarney, previa eleições diretas para prefeitos e vice-prefeitos, nas capitais de estados e territórios; estâncias hidrominerais; considerados do interesse da segurança nacional; nos municípios de territórios; descaracterizados do interesse da Segurança Nacional a partir de 1º de dezembro de 1984. E eleições diretas para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios criados pelos Estados até 15 de maio de 1985. A duração do mandato foi de três anos, porque em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, novas eleições municipais foram marcadas. Essas foram as primeiras eleições sem restrições após o fim da ditadura militar e a primeira após a aprovação da Constituição.

vinculados aos coronéis, Maria era avessa a essa chamada “velha política” e aparecia como uma novidade, uma possibilidade de mudança e uma alternativa, principalmente, para a população mais vulnerável de Fortaleza.

De início, o que parecia ser uma polarização, entre os candidatos Antônio Paes de Andrade, apoiado pelo governador Gonzaga Mota e Lúcio Alcântara, apadrinhado pelo coronel Aduino Bezerra, mostrou-se numa disputa muito mais acirrada, com a entrada de Maria Luíza, apesar do nome dela figurar em terceiro lugar em todas as pesquisas de opinião de votos. O jornal *O Povo* publicou uma pesquisa eleitoral, realizada pela Central de Pesquisa e Opinião Pública, vinculada à Universidade Federal do Ceará, no dia 31 de agosto de 1985, em que Antônio Paes de Andrade aparecia, em primeiro lugar, com 29,5%; Lúcio Alcântara com 22,5% e Maria Luíza com 14,6%. A pesquisa foi realizada com 519 eleitores, entre os dias 22 e 26 de agosto, em cinco zonas de Fortaleza, com um percentual 54% de mulheres e 46% de homens, que responderam ao questionário. Esses dados quantitativos são importantes para a análise de indicadores, porque homens e mulheres, de diferentes idades e escolaridade, foram questionados e os dados de preferência, entre os eleitores, acabaram sendo avaliados a partir desses números.

Preferência dos eleitores



Essa amostragem analisou o desempenho dos candidatos nos meses de julho e agosto. Para nossa pesquisa, escolhemos os três primeiros colocados e o número de eleitores indecisos. Mas, fizemos um destaque para o percentual de Lúcio Alcântara, que havia sido indicado, no dia 14 de agosto de 1985, por isso, a ausência do percentual de julho.

Destacamos o crescimento percentual de Maria Luíza de 4,3% no mês de agosto. Outro ponto de realce foi a redução do número de indecisos que era de 36,4%, em julho, e baixou para 18,2%, em agosto. Esses dados demonstram que a chegada de Lúcio Alcântara, à disputa, acirrou o pleito municipal e constatou o crescimento de Maria, demonstrando que o número de indecisos ajudou a explicar sua vitória. Tal análise trouxe outros dados relevantes: faixa etária, grau de instrução e os candidatos preferidos entre homens e mulheres.

Faixa etária⁷⁴:

Idade	18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 e +
Paes	25%	25,9%	37%	37,6%	24,2%	27,6%
Lúcio	18,5%	20,1%	25%	22,4%	27,3%	31%
Maria	15,7%	21,6%	14,1%	9,4%	— ⁷⁵	13,8%

Grau de instrução⁷⁶:

Escolaridade	Alfabetizado	1º grau	2º grau	Universitário	Superior
Paes	24%	42%	27,3%	20%	19,1%
Lúcio	14,4%	17,3%	25,5%	32,7%	36,2%
Maria	15,4%	11,3%	15,5%	18,2%	17,6%

Preferência por candidatos segundo o sexo:

Sexo	Masculino	Feminino
Paes	28,65	30%
Lúcio	27,3%	18,6%

⁷⁴Os termos usados e os dados foram retirados das fontes hemerográficas analisadas.

⁷⁵Não há dados na pesquisa informando o quantitativo de Maria entre essa faixa etária de eleitores, podemos deduzir que o número tenha sido pouco expressivo ou não tenha sido citada.

⁷⁶Na pesquisa não há dados sobre eleitores analfabetos. O voto foi garantido para essa parcela da população por meio de uma emenda constitucional, nº 25, art. 147, em 1985, que foi incluída na Constituição de 1967. Posteriormente, o direito de voto aos analfabetos foi assegurado pela Constituição Cidadã de 1988. Ressaltamos, ainda, que com a aprovação da emenda de 1985, os eleitores analfabetos ficaram aptos a votar nas eleições diretas nas capitais dos estados, foi a partir desse momento que o modelo numérico de votação foi adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Maria	13,4%	15,7%
-------	-------	-------

Essa pesquisa apresentou uma amostra do perfil do eleitorado de Maria Luíza, a saber: mulheres, jovens, predominantemente, entre 18 e 29 anos e com maior grau de escolaridade. Houve a ausência do marcador racial, da classe e da ausência dos eleitores analfabetos. Além disso, o quantitativo analisado foi pequeno, mas possibilitou a compreensão dos setores que foram mais receptivos à candidatura de Maria.

Alguns dados chamam a atenção, como o fato de Maria não ter pontuado, na faixa etária entre 50 e 59 anos, e ter tido a menor porcentagem, no quesito idade, entre 40 e 49 anos. Em contrapartida, os candidatos Antônio Paes de Andrade e Lúcio Alcântara apareceram com boas pontuações entre esses grupos. Outro destaque foi a estreita diferença, entre homens e mulheres, pois Maria apareceu com um percentual de 2,3% maior entre as mulheres do que entre os homens, apesar de o jornal *O Povo*, à época, ter destacado a ideia de que mulheres votariam em candidatas femininas. Pelos dados apresentados, nessa amostragem, essa hipótese não se concretizou.

A pesquisa apresentou lacunas, que podem indicar algumas hipóteses, para explicar a ascensão de Maria Luíza, na campanha, até sua vitória. O fato de a análise não ter coletado dados sobre raça, classe social dos eleitores e o voto dos analfabetos deixou uma margem para que, diferentes públicos, pudessem se tornar um critério de decisão para as eleições de 1985, posto que a ausência de diversos grupos pode ter permitido a ascensão da candidata. Apesar de termos demonstrado o perfil dos eleitores de Maria Luíza, não podemos reduzir o eleitorado a esses números. O fato de a candidata ter sido próxima a diferentes movimentos sociais de base e ter integrado lutas sindicais possibilitou que seu eleitorado fosse heterogêneo. Maria surgiu como uma alternativa ao que já havia na política cearense, isso foi algo que atraiu muitos eleitores, que estavam retornando a um governo eleito democraticamente, por meio do voto direto, com o fim da ditadura militar no Brasil.

Apesar de figurar nas primeiras colocações, Antônio Paes de Andrade remontava ao apoio de coronéis, posteriormente, recebeu o apadrinhamento do Governador Gonzaga Mota, que havia sido levado ao cargo de maneira indireta. Lúcio Alcântara tinha sido prefeito biônico⁷⁷, em Fortaleza, entre os anos 1979 e 1982. Nesse ínterim, Maria se destacava por não

⁷⁷Biônico foi um termo usado, ironicamente, para se referir a cargos políticos, por exemplo, os do poder executivo e legislativo, que eram indicados e sancionados, pelas autoridades militares, durante a ditadura.

ter integrado essa política de alianças, no período ditatorial, ao contrário, ela fez resistência a esse modo de ligação política e foi reconhecida por esse posicionamento. Além disso, o próprio *slogan* da campanha de Maria sugeria a diferença, apresentada pela candidata, em relação aos outros nomes, com os dizeres: “construir o novo com o povo”. A utilização dos termos: novo e povo agradaram a população, que se viu representada, na categoria povo, e que ansiava por mudanças, em um contexto de redemocratização.

De acordo com Barreira (1993), muito mais que a dualidade esquerda ou direita, a campanha de Maria Luíza procurou acentuar a diferença entre modernidade *versus* atraso, nesse caso, a candidata apresentava-se como o símbolo da modernidade, do novo e da mudança. Tratava-se, para muitos, de uma “ruptura” com o sistema político vigente, até então, pois era experimentar algo diferente do que estava posto. Dessa forma, o nome de Maria surgiu como a confluência dessas expectativas. Conforme Barreira (1993, p. 445):

A trajetória política de Maria Luíza desenvolve-se no mesmo processo de emergência de novos atores políticos, provenientes de segmentos que incluem antigos militantes de partidos clandestinos, intelectuais e profissionais liberais, que gradativamente se incorporaram ao campo político-institucional com objetivos variados de transformá-lo.

A emersão desses novos sujeitos políticos, no campo institucional, demonstrou o processo de mudança, pelo qual o país vivenciava. Nomes que haviam sido perseguidos, presos e até torturados, nos porões⁷⁸ da ditadura, colocavam-se, em meados da década de 1980, como personagens relevantes, no cenário político de redemocratização, sugeriam uma alteração para esses mesmos sujeitos, quando havia a troca de lugar, entre oposição ao governo, a fim de assumir o papel de governabilidade. Essa alteração do local ocupado impactou, na forma de fazer política, e o campo da esquerda encontrou grandes dificuldades em desempenhar as funções de governo.

Sobre a gestão de Maria Luíza, ela assumiu a Prefeitura sem um plano programático de governo, o que gerou um impacto nos primeiros meses de administração⁷⁹. Esse é um dos fatores que pode ser apresentado como sendo um desafio para gestões mais progressistas, que foram eleitas, principalmente, por partidos entendidos como radicais, como era lido o PT, na década de 1980. Todavia, segundo Souza (2006), o PT vai se modificando ao assumir a

⁷⁸Esse termo porão não tem, necessariamente, um caráter literal. O significado está mais atrelado aos usos de métodos de tortura, prisões e assassinatos cometidos pela ditadura de maneira clandestina.

⁷⁹Iremos abordar com mais detalhes esses impactos, no capítulo seguinte, que abordará a gestão da prefeita no Paço Municipal.

condição de partido governista, mas essas mudanças ocorreram, gradativamente, a partir de experiências que não foram bem-sucedidas para o Partido. A gestão de Maria Luíza, em Fortaleza, foi uma dessas, visto que a tentativa de implementar a Administração Popular foi sendo frustrada com o tempo. Contudo, alcançar o Paço Municipal foi um feito notável e os instrumentos da campanha dialogaram com essa proeza.

Durante o pleito eleitoral, o uso das imagens foi crucial no processo de apresentação de Maria aos eleitores. Ao mesmo tempo, elas foram utilizadas, pela oposição, para tecer críticas ou sugerir possíveis fragilidades da candidata. Nesse aspecto, valemo-nos do entendimento das especificidades de violência simbólica/semiótica, que ajudam na compreensão desse fenômeno de ataques, que são proferidos com o intuito de atingir a imagem de mulheres⁸⁰ na política institucional. Os símbolos e os sistemas simbólicos, conforme nos lembra Bourdieu (1989, p.10), “são instrumentos de conhecimento e de comunicação”, dessa forma, integram uma estrutura de sentidos do mundo social e, conseqüentemente, da reprodução de uma ordem. Assim, analisar o simbólico, que cercou Maria Luíza, na campanha, possibilita compreender as manifestações sutis de violência, principalmente, por meio da linguagem. De acordo com Bourdieu, a violência simbólica apresenta-se como: “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. (2012, p. 7-8).

A violência simbólica, semelhante à violência psicológica, é uma forma de violação que ocorre de maneira, muitas vezes, camuflada, isso acaba invisibilizando essa ação, gerando o não reconhecimento, dessas formas de violência, por parte das vítimas. Todavia, a Lei 14.192/2021 prevê que qualquer ação “que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia” é considerada violência política contra as mulheres. Todas essas manifestações buscam um objetivo comum: afastar as mulheres do espaço da política institucional e as práticas usadas, para esse fim, são variadas e convergem para diferentes camadas de violência, que vão sendo descamadas e mostrando novas faces, mas todas elas relacionadas.

As imagens são instrumentos de linguagem e comunicação. Na lógica da violência simbólica, operacionalizam a construção de signos que reforçam estereótipos, produzem

⁸⁰O uso imagético, para atacar adversários, não se restringe às mulheres, na política, todavia, na pesquisa, centramo-nos nesses sujeitos políticos.

discursos, sentidos e formas enunciativas. No caso de Maria Luíza, as imagens foram utilizadas, de diversas maneiras, tanto pela sua equipe de *marketing*, quanto pela grande imprensa, que construiu sentidos, a partir da imagem apresentada sobre a candidata. Maria apresentou-se e foi apresentada em diferentes perspectivas, que contribuíram para a construção imagética do sujeito discursivo Maria. De acordo com Brillhante (2011, p. 119):

As charges publicadas pelo *O Povo* e *Diário do Nordeste* sobre a campanha municipal de 1985 e, posteriormente, sobre a administração de Maria Luíza, correspondem a uma proposta de construção de representações. Explicando melhor, temos que, o humor gráfico insere-se no mundo social como parte estruturante deste, e, como tal, constituindo um instrumento de produção de sentido.

As imagens foram utilizadas, como um instrumento de construção de sentidos, para além da linguagem escrita. A apresentação de charges, nos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, e o uso de imagens, na campanha eleitoral de Maria Luíza, corroboram com a enunciação de signos e com a produção do sujeito político. A análise das charges insere-se na temática humor, abordada pelos jornais impressos, sendo assim, analisamos as especificidades do gênero e da construção estética dessas imagens. De acordo com Brillhante, a particularidade da análise da charge, enquanto linguagem, dar-se “por ser ela um conjunto de significados dado a ler numa perspectiva humorística, procuramos não cair no equívoco de tratá-la como imagem de rigor formal”. (2011, p.25). Ao mesmo tempo, essas singularidades das charges não podem ser relegadas, apenas, à visão humorística, levando em consideração a produção de sentidos e do caráter político presentes, em grandes jornais de circulação, conseqüentemente, nas charges produzidas e publicadas por esses veículos de comunicação.

Imagem 1. Representação da disputa eleitoral em Fortaleza.



Jornal *O Povo*, 07/11/1985. Sinfrônio.

Na imagem, os candidatos Antônio Paes de Andrade, Lúcio Alcântara, Maria Luiza e Antônio de Moraes apareceram, para o debate, armados, com pistolas e facões. A charge representou a disputa eleitoral e o acirramento da campanha, na reta final, antes das eleições, em 15 de novembro de 1985. A imagem apresentou os candidatos, antes do debate eleitoral, na TV Cidade, afiliada à Rede Record, no dia 07 de novembro de 1985. A demonstração do *backstage* dos candidatos reflete a relação da política com a guerra, segundo Carvalho (1999, p.43), “a visão da política como guerra tende a expandir-se de um momento específico, o eleitoral, para tornar-se permanente. Ou seja, situando-se de modo essencial no plano da produção e circulação de imagens”. Na charge, todos os candidatos estão armados, isso pode demonstrar que o espaço político é passível de ser um lugar de hostilidade e de táticas de confronto, que busca, como premissa, a vitória e o vencedor. A imagem, para além de uma ilustração, sugere a construção de signos que dão sentido à linguagem. O valor semântico da charge confere noções distintas de comunicação. E, na política, a comunicação é uma das principais ferramentas de disputa e ascensão.

Outro ponto de análise é a representação da figura de Maria Luíza, que foi apresentada com um vestido vermelho (a cor partidária), decotado, justo ao corpo e com os lábios ressaltados por um batom vermelho. Isso demonstra como as mulheres podem ser representadas na política institucional. Maria não se apresentava dessa forma e não participou do debate desse modo. Mas, a maneira de retratá-la utilizou símbolos que remetem à

sexualidade e à sexualização. A charge compõe uma linguagem humorística, caricatural e permite uma liberdade criativa, todavia, esse gênero não está dissociado dos grupos editoriais de jornais, pois ela integra um espaço, em um veículo de comunicação, e é produzida por um cartunista/chargista, conseqüentemente, não pode ser lida como uma produção neutra. De acordo com Brilhante (2011, p.74):

O processo de elaboração da charge, em que se define a temática, os personagens e a idéia a ser transmitida, não finaliza a ação atuante do cartunista, haja vista sua inserção no espaço público. Ao entrar em contato com o leitor, a charge tem a possibilidade de cumprir seu caráter provocativo com intenção de fazer surgir um debate, ou simplesmente uma comunicação com o leitor.

Para além de uma provocação humorística, a charge potencializa debates e instiga a discussão acerca do assunto abordado, nesse sentido, analisamos os usos dessas imagens, como construções de signos, que ressaltaram, em certa medida, a visão que muitos têm sobre as mulheres na política. O fato de Maria Luíza ter sido representada de uma forma destoante da sua imagem demonstrou os estereótipos, que ressaltavam uma mulher sensual, com traços corporais destacados, p. ex., o busto, os lábios, a cintura, já que esses são elementos de construção de uma dita feminilidade e de um padrão associado às mulheres. Esses signos estão relacionados às implicações que eles despertam, diante de quem os interpretam, de acordo com Santaella (2008, p.11):

[...] os efeitos interpretativos que os signos provocam em um receptor também não precisam ter necessariamente a natureza de um pensamento bem-formulado e comunicável, mas podem ser uma simples reação física (receber uma carta e jogá-la fora) ou podem ser ainda um mero sentimento ou compósito vago de sentimentos.

Segundo a autora, os signos despertam sensações, afetos, emoções e contribuem com a formulação do pensamento, nessa relação, entre a semiótica e a fenomenologia, Merleau-Ponty (1999) sugere, quando fala de pensamento-linguagem, que esses signos se relacionam, diretamente, com a construção do pensamento e que o pensar se configura como uma espécie de linguagem, que atribui sentidos e formas. As diferentes perspectivas de apresentar a imagem de Maria Luíza constituíram símbolos externos, que foram interpretados, por quem os recebeu, a partir de perspectivas diversas e subjetividades, que corroboraram para pensar a candidata, a partir de olhares múltiplos. O sujeito discursivo, Maria, foi representado sob uma teia complexa de informações, que foram exploradas tanto por seus apoiadores quanto por seus oponentes, talvez, toda essa complexidade tenha colaborado para aproximá-la de diferentes públicos.

A maleabilidade que Maria e seu grupo buscaram alcançar, durante a campanha, esteve atrelada às novas técnicas de produção de *marketing* eleitoral. É necessário pontuar que, nesse período da década de 1980, as campanhas eleitorais ganharam fôlego, com as propagandas televisivas, e o impacto do uso da TV, nas propagandas, foi imenso. A imagem, mais uma vez, tornou-se um recurso essencial e a comunicação foi o pilar central, adotado pelo grupo da candidata, para apresentá-la como a mais apta ao Paço Municipal.

Retomamos a discussão sobre os usos das imagens e da publicidade, porque, apesar de as charges terem destoado do sujeito político Maria Luíza, as demonstrações da candidata, como uma mulher sensual e caricatural, afetaram sua campanha, mas não impediram sua vitória. Maria disse, em entrevista⁸¹, que tentaram associar o nome dela a uma proprietária de motel, com o intuito de deslegitimar sua candidatura, “eles botaram meu retrato numa revista pornográfica, aqui⁸², sendo um pênis e várias outras coisas para denegrir⁸³ a minha imagem como, por exemplo, eu dona de um motel”. Essa narrativa de Maria corrobora com o que discutimos acerca da charge. A tentativa de deslegitimar a candidatura dela, baseada em condutas que seriam consideradas imorais, portanto, não poderia fazer parte da política institucional. Os usos simbólicos das imagens foram recorrentes. A montagem da foto de Maria Luíza, em uma revista pornográfica, bem como a associação do nome dela à dona de um motel.

Naquele período, já se anunciava o que seriam as *Fake News*, no século XXI, mas também, o uso do pânico moral, para angariar eleitores e tentar enfraquecer candidaturas divergentes. Segundo Miskolci, os pânicos morais emergem “para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos”. (2007, p.111). Nesse sentido, a ruptura seria a participação de mulheres na política institucional, possibilitando a chegada de uma mulher ao cargo de chefe do poder executivo de uma capital, rompendo com tradicionais políticos cearenses e finalizando um ciclo dos chamados coronéis do estado.

De acordo com o autor, o conceito de pânico moral: “permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. [...] Sobretudo, eles

⁸¹ Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

⁸² Nesse momento da entrevista, Maria Luíza faz o sinal de positivo com o polegar para indicar que usaram o dedo com sinal de positividade em alusão ao pênis. Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

⁸³ Sabemos a conotação racista do termo, mas utilizamos, por tratar-se de termo de fonte. Todavia, ressaltamos que o uso é restrito a manutenção da fonte oral. No recorte temporal da pesquisa, a palavra era usada para expressar desqualificação, posteriormente, o termo foi sendo problematizado e vem sendo substituído.

demonstram que o grau de dissenso (ou diversidade) que é tolerado socialmente tem limites em constante reavaliação”. (2007, p.112). Ou seja, a candidatura de Maria Luíza, ao legislativo, em pleitos anteriores, foi tolerada por certos políticos. Mas, a intenção de chegar ao poder executivo rompia com o aceitável, para uma mulher na política. Esses limites de reavaliação demonstraram não ser coerente, com os padrões da época, que uma mulher assumisse o Paço Municipal. Os usos dos pânicos morais remontam a valores tradicionais, que dizem respeito à família heteronormativa, ao casamento e ao espaço da mulher associada à vida privada.

Esses discursos retornam, em diferentes conjunturas, à medida que há alguns avanços relacionados às chamadas minorias políticas. Discursos extremistas, que se utilizam do pânico moral, retomam o cenário e usam de diferentes estratégias, dentre elas, a comunicação para trazer adeptos. Esses discursos, no Brasil, nos últimos anos, e os pânicos morais foram utilizados com eficácia nas eleições presidenciais de 2018. Houve um retorno a pautas conservadoras, após alguns anos de governos progressistas, e as táticas empregadas, nesse retorno, assemelhavam-se a algumas usadas durante a campanha de Maria Luíza.

O uso da imagem de Maria, em uma revista pornográfica, com o dedo polegar em alusão a um pênis, aproxima-se da utilização de imagens da ex-presidente Dilma Rousseff, as quais foram usadas, nas portinholas dos tanques de combustíveis, sugerindo uma penetração. Esses usos imagéticos buscam desqualificar e atingir, moralmente, mulheres que participam da vida pública e política. Esse tipo de violência simbólica/semiótica abre espaços para construções de signos estereotipados que colocam as mulheres em situações de constrangimento, humilhação e reproduzem dados e notícias que são falsas. Essa última questão, inclusive, é destacada pela Lei nº 14.192/2021, que alterou artigos do Código Eleitoral, a exemplo do art. 323º, que passou a considerar crime eleitoral: “Divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatos e capazes de exercer influência perante o eleitorado”.

Nesse aspecto, a divulgação da imagem de Maria Luíza, na revista, e a notícia de que era dona de um motel seria considerado crime eleitoral, a partir da Lei de combate à violência política contra as mulheres. Não é possível retornar a esse caso de Maria, para tipificá-lo enquanto crime, todavia a Lei observa os impactos das calúnias e veiculação de notícias falsas sobre candidatos no resultado das eleições. Isso reforça nossa tese de que a violência

simbólica é um importante instrumento de uso político, principalmente, quando pensamos a questão de gênero.

A utilização de notícias falsas não é circunscrita às mulheres candidatas e eleitas, já que os homens podem ser vítimas desses usos de *Fake News*. Mas, quando nos referimos às mulheres, compreendemos os usos do gênero de maneira mais acentuada, com o intuito de desvalorização e deslegitimação. Mesmo assimilando os empregos das masculinidades, nas eleições estadunidenses de 2016, com Donald Trump e, no Brasil, em 2018, com Jair Bolsonaro, o dispositivo de gênero, nesses casos, é reforçado de maneira afirmativa, com intuito de respaldar a figura do homem branco e heterossexual, além de atributos expressivos de uma construção de masculinidade.

Em uma pesquisa de campo, realizada a partir de 2016, Pinheiro-Machado e Scalco (2018) destacaram o papel da juventude masculina, nas eleições de 2018, demonstrando a aproximação desses jovens com a figura do então candidato do PSL⁸⁴, segundo as autoras: “Um dos fatores que nos parece decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista é justamente essa perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica”. (2018, p.66).

Além de buscar um retorno a essa masculinidade, questões atreladas a essas características foram ressaltadas, como a discussão do armamento e da figura militar que o candidato apresentou. Neste aspecto, valores morais, atribuídos a essa ideia de disciplina, foram utilizados para abordar pautas mais conservadoras. Conforme as autoras: “A figura militar de Bolsonaro também despertava profunda admiração. Nenhum adolescente entrevistado defendeu a volta à ditadura, mas achavam importante os valores de ‘pulso’, ‘ordem’, ‘disciplina’, ‘mão forte’ e ‘autoridade’ neste momento de crise nacional”. (2018, p.67).

Esse discurso, atrelado a pautas morais, tem sido utilizado, por diferentes políticos, para angariar votos e acaba ganhando adeptos que se identificam com pautas mais conservadoras e/ou extremistas. No contexto de Maria Luíza, nas eleições de 1985, a questão militarista não era bem-vista, pelo contrário, a tentativa era de afastamento desse horizonte da ditadura militar. Todavia, as pautas morais foram táticas, elaboradas pela oposição, para

⁸⁴Partido Social Liberal (PSL), registrado, em 1998, pelo Tribunal Superior Eleitoral, teve sua maior expressão de votos, nas eleições de 2018, quando elegeu o Presidente da República e um grande número de deputados. Em 2021, o PSL se fundiu com o Partido dos Democratas e formou o chamado União Brasil, que foi regulamentado, no início de 2022, pelo TSE.

atingir a figura da candidata. Em entrevista⁸⁵, Maria destacou que algumas falas sobre ela buscavam agredir seu comportamento e a maneira como ela lidava com os relacionamentos amorosos, então, o fato de ser divorciada, sair para dançar e namorar foram elementos usados para tecer críticas e construir uma imagem de mulher “imoral e indecente”, mais uma vez, a tentativa de desmoralizar uma mulher, na política, passa por questões que envolvem sua vida privada.

A dimensão de que o comportamento das mulheres, na vida pessoal, é um pré-requisito para o exercício da vida pública sugere, reiteradas vezes, o reforço de estereótipos que colocam esses sujeitos em uma linha tênue. As mulheres precisam ter uma reputação inabalável, mas, se elas fossem vistas como figuras imaculadas, não deveriam ter envolvimento na política institucional. Dessa forma, a prerrogativa para participar da vida política, é não ser uma mulher. O reforço dos papéis de gênero dialoga com a dualidade público/privado e a esfera doméstica tornou-se o lugar “natural” para as mulheres, de acordo com Biroli (2014, p.21):

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.

Esse diálogo, entre público *versus* privado, retorna à discussão diante do que mencionamos como sendo a condição para a participação política. Outro fator é a utilização dos usos da vida privada como elementos que agregam ou desestabilizam uma campanha eleitoral. A exposição da vida pessoal de um candidato não é restrita às mulheres, visto que os homens podem ter suas vidas particulares publicizadas, mas qual ou quais os impactos dessas exposições para os homens e para as mulheres na vida política? Qual o valor adotado quando falamos sobre separação, traições, sair para dançar, beber e namorar? Os homens são

⁸⁵Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

atingidos da mesma forma que as mulheres? Há perda de eleitorado⁸⁶ para os homens, quando essas pautas são midiaticizadas?

No levantamento bibliográfico que realizamos, não foram encontradas pesquisas que dessem conta desses números ou dados. Mas, se arriscarmos inferir, podemos pensar que, diante das construções dos papéis sociais e dos estereótipos atribuídos ao gênero, o impacto sobre a exposição da vida pessoal de mulheres pode ser maior, levando-se em consideração os padrões de gênero e os usos da violência política contra as mulheres.

A maneira como a figura de Maria Luíza foi apresentada, por seus opositores e pelos grandes veículos de comunicação, demonstrou que a vida particular dela era um alvo e que o seu comportamento era pauta abordada em diferentes reportagens e críticas. Em entrevista, Maria⁸⁷ destacou falas que foram reproduzidas, por seus opositores, colocando-a como: “que eu sou duma terra que até as pedras são galinhas⁸⁸, que é o caso de eu ser quixadaense”.

O uso da linguagem, como fator de ataque, reforça o caráter simbólico da violência e a tentativa de apresentar a figura da então candidata como não sendo apta ao cargo, por causa da conduta, adotada na vida pessoal, não aceita socialmente por grupos que se baseiam em pautas e valores morais. A associação de Maria a uma galinha - termo usado de maneira depreciativa, a imagem sendo veiculada numa revista pornográfica e a tentativa de ligar seu nome a dona de motel reforçam o caráter dos signos nas construções imagéticas. A maneira como tentaram expor o nome dela, durante a campanha, são formas de construir sentidos e significados. Na construção do imaginário político, constituir uma imagem vulgar, indecorosa e abjeta poderia resultar em perdas inestimáveis, diante do eleitorado, e a oposição sabia disso. Nesse contexto, conforme sugere Carvalho (1999), a linguagem de guerra passa a ser um dos objetivos primários e integra táticas eleitorais que buscam vencer as eleições. Segundo a autora (1999, p.42):

⁸⁶Para citar um exemplo, podemos lembrar do deputado federal cearense, André Fernandes, que foi o deputado mais votado, no Ceará, em 2022. Ele ficou conhecido pelas postagens de vídeos, no Youtube, dentre os mais visualizados, está um em que ele ensina como fazer uma depilação caseira da região anal. Em 2018, foi o deputado estadual mais votado no estado, e repetiu o feito nas eleições para o Congresso. Apesar de os vídeos postados contarem com esse tipo de conteúdo, o deputado discursou com pautas morais, em que defendeu "a família, os bons costumes, a polícia, o cidadão de bem, a legítima defesa, lutando pela redução de impostos, contra a ideologia de gênero, o aborto, as drogas, o politicamente correto e as inversões de valores".

Entretanto, não foi questionado sobre o conteúdo que produzira, nas redes sociais, e isso não impediu que se tornasse o candidato mais votado no estado.

⁸⁷Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

⁸⁸A Pedra da Galinha Choca é uma formação rochosa de monólitos, que tem o formato de galinha, por isso o nome e está localizada na cidade cearense do Sertão Central, Quixadá, que é o lugar onde nasceu Maria Luíza.

Cumprir lembrar que o uso de uma terminologia militar nos campos da política e da economia é tradicionalmente consagrada na cultura ocidental. Termos tais como *campanha*, *militantes*, *exércitos*, *manobras*, entre outros, transitam confortavelmente para a economia e a política militarizando a linguagem adotada.

Nesse aspecto, não é difícil imaginar que diferentes meios foram/são utilizados com o intuito de desmoralizar a oposição política. A linguagem é um instrumento de grande valor para sugerir e tornar semântico as investidas. A construção de um *corpus discursivo* atrela-se ao poder e, no campo político, pode exercer função privilegiada. Conforme sugere Foucault (1996, p.10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Se pensarmos na construção dos sujeitos, a partir da linguagem, a proliferação do discurso pode ser um instrumento infalível, na disputa de poder e no jogo narrativo, criado entre opositores na arena política. Os discursos não precisam mais, necessariamente, ter o compromisso com a verdade, eles precisam abastecer, muito mais, o *modus operandi* da campanha que significa esses discursos. A proposição, dessas construções discursivas, não precisa que elas sejam verdadeiras, mas que pareçam legítimas. Os resultados obtidos, nas disputas narrativas, têm funcionado e contribuído para resultados eleitorais que pareciam irrealizáveis. A narrativa política funciona de maneira ambígua, tanto pode prejudicar, quanto favorecer os candidatos e, nessa disputa, a prática discursiva, que conseguir maior número de adeptos, sairá vitoriosa. Esse conflito de linguagem é um dos campos em que a violência política se manifesta, na formação discursiva de sujeitos, atravessados por estereótipos de gênero, reproduz maneiras diversas de expressões da violência, sejam elas no campo simbólico, imagético ou semiótico. De acordo com Sanín e Krook (2016, p.144), a violência simbólica:

[...] procura deslegitimar mulheres políticas através de tropos de gênero, negando-lhes competência na esfera política. Extensas pesquisas, por exemplo, mostram que as mulheres são frequentemente enquadradas na mídia como inviáveis, incompetentes ou inadequadas para cargos superiores, com mais atenção dada à sua aparência do que à sua posição política. (Tradução nossa).⁸⁹.

As autoras corroboram para compreender a violência simbólica como um instrumento bastante utilizado com o intuito de atingir a imagem de mulheres na política. Demonstrar incompetência e destacar a aparência física das candidatas e eleitas é prática recorrente no cenário político. Esses usos simbólicos reverberam rótulos que são usados,

⁸⁹[...]“seeks to delegitimize female politicians through gendered tropes denying them competence in the political sphere. Extensive research, for example, shows that women are often framed in the media as not viable, competent, or suited to higher office, with more attention paid to their appearance than their policy position”.

frequentemente, para se referir às mulheres que integram a política institucional: inviável, incompetente, nervosa, histérica, dentre outros. Esses sugerem padrões de comportamento ditos femininos, que têm por intuito deslegitimar ações e falas de mulheres, as quais são apresentadas como sujeitos despreparados para o fazer político. Retomamos a discussão de que a política é um campo racional e a razão é associada ao masculino, posto que as mulheres, sendo muito emotivas, não estariam aptas à governança. Consoante as autoras, a violência simbólica pode se apresentar na tentativa de invisibilizar esses sujeitos políticos, silenciá-las e relegá-las ao papel do *não lugar* na política institucional. “As vozes das mulheres podem ser ativamente silenciadas quando elas finalmente têm a oportunidade de falar”. (Tradução nossa)⁹⁰. (2016, p.146).

Nesse diálogo, a narrativa⁹¹ de Maria Luíza, durante a campanha para deputada estadual, em 1983: [...] “Me passaram o microfone para eu falar em Iguatu, aí acabou a luz na cidade, não sei se o sistema eles desligaram, aí eu cantei bem alto, ‘faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar’”. Apesar de o episódio não se referir à campanha para a Prefeitura de Fortaleza, ele dialoga com o que apresentamos, pois os processos de silenciamentos são diversos, mesmo diante do público, durante a realização de um comício, Maria teve sua voz silenciada. As formas de violência são diversas e podem se apresentar de maneira oculta/disfarçada, mas propagar um apagamento de mulheres, na política institucional, desqualificá-las para o fazer político e reforçar estereótipos de gênero e dos espaços público e privado, silenciar⁹² mulheres, durante suas falas, é muito simbólico, porque representa a perspectiva do *não lugar* desses sujeitos na política institucional. Essa é uma das facetas da violência política de gênero.

Um estudo⁹³ realizado com mulheres, publicado em 2018, na Argentina, apontou que a cada 10 mulheres entrevistadas, 08 disseram ter sofrido algum tipo de violência na política. As formas mais frequentes foram a psicológica (50%), a simbólica (28%) e a econômica (22%). Nesse país, a Lei de Proteção Integral (nº.26.485) caracteriza a violência simbólica

⁹⁰“Women’s voices can be actively silenced when they finally do have the opportunity to speak”.

⁹¹Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

⁹²Durante a escrita desse capítulo, ocorreu um caso semelhante com a Deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), que teve o microfone cortado pelo relator Ricardo Salles, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/30/cpi-mst-samia-bomfim-microfone-cortado-salles.htm>

⁹³Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA) (2018). Violencia política contra las mujeres. Experiencias en primera persona. Buenos Aires: ELA. Extraído de http://www.ela.org.ar/a2/index.cfm?muestra&aplicacion=APP187&cnl=15&opc=49&codcontenido=3242&plc_ontempl=43

como: “aquela que por meio de padrões, mensagens, valores, ícones ou signos estereotipados transmite e reproduz dominação, desigualdade e discriminação nas relações sociais, naturalizando a subordinação da mulher na sociedade”⁹⁴.(art 5 Ley 26.485- Tradução nossa). A definição ajuda a compreender que os estereótipos de gênero atuam de diferentes formas, na política institucional, e buscam dificultar o acesso de mulheres a esse campo de atuação. A pesquisa aborda as maneiras mais frequentes da manifestação desse tipo de violência: “consiste no uso de diferentes critérios pela mídia para avaliar o desempenho e o grau de sucesso das mulheres na política”⁹⁵ (ELA, 2018, p. 21-Tradução nossa). A reprodução desses critérios ocorre por diferentes mecanismos, p. ex., as diversas mídias sociais, a imprensa e vários canais de comunicação.

No caso de Maria Luíza, houve o reforço de estereótipos, pelos veículos da grande imprensa local, além dos materiais de campanha, que foram produzidos pela oposição e reforçados por aqueles que temiam a chegada de uma mulher ao Paço Municipal. A distribuição de um panfleto, com os dizeres: “Fortaleza precisa de um prefeito macho” integra esse cenário de representação da política, de acordo com Carvalho (1999, p.107):

O termo cenário mantém o sentido original de ambiente onde os personagens de uma cena se encaixam em posições de maior ou menor destaque. O cenário não é considerado externo à cena, na medida em que, é na interação com o CR-P⁹⁶ que os personagens políticos ganham vida, são vilanizados, heroicizados, ou simplesmente banalizados, delimitando-se os desfechos possíveis para os enredos políticos.

A autora usa o termo para se referir ao papel da mídia na construção dos sujeitos políticos e dos espaços de atuação deles. Podemos situar o panfleto como integrante dessa circulação midiática, que teve por intuito banalizar a participação de Maria, no pleito, e diminuir a relevância de sua candidatura, reforçando a ideia de que um homem seria o mais apto a administrar Fortaleza. Ao mesmo tempo, esse material de campanha, associado à candidatura de Antônio Paes de Andrade (PMDB), abordava a questão do voto útil, reconhecendo que: “Há candidatos bons, mas sem a menor possibilidade de vitória. Fortaleza precisa de um prefeito macho”. A divulgação do panfleto reforçava os usos do gênero e trazia a masculinidade como uma ferramenta necessária para administrar e resolver os problemas da população.

⁹⁴[...]“la que a través de patrones estereotipados, mensajes, valores, íconos o signos transmita y reproduzca dominación, desigualdad y discriminación en las relaciones sociales, naturalizando la subordinación de la mujer en la sociedad”.

⁹⁵“consiste en la utilización de distintos criterios por parte de los medios de comunicación para evaluar el desempeño y grado de éxito de las mujeres en política”.

⁹⁶A autora usou a sigla para se referir ao conceito de Cenário de Representação da Política (CR-P). Assim, usamos tal qual consta no texto.

No Nordeste, a formação do sujeito *cabra macho* está associada, diretamente, à masculinidade, com elementos de virilidade, força, vigor sexual, físico, valentia e trabalho, segundo Albuquerque Júnior (2000). Essa construção do sujeito macho, principalmente, nos sertões nordestinos, esteve associada, em um primeiro momento, a algo ruim, depreciativo, posteriormente, foi sendo ressignificado, segundo Irffi (2015, p.15), “até ser entendido como uma reminiscência dos tempos passados, uma marca do homem forte ‘do Cariri Cearense’”.

É importante ressaltar que, no momento que o conceito de *cabra macho* surgiu, no século XIX, ele foi utilizado para caracterizar sujeitos que haviam sido escravizados, caboclos, jagunços, agricultores e homens pobres, no geral. Todavia, esse conceito foi sendo ressignificado para ganhar novos sentidos. No panfleto, utilizado na campanha de Antônio Paes de Andrade, o material abordou semânticas mais recentes, em que a palavra valentia passou a ser equiparada, em termos de sinônimo, ao *cabra macho*. Essa associação foi construída no Nordeste. Entretanto, até hoje, é reforçada, em diferentes ocasiões, inclusive, no âmbito político.

Nomes como o do político Ciro Gomes que, nas eleições de 2022, apresentaram-se como esse *cabra macho*, com coragem para mudar tudo que estava posto, na política, até então, o mais preparado e apto à administração pública, demonstra que o *cabra macho* é recurso de linguagem e de aproximação com um determinado tipo de eleitorado. Mas, ele não foi o único, o ex-presidente, Jair Bolsonaro usou desses recursos, quando fez falas dizendo ser “imbrochável”, permitindo atrair um eleitorado de homens, brancos e jovens. Uma pesquisa Datafolha⁹⁷, de maio de 2022, indicou que 27% do eleitorado de Bolsonaro era composto por homens. Houve muitas mulheres conservadoras, que votaram no ex-presidente. Porém, o discurso bélico, armamentista e as falas machistas, feitas ao longo do mandato presidencial e das campanhas eleitorais, atraíram muitos homens, envaidecidos por essa masculinidade viril.

Ao analisar a pesquisa eleitoral do pleito de Maria Luíza, verificamos que ela possuía maior expressão de votos entre mulheres, apesar de ser uma margem estreita de diferença para os eleitores homens. Os dois candidatos: Antônio Paes de Andrade e Lúcio Alcântara tinham percentual bem superior, entre o público masculino, em relação à Maria. Todavia, a pesquisa foi realizada, em agosto de 1985, faltando três meses para as eleições, ou seja, houve algumas mudanças, no perfil do eleitorado de Maria, principalmente, na reta final da campanha. Essa

⁹⁷DATAFOLHA. Eleitor de Bolsonaro desconfia das urnas, defende armas e vê otimismo na economia. Instituto de Pesquisa Datafolha, pesquisa de opinião pública. 31/05/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/datafolha-eleitor-de-bolsonaro-se-vacinou-menos-contra-covid-e-desconfia-das-urnas.shtml#:~:text=O%20eleitor%20de%20Bolsonaro%20%C3%A9,anos%2C%20o%20oposto%20de%20Lula>.

alteração pode ser entendida a partir das táticas de comunicação, que foram utilizadas durante a campanha.

O país vivia o clima de reabertura política e os candidatos do PMDB e do PFL estavam muito associados à ditadura militar, o que nos ajudou a entender a virada de Maria Luíza, na campanha, e a vitória nas urnas em novembro de 1985. De toda forma, o panfleto produzido, com o intuito de enfraquecer a campanha da candidata do PT, acabou por reforçar sua candidatura, quando admitiu que havia bons candidatos. A lógica do “prefeito macho” não surtiu o efeito esperado e acabou causando dúvidas, no eleitorado, que passou a cogitar a possibilidade de Maria à frente do Paço Municipal.

O recurso utilizado, pela oposição, de produzir um panfleto, ressaltando a masculinidade e a importância dessa, para a gerência de Fortaleza, foi uma das estratégias empregadas. Em entrevista, Maria⁹⁸ destacou que: “Nós fomos muito perseguidas por conta da nossa ousadia como mulheres, descobrimos uma frase, que eu não tenho no momento de quem é a autoria, que dizia que ‘os que estão no poder não suportam mulheres que amam e lutam’, então, eles nunca nos suportaram”. Ficou evidente a pressão que as mulheres sofriam por participarem da vida política e, ao mesmo tempo, a força e a ousadia delas em vivenciarem esses espaços e disputarem a inserção nesses locais de participação.

Todavia, em outra entrevista, Maria⁹⁹ destacou que não sentiu distinção, no tratamento, por ela ser uma mulher. Ressaltou que sentiu a questão do gênero, durante a campanha, “porque era tudo muito mentiroso”, quando se referiu às notícias vinculadas ao seu nome. As falas, que parecem ser contraditórias, sugerem o que discutimos: as diferentes formas de violências, muitas vezes, não permite que elas sejam identificadas, nem mesmo pelas pessoas que sofrem. O incômodo de Maria, com as notícias falsas relacionadas ao seu nome, demonstrou o uso dos discursos, para tornar factível o dado apresentado, simultaneamente, dialogou com as discussões das notícias falsas e o impacto delas na vida pessoal e profissional do candidato e/ou eleito para o cargo. A dimensão simbólica e a psicológica das violências são negligenciadas, em diferentes aspectos, e na política não é diferente, a própria violência, nesse espaço, foi desconsiderada, conforme nos alertou Arendt (2019).

A maneira de compreender a política, como campo de batalha, configura esse espaço como um lugar bélico, em que diferentes armas podem ser utilizadas para obter os fins almejados. Um campo de ação estratégico, segundo Habermas (1980, p.112): “a violência

⁹⁸Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

⁹⁹Entrevista, 13 de agosto de 2019, realizada pela pesquisadora.

sempre foi parte integrante dos meios para aquisição e preservação do poder. Essa luta pelo poder político foi mesmo institucionalizada no Estado moderno, tornando-se, portanto, um elemento normal do sistema político”. O autor tece uma crítica ao conceito de poder de Arendt, que discute violência sob um prisma de instrumentalidade. Para Habermas, a violência, muitas vezes, integra as ações estratégicas e a guerra, segundo o autor, é a maneira clássica de ação usada pelos Estados, nesse sentido, a violência empregada não poderia ser vista de maneira instrumental e fora do campo político.

Ainda, de acordo com o autor (1980, p.112): “não podemos excluir do conceito do político o elemento da ação estratégica. Definiremos a violência exercida por meio da ação estratégica como a capacidade de impedir outros indivíduos ou grupos de defender os seus próprios interesses”. A violência, nesse sentido, faria parte do campo político e daria sentido, em algumas ocasiões, não sendo, necessariamente, o melhor recurso utilizado, mas uma estratégia que poderia ou não funcionar. A questão é que, segundo Habermas, a violência se configura como essa capacidade de impedir sujeitos ou grupos de acessar e/ou garantir interesses. O autor não defende o uso da violência, ele expõe que, em certos casos, ela é mecanismo de ações estratégicas, nessa perspectiva, integraria o campo estrutural, de acordo com Habermas (1980, p.115):

[...] a violência estrutural está embutida nas instituições políticas (e não somente nelas). A violência estrutural não se manifesta como *violência*; ela bloqueia, imperceptivelmente, aqueles processos comunicativos nos quais se formam e se reproduzem as convicções dotadas de eficácia legitimadora.

A discordância teórica, entre Habermas e Arendt, acontece na forma do que cada autor considera como sendo manifestação política e o que integra o sistema político. Para Arendt, a violência estaria em um extra-campo, um instrumento apolítico, considerando as ações estratégicas como violência; enquanto Habermas, apresenta um ponto de vista contrário, ao compreender que a violência estrutural integra esses mecanismos políticos e que nem toda ação estratégica é violência, portanto, não seria apolítico, mas algo encaixado nas instituições. Ambos concordam que o poder, para ser legítimo, não deve recorrer a práticas coercitivas. Utilizando a perspectiva de Habermas, sobre a violência estrutural, dialogamos com a narrativa de Maria, que disse não reconhecer distinção por razões de gênero, entretanto narrou episódios de violência simbólica. Essas estruturas de poder são vistas de maneira naturalizada, por muitos, nesse caso, o que se configura como violência é anulado no processo de identificação e sentidos.

Semantizar a violência é identificar e compreender suas variadas facetas e manifestações. Quando esse processo de significar é interrompido, conforme aponta o autor, acaba por reproduzir padrões e legitimações que já estão validadas, principalmente, nos Estados Modernos. Diante disso, há uma tolerância para a violência? Podemos falar em limites aceitáveis no cenário político? Nessa pesquisa, compreendemos que, independente da maneira como a violência política se manifeste, não há qualquer justificativa que a legitime, nos espaços de poder, especialmente, quando nos referimos a questões de gênero, raça e classe.

A violência, como instrumento e/ou estrutural, inviabiliza a participação de múltiplos sujeitos políticos, tornando mais difícil o acesso e a permanência para mulheres, negros, LGBTQIAPN+, pessoas pobres e outros sujeitos que não se encaixam no padrão do fazer político. As injúrias sobre Maria Luíza, o ataque às suas vestimentas, ao comportamento pessoal, às separações, entre outros, reforçam o caráter misógino e propício às violências simbólicas e psicológicas, na qual a tentativa de participar da política institucional pode oferecer às mulheres. Além disso, há ameaças e boicotes às candidaturas de mulheres. De acordo com Maria¹⁰⁰, um deputado falou para ela: “que ele tinha era bala pra transformar nossa cabeça em carvão, então, tinha coisas assim muito”. O uso bélico, militarizado, na política, a transforma quase em cenário de guerra. A ameaça de transformar cabeças em carvão às custas de balas, promove a linguagem militarizada da política e reforça o ambiente hostil para a entrada de novos sujeitos políticos.

A ameaça, então, não seria violência, apenas, um uso estratégico para impedir que um candidato concorra ao pleito? Caso não se concretize, as ameaças devem ser desconsideradas? O impacto simbólico do discurso, proferido pelo deputado que ameaçou Maria, recorreu a estruturas de significados variados, em que pode ser lido como um *blefe*, ao mesmo tempo, em que suscita, no sujeito que recebeu, o aviso, o temor por decidir permanecer nos espaços políticos.

O discurso, conforme sugere Foucault (1996), relaciona-se ao poder e advém de práticas que legitimam quem os profere. A fala, com teor de intimidação, precisa ser analisada, no seu contexto, caracterizando os sentidos e os significados do discurso, segundo Almeida (2011, p.33-34): “O valor de um termo não é dado isoladamente, mas pelo conjunto que o acompanha, e mesmo com os demais termos concorrentes e correlacionado”. Desse

¹⁰⁰Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

modo, o discurso não fala, por si só, mas interage com o significante (signo) e o significado (conceito) dando sentido à mensagem. Assim, mesmo que o deputado, que proferiu a ameaça, tenha utilizado de um significado metafórico, é preciso atentar-se ao caráter simbólico que a mensagem enunciou. A associação de projétil com carvão não pode ser dissociada de uma linguagem de violência que tem em seu *modus operandi*, o recurso à intimidação e à coerção.

Apesar de o fato não ter se concretizado, não torna a ameaça um aspecto irrelevante dentro dos estudos de violência, nesse sentido, a linguagem integra esse campo estratégico, que funciona na tentativa de impedir determinados sujeitos políticos. Além disso, a coerção de indivíduos, na política institucional, integra uma ideia de que esse tipo de ação faz parte do meio político e que, portanto, quem decide participar precisa estar ciente. A política apresenta-se como esse espaço de rivalidade, em que certas atitudes, vistas de maneira incorreta, moralmente, passam a ser aceitas e flexibilizadas no contexto de participação político institucional. Isso pode ser explicado, a partir da perspectiva da associação da política como uma guerra, um espaço de confronto, de batalha, em que algumas atitudes são autorizadas, visando o objetivo final, que é a vitória.

A reprodução e a naturalização da violência criam, no espaço político, uma espécie de zona neutra, em que há regras, mas, de certo modo, elas podem ser burladas, dessa forma, a violência assume o papel de ação estratégica, que funciona como essa linha tênue do descumprimento de regras sociais e de leis. A dificuldade de compreender algumas atitudes, como violência, reforçam esse limbo do que é ou não uma ação de violência política de gênero. No momento em que Maria Luíza foi ameaçada pelo deputado, ela não encarou enquanto violência, mas como algo que costumava acontecer, no ambiente da política institucional. De acordo com Maria, quando se referiu a outro deputado: “um deles mandou que eu segurasse na cintura dele, ‘eu não, que história é essa, é um presente pra você, era um revólver, eu não deputado, eu só sou danada na fala, não tenho coragem de matar ninguém não’, e pouco tempo depois ele foi assassinado”¹⁰¹.

Essas situações, envolvendo armas, discursos mais agressivos e ameaças, pareciam integrar, normalmente, o espaço do fazer político, tanto que Maria não interpretou como ações de violência. Mas, o quanto podemos naturalizar um deputado, em exercício, portar uma arma de fogo? Quais os impactos do uso das armas no discurso político? A política, muitas vezes, apresenta-se como um ambiente hostil, no qual cada um joga com o que tem, em muitos

¹⁰¹Entrevista, 19 de abril de 2018, realizada pela pesquisadora.

casos, essa ação envolve armas, no sentido denotativo, naturalizando a violência política. Compreendendo a política como esse espaço de diferentes estratégias, os usos políticos do gênero foram e são observados nesse campo. Na campanha de Maria Luíza não foi muito diferente, a candidata utilizou-se de táticas para angariar eleitores durante a campanha. Nesse sentido, analisamos o impacto desses usos para sua eleição e a relação com o reforço dos estereótipos de gênero.

3.2 OS USOS DE GÊNERO NA CAMPANHA DE MARIA LUÍZA

As eleições de 1985 inauguram novas formas de fazer política, principalmente, na questão do *marketing* eleitoral. A campanha de 1985 trazia, como grande novidade, o uso diferenciado da TV. Os programas eleitorais gratuitos foram peças-chave para os novos discursos que surgiram no período da redemocratização. No Ceará, a principal responsável, por alterar a maneira de ver esses programas, foi a campanha de Maria para a Prefeitura de Fortaleza. Carvalho (1999, p.83) aponta para o fato de que essas mudanças de propagandas tenham sido inauguradas por um partido de esquerda:

A candidatura pelo Partido dos Trabalhadores (PT) da socióloga Maria Luiza Fontenele à Prefeitura de Fortaleza em 1985, primeiras eleições diretas após 23 anos de prefeitos “biônicos”, constitui-se um caso exemplar para a análise das ambiguidades entre o legado político de esquerda e as incursões inovadoras na utilização da linguagem e técnicas da arte publicitárias na conquista de um mercado aberto pela transição democrática, o político- eleitoral.

A autora destacou os recursos utilizados, na campanha eleitoral de Maria Luíza, pela equipe de comunicação. Tendo pouco dinheiro, para investir nas propagandas eleitorais, o grupo de comunicação e *marketing* de Maria era composto por estudantes do curso de comunicação e jornalismo da Universidade Federal do Ceará; alguns jornalistas independentes, que se comprometeram com a campanha e trabalhavam, nas horas vagas, geralmente à noite, quando saíam dos seus trabalhos formais. Diante de um orçamento curto, foi preciso pensar programas assertivos, que chegassem à população de maneira direta e alcançasse o maior número de eleitores. Diferentes estratégias foram lançadas, porque os públicos pretendidos eram diversos. Maria buscou votos junto às periferias, aos movimentos sociais e às classes médias. Já abordamos algumas ações estratégicas, que objetivaram enfraquecer a campanha de Maria. Agora, serão abordadas as táticas utilizadas para fortalecer

sua propaganda eleitoral e contribuir para sua chegada ao Paço Municipal sob uma perspectiva dos estudos de gênero.

Durante a campanha eleitoral de Maria Luíza, alguns pontos foram colocados pela equipe de comunicação. Foi necessário pensar novas formas de apresentá-la, enquanto sujeito político, aos eleitores, levando-se em consideração alguns aspectos que despertassem confiança e credibilidade. Diante das notícias falsas propagadas pela oposição, o *marketing* da campanha dela buscou ser direto e abordar assuntos que mostrassem Maria Luíza como uma mulher preparada para governar, honesta e responsável. Segundo Barreira (1993, p.446):

Na verdade, em um primeiro momento a campanha de Maria Luíza tratou de desfazer a imagem negativa associada à sua candidatura, para depois, gradativamente, ressaltar as diferenças entre a sua proposta política e aquelas veiculadas pelos seus opositores. Iniciada por um seminário solicitado pelos integrantes do setor de comunicação, a campanha estabeleceu como primeira tarefa definir o perfil da candidata.

A propaganda eleitoral de Maria consistiu em dissipar a imagem de militante “radical” da esquerda, destacando pontos positivos de uma candidatura feminina e isolando algumas críticas e questões que surgiram, por exemplo, o fato de ela ser uma mulher divorciada. A partir disso, a equipe de comunicação passou a utilizar o gênero como um dispositivo para agregar à campanha política e reforçar traços que fariam de Maria Luíza uma boa gestora. O lançamento da campanha eleitoral foi estratégico, diferente do que faziam outros partidos de esquerda, o grupo de *marketing* organizou a apresentação, no Hotel Beira Mar, em Fortaleza, localizado em uma zona nobre da cidade, preparou uma recepção com coquetel e convidou a imprensa. O intuito foi apresentar uma Maria distante do radicalismo da esquerda e disposta a conversar com diferentes setores da sociedade. Além disso, ela foi anunciada como um símbolo da mudança, do moderno e do porvir, porque rompia com a cultura dos coronéis e não era vinculada aos militares. Sem “padrinhos políticos”, a candidata reunia, em si, uma mistura de esperança e novidade, principalmente, no pós-ditadura e redemocratização brasileira.

Segundo Carvalho (1999, p.111), “a personagem Maria Luíza, tal como construída e apresentada na campanha era aquela que poderia ocupar no coração dos eleitores o ‘lugar’ do desejo de mudança. Ela era assim a candidata marcada para ganhar”. O desejo de mudança era algo que tocava os eleitores, depois de 21 anos de ditadura militar, a candidata, que se apresentava como esse símbolo, representava alterações consideráveis no cenário político. O moderno, muitas vezes, associado ao progresso, injetou, na campanha, um ânimo pela

mudança. Segundo Koselleck (2020, p.170), o conceito de progresso “é capaz de colocar experiências em perspectiva temporal”. A categoria progresso é do período moderno, nesse sentido, está associada a uma série de mudanças na sociedade, na indústria, na tecnologia e na própria ação humana.

De acordo com o autor, o conceito de progresso “foi talhado para gerir experiências modernas; ou seja, as experiências tradicionais passam a ser ultrapassadas por experiências novas com uma velocidade surpreendente”. (2020, p.170). Maria foi associada à modernização, enquanto os demais candidatos representavam o atraso da política coronelista no estado. A partir disso, outros símbolos foram sendo incorporados, na campanha, para reforçar a viabilidade política da candidata. Barreira (1993) discorre acerca da polarização da campanha de 1985 e o quanto a dualidade: modernidade *versus* atraso esteve presente nos discursos dos candidatos, principalmente, no de Maria e de seu grupo. Esperava-se, naturalmente, que essa polarização ficasse concentrada entre os candidatos Antônio Paes de Andrade (PMDB) e Lúcio Alcântara (PFL). Mas, a crescente adesão à campanha de Maria Luíza demonstrou que a assimetria, no cenário político, era mais acentuada, permitindo o destaque de novos sujeitos políticos.

O lançamento da campanha do PT e de Maria Luíza colocou, em evidência, a figura de uma candidata que rompia com essa polarização, entre os candidatos dos coronéis, e o desgaste dessas figuras políticas, que comandavam o estado há anos. Mas, para representar a mudança, Maria precisou sugerir, aos eleitores, que não haveria rupturas bruscas, no sistema, tampouco uma ameaça comunista - o medo do comunismo já era algo recorrente na classe média brasileira. Segundo Carvalho (1999, p.148):

O processo de elaboração da imagem da candidata pautava-se no princípio do atendimento das demandas dos consumidores do mercado de imagens políticas, reduzindo ou quebrando possíveis linhas de resistência. Daí a preocupação em atingir a classe média que se pressupunha que deseja a mudança, desde que ela tivesse uma face suave, não ameaçadora, apaziguadora dos temores do desconhecido.

Os usos do gênero foram uma das principais ferramentas para apresentar Maria Luíza como sendo a *sua* candidata: uma mulher jovem, bonita, comum, honesta, trabalhadora, mãe e feminina. O slogan *Simplesmente Maria* buscou ressaltar esses “atributos”, que faziam dela essa candidata que muitos ansiavam. Além disso, Carvalho (1999) destaca o caráter emocional, adotado na campanha, a mobilização, pelos afetos, para gerar identificação,

emocionar o eleitor e aproximá-lo da realidade da candidata. Segundo Wolff (2021, p.237), “Nossos pensamentos, ideologias, engajamentos são levados, também, por aspectos que podem ser vistos como afetivos e emocionais”. Nesse sentido, ter mobilizado os eleitores, a partir de emoções como: esperança, entusiasmo e alegria foram estratégias que beneficiaram a campanha de Maria Luiza. O destaque dado à maternidade e à relação de Maria com a filha foi algo ressaltado nas propagandas eleitorais, isso suscitou, no eleitorado, a relação mãe/filha e o laço estabelecido entre as duas, o fato de o *marketing* eleitoral ter investido na figura materna atenuava os divórcios da candidata. Mas, por que mobilizar a maternidade? Wolff (2021) destacou que, durante a ditadura militar, a tortura contra mulheres grávidas, mães e crianças indicava emocionar mais a sociedade civil. Quando havia esse tipo de denúncia, parecia que sensibilizam mais que outros tipos de acusação de tortura.

Duarte (2012) apresentou os jogos de gênero, utilizado pelo Movimento Feminino pela Anistia, que tinham como premissa, essa mobilização dos afetos. O que marca a maternidade, as mulheres e o feminino nessa relação com os afetos e as emoções? Wolff (2021, p 240) dispõe que “na história, as emoções foram quase sempre gendradas”, a relação entre emoção e gênero esteve e está relacionada à construção social dos sujeitos homem/mulher em diálogo com o binômio razão/emoção. A maternidade se apresenta como "instintivo", inerente ao papel da mulher, esse sujeito, portanto, seria mais propício a agir de acordo com os afetos e as emoções.

Durante a campanha, segundo Carvalho (1999), a equipe de comunicação buscou criar a personagem Maria, que se distanciava da figura sectária e radical da esquerda, e que fosse apresentada como a mulher guerreira, mãe, “uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta¹⁰²”. A utilização da música *Maria, Maria*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, embalou a campanha da candidata do PT e, junto a outros elementos de linguagem, contribuiu para aproximar Maria do eleitorado. A canção, que narra a vida de tantas Marias e Brasis, gerou identificação e fez parte dos comícios, passeatas e foi entoada, em diferentes eventos, com a participação da candidata. A escolha pelo uso, apenas, do primeiro nome de Maria Luíza foi em alusão à música. Segundo Carvalho (1999, p.155):

A trilha sonora falava e fazia falar a personagem: “*uma mulher igual a outra qualquer do planeta*”, mas também “*uma mulher diferente como uma certa magia de ter fé na vida*”. Maria podia condensar os *processos de identificação* de todos (era

¹⁰²*Maria, Maria*, canção de Milton Nascimento e Fernando Brant, lançada, em 1978, no álbum Clube da Esquina II, foi o *jingle* usado, pela equipe de comunicação, e marcou a campanha de Maria Luíza em 1985.

uma igual) mas também os de projeção dos sonhos que só podem ser concretizados através do concurso de *alguém incomum*, que se destaca pelo atributo da força. (“*a Fortaleza da gente*”).

A música tornou-se mais que um *jingle* de campanha, transformou-se em um hino de mudança, de esperança e de identificação. A canção mexeu com sentimentos diversos de uma população, que ansiava por modificações, e enxergou, em Maria Luíza, a promessa dessa transformação. Essas mobilizações do gênero e das emoções demonstram a influência desses dispositivos, nas campanhas políticas, e o quanto eles agem para despertar diferentes sentimentos no eleitorado. Além da música *Maria, Maria*, e dos usos da maternidade, o programa eleitoral buscou apresentar outras nuances, que inauguraram uma nova forma de propaganda eleitoral. A TV tornou-se uma aliada na tentativa de mostrá-la, enquanto mulher, mãe e guerreira, à população de Fortaleza. Diante do curto tempo de propaganda, apenas, cinco minutos reservados ao PT, os meninos¹⁰³ da comunicação buscaram repassar as informações de maneira breve e de modo intencional, sem desperdiçar tempo algum. Para Carvalho (1999, p.153), “partia-se do pressuposto de que era preciso fazer o telespectador percorrer o caminho da descoberta da sua personalidade, deixar que ela, Maria, se revelasse como mulher, como pessoa, como mãe”.

Os primeiros programas eleitorais buscaram essa estética, mostrando quem era a Maria e dissociando-a da imagem de sectária, de comunista e de radical. De acordo com Carvalho, eles exploraram a Maria guerreira, envolvida na luta do povo, junto aos mais pobres e lutando por justiça social. Ao mesmo tempo, a juventude e a beleza de Maria Luíza foram outros pontos utilizados na propaganda. A própria imprensa destacou esses elementos, dando visibilidade ao carisma, à simpatia, ao sorriso da candidata que encantava o público. No jornal *O Povo*, do dia 18 de novembro de 1985, após o resultado da vitória de Maria Luíza, nas urnas, uma das chamadas fazia alusão ao sorriso da candidata.

¹⁰³Os meninos da comunicação eram chamados, assim, por Maria e o seu grupo, diante do fato que muitos eram jovens, ainda, estavam na universidade, mas também, de acordo com Carvalho (1999) ressalta a inferioridade no interior do Partido.

Imagem 2.



Jornal *O Povo*, 18 de nov. 1985.

“O sorriso foi uma das fortes armas”, com a fotografia e a legenda, o jornal reiterou características que compunham, no imaginário coletivo, uma candidatura feminina. Uma mulher simpática, que ria e que usou disso para conquistar votos. A fotografia fez parte de uma campanha publicitária de Maria Luíza para a empresa de lácteos Betânia¹⁰⁴. Nota-se que a candidata segurava um copo de leite enquanto participava de uma entrevista. O leite, muitas vezes, pode estar associado ao cuidado e ao ato de amamentar, uma relação com papéis ditos de mulheres. A empresa colocou na legenda: “Saúde, Prefeita! A Betânia saúda esses novos tempos com otimismo e deseja à prefeita pleno êxito na sua administração”.

Conforme Carvalho (1999, p. 154), “a beleza, o toque de sedução erótica eram elementos absolutamente inovadores da estética política tradicional predominantemente masculina, formal e sisuda, vigente não só para a política tradicional, mas também para a esquerda”. O uso de elementos estéticos inaugurou uma nova forma de propaganda eleitoral, o contraponto de Maria Luíza, em relação aos outros candidatos que apareciam sérios, em seus paletós, com linguagem erudita, permitiu que a candidata se aproximasse do público, a partir do carisma, simpatia, da juventude, ao mesmo tempo, em que se buscou reforçar a sua competência.

¹⁰⁴A empresa cearense de lácteos foi fundada em 1971, na cidade de Quixeramobim, interior do Sertão Central do estado. Hoje, conta como uma das maiores produtoras de laticínios do Nordeste.

Os caminhos percorridos, pela equipe de comunicação de Maria Luíza e do PT, foram retratar uma candidata viável, na perspectiva do público, que se diferenciava da oposição, que era próxima da luta dos trabalhadores. Concomitantemente, exibiam Maria com um linguajar mais rebuscado, comentando sobre a economia, a cidade e o desenvolvimento urbano para aproximar sua campanha da classe média fortalezense. Para dar mais respaldo, foram incluídas, nos programas eleitorais, falas de especialistas, que traziam a abordagem técnica para assuntos, como: educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente. Desse modo, uniu-se técnica a uma administração competente que seria capaz de resolver os problemas de Fortaleza, além de afastar o estigma de radicalismo da esquerda, o qual era vinculado à figura da candidata.

Outro ponto relevante, na campanha, foi o uso do tom denunciativo com intuito de demonstrar quem estava a favor e/ou contra a população. O emprego de imagens, acerca da cidade, sobre a precarização urbana, principalmente, nas periferias, e associação dos candidatos Antônio Paes de Andrade e Lúcio Alcântara ao coronelismo favoreceu a campanha de Maria, ao passo que ela foi apresentada como aquela que estava ao lado do povo, participando de passeatas, na luta, com os trabalhadores e no combate à violência e à exploração.

A violência foi um tema bastante abordado, tanto no quesito segurança pública, que foi colocado como algo para ser aprimorado, reforçado por forças policiais, quanto no que dizia respeito à questão de gênero. No programa de entrevista *Questão Aberta*, da TV Verdes Mares¹⁰⁵, Maria ressaltou o temor que tinha, enquanto mãe, de ver uma filha adolescente saindo sozinha e correndo o risco de sofrer alguma violência sexual. Esses pontos abordados, na campanha de Maria e nas propagandas eleitorais, despertavam aproximação, já que trazia os temores de uma mãe, mas também, de uma mulher preocupada com a segurança da filha, incomodada com a elevação de preços dos produtos, ao mesmo tempo em que chamava a população para governar junto, construindo uma administração popular, colaborativa, em que a sociedade civil fosse parte da gestão e tivesse participação ativa nas discussões e decisões do governo.

A proposta de Administração Popular de Fortaleza (APF) foi tentadora para muitos eleitores, que, após 23 anos de prefeitos biônicos, em Fortaleza, tinham a possibilidade de votar e participar, ativamente, da governança. No seminário realizado por Maria, seu grupo e

¹⁰⁵O Sistema Verdes Mares é afiliado à Rede Globo de televisão, no Ceará, pertencente ao grupo empresarial Edson Queiroz.

o PT, durante a campanha, intitulado *Fortaleza da gente*, essa proposta apresentou-se como a principal alternativa para construir uma gestão transparente e popular. O seminário buscou reunir lideranças sindicais, de bairros, especialistas, moradores de bairros e favelas de Fortaleza para discutir os problemas da cidade e procurar soluções efetivas. Dessa forma, sugestões, desejos e reivindicações foram incorporados à Plataforma Política do PT. Esse foi o primeiro passo para compreender como seria a implementação de uma administração popular, que foi uma linha adotada, pelo PT, nos anos 1980, e executada, em Fortaleza, com Maria Luíza; em São Paulo, com Luíza Erundina e, em Porto Alegre, com Olívio Dutra.

Aliado a essa proposta, veio o caráter pessoal abordado durante a campanha. Segundo Carvalho (1999, p.169), o uso do pronome de tratamento informal *você* agregava pessoalidade e intimidade com o eleitor, fazendo com que cada um sentisse que Maria falava, pessoalmente, endereçando sua mensagem de maneira individual e única. “Essa intimidade que supõe a empatia, a partilha de sentimentos entre candidatos e ‘eleitores’, conduz à convocação imperativa para a tarefa conjunta de transformação da política”. Isso foi utilizado em material de campanha e no panfleto: *Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro*. O uso do pronome *você* conclamava a população ao voto consciente:

Você que pretende uma administração municipal que realmente atenda as reivindicações da nossa cidade e sua população, que pretende fazer uma opção consciente, honesta e que deseja manter Fortaleza oposicionista, não se deixará enganar e muito menos corromper e usará correta e conseqüentemente o seu voto. Por isso, junte-se a nós. Esta vitória eleitoral - uma enorme conquista histórica em nossa cidade e Estado - depende única e exclusivamente de *você*. Na sua cabine eleitoral declare o seu amor à cidade de Fortaleza e a sua gente. Vote na oposição pra valer. Vote contra o governo. Vote consciente. Vote 13. Vote Maria Luíza e Américo Barreira. Vote PT. E comemore conosco a festa da cidade. Um abraço. Deputada Maria Luíza Fontenele.

O panfleto foi distribuído, alguns dias antes da eleição, assegurando a vitória, conforme o título anunciou, além disso, a mensagem era um trecho do pronunciamento de Maria Luíza acerca das eleições. O uso do pronome pessoal: *você*, foi estratégico, lançou ao eleitor que leu o material a ideia de intimidade e o colocou como responsável por mudar a cidade e fazer algo diferente por Fortaleza. Afinal, o eleitor iria votar, conscientemente, no projeto político honesto de oposição, que transformaria a cidade. O eleitorado foi chamado, de maneira particular, a participar dessa virada histórica e celebrar a vitória de Maria Luíza. O texto encerra com a assinatura da candidata, ressaltando o caráter de proximidade, de intimidade e de contato direto com cada leitor.

Na propaganda eleitoral de TV, essa intimidade buscou ser reforçada, com *flashes*, que traziam Maria Luíza com a filha; Américo Barreira, seu vice, com a família em um café matinal. Essas imagens mostravam, ao eleitor/telespectador, uma relação de proximidade e familiaridade. Cenas, assim, tornaram-se mais comuns, posteriormente, mas, em 1985, o uso de imagens, que mostravam maior pessoalidade do candidato, empreendeu uma nova forma de fazer propaganda política.

Esse uso da proximidade e de certa informalidade sugeriu, aos eleitores, uma ideia de amizade, de confiança e de convivência. O eleitor fazia parte daquele ambiente, afinal, ele convivia de maneira indireta com o seu candidato, sabendo um pouco sobre sua vida pessoal, suas relações familiares, seus *hobbies*, aliado à vida política. A propaganda consistiu em mostrar uma Maria Luíza e um Américo Barreira como pessoas comuns, normais, *gente como a gente*, que se distraíam com a família, tomavam café da manhã, iam à praia, ao mesmo tempo em que conversavam com cidadãos de Fortaleza, para saber dos problemas da cidade, ouviam sugestões, exercendo uma comunicação participativa, buscando construir uma campanha e, subsequente, uma administração popular.

Por isso, a importância do uso de imagens que demonstrassem esse contato, segundo Mauad (2005, p.145), “a imagem pode ser concebida como um texto icônico que antes de depender de um código é algo que institui um código”. Ou seja, elaborar signos e significados não se resume a uma mera representação natural do que foi apresentado, visto que é uma construção de sentidos. Segundo a autora (2005, p.144), “sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual está inserida como mensagens”.

Compreendemos os usos de imagens, que buscaram sugerir essa proximidade com o eleitor, atrelando a questões da vida pessoal dos candidatos, mostrando a família como um forte elemento simbólico, na campanha, principalmente, quando o PT buscou o voto da classe média. O contato com os trabalhadores e com as camadas mais pobres da sociedade foram elementos usados nas propagandas, tendo imagens que foram produzidas para se adaptar ao contexto e ao público-alvo. Isso não significa que o programa político de Maria Luíza e do PT foi uma encenação para ganhar as eleições. Não é tarefa nossa fazer esse juízo de valor em relação à lisura dos candidatos e à análise do caráter de cada um deles. Todavia, destacamos os instrumentos utilizados, nesses programas, que foram fundamentais, para permitir a

ascensão de Maria Luíza, na campanha, e a sua vitória, nas eleições de 1985. Nesse aspecto, o uso de imagens desempenhou uma tática importante, tendo em vista o progresso da candidata, a partir da propaganda eleitoral.

Ao discutir sobre imagem, Mauad destaca (2005, p.141), “se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”. As imagens, sobre Maria Luíza e o PT, não ficaram restritas à fotografia, pois a TV foi um importante veículo utilizado em sua campanha. As imagens produzidas, para a propaganda televisiva, podem ser entendidas a partir desse diálogo. Durante a campanha, o programa eleitoral do PT buscou acomodar uma visão de Maria Luíza que fosse compatível com os anseios do eleitorado. Por isso, os usos do gênero, da maternidade, da modernidade, da mulher guerreira, jovem e bonita, foram características ressaltadas e buscaram atingir diferentes públicos, apresentando um sujeito político mais próximo do que os eleitores esperavam. Foi um *marketing* eleitoral, que mobilizou variados dispositivos, desde o gênero aos afetos e que alcançou resultados.

Além disso, outras estratégias integraram a campanha, a começar pela escolha do vice-prefeito, Américo Barreira, um municipalista conhecido, em Fortaleza, que gozava de prestígio, respeito no meio político, filiado ao PT, e que trazia segurança ao Partido. A princípio, o vice de Maria Luíza seria Gilvan Rocha, então presidente do PT, no Ceará, mas, antes mesmo da campanha, a opção por Américo Barreira foi aceita e representou uma vitória do chamado “Grupo da Maria¹⁰⁶”. A escolha do vice esteve pautada no histórico de luta e resistência dele, além de ter sido uma figura de esquerda respeitada entre as várias vertentes.

Pertenceu à Aliança Nacional Libertadora¹⁰⁷, durante a oposição à ditadura do Estado Novo¹⁰⁸, no período Vargas. Foi eleito vereador, em 1948, preso pelos militares, em 1964, com a instauração da ditadura militar, tendo sido um dos fundadores do PT, no Ceará. Além de ter sido responsável por fundar a Associação Cearense dos Municípios, por isso, era conhecido como um municipalista. Américo era um nome reconhecido, politicamente, pois tinha uma larga experiência, em assuntos de gestão municipal, e era muito aberto ao diálogo. Assim, seu nome não encontrou resistência, pela militância, ao mesmo tempo trouxe

¹⁰⁶A denominação de Grupo da Maria surgiu após as divergências, entre correntes do PC do B, que resultaram na saída de Maria Luíza, Jorge Paiva, Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e outros. Segundo Carvalho (1999), a expressão foi usada, pelo PC do B, com o intuito de desqualificar, mas acabou ganhando outra proporção.

¹⁰⁷A organização foi fundada, em 1935, mas atuou na clandestinidade, até ser dissolvida, em 1937, durante o Estado Novo. Reuniu diferentes membros da esquerda: comunistas, socialistas, democratas e outros. Teve como presidente de honra, durante sua fundação, Luís Carlos Prestes.

¹⁰⁸O Estado Novo foi instaurado, pelo Governo Vargas, em 1937, com a outorga da nova Constituição, que instituiu amplos poderes ao presidente, fechou o Congresso Nacional, impôs leis de censura à imprensa e ficou vigente até 1945.

equilíbrio à chapa de Maria Luíza, que buscava se apresentar mais moderada, diante do eleitorado, especialmente, de classe média.

Outro ponto que buscou tornar a figura de Maria Luíza mais comedida foi dissociar sua imagem da amiga de longa data, Rosa da Fonseca, a qual foi uma figura combatente da esquerda e um nome político conhecido, na capital, já que havia sido presa, durante a ditadura, e participava, ativamente, dos movimentos grevistas dos trabalhadores. Segundo Braga Neto (2021, p.59), “Rosa da Fonseca, que por mais de quinze anos estivera cotidianamente ao lado de Maria, foi afastada dos cartazes, outdoors e propagandas na TV”. A imagem de Maria Luíza foi, cuidadosamente, pensada pela equipe de comunicação para agradar os diferentes públicos, trazer confiança e credibilidade para a chapa do PT.

A tentativa deu certo e Maria Luíza cresceu nas pesquisas, à medida que avançava, era atacada pela oposição, principalmente, pelos apoiadores de Antônio Paes de Andrade. Conforme Braga Neto (2021, p.59), “os defensores da candidatura de Lúcio Alcântara, imaginando que o crescimento de Maria Luíza tiraria votos apenas de Paes de Andrade, não teciam críticas a ela. Maria Luíza sorria por toda a cidade”. A leitura política, feita pelos membros do PFL, partido de Lúcio, era de que Maria conseguiria votos do PMDB, então, não a encaravam como sendo uma ameaça à corrida eleitoral para o candidato Lúcio Alcântara. Pelo contrário, acreditaram que a ascensão de Maria beneficiaria Lúcio, que era o segundo colocado, nas pesquisas, tendo em vista que a candidata retirava votos de Antônio Paes de Andrade, que liderava a intenção de votos. Todavia, não foi isso que ocorreu, posto que Maria conseguiu, junto à sua equipe, mobilizar diferentes setores e conquistou votos, em diferentes camadas, surpreendendo a todos com sua vitória.

O autor destacou que “Maria sorria por toda a cidade”. O sorriso, mais uma vez, surgiu como um elemento simbólico, que marcou a campanha da candidata, diferenciando-a dos demais concorrentes. A política era apresentada, através de Maria, como algo leve, participativo, comum e que deveria integrar a vida cotidiana da população. O jeito de fazer política, sorrindo, conquistou adeptos, que se identificaram e se aproximaram da campanha eleitoral do PT. Por outro lado, houve a tentativa de fazer da política um espaço de comicidade e de humor pitoresco. O candidato do PDS, Antônio de Moraes, era figura conhecida por conseguir angariar os chamados “votos de protesto”, através do humor popular. Ele tinha sido eleito, duas vezes, deputado federal, pelo PMDB, com essas técnicas em 1978 e 1982.

Durante a campanha de Antônio de Moraes, uma das práticas que ficou conhecida foi a distribuição de calcinhas com a foto dele estampada. Essa prática permitiu a ascensão do político, em dois mandatos consecutivos, para a Câmara Federal, contando com o apoio da sigla e de membros partidários, mas os usos desse tipo de “humor¹⁰⁹”, como estratégia política, é incoerente com o que propõe a política institucional. Além disso, qual teria sido a repercussão se tivesse sido a candidata Maria Luíza distribuindo peças íntimas com uma foto dela estampada? Ela teria sido eleita deputada e/ou prefeita de Fortaleza? Não podemos afirmar, tendo em vista que o fato não ocorreu, mas, diante do exposto, o cuidado com a imagem da candidata, os usos do gênero: ou seja, da maternidade, da beleza e da simpatia, é possível inferir que o impacto teria sido diferente.

Os usos desse tipo de humor não foram exclusividade do candidato Antônio de Moraes. Acompanhamos, em eleições mais recentes, o avanço de humoristas, palhaços de circo, *youtubers*, que foram eleitos/reeleitos, utilizando de sátiras, humor e deboche, em relação ao ambiente político institucional. O voto de protesto, geralmente, é uma das razões que explica a chegada desses sujeitos ao cenário político. Segundo Castel e Pase (2011, p.01), “os votos em candidatos famosos poderiam ser uma consequência da política não levada a sério, um voto de protesto onde o cidadão descrente da política percebe o mesmo como um trunfo para chamar a atenção de que ele quer mudanças”.

Esse tipo de voto acarreta consequências para a política institucional e para a democracia, em si, afinal, esses sujeitos irão compor o Congresso Nacional, tendo por objetivo primário legislar. O impacto pode ser a aprovação ou não de leis que beneficiem e/ou prejudiquem o próprio eleitor que optou por fazer essa escolha, mas também, a sociedade civil como um todo. Além disso, cria um ruído, no funcionamento da democracia do país, tendo em vista a desconfiança e o descontentamento de parte do eleitorado, que escolhe votar em uma pessoa com visibilidade midiática como forma de demonstrar sua insatisfação. A escolha e a adesão a um governo democrático passam, principalmente, pela confiança interpessoal e a crença nas instituições políticas. Segundo Reis (2003, p.38):

[...] a existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas; esse mesmo desempenho institucional eficiente atua positivamente sobre o contexto, reduzindo a incerteza e reforçando ainda mais o nível de confiança e cooperação no interior da população – esse o círculo virtuoso democrático.

¹⁰⁹Usamos humor, entre aspas, para suscitar o que compreendemos como práticas risíveis. Por que a distribuição de calcinhas femininas com a foto de um candidato foi algo cômico, chegando a alavancar sua carreira política?

Quando há desconfiança e descrédito, nas instituições democráticas, conseqüentemente, existem perdas em relação à consolidação da democracia, enquanto sistema político. A votação, em um político como Antônio de Moraes, em Fortaleza, na década de 1980, demonstrava essa descrença. Mais recente, em 2010, chegou ao Congresso Nacional, o palhaço de circo e humorista, Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca, eleito deputado federal em São Paulo. Além dele, outros nomes conhecidos, na mídia, foram eleitos: o cantor Sérgio Reis e o ex-jogador de futebol Romário são alguns nomes que compõem esse cenário. O voto de protesto não tem sido a única alternativa para demonstrar insatisfação. O voto nulo e em branco são outras ferramentas utilizadas, pelos eleitores, além disso, o grande número de abstenções. Nas eleições de 1985, os votos nulos e brancos representaram 5,59%. Um número expressivo, quando avaliamos o período de redemocratização, em que a população retornava às urnas.

A desconfiança, na política e nas instituições democráticas, pode acarretar na eleição de sujeitos que neguem a importância da ação desses mecanismos para a manutenção da democracia. Acompanhamos casos, assim, na história recente, nas eleições presidenciais de 2018, o então deputado federal, Jair Bolsonaro, foi eleito presidente da República, fazendo um discurso apolítico e atacando órgãos, principalmente, o Supremo Tribunal Federal. Esses discursos ecoaram, na sociedade civil, trazendo descrença e o descrédito dessas instituições diante da população.

O grande desafio das eleições municipais de 1985 foi apresentar, para a população, um projeto confiável, que despertasse interesse e garantisse a democracia. Além disso, o “Grupo da Maria” e o PT buscaram dialogar com os diferentes setores da sociedade civil e demonstrar que não haveria radicalidade. Naquele momento, muitos não desejavam um governo radical, fosse ele da esquerda ou da direita. Com o processo de reabertura política, a população buscava políticos mais moderados, que não representassem nenhum tipo de ruptura com o sistema democrático, que estava sendo reconstruído.

3.3 A VITÓRIA E A REPERCUSSÃO

As eleições municipais, em 1985, em Fortaleza, ocorreram sem grandes intercorrências. Os candidatos votaram cedo e foram acompanhar o prosseguimento das

eleições em outras seções eleitorais. Nesse período, a prática da boca de urna¹¹⁰ era permitida, havia fiscais e os próprios candidatos foram a diferentes zonas eleitorais. Maria Luíza votou, pela manhã, e foi visitar outros locais de votação à tarde. Foi recebida com festa, quando chegou ao bairro Pirambu, por volta das 14h. Maria atuou, nesse bairro, enquanto trabalhava, na Fundação de Serviço Social de Fortaleza, e mantinha diálogo próximo com a população. Seguindo sua agenda, Maria foi para o Conjunto José Walter¹¹¹, único local que encontrou resistência ao chegar.

Após ser muito bem recebida em todos os locais que passava, Maria encontrou no Conjunto José Walter, a primeira e única resistência. A fiscal do PMDB, Maria Nazaré Mendes, que se dizia auxiliar da mesa, tentou impedir a sua entrada na 60ª. seção da 92ª. zona. O restante da tarde foi dedicado ao distrito de Messejana. De lá, Maria foi para o comitê central, após afirmar que toda a campanha foi gratificante e que, apesar do esquema montado pelos outros candidatos, para aliciamento de votos, nada atrapalhou a manifestação livre do povo de votar consciente. (*Diário do Nordeste*, 16 de nov. 1985, p.5).

Durante a votação e o acompanhamento do resultado, Maria mostrou-se confiante, mesmo diante da reação da fiscal do PMDB, mantendo seu cronograma e destacando que a população havia votado de maneira responsável. No dia da eleição, enfrentou resistência, quando um locutor de uma rádio convocou a sociedade para votar em um homem. “Estou com a sensação de quem fez o melhor. As palavras de um locutor de uma rádio local, que conclamava a população a votar em um homem, não a intimidaram¹¹²”. A reportagem do jornal *Diário do Nordeste*, realizada um dia após a eleição, demonstrou as dificuldades de Maria em relação à corrida eleitoral. Apesar de não ter identificado a emissora e o locutor, é importante destacar que, na década de 1980, o rádio era um dos principais veículos de comunicação. As TVs começaram a chegar aos lares da população brasileira, mas era um item inacessível para boa parte da sociedade. O rádio, nesse sentido, estava mais presente, no cotidiano, e integrava a rotina de várias casas, comércios e botequins da cidade.

A fala do locutor, que incentivava a população a votar em um homem, para o Paço Municipal, dialogava com os dizeres finais do panfleto, distribuído pela equipe de Antônio

¹¹⁰O Tribunal Superior Eleitoral diz que a prática de boca de urna consiste: “na atuação de cabos eleitorais e demais ativistas junto aos eleitores que se dirigem à seção eleitoral, no dia da votação, visando a promover e pedir votos para seu candidato ou partido”. A prática de boca de urna é considerada crime desde a Lei nº 9.504/1997, chamada de Lei das Eleições.

¹¹¹Atualmente, considerado um bairro de Fortaleza, o Conjunto José Walter foi inaugurado, em 1970, como o maior residencial da América Latina. Elaborado pelo arquiteto Marrocos Aragão, foi construído sob o modelo de cidade planejada, possuindo 04 etapas.

¹¹²Jornal *Diário do Nordeste*, 16 de novembro de 1985, p.05.

Paes de Andrade, que destacava: *Fortaleza precisa de um prefeito macho*. Contudo, a sociedade não concordou com o enunciado. No dia 18 de novembro, foi anunciada a vitória de Maria Luíza para a prefeitura. O PT elegeu uma candidata na capital. Fortaleza teria, pela primeira vez, uma prefeita à frente do Paço Municipal e junto à cidade de São Luís, capital do Maranhão, que elegeu Maria Gardênia Gonçalves¹¹³ (PDS). Essas foram as primeiras mulheres eleitas em capitais dos estados brasileiros.

A vitória de Maria Luíza fez surgir, na cidade, um carnaval fora de época, conforme anunciavam os jornais. Militantes do Partido dos Trabalhadores e pessoas envolvidas na campanha e próximas ao Grupo da Maria lotaram o Ginásio Paulo Sarasate, onde ocorreu a apuração das últimas urnas. Na década de 1980, a votação ocorreu de modo impresso. Cada voto era contabilizado pelo juiz eleitoral responsável pela zona. Por isso, houve a espera de 03 dias para a divulgação do resultado, o qual levou Maria ao poder. Com quase todas as urnas apuradas, visto que 24 foram impugnadas¹¹⁴, pelo TRE, dessa forma, o resultado não poderia mais ser revertido. Maria venceu em todas as zonas eleitorais, e tornou-se a nova prefeita de Fortaleza, eleita pelo voto direto. O PT alcançava bons resultados em outros grandes centros urbanos e a população depositava, na vitória de Maria, a esperança de mudança e de melhorias para a cidade.

Tabela do resultado das eleições municipais de Fortaleza (1985)

Candidatos	Partido	Número de votos	Porcentagem %
Maria Luíza	PT	159.846	32,43%
Paes de Andrade	PMDB	148.437	30,12%
Lúcio Alcântara	PFL	121.326	24,61%
Antonio de Moraes	PTB/PDS	27.204	5,5%
Tarcísio Leite	PSC	4.303	0,8%
Moema São Thiago	PDT	3.692	0,7%
Humberto Bevilaqua	PL	405	0,08%

¹¹³Maria Gardênia Santos Ribeiro Gonçalves era esposa de João Castelo Gonçalves, que havia sido deputado federal, por duas vezes, e governador do Maranhão entre os anos 1979-1982. O grupo político, que era vinculado a Sarney, foi desfeito, em 1984, apoiando a candidatura de Paulo Maluf (PFL) para a presidência. Em 1985, João Castelo lançou a esposa, como candidata à Prefeitura de São Luís, derrotando o candidato apoiado por Sarney.

¹¹⁴As urnas foram impugnadas, pelo TRE, mas não mudariam o resultado das eleições, independente da conclusão, de acordo com o próprio órgão eleitoral, a partir de cálculos percentuais.

Nulos	-	19.183	3,89%
Branco	-	8.406	1,70%
Total	-	492.802	100,00%

Fonte: *Diário do Nordeste*.

O resultado das eleições mostrou que Maria Luíza venceu com uma diferença de 11.409 votos para o segundo colocado, Antônio Paes de Andrade, que era o candidato do Governador Gonzaga Mota. A quantidade de votos nulos e brancos representou 27.589 de eleitores, mesmo o TRE não divulgando, o jornal *Diário do Nordeste* estimou em 25% o número de abstenções. Após a consolidação da vitória, pelo TRE, os militantes e a população, em geral, lotaram as ruas, cerca de 20 mil pessoas aguardaram o final da apuração, e comemoraram, por mais ou menos 10 horas, posteriormente, aproximadamente 50 mil pessoas ocuparam as ruas na passeata da vitória.

Cada aparição da candidata no lance de escadas do ginásio, provocava um verdadeiro delírio, que respondia com a mão levantada, fazendo com os dedos o “v” da vitória. Momentos de emoção foram registrados quando a candidata do PDT, Moema São Thiago, que defende as mesmas ideias quanto à defesa dos direitos da mulher, chegou para cumprimentá-la, trazendo um ramalhete de rosas vermelhas. Moema e Maria subiram no lance de escadas, acenando para todos, que respondiam gritando o nome de ambas. (*Diário do Nordeste*, 18 de nov. 1985, p.03).

Nas eleições de 1985, Maria e Moema foram as únicas mulheres que concorreram ao Paço Municipal. Além delas, Célia Gaspar concorreu, como vice, na chapa do PL, junto ao Humberto Beviláqua. O jornal *Diário do Nordeste* destacou a presença das três, na campanha, com a matéria: “Eleição ganha charme com presença da mulher”. Na reportagem, o jornal apontou a carreira política e profissional das três, abordando temas como relações familiares e proximidade com alguns políticos do estado. A ideia de charme e embelezamento de campanhas, quando há candidatas mulheres, traz para a discussão a noção simbólica de uma estética política acostuada a signos ditos masculinos. Então, elementos que remontam uma aproximação ao feminino tornariam a campanha e o ambiente político mais charmosos. Vale destacar que isso não é válido para todas as situações. É necessário compreender marcadores de raça, de classe e de geração que impactam no que se considera charme ou não. A participação de mulheres, no ambiente da política institucional, é complexa e dotada de diferentes características, que trazem à tona a discussão de gênero. Segundo Barreira (1998, p.106):

Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, a ética ou valores femininos que lhes são atribuídos naturalmente tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política.

Quando a reportagem destacou o charme da política, em referência às candidaturas de mulheres, aspectos relacionados ao gênero e ao que significa ser homem e/ou mulher, na sociedade, foram evidenciados, tendo em vista o caráter simbólico que esse tipo de reportagem denota. Com isso, atributos, considerados femininos, foram/são ressaltados. Nesse caso, a beleza e a sensualidade apareceram como elementos de diferenciação, mas outras características, que reforçam estereótipos, foram utilizadas, como a questão do cuidado, associado, diretamente, às mulheres. A questão é o quanto isso afeta a participação política das mulheres, visto que esses padrões são repetidos e enaltecidos, mas também, quais são os riscos para as mulheres que recorrem a essas táticas dos usos de gênero para ganhar a confiança do eleitor? Se os usos de gênero podem promover mulheres candidatas e eleitas, qual o impacto disso para a prática política e para as mulheres que não recorrem a esses usos?

Maria Luíza chegou ao Paço Municipal, contudo dissociou-se de imagens que eram vistas por muitos, negativamente, como militante, radical e desordeira. O contraponto a esses estereótipos foi ter usado a maternidade, a honestidade, apresentou-se enquanto uma mulher guerreira. Quais os efeitos simbólicos desses usos dentro da política institucional? Que tipo de recado é dado a outras mulheres que almejam cargos públicos? Existiam contradições que envolviam a figura de Maria Luíza, por exemplo, o caso dos dois divórcios, a fama de “namoradeira”, de frequentar casas de forró em Fortaleza. Mas, esses traços, que integravam sua vida pessoal, foram retirados de cena, para que a imagem de mãe, cuidadora, feminina e mulher comum ganhassem reforço durante a campanha. Ora, tratava-se de uma disputa eleitoral e o jogo político operou de diversas maneiras, mas a questão é o quanto isso pode influenciar na participação de mulheres que se propõem a integrar o cenário da política representativa. Se não for casada¹¹⁵, é necessário ser mãe? O que capacita uma mulher para um cargo de poder? Suas qualidades profissionais, experiência e currículo ou sua vida pessoal?

¹¹⁵Quando nos referimos ao casamento, centramos a discussão, predominantemente, sobre os casamentos heteronormativos, tendo em vista que o número de mulheres lésbicas e/ou bissexuais eleitas, ainda, é minoritária.

Dependendo das circunstâncias, esses usos são importantes como questões táticas,¹¹⁶ para possibilitar a formação de movimentos, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia e os movimentos feministas, no período da ditadura. Mas, a médio e a longo prazo, o que significa recorrer a esses métodos, em que medida os estereótipos estão sendo reforçados? Nem toda mulher eleita utilizou desses usos de gênero, porém eles formam uma estratégia importante para se alcançar cargos políticos. Essa reflexão não é sobre usar ou não essas ferramentas, mas suscitar o debate em torno desses usos e os seus impactos na política.

A campanha de Maria Luíza aplicou esses métodos e reforçou uma visão de mulher, distante dos movimentos feministas, de resistência à ditadura, mas exaltando beleza, feminilidade, carinho e cuidado com a filha. A utilização da canção *Maria, Maria* e a escolha do primeiro nome, que remonta uma santidade, aquela que é imaculada, fez parte dos usos de gênero que compuseram sua campanha e sua vitória. Ao anunciá-la, o jornal *Diário do Nordeste*, fez o seguinte destaque da agência publicitária, Talento publicidade:

Desta vez deu MARIA na cabeça. Dos coronéis e do Major Totó. Deu MARIA, porque o povo, cansado das mentiras da velha/nova república, dos políticos profissionais que fazem arte do servir seu eterno “empreguinho”, DECIDIU MUDAR. Desta vez deu MARIA, concebida sem os pecados da prepotência, arrogância e clientelismo. Desta vez, o povo votou em paz... Com sua consciência.

O destaque, na página 08 do jornal do dia 18 de novembro de 1985, que anunciou a vitória de Maria Luíza, trouxe, em letras caixa alta, o nome dela e o fato de a população ter escolhido mudar. A associação do nome Maria, como aquela concebida sem os pecados da chamada velha política, remete ao divino. Os usos do gênero foram táticas da equipe de comunicação da candidata, sendo utilizados pela imprensa do período, que destacou atributos de Maria Luíza nessas eleições. Na edição especial do jornal *Diário do Nordeste*, no dia 18 de novembro, o periódico abordou, na capa do editorial, os dizeres: “Maria, Maria. Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana”. O trecho da música, utilizada durante a campanha, deu o tom da vitória e estampou, no jornal, o resultado final da votação. Ao mesmo tempo, foram colocados diferentes trechos de uma entrevista, concedida por Maria ao jornal, ressaltando o fato de ser a primeira mulher a chegar à Prefeitura de Fortaleza. A imprensa do período, no Ceará, salientou isso, abordando, positivamente, a chegada de uma mulher ao Paço Municipal.

¹¹⁶Ver: SOIHET, R. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

Antes do resultado oficial, uma reportagem feita, no dia anterior (17/11/1985), e assinada pela jornalista Sônia Pinheiro, referiu-se ao desempenho das mulheres, no pleito, como sendo uma superação do machismo. Com o subtítulo, *a extinção do machismo*, a crônica consistia em considerar um avanço à expressividade de votos da candidata Maria Luíza:

Numa terra em que a mulher, sempre, foi pela cabeça do homem, a ponto de descrever de sua própria capacidade como ser pensante, a performance feminina neste pleito, particularmente, a cintilação de Maria Luíza, serviu para testemunhar que o machismo já não é aqui a tendência preponderante e que, também, sem aquela onda de feminismo, a aposta no valor intelectual e na atuação política da mulher já é algo absolutamente natural. (Jornal *Diário do Nordeste*, 17 de nov. 1985, p.08).

A jornalista destacou o brilho de Maria, nas eleições, e que a escolha do nome dessa colocaria o machismo, no Ceará, em segundo plano, que estaria sendo superado. Ademais, ressaltou que isso seria fruto da capacidade intelectual e política de Maria Luíza e não dos movimentos feministas do período. Maria integrou movimentos de mulheres, a exemplo do MFPA e da UMC, mas não abordou, em sua campanha, discursos vistos como feministas e não usou esse termo, para se identificar, talvez, por razões estratégicas. De todo modo, a reportagem reforçou alguns padrões que foram adotados à época, a moderação de Maria Luíza, na campanha, o distanciamento dos movimentos tidos como radicais e os estereótipos que marcaram/marcam as eleições de mulheres no país. O destaque para a competência e a inteligência parecem retirar a discussão sobre a categoria gênero. A própria candidata colocou um pouco disso, em entrevista ao jornal, quando soube de sua vitória.

A questão não é ser homem ou mulher, mas sim ter, principalmente a competência, para desempenhar bem o papel que milhões de fortalezenses aguardam... A questão não se trata de ser mulher, mas há um dado importante: nós tivemos a oportunidade de desenvolver nossa capacidade de sensibilidade. E iremos empregar toda essa sensibilidade na solução dos problemas de Fortaleza. (*Diário do Nordeste*, 18 de nov. 1985, n.p.).

Maria pontuou que sua vitória não se tratava de uma questão de gênero, ao passo que se utilizou de estereótipos, que podem caracterizar candidaturas femininas para enaltecer seu desempenho. Ao afirmar que as mulheres desenvolveram mais a sensibilidade e tiveram como pôr isso em prática, na política e na administração do executivo, Maria atribuiu características associadas, historicamente, às mulheres, em contraponto, aos homens, que não seriam tão sensíveis, portanto, não poderiam utilizar dessa qualidade nas gestões. Mas, ao negar o gênero, Maria o trouxe para o centro do debate, pelo menos, no que diz respeito às

construções sociais, que colocam o que seria característica de mulheres e de homens, apesar de dizer que não se tratava de ser homem ou mulher, era exatamente disso que circulava a discussão.

As reportagens e manchetes, sobre a vitória de Maria Luíza, para a prefeitura de Fortaleza, destacaram, dentre as abordagens principais, o fato de ela ser a primeira mulher eleita, na capital do Ceará, além de exaltar qualidades que pertenceriam às mulheres. Isso foi acompanhado, durante a campanha, desde as críticas feitas, pelos adversários políticos, abrangendo a própria conduta adotada, por alguns veículos de comunicação, que destacaram a vitória da candidata do PT. Na coluna de Sérgio Pires, no jornal *O Povo*, do dia 18 de novembro de 1985, o destaque foi: “a guerreira venceu de novo”, a partir do título, as características positivas da candidata foram realçadas e colocadas como pontos-chave para garantir a vitória. A reportagem ressaltou a ousadia, a formação profissional, a instrução acadêmica e a proximidade com os movimentos sociais de base de Maria Luíza. Mas, ao iniciar a coluna, o destaque foi:

“A guerreira venceu, mais uma vez”. Foi assim que Andréa, 15 anos, definiu a vitória de sua mãe, Maria Luiza Fontenele, a candidata do PT, 43 anos, *divorciada*¹¹⁷, deputada estadual eleita em sua segunda legislatura pelo PMDB, e há quatro meses líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa. (Jornal *O Povo*, 18 de nov. 1985. *grifo nosso*).

Apesar de ressaltar importantes qualidades de Maria e de sua formação, a coluna inicia com a fala da filha, o que já acende a questão da maternidade. Em seguida, o destaque foi para o estado civil da candidata eleita, divorciada, que antecedeu as informações sobre seus mandatos como deputada estadual. Esse último fato, inclusive, deveria ter mais ênfase do que o seu estado civil, visto que a experiência, no legislativo, poderia contribuir para a administração municipal. Entretanto, o fato de ter sido divorciada, duas vezes, foi algo que acompanhou Maria durante a campanha e o mandato. A Revista *Veja* publicou, no dia 27 de novembro de 1985, sobre a vitória de Maria Luíza, a reportagem: “Nasce uma estrela: a vitória de Maria Luíza em Fortaleza derruba preconceitos e surpreende o Brasil”. No editorial de 03 páginas, dedicado à chegada de Maria ao Paço, há informações acerca de sua relação com a Igreja Católica, dos ex-maridos e da ascensão do PT.

¹¹⁷Destacamos o termo, em itálico, na reportagem do Jornal *O Povo*, porque foi uma palavra recorrente nas manchetes sobre a candidata do PT. Nas eleições de 1985, a ênfase dada aos divórcios de Maria Luíza reforçou o quanto a discussão sobre gênero, estereótipos e divisão social, entre homens e mulheres, estava e continua presente na política institucional e nas candidaturas de mulheres.

Pergunte-se a um político veterano quanto vale a candidatura de uma mulher numa eleição majoritária. Acrescente-se que essa mulher é *divorciada*, está num partido pequeno com uma plataforma de esquerda e seu principal adversário é um peemedebista. O veterano conhecedor do comportamento do eleitorado garantirá que não se está diante de uma candidata, mas de uma bizarrice. Como as eleições têm a milagrosa capacidade de sepultar dogmas políticos, Maria Luíza Fontenelle, 43 anos, duas vezes divorciada e militante do PT, é a nova prefeita de Fortaleza. (Revista *Veja*, 27 de nov. 1987, p.48).

A abertura da reportagem foi sobre as características que fariam com que Maria Luíza não representasse nenhum tipo de ameaça ao jogo político do período, afinal, o eleitorado estaria diante de uma “bizarrice”, uma mulher, divorciada, filiada a um partido de esquerda recém-fundado no país. O título da manchete sugeriu que a vitória de Maria Luíza derrubava preconceitos, mas a própria reportagem, em si, suscitou esses mesmos estereótipos e ressaltou questões da vida pessoal e íntima dela, sugerindo que isso poderia interferir em sua administração.

Os divórcios de Maria Luíza foram citados, três vezes, durante a matéria, tendo um destaque como subtítulo: *Ex-maridos*. Essa questão parecia ser um grande incômodo para a opinião pública, visibilizada pela grande imprensa, que sempre destacou esse fato. O divórcio era permitido, no país, desde 1977, com a Lei 6.515/77. Todavia, uma mulher divorciada era vista, pela sociedade, carregada de estereótipos, isso não impossibilitou a campanha de Maria, tampouco sua chegada ao Paço. Maria destacou que “as mulheres se identificavam com ela¹¹⁸”, essa aproximação, entre candidato e eleitor, a partir de identificações, propõe um modelo de representatividade que articula representante e representado no ambiente político. Ao mesmo tempo em que as separações de Maria rendiam as atenções de matérias, em jornais e revistas, ela se aproximava dos eleitores, através de sua rotina e do seu cotidiano, fosse esse marcado por divórcios, por frequentar casas de forró ou por outros aspectos destacados pela Revista *Veja*.

Ela anda de jeans, namora, gosta de ser cortejada, é conhecida como “rainha do forró” pelo hábito de frequentar casas de dança, estudou Sociologia na universidade americana de Vanderbilt e, sobretudo, faz política de sol a sol com o socialismo na cabeça e a estrela do PT na lapela. (Revista *Veja*, 27 de nov. 1985, p.48).

Mais uma vez, os hábitos pessoais de Maria Luíza antecederam sua formação profissional, acadêmica e a sua forma de fazer política. Contudo, diferente das reportagens dos jornais cearenses, *O Povo* e *Diário do Nordeste*, a matéria da Revista apresentou, com

¹¹⁸Entrevista, 13 de agosto de 2019, realizada pela pesquisadora.

mais ênfase, questões pessoais, vinculadas à vida íntima de Maria Luíza, como o fato de namorar, após as separações, e frequentar casas de dança. Esses elementos, que antecedem as informações sobre a carreira política e profissional, demonstram o quanto a política era/é vista como um espaço masculino que afasta mulheres desses ambientes.

Expor a vida pessoal de Maria Luíza não estava relacionado à sua vitória e à competência que sua equipe teve durante a campanha. Aliás, quase não se falou sobre a campanha, as estratégias políticas adotadas, pelo “Grupo da Maria” e pelo PT, tampouco a trajetória política dela. A ênfase foi na vida pessoal, nos hábitos privados, na relação com o PT e na ascensão do partido. Essa reportagem da Revista *Veja* demonstrou o que poderia ocorrer com outras candidaturas de mulheres, mas também, outras minorias políticas. O enfoque dado à vida pessoal dos candidatos, a visibilidade do espaço privado e os usos disso para desvalorizar e subtrair candidaturas de mulheres. Ao associar a vitória de Maria Luíza a uma “bizarrice”, a matéria reduziu o êxito de Maria e do PT a uma anomalia política. Para Biroli (2010, p.273):

Os estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social mais ampla, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres. [...] Esses estereótipos consistem, assim, em narrativas cristalizadas que são ativadas na medida em que os holofotes se voltam para as mulheres políticas. [...] Naturaliza, também, o fato de que as tensões entre a atuação política e a vida privada e afetiva sejam relevantes para a trajetória e a imagem pública das mulheres, enquanto são potencialmente inexistentes para os homens.

A vida privada das mulheres, candidatas e eleitas, são um atrativo para a mídia em detrimento aos hábitos pessoais de homens na política institucional. A relação dual, entre público/privado, é endossada por candidaturas de mulheres, que têm suas vidas íntimas expostas, ao público, muitas vezes, com o intuito de validar ou não a possível eleição e/ou vitória. Buscar aspectos da vida íntima que denotem se essa mulher é “boa” mãe, esposa, dentro de um padrão de casamento heteronormativo, demonstra que reforçar esse espaço privado, como pertencente às mulheres, integra o fazer político quando nos referimos às candidaturas femininas. A naturalização desse formato midiático de abordar a trajetória pessoal das candidaturas de mulheres aparenta contribuir para uma espécie de parecer que garante a viabilidade da candidata e sua aprovação pelo eleitorado.

Em 1985, durante a campanha, Maria buscou driblar a questão dos divórcios e da radicalidade da militância de esquerda, usando a maternidade, a vaidade e a proximidade com

setores da Igreja Católica. Outro fator destacado na reportagem da Revista *Veja* (1985, p.48): “Maria Luíza assegura em todas as oportunidades que é católica e não perde missa aos domingos. Isso a aproxima dos religiosos que trabalharam por ela na campanha, interessados em sua mensagem política e desinteressados de coisas como os dois divórcios da candidata”. A fé católica e a mensagem política da candidata encobriram, no período eleitoral, suas separações, não causando dano ao seu desempenho político, apesar das críticas da oposição e do reforço da imprensa em torno dessa questão.

Isso foi possível, em certa medida, pelos outros elementos simbólicos, que caracterizaram sua candidatura, e os usos do gênero que permitiram equilibrar o processo de maneira positiva para Maria Luíza. De acordo com Barreira (1998, p.123), “o sorriso usado, sempre, na campanha simboliza o momento de abertura democrática. Era a convocação à proximidade, o ensaio de outra estética capaz de jogar com a sedução da proximidade e distância”. A questão estética contribuiu, nesse sentido, e o sorriso de Maria Luíza virou uma marca de campanha, mas também, conforme sugere a autora, tornou-se um símbolo da reabertura democrática após a ditadura militar.

Junto ao sorriso, o emblema da estrela marcou um símbolo de esperança e de perspectivas novas para o cenário de abertura política. A estrela, usada pelo Partido dos Trabalhadores, foi incorporada à campanha como uma passagem de renovação e associada à Maria, enquanto aquela responsável por fazer brilhar esse novo horizonte. Na matéria da Revista *Veja*, a palavra estrela foi citada cinco vezes, inclusive, no título: *Nasce uma estrela*. Chamada de estrela nordestina e a nova estrela do PT no Ceará. O signo da estrela destacou-se como uma maneira de incorporar o que a candidatura de Maria Luíza representava: o novo e a ruptura com o coronelismo no estado. Os diferentes signos, que marcaram a campanha dela e do PT, integravam os ânimos da sociedade do período, que via ruir a ditadura militar. A nova República surgia com nomes bem conhecidos e outros nem tão novos assim. A campanha, pelas Diretas Já, não conseguiu concretizar eleições diretas para a presidência da República, além disso, a população amargava uma grave crise econômica.

Compreender a vitória de Maria Luíza, para a prefeitura de Fortaleza, passa por diferentes nuances, que vão desde o uso de signos e símbolos, que traziam a ideia de esperança, os usos do gênero até a violência simbólica, que marcaram várias etapas da campanha, desde a utilização de imagens, panfletos até ameaças. Todas essas circunstâncias revelam os desafios das candidaturas de mulheres. O fenômeno da violência política de

gênero não é recente, pois é uma tática usada, por diferentes grupos e indivíduos, para barrar a entrada e o avanço de mulheres, na política institucional.

Em 1985, Maria Luíza precisou romper com estereótipos e com todo um grupo político, que comandava o estado do Ceará há alguns anos. Fazer isso não foi tarefa fácil, mas ela alcançou o Paço Municipal, depois de dois mandatos na Câmara Legislativa do estado. A administração Popular de Fortaleza proposta, durante o pleito eleitoral, revelar-se-ia como um dos principais desafios da trajetória política de Maria Luíza.

Abordaremos, no capítulo seguinte, as adversidades da chegada de Maria Luíza ao Poder Executivo, a falta de recursos, de alianças e o *modus operandi* de uma violência política, que está pronta para atacar administrações de mulheres. O que foi exaltado, na campanha, como símbolo de honestidade, compromisso e competência, aos poucos, tornou-se questionado, tendo como um dos elementos principais, o gênero.

4.0 CAPÍTULO III. “O DESTINO DE FORTALEZA NAS MÃOS DE MARIA”: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA

“Vibração na Praça com a Maria prefeita da cidade”, a manchete do jornal *Diário do Nordeste*, no dia 02 de janeiro de 1986, demonstrou a alegria e a comemoração em torno da posse de Maria Luíza. A primeira prefeita de Fortaleza assumiu o cargo tendo como um dos objetivos principais: tornar a gestão do Paço Municipal em uma Administração Popular. As palavras de luta apresentadas, durante a campanha, poderiam virar realidade e a expectativa, em volta de sua administração, era grande, principalmente, por parte dos movimentos sociais e das camadas populares. Maria foi eleita simbolizando a mudança. Seguindo essa linha, a população alimentava esperanças na nova gestão de Fortaleza.

A eleição de Maria, em 1985, foi a única prefeitura conquistada, pelo Partido dos Trabalhadores, em capitais, por isso, sua vitória foi de grande relevância, tendo em vista Fortaleza ser a quinta¹¹⁹ maior do país. Nesse sentido, o Partido viu a oportunidade de colocar em prática a chamada Administração Popular, que, posteriormente, foi estabelecida, em São Paulo, com a vitória de Luíza Erundina e, em Porto Alegre, com Olívio Dutra, no ano de 1988. Entretanto, os planos de governo eram rasos e gerais acerca de como essa administração seria colocada em execução.

A campanha de Maria Luíza foi composta por uma retórica de críticas a gestões anteriores, aos chamados coronéis e ao sistema capitalista. Com a chegada ao Palácio do Bispo, o grupo de Maria e o PT buscaram equilibrar uma administração, que desse conta dos anseios populares e resolvesse a crise que atingia a cidade. Fortaleza tinha altos índices inflacionários, uma folha salarial muito alta, greves, em diferentes setores, principalmente, no de transporte público e de coleta do lixo, aliás, esses dois foram os mais complicados de serem conduzidos ao longo de toda a gestão. As dificuldades deixadas, sob a responsabilidade da nova prefeita e do PT, mostraram que o início não seria fácil e havia muito a ser feito. Talvez, o principal desafio fosse gerenciar todos esses problemas, buscando soluções eficientes e rápidas, visto que a população aguardava, com entusiasmo, resoluções para essas questões.

¹¹⁹Fortaleza ocupava o posto de quinta maior capital, nesse período, todavia, no censo de 2022, ela assumiu o quarto lugar, além de ter o PIB mais elevado da região Nordeste.

Nesse período, o grupo da Maria e do PT experimentaram algo inédito ao assumirem a máquina pública do poder executivo municipal, visto que poderiam ter uma atuação política e administrativa diferente dos outros governos, pois, enquanto oposição, a equipe de Maria alegava que bastava boa vontade para administrar de forma competente. Contudo, não era tão simples assim, posto que o PT não tinha nenhuma representação na Câmara Municipal, enfrentou dura resistência da casa legislativa, de setores da imprensa, e dos governos estaduais e federais. O grupo de Maria Luíza e o PT ganharam as eleições, mas estavam sem apoio político, por isso, seria necessário ter um plano de governo estratégico e eficaz, para conseguir administrar Fortaleza. Todavia, essas questões só foram sendo experienciadas à medida que o grupo buscou solucionar os problemas de infraestrutura, coleta de lixo e tentou encerrar as greves dos servidores.

Enquanto a gestão não iniciava os trabalhos, no Paço Municipal, a sensação era de euforia e entusiasmo. No dia da posse de Maria Luíza, as comemorações se estenderam. Nesse momento, houve a reunião da militância, de diferentes regiões do estado do Ceará e de outros estados para prestigiá-la. Além disso, personalidades nacionais, vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, estiveram na cerimônia e na festa que ocorreu, posteriormente, na Praça José de Alencar, localizada no Centro da cidade. O clima era de entusiasmo e de esperança. “Fortaleza agora é da gente”, foi assim que Maria fez o seu discurso, na comemoração, em um comício realizado após a transmissão do cargo. No palanque, dividindo espaço com ela, estavam o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, os deputados federais, José Genoíno Neto e Eduardo Matarazzo Suplicy, ambos eleitos pela capital paulista. Além disso, vieram diversas delegações de cidades, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte.

A vitória de Maria Luíza foi surpreendente e caracterizou uma mudança progressista. Fortaleza rompeu com o ciclo dos coronéis, após várias décadas, e elegeu uma prefeita de um partido de esquerda. Para o PT, foi uma surpresa chegar ao poder, em uma capital de estado, por meio do voto direto. Diante disso, buscou aproveitar a situação e expandir sua militância, buscando eleger novos candidatos. No discurso de comemoração, Maria Luíza enfatizou o que representava sua vitória: “o povo de Fortaleza marcou um encontro com a dignidade, escolhendo o PT, marcando, com isso a sorte da cidade”. (Jornal *O Povo*, 02 de jan.1986, p. 02).

Os discursos do comício, que ocorreu no dia 01 de janeiro de 1986, buscaram dialogar, entre si, e enfatizar o caráter popular e progressista do Partido dos Trabalhadores, destacando as diferenças entre o PT e outros partidos, que faziam alianças e acomodações para chegar ao poder. Maria ressaltou as disposições do Manifesto do PT, aprovado, em 1980, abordando:

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. (Partido dos Trabalhadores. Manifesto, 1980, p.02).

O PT e o “Grupo da Maria” traziam, em seus discursos, a ideia da libertação da classe trabalhadora, o que contribuiu para a adesão partidária. Isso foi notório, durante a campanha, e prosseguiu durante a gestão no Paço Municipal. Esse tipo de discurso, inclusive, permitiu com que eles se aproximassem das camadas populares, de estudantes universitários e de uma esquerda que se refazia após o fim da ditadura. O ingresso de Maria Luíza e de seu grupo ao PT já havia ampliado as bases de atuação do partido. Com a vitória, a adesão continuou crescendo.

O PT buscava sedimentar uma base partidária de atuação na gestão municipal. O grupo de Maria Luíza pretendia formar um governo com os nomes mais confiáveis e próximos à Prefeita. O mandato iniciava-se tentando acomodar correntes distintas, além de precisar manter o diálogo com a oposição, que, durante os três anos de administração, teceu duras críticas à Maria e à Administração Popular. Nesse sentido, os comentários, manchetes de jornais e análises sobre a gestão carregaram algo naturalizado, na política institucional: a violência. Todavia, essa violência estava direcionada a uma mulher, que, durante boa parte de sua administração, teve sua capacidade questionada, ao ser chamada de incompetente, leviana, desonesta e mentirosa, esses foram alguns dos adjetivos destinados para caracterizá-la no início da gestão.

A oposição política costuma utilizar diferentes artifícios para atingir seus opositores, contudo, analisamos que, quando nos referimos a gestões de mulheres, muitas críticas e acusações estão relacionadas ao gênero. O ambiente político é semelhante a outros espaços de poder, nos quais há expectativas sobre como homens e mulheres devem atuar. A divisão, entre público e privado, continua operacionalizando esse universo da política e ditando padrões de comportamentos, e, mais que isso, quem pode ou não integrar as esferas de poder. A ascensão

de mulheres aos cargos Legislativos, Executivos e Judiciários avança morosamente. Nas eleições de 1985, apenas, Maria Luíza e Gardênia Gonçalves foram eleitas, em capitais, ambas do Nordeste. Analisar o cenário da década de 1980 ajuda a compreender os mecanismos de resistência feminina, ao mesmo tempo, demonstra que a violência política de gênero não surgiu quando se tornou conceito, ao contrário, a categoria precisou ser formulada para expressar o que acontecia com as mulheres na política.

Porém, discutir a temática de violência não isenta a compreensão de que administrações de mulheres podem ter falhas e/ou erros. Nosso intento não é dizer que a Administração Popular, em Fortaleza, não tenha cometido erros, posto que a própria Maria Luíza admitiu falhas e uma certa ingenuidade no processo de gestão. Contudo, buscamos demonstrar que certas associações, críticas e ameaças foram feitas pela condição de gênero da gestora, haja vista que são mais frequentes quando mulheres estão à frente dos cargos de poder. A violência política de gênero, muitas vezes, desloca sujeitos do seu campo de atuação, buscando manter um fluxo que concentre, em poucos (homens brancos), o poder, principalmente, nos cargos de alto escalão. O fato de trazer a gestão de Maria Luíza, para debater essa categoria, possibilita pensar a historicidade e sua durabilidade na política brasileira.

Desse modo, práticas e estratégias usadas, durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, foram utilizadas, no decorrer da gestão de Maria Luíza, pela oposição, pela mídia, por meio de reportagens, manchetes ou charges, que abordaram a figura de Maria de maneira diversa, geralmente, em tom jocoso. Brilhante (2011), apresenta que a imagem negativa da cidade vai ser um dos principais temas, nas produções chargistas dos dois principais jornais de circulação, no estado: *O Povo* e o *Diário do Nordeste*, os quais associavam o caos da cidade à má administração da Prefeita Maria Luíza e de seu grupo. As charges integram uma linguagem de sátira e de ironia e estão inseridas em um contexto político, cultural e social, conseqüentemente, refletem pensamentos e críticas. Ao mesmo tempo, essa produção integra grandes grupos de comunicação, que têm interesses financeiros, políticos e de mercado.

Assim, as charges acabam, por vezes, reproduzindo estereótipos de gênero e reforçando uma violência semiótica ao apresentar imagens que distorcem, muitas vezes, o sujeito que é representado. No caso de Maria Luíza, a intencionalidade de demonstrar uma mulher despreparada e incompetente foi comum, em diferentes publicações, ao longo da

Administração Popular. As imagens caricatas, que têm a sátira como veículo, estão inseridas no campo subjetivo de construções dos sujeitos, os quais analisam, fazem associações e reproduzem práticas que fomentam a violência política de gênero. Por mais que o intuito fosse uma crítica, acerca da gestão municipal, a escolha de como isso foi feito diz respeito a posicionamentos políticos e à maneira de pensar, dialogando com padrões de gênero estereotipados e com reproduções de preconceitos.

Nessa esteira, o uso de termos, nas manchetes e nas reportagens, que foram associadas ao nome de Maria Luíza, não ocorreu de maneira despropositada. Houve um discurso e uma pretensão envoltos na maneira como o tema foi abordado nos jornais. A legenda para a notícia, o discorrer do assunto, das estratégias de *marketing* jornalístico, que apresentavam discursos objetivos e subjetivos, não estavam no campo da neutralidade, apesar de apresentar-se como tal. A imprensa, nesse sentido, nos oferece uma gama de perspectivas para pensar como a violência política de gênero foi abordada e reproduzida por esses meios de comunicação.

Durante a posse de Maria Luíza, um dos principais destaques, dados pela imprensa, foi a escolha do vestuário e do penteado usado por ela, além de ter destacado o discurso rápido feito na Câmara Municipal. Alguns elementos ajudam a compreender a maneira como a mídia escolhe retratar uma mulher, quando ela chega à política institucional, como: as roupas, cabelo e aparência física, pois esses pontos costumam receber bastante atenção da imprensa, denotando os estereótipos que são vivenciados em sociedade. No dia 02 de janeiro de 1986, o jornal *O Povo* abordou o tema, em uma página, discorrendo sobre os preparativos de Maria Luíza para a posse, o ritual do sono, o cabelo, a maquiagem e a roupa usada na cerimônia.

O vestido que seria usado, todo branco, aguardava que sua dona desse os retoques na maquiagem, evitando manchas. A saia em linho, a blusa e a pelerine em crepe. Os sapatos e as bolsas eram azul real. O vestido, avaliado em Cr\$10 milhões, foi presente do costureiro Lino Villaventura. (Jornal *O Povo*, 02 de jan.1986, p.04)

A narrativa ressaltou todos os acessórios, utilizados por Maria, enfatizando o vestido, que foi um presente. A questão central é perceber quantas vezes os homens, que são eleitos, passam a ser analisados pela perspectiva de suas roupas e aparência física? Eles podem ser submetidos a esse tipo de análise, entretanto, de maneiras diferenciadas, por exemplo, isso não foi observado quando o governador cearense, Tasso Jereissati, foi eleito, em 1986, o apontamento das características físicas foi direcionado à primeira dama, Renata Queiroz. Isso,

também, ocorreu, na posse da presidente Dilma Rousseff, em 2015, quando ela usou um vestido rendado, sendo alvo de achincalhamento, por parte da imprensa, acusando-a de ser deselegante. Em um artigo, escrito para a *Revista Época*, a jornalista Ruth de Aquino, escreveu que:

A posse de Dilma Rousseff e seu mega ministério medíocre quase passaria em branco ou “nude” (cor da pele) se não fosse a histeria em torno do vestido de renda da presidente e sua falta natural de elegância. Primeiro, veio o humor. Comparava-se o vestido de Dilma a toalhas rendadas de mesa artesanais e regionais. Comentou-se sua escolha inadequada de vestuário. E também seu andar desajeitado. (*Revista Época*, 09 de jan.2015. [recurso online]).

No texto, a jornalista defendeu colegas que foram criticadas, nas redes sociais, por fazerem comentários sobre a aparência de Dilma Rousseff, no dia da posse, defendendo a liberdade de expressão, a profissional disse que, também, satirizava homens, em cargos de poder, e que não seria problema falar sobre a “escolha inadequada” da roupa da então Presidente. A questão é: por que é mais recorrente fazer esse tipo de exposição com mulheres? Por que quando a referência são mulheres jovens, que se adequam a um padrão de beleza da branquitude, a escolha do vestuário é adequada? O intuito não é apontar que charges e comentários não possam ser feitos sobre a apresentação dos sujeitos políticos, mas discutir o porquê de as mulheres serem os alvos mais propensos a esse tipo de exame, que frisamos não ser aleatoriamente.

A escolha de temas e de reportagens, que buscam chamar a atenção do leitor não são métodos novos usados pela mídia. Contudo, um ponto a ser discutido é quando eles reproduzem estereótipos de forma tão perceptível, muitas vezes, parecendo não haver preocupação sobre o impacto do conteúdo que será entregue, desde que ele seja ofertado. O interesse das duas reportagens centrou-se na estética de Maria Luíza e de Dilma Rousseff, a diferença foi o teor de críticas em relação à última. Maria, ao assumir a Prefeitura, tinha 42 anos, era uma mulher magra e branca, que usava padrões estéticos durante a campanha. Notamos, desse modo, a diferença com que as duas gestoras foram apresentadas, nas matérias, abordando a noção do quanto as mulheres estão mais vulneráveis a esse tipo de análise e possível crítica.

Pode-se perguntar por qual motivo o jornal não fez a escolha de apresentar a trajetória política de Maria Luíza, que havia sido deputada estadual, por dois mandatos, participado de diversos movimentos sociais e de combate à ditadura? O que se caracteriza como relevante, quando se discute eleição de mulheres? De acordo com Biroli, a mídia atua

dentro de um limite de padrão restritivo, que reproduz condutas morais. De acordo com a autora (2011, p.90):

O noticiário é produzido dentro do limite de convenções, como aquelas que estão na base dos rituais da objetividade definidos por Gaye Tuchman (1992) e a partir de recursos de sentido restritos e compartilhados, isto é, de um leque restrito de discursos de referência. Na base dos procedimentos rotinizados estão padrões morais que o jornalismo contribui para reproduzir.

Esse entendimento ajuda a pensar sobre as perguntas, feitas acima, e compreender o processo de construção dos meios de comunicação, a relação com a política e com o gênero. A ideia de que o jornalismo reproduz valores e comportamentos “morais” problematiza a discussão do quanto as reportagens podem produzir e repetir tipos de violência política de gênero, principalmente, a simbólica/semiótica. Nesse caso, diversos elementos podem ser analisados, quando pesquisamos a atuação da mídia, visto que a escolha das imagens, das charges e dos vocábulos, utilizados para se referir à gestão da Prefeita Maria Luíza, compõe uma amálgama de detalhes, que são relevantes para entender o papel da imprensa e a relação com o público que consumia os jornais analisados nessa pesquisa. Segundo Biroli (2011, p.91-92):

[...] as narrativas que conferem sentido aos temas e personagens ancoram-se significativamente nos estereótipos vigentes. Pode-se assumir que existe uma espécie de “memória compartilhada” entre os jornalistas, que é produto de suas práticas, de sua ética e de sua posição objetiva em relação a outros campos. Ela os leva a dar maior atenção a determinados atributos, a destacar alguns aspectos do comportamento dos atores em detrimento de outros, a estabelecer correlações previsíveis entre o evento abordado e outros eventos (em esferas variadas), assim como a definir de maneira relativamente estável os ângulos em que as imagens são produzidas.

A autora demonstra a maneira como a temática e os sujeitos são abordados, a partir da perspectiva jornalística, e o que leva um tema ou uma notícia a receber mais destaque; Ainda, sobre isso, Biroli (2011) diz que as mulheres, quando falam sobre assuntos relacionados ao cuidado e ao ambiente privado, recebem mais espaço, no meio jornalístico, ao passo que isso as distancia do noticiário político. Ou seja, o espaço cedido às mulheres está associado, diretamente, à visão do espaço doméstico, reproduzindo estereótipos sem problematizá-los.

Logo, retratar o dia de Maria Luíza, desde a rotina do sono até o vestido que usaria, na cerimônia de posse, dialoga com a perspectiva estereotipada de que essas são algumas das preocupações das mulheres: o cabelo, a maquiagem, a roupa, enfim, itens vinculados a uma

estética e à vaidade, que acabam sendo associados, geralmente, às mulheres. Foi uma decisão do jornal abordar os preparativos para a posse, a partir do viés estético, mas essa escolha esteve baseada em padrões de gênero? Qual foi o intuito? As notícias não estavam desvinculadas dos grupos empresariais que administravam esses jornais. Desse modo, havia interesses, no que tange à veiculação de notícias, sobre a gestão de Maria Luíza.

Nesse capítulo, os dois jornais analisados - *O Povo* e *Diário do Nordeste* - eram, e ainda são, os principais meios de comunicação no estado do Ceará. No período da campanha e gestão de Maria Luíza, analisamos 259 reportagens, que de maneira explícita ou implícita trouxeram a Prefeita como uma das figuras centrais do noticiário. Maria estava exercendo uma função pública e, ao ocupar um cargo, no Poder Executivo, as atenções e a visibilidade passaram a ser mais evidenciadas sobre sua imagem, porém, a exposição dada à sua gestão e, principalmente, à sua pessoa demonstraram como a mídia pode contribuir para a ascensão ou declínio de políticos. Mesmo havendo acertos, Maria e a gestão do PT ficaram marcados pelos erros e insucessos da Administração Popular. Assim, são abordados o teor e conteúdo das notícias, que tinham o intento de informar e expor a crítica sobre os problemas da cidade e do mandato petista, que foi marcado por rupturas políticas, disputas internas, experiências malsucedidas, na tentativa de implementar um governo popular, e os ataques diretos à figura da Prefeita Maria Luíza.

4.1 “MARIA SENTIU O INCÔMODO DA CADEIRA”: A GESTÃO DE MARIA LUÍZA EM FORTALEZA

No dia 02 de janeiro de 1986, após a posse Maria Luíza, ela foi conduzida de maneira informal, através de carona, para diversas solenidades, durante as transmissões de cargos do secretariado municipal. Isso ocorreu devido ao fato de o carro oficial não ter sido encontrado, segundo ela. Na reportagem do dia 03 de janeiro, o jornal *O Povo* divulgou que o carro oficial da Prefeitura, um Opala, estava com Américo Barreira, o vice-prefeito. Por que o veículo do Gabinete da Prefeita ficou com o vice? Maria não se pronunciou sobre o ocorrido, mas o quanto isso tem de significativo no dia em que ela iniciava a gestão, no Paço Municipal, posto que o carro ficou à disposição de um homem.

Além disso, o jornal destacou a frase, que usamos como subtítulo, “Maria sentiu o incômodo da cadeira”. Para a reportagem, Maria explicou que ficou incomodada com a cadeira, porque não havia sentido adaptação à sua coluna, porém essa informação está contida

no corpo da reportagem. A frase, entretanto, serviu de legenda para a foto de Maria sentada na cadeira do Gabinete. Há polissemia, nessa construção frasal, visto que vários sentidos podem ser atribuídos. O quanto sobrecarregava chegar a um cargo do executivo, poderia indicar que Maria não estava preparada para sentar na cadeira do Gabinete da Prefeitura, e administrar a capital, segundo o jornal, “o problema com a cadeira não era o mesmo encontrado pelo prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que dedetizou a que se sentaram seus antecessores¹²⁰”. Consoante o jornal *O Povo*: “Ela perdeu-se ao tentar sair do gabinete. Foi preciso que uma funcionária lhe apontasse a saída privativa, para chegar até a Superintendência de Planejamento, localizada no andar térreo”¹²¹.

O jornal destacou que Maria perdeu-se, ao tentar sair do Gabinete, sendo preciso que uma funcionária lhe indicasse a saída. Essas questões podem parecer irrisórias, mas são detalhes que vão tecendo uma narrativa sobre a figura central da notícia: a Prefeita Maria Luíza, primeiro ao demonstrar o desconforto com a cadeira e depois ao “perder-se” no Gabinete. Ambas as informações, encontravam-se seguidas, na reportagem, trazendo uma ideia de encadeamento. Essas conexões jornalísticas envolvem uma produção de sentido, que vão se formando ao longo da narrativa. Conforme Biroli (2011, p.89): “a agenda temática é inseparável dos enquadramentos que organizam o acesso aos temas, isto é, das molduras que tornam os temas visíveis em uma narrativa que lhes dá sentido”.

Nesse aspecto, o jornal centrou-se no primeiro dia de administração da prefeita. Na ocasião, ela foi ao Gabinete acompanhar os novos secretários, despachou e atendeu telefonemas, antes de algumas solenidades, ao mesmo tempo, o veículo de comunicação narrou os acontecimentos citados. São os sentidos diversos que se formam, a partir da informação, que vão criando conexões e construindo opiniões. Nesse aspecto, Biroli (2011) discute a noção de enquadramento. Sobre essa categoria, Carvalho nos diz que:

O conceito de enquadramento, tomado de empréstimo a Erving Goffman, tem sido um dos pilares na proposição de diversos autores (Tuchman, 1978, 1993; Correia, 2000; Ponte, 2005; Silveirinha, 2005; dentre outros) sobre os modos como as notícias nos são apresentadas pelos operadores jornalísticos a partir de referências que deem às narrativas noticiosas inteligibilidade, o que implica em relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá. O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença. A interpretação de uma situação, assim sendo, resultará sempre da resposta a uma indagação primeira: “o que está se desenrolando na cena à minha frente?” (2009, p.04).

¹²⁰Jornal *O Povo*, 03 de janeiro de 1986, p.02.

¹²¹Jornal *O Povo*, 03 de janeiro de 1986, p.02.

O uso da categoria enquadramento, na ação jornalística, está situado na escolha de temáticas, que serão narradas, com o intuito de tornar mais tangível o fato que foi transformado em notícia. Todavia, esse processo não escapa de posicionamentos políticos. O fato de enquadrar orienta a notícia para uma determinada visão, que pode reforçar o *status quo* de sujeitos ou reproduzir estereótipos, levando-se em consideração os quadros primários, que foram utilizados, para pensar a disposição do acontecimento e torná-los em notícia. Não significa dizer que essa ação é uma manipulação do que houve, mas a escolha de como apresentá-lo é baseada pelo enquadramento e pelo quadro de referência, que os leitores têm. De acordo com Carvalho, os quadros primários funcionam como algo que permite interpretar e dar sentido a alguma coisa nova ou que foi apresentada, segundo o autor:

os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*) da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais. (2009, p.05).

Nesse caso, quando a reportagem apresentou o desconforto de Maria Luíza com a cadeira e o fato de ter se perdido no Gabinete, a construção de sentidos, sobre a notícia, pode ser diversa dependendo do que o leitor tenha como acúmulo, que lhe permita interpretar o que foi noticiado a partir de sua visão e das perspectivas que já existem. Assim, a informação ganha sentidos e significados variados, pois depende da recepção e interpretação dos leitores, porém, quando uma sociedade coloca o espaço político como sendo, predominantemente, masculino, a tendência seria pensar que Maria Luíza não estaria apta a ocupar tal função. Existem outras possibilidades de interpretações, mas a questão é a margem que o enquadramento deu, quando nos referimos às notícias.

Há envolvido, sempre, um processo de escolha que torna tal fato mais ou menos relevante, para converter-se em narrativa noticiosa. Além das escolhas dos temas, estão inclusos o vocabulário, o uso de termos e trocadilhos, que chamam a atenção do leitor, bem como as imagens, que não figuram no campo do ilustrativo. Eles trazem sentidos que dialogam, diretamente, com o texto narrado ou com a ideia do que se pretende apresentar.

Isso foi visto, em diferentes reportagens, no jornal *O Povo* do dia 04 de janeiro de 1986, Maria fez sua primeira reunião oficial com o secretariado, na manchete, os dizeres: “Maria constata que a Prefeitura é um caos”, seguindo a reportagem, uma fotografia da

reunião, em que vários secretários aparecem amontoados sobre a mesa, com diversos papéis e pastas, apresentando um cenário caótico. Mesmo que a desorganização fosse atribuída a gestões anteriores, a fotografia dialogou com o que a reportagem narrou. Ao final, destacou-se o clima de descontração da equipe:

A reunião se desenvolveu dentro de um clima de informalidade. Em nenhum momento os secretários usaram tratamentos formais. Todos em trajes esportes, se chamaram pelos nomes “de guerra”. Até mesmo a Prefeita foi tratada por simplesmente Maria. Esta foi a primeira mudança perceptível da administração petista. (Jornal *O Povo*, 04 de jan.1986, p.02).

Imagem 3.



(Jornal *O Povo*, 04 de janeiro de 1986, p.02)

O destaque dado à informalidade com que a reunião aconteceu, além do fato do uso dos chamados “nomes de guerra”, associados ao que seria a gestão do PT, demonstrou que o conteúdo da imagem não, apenas, reverberava o sentido da desorganização da Prefeitura, mas o que poderia ser a Administração Popular, tendo em vista o caráter despojado com que a reunião foi apresentada na narrativa e na fotografia. Essas questões contribuem para construir um discurso que vai elaborando significados. Analisamos isso, ao longo dos três anos de governo, desde que assumiu a Prefeitura, Maria Luíza foi colocada sob a perspectiva de uma estreante e o que poderia acarretar para a cidade essa falta de experiência.

Quando Maria assumiu a Prefeitura de Fortaleza, o presidente do Brasil era o maranhense José Sarney e, no governo do estado, Gonzaga Mota, ambos do PMDB. O país

vivenciava um contexto de crise e de alta inflação, uma conjuntura que vinha desde o período da ditadura. Nesse aspecto, a cidade de Fortaleza era afetada por esse quadro político e econômico. De maneira mais específica, precisava lidar com greves de servidores, dívidas públicas e com um jogo político que se organizava para campanha ao governo. Foi nessa “arapuca”¹²², conforme Maria Luíza, que a sua gestão precisava administrar e as decisões acertadas necessitavam acontecer, sem muita demora, tendo em vista que ela contava com o apoio da população, nos primeiros meses de mandato.

Maria Luíza buscou recursos financeiros, em Brasília, junto ao presidente da República e, no estado do Ceará, ao governador. Além da crise no país, a Administração Popular de Fortaleza (APF) era oposição ao governo federal e estadual, isso dificultou o acesso a recursos. Apesar do diálogo existente, havia críticas e desavenças, que contribuíram para desestabilizar a gestão da prefeita. Outra questão foi o atrito com a Câmara Municipal, que, durante os três anos de administração, endureceu as críticas à prefeita e ao seu grupo, mas essas querelas se iniciaram desde o início da administração. Em entrevista ao jornal *O Povo*, Maria rebateu comentários proferidos por alguns vereadores do PMDB e do PFL. Conforme Maria: “Os vereadores estão se precipitando e entrando na campanha das forças reacionárias que estão tentando desestabilizar a nossa administração. Esse tipo de reação está surgindo porque eu me prontifiquei a identificar quem é o responsável pelo caos que encontrei na Prefeitura”¹²³.

Esses desentendimentos foram recorrentes e contribuíram para reduzir o diálogo e consenso, durante a gestão, o que dificultou a atuação da Prefeita, que foi ficando mais isolada e a capacidade de Maria foi sendo testada a cada greve, paralisação e atraso no salário dos servidores. Aliado a isso, teve o ponto frágil da gestão: a coleta de lixo e a greve no transporte público. Nesse sentido, as críticas feitas à Maria Luíza estavam atreladas ao desempenho de sua gestão e a forma como elas foram apresentadas demonstrou que o fato de ser uma mulher colaborou para que certas afirmações fossem feitas. Nos primeiros meses à frente da Prefeitura, foi comum a comparação dela com a Prefeita de São Luís, Gardênia Gonçalves. Ambas administravam capitais do Nordeste, porém, essa era filiada ao PDS e esposa do ex-governador do estado, João Castelo. As trajetórias políticas distintas não impediram as associações.

¹²²Jornal *O Povo*, 08 de jan.1986, p.04.

¹²³Jornal *O Povo*, 21 de jan.1986, p.02.

O jornal *O Estado de São Paulo* divulgou um artigo em que fez essas aproximações, entre as gestoras, destacando, positivamente, a maneira como Gardênia estava lidando com a crise da prefeitura de São Luís e criticando a forma de Maria Luíza conduzir o Paço Municipal. Esse texto foi reproduzido, pelo jornal *Diário do Nordeste*, no dia 22 de janeiro de 1986, em um contexto de greve dos servidores municipais de Fortaleza, que ocorreu, também, em São Luís.

Não seria de bom-tom, quem sabe, lembrar a d. Maria Luíza que ali perto, em São Luís, diante de idêntica situação, d. Gardênia, em vez de incitar à subversão da ordem (pois é subversão, pelo menos intelectual, dizer aos funcionários que façam greve contra si própria), procurou ajustar as despesas da prefeitura a sua receita, como ensina qualquer **manual de boa economia doméstica**. (Grifo nosso).¹²⁴

A reportagem buscou comparar a eficiência de Gardênia Gonçalves ao cuidado doméstico, quando trouxe a perspectiva do manual de boa economia doméstica, ou seja, a gestora estava conseguindo organizar as finanças da Prefeitura, a partir do conhecimento que tinha da organização financeira do lar, geralmente, esse é delegado à responsabilidade das mulheres. Nesse sentido, Maria Luíza não teria feito “a lição de casa”, visto não ter quitado as dívidas da máquina pública. A noção de que mulheres são mais honestas, sensíveis e ligadas às tarefas do cuidar é algo frequente na política, inclusive, utilizado, por algumas delas, em campanhas, reforçando os estereótipos, que são reproduzidos, facilmente, pela imprensa, conforme o texto citado.

A ideia de que qualquer manual de boa economia doméstica ensinaria a lidar com as questões financeiras da Prefeitura diluía a fronteira entre público e privado, o que pode ter significado uma crítica à maneira de portar-se de Maria Luíza. A reportagem não veio ao acaso, durante a campanha, Maria recebeu críticas, por ser divorciada e ter hábitos que desagradaram valores morais do período. Em contrapartida, Gardênia era casada, com um conhecido político do Maranhão, havia sido primeira-dama, de certa forma, tinha mais respaldo, junto à sociedade, devido ao estado civil e à atuação política mais discreta, o que não a isentou de críticas. Ao contrário, no início de sua gestão, sofreu uma tentativa de violência física, quando manifestantes depredaram e atearam fogo, na sede da Prefeitura, encurralando-a em seu gabinete. Os protestos ocorreram após um decreto da prefeita. A medida exonerou cerca de 14 mil servidores que estariam lotados de maneira ilegal.

¹²⁴O *Estado de São Paulo* apud *Diário do Nordeste*. 22 de janeiro de 1986, p.02.

Cerca de 02 mil manifestantes reuniram-se, em frente à Prefeitura, e iniciaram o tumulto. O intuito foi intimidar e fazer com que a gestora retrocedesse à decisão, readmitindo os servidores ao quadro do município, todavia, isso não ocorreu. Além disso, Gardênia permaneceu no Gabinete, mesmo sob orientação de que saísse do prédio. Em reportagem, ela afirmou que: “se pensam que assim podem atemorizar uma mulher, estão enganados. Não saio daqui, não saio. Não passo atestado de covardia. O meu lugar é aqui. O meu dever é ficar aqui e aqui permaneceréi”¹²⁵.

Esse episódio de violência foi anterior ao texto publicado, no jornal *O Estado de São Paulo*, que não fez menção ao ocorrido, conteve-se em destacar os feitos da gestora para cortar gastos, conforme o manual conservador de economia. Talvez, para o jornal, fosse mais interessante comparar mulheres de partidos distintos, com trajetórias políticas diferentes e fazer associações da “boa mulher” com uma boa gestora a centrar-se em um caso de violência política.

Um ponto relevante foi o posicionamento de Gardênia ao se recusar sair do prédio da Prefeitura e afirmar que isso não iria intimidar uma mulher, ou seja, é possível inferir que ela tinha a percepção de que aqueles atos de violência estavam relacionados ao fato de ser uma mulher à frente da gestão municipal. Além disso, destacou que o seu lugar era aquele e, portanto, seu dever era permanecer no espaço. Esse caso é relevante para compreender as diferentes formas de atuação da violência política, pois, Gardênia foi ameaçada por servidores, que não se conformaram com as exonerações, por isso, utilizaram-se da intimidação e da violência, buscando reverter a situação. Demonstrou, também, a fragilidade de espaços de poder, haja vista o Palácio de La Ravardière¹²⁶, um prédio público e histórico, construído em 1689, ter sido cercado e depredado.

Um ponto passível de questionamento sobre essa situação é o quanto as mulheres estão mais vulneráveis nos espaços de poder? Situações de violência, atentados e/ou ameaças afetam homens que, também, são vitimados, contudo, o que problematizamos é quando as razões para essas atitudes são motivadas pelo gênero. Questão pontuada, por Gardênia, ao afirmar que a violência não seria capaz de amedrontá-la, enquanto mulher. Dessa forma, mulheres não estão blindadas da violência política, mesmo que sejam de partidos

¹²⁵Jornal *O Povo*, 09 de jan.1986, p.04.

¹²⁶O Palácio do Governo Municipal está localizado, na Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico de São Luís-MA.

conservadores, que tenham maridos envolvidos, na política, ou que não contrariem padrões de feminilidade. Foi o que ocorreu em São Luís.

Concomitante ao caso de violência, na capital maranhense, Maria Luíza, em Fortaleza, procurava equilibrar-se, entre os desafios postos pelos escassos recursos, no Paço Municipal, e as exigências de servidores e da população, em geral, que demandavam melhores condições de transporte, saúde, coleta do lixo, dentre outras demandas, que foram pautas na campanha do PT. Nesse sentido, foi organizado um ato público, em apoio à Prefeita, no dia 21 de janeiro de 1986, objetivando demonstrar o amparo da população e dos apoiadores do Partido à Administração Popular. No palanque, o presidente do PT, no Ceará, Gilvan Rocha, o secretário de educação, Padre Haroldo, e o chefe de gabinete, José Guimarães, além de outros nomes que contribuíram para a gestão. A fala de Maria foi atravessada pelos usos do gênero, quando afirmou que: “estamos gestando uma administração muito bela para esta cidade e nada fará com que ela seja abortada. Já basta de tanta violência contra a mulher. Esse filho será alimentado com o leite puro das mulheres corajosas desta cidade¹²⁷”.

Maria Luíza comparou a administração da cidade a uma gestação e destacou que daria continuidade, não permitindo sua interrupção, além disso, utilizou a metáfora associada à amamentação, na qual as mulheres corajosas de Fortaleza seriam as responsáveis por suprir as necessidades, contribuindo para o crescimento da cidade. Os termos *abortar*, *filho* e *alimentar com leite puro* fornecem, subjetivamente, a ideia do que significa uma mulher à frente da gestão. A pretensão seria cuidar como quem cuida de um recém-nascido, permitindo o seu nascimento e alimentando-o de maneira pura e corajosa para que possa crescer. Essa fala foi utilizada, pela imprensa, destacando a manchete: “Prefeita promete não abortar administração”.

A reportagem recorreu a própria fala de Maria Luíza para destacar um termo que, ainda, é alvo de disputa e de intenso debate: aborto. A ideia de dizer que não abortar seria uma promessa, feita pela gestora, um comprometimento de levar adiante a administração, remonta a diferentes sentidos, tendo em vista Maria ter sido alvo de críticas, durante a campanha, pela questão dos divórcios e comportamentos pessoais, então, aproveitar-se do discurso, que ela proferiu em palanque, e transformá-lo, em manchete, promoveu significados variados, que foram dotados de intencionalidades. Apesar de compreender que o termo

¹²⁷Jornal *O Povo*, 22 de jan.1986, p.02.

abortar pode ser usado em sentido figurado, com significado de fracasso, cancelamento ou falta de êxito, dificilmente, ele seria assimilado, em uma reportagem, a uma administração masculina. O que confere o efeito das escolhas e do chamado enquadramento jornalístico, conforme Carvalho (2009).

Ao mesmo tempo, os usos do gênero trazem uma perspectiva múltipla, para o debate, porque Maria Luíza utilizou os termos para denotar sua responsabilidade em dar prosseguimento à gestão, assegurando a manutenção da Administração Popular e o seu fortalecimento. No mesmo discurso, ela abordou a questão da violência contra a mulher, exigindo o fim da prática, mas não trouxe um debate profundo para o tema. São elementos linguísticos variados que se inserem, no enunciado, e trazem, para o campo semântico, interpretações distintas. Porém, em destaque, durante o discurso, estiveram o gênero e as questões que o envolvem. Maria abordou a temática da violência e da maternidade, conferindo às mulheres¹²⁸ a responsabilidade do cuidado, aliás, a Prefeita conclamou as mulheres a participarem da empreitada de alimentar com leite puro o filho (cidade).

De acordo com a reportagem, “ela quer fazer do projeto na Prefeitura um filho sadio”, os vários elementos textuais, que compõem essa notícia, remontam as escolhas feitas e como a mídia usufrui do próprio discurso do enunciado. De acordo com Carvalho, é necessário: “compreender o jornalismo como prática que negocia cotidianamente com os demais atores sociais, inclusive na tentativa de fazer prevalecer pontos de vista, a partir de complexas negociações de sentido”. (2009, p.09). Assim, a consonância entre os que integram o jornal, os que leem e o assunto abordado é alvo de disputas, mas também, de conchavos, que dialogam sobre as informações. Por exemplo, um leitor assíduo do jornal *O Povo*, muitas vezes, tende a concordar com os editoriais e as reportagens jornalísticas, nesse sentido, o ponto de vista do grupo de comunicação busca atender às expectativas do grupo de consumidores.

Essa interlocução, entre produção jornalística e público leitor, confere uma gama de representações, que estão associadas a padrões, conceitos e perspectivas, as quais formam imagens sobre o mundo a sua volta, as pessoas e o externo, o qual não há contato direto, mas aproxima-se, por meio da mídia, conforme Biroli (2011, p.85):

¹²⁸Referimo-nos a mulheres, por causa da fonte histórica trabalhada (discurso da interlocutora), mas compreendemos que gestação e amamentação não estão circunscritas à pessoas que se identificam como mulheres.

Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, um papel central na difusão de representações do mundo social. A relação com o mundo é mediada por imagens produzidas e difundidas em escala industrial, fazendo com que nossas referências sejam uma fusão entre o mundo com o qual temos contato diretamente e o mundo que conhecemos pelas telas da TV, pela internet e pelas páginas de revistas e jornais.

O prisma vai sendo moldado, pelo que é divulgado nos meios de comunicação, e a nossa ótica vai associando valores e conhecimentos com base no que foi apresentado. Não significa dizer que o leitor é um mero receptor de informações, tendo em vista que a decodificação dessas notícias é feita, a partir do que há de referência primária, porém, a mídia pode contribuir para reforçar estereótipos já existentes e colaborar para formulação de novas concepções.

Durante a gestão de Maria Luíza, a construção de sua imagem e da Administração Popular foi marcada pela representação da imprensa e pelo *modus operandi* do jornalismo, que apresentou a imagem da prefeita e o seu modelo de administração. Foi comum, em reportagens, o destaque de falas de políticos de oposição, ao governo petista, sobre a incompetência de Maria Luíza para conduzir Fortaleza, questionando as ações e criticando as escolhas. Houve diversos problemas, durante o mandato, que não conseguiram ser sanados, como a questão das greves dos servidores e, conseqüentemente, a paralisação de órgãos essenciais para a manutenção da cidade, como o Departamento de Limpeza Pública e a circulação do transporte público, conforme citamos. Todavia, esses já eram demandas antes da chegada de Maria ao Paço Municipal. Assim, a intensidade e a maneira como as críticas foram direcionadas expõe o que pode significar mulheres em espaços de poder.

Ao assumir a Prefeitura Municipal e constatar que havia irregularidades, na folha de contrato com servidores, Maria e seu grupo se comprometeram em investigar e denunciar os responsáveis. Ao longo dos primeiros meses de 1986, a população e a imprensa esperaram a apuração das denúncias que saíram em um dossiê produzido pela equipe do governo. Esse documento gerou expectativa, porque foi bastante anunciado, pela Administração Popular, e prometia abordar os responsáveis pela crise na cidade. A documentação foi divulgada, no dia 13 de março de 1986, porém não causou o efeito esperado pela gestão. O jornal *Diário do Nordeste* destacou (14 de mar.1986, p.04):

Depois de criar muita expectativa, finalmente, na manhã de ontem, a prefeita Maria Luíza apresentou à imprensa o dossiê “Fortaleza Nunca Mais”, onde apresenta as possíveis irregularidades cometidas pelos prefeitos que lhe antecederam, desde Lúcio Alcântara até Barros Pinho. Pela repercussão, o documento não corresponde

ao que esperavam alguns políticos, pois imaginavam que o impacto fosse bem maior.

Esse documento foi publicado, cercado de polêmicas, e sua divulgação contribuiu para o desgaste do governo, tendo em vista os erros cometidos, na apuração das informações, ocasionando na publicação de dados falsos ou incompletos, gerando um mal-estar entre os poderes executivo e legislativo, haja vista a citação de nomes de vereadores no dossiê. Além disso, a análise abordada, pelo documento, foi rasa e genérica, isso acabou frustrando muitos que aguardavam o lançamento. O dossiê serviu de instrumento para a oposição, que aproveitou dos erros técnicos, para criticar Maria e o PT, causando mais tensão entre os poderes. O vereador, Marcus Fernandes, do PMDB, disse: “a população ficou decepcionada com este Dossiê da Porcina”, a fala do vereador esteve vinculada a reportagem do *Diário do Nordeste*¹²⁹.

O parlamentar comparou Maria Luíza à Porcina, uma personagem de televisão, da novela Roque Santeiro, interpretada por Regina Duarte. A trama foi exibida, entre junho de 1985 e fevereiro de 1986, e tornou-se um fenômeno de audiência. A personagem “viúva Porcina” era caricata, de acordo com Santos (2011, p.59): “Seu tom de voz é bastante alto, seus gestos são exagerados, tem o costume de colocar as mãos na cintura para falar, ou arregaçar as mangas quando está nervosa”. A protagonista, também, flutuava entre valores morais da época, era a viúva de um santo, ao mesmo tempo, tinha uma relação não oficializada com o personagem Sinhozinho Malta, a dubiedade de Porcina trazia uma perspectiva diferente para a TV, naquele período, tendo em vista o processo de reabertura política. Segundo Santos (2011, p.57):

A personagem Porcina se coloca em meio aos discursos opostos existentes, no texto se conjuga a semântica do proibido *versus* permitido. É nesse contexto que a personagem Porcina adquire sua voz transgressora da “moral e dos bons costumes” no micro universo narrativo representado.

A análise demonstra que a personagem Porcina integrava esse campo dual, entre a permissão e a proibição, atuando de forma ambivalente entre elas, a flutuação da protagonista a inseria em um campo linguístico, variado de significados, porque era o sagrado e o profano. Comparar Maria Luíza à personagem diz sobre uma visão estereotipada da Prefeita, mas também, da figura narrada de Porcina. Conforme sugeriu Santos (2011), Porcina transgrediu a moral e os costumes da época, talvez, para o vereador que fez a equivalência, tanto Maria

¹²⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 14 de mar.1986, p.04.

quanto Porcina representassem essa ameaça aos valores morais do período. Outra questão de análise é sobre o quanto essas comparações podem desqualificar, ao levar para a comicidade, a imagem da prefeita. Além disso, houve um tom de sarcasmo, levando-se em consideração os erros cometidos na elaboração do dossiê.

O subtítulo da reportagem foi em referência ao termo: “Fernandes: dossiê da Porcina é um documento irresponsável”, o jornal destacou que a fala foi feita pelo vereador, mas abordou a comparação de Maria Luíza com a personagem de maneira enfática, visto que o termo ocupou o subtítulo da matéria no caderno de política. Esse tipo de aproximação denota o enquadramento de gênero, no fato noticiado, e pôde ser observado, em outros períodos, no país. Segundo Dantas (2019), que analisou a gestão e a crise, no governo de Dilma Rousseff, tendo como um dos focos, as revistas semanais: *Veja*, *Época*, *Isto É* e *Carta Capital*, a imagem da Presidenta Dilma foi ridicularizada, em diferentes momentos, a autora destaca uma reportagem da Revista *Época*, na qual Dilma é comparada à Geni, personagem da Ópera do Malandro de Chico Buarque.

Geni, aquela “boa de apanhar, boa de cuspir”, a personalidade da canção é a responsável pelos males, sendo uma figura degradada. Na reportagem, citada por Dantas, um trecho aborda que: “A culpa pelas desgraças do país não é da Geni. É de Dilma”¹³⁰. Nesse caso, coube à imprensa realizar a aproximação, mas o caso não difere tanto de Maria Luíza. Tanto Porcina quanto Geni representavam essas mulheres transgressoras, ocupando um *não lugar*, que, no caso de Dilma Rousseff e de Maria Luíza, seria o poder executivo.

A análise, acerca desse tipo de comparação, demonstra que os estereótipos são sobrepostos a perspectivas generalizadas das administrações de mulheres e que a categoria gênero, mesmo não sendo discutida, pela imprensa, é a chave central para compreender esses usos ao relacionar mulheres, que estão na política institucional, a personagens caricatas ou vistas como uma ameaça aos valores tradicionais. A violência é outro modo de entender essas aproximações, haja vista que o intuito é desmerecê-las, no fazer político, sendo uma das práticas recorrentes que visa afastá-las dos espaços de poder.

Aliado a isso, existe a negação, que destitui as mulheres da capacidade de gestão, questionando suas habilidades e competências, algo recorrente no campo político. Com a publicação do dossiê, contendo erros, a oposição direcionou os ataques à Maria Luíza, contestando sua aptidão para gestão pública. O vereador Fiúza Gomes (PFL) disse, em

¹³⁰Revista *Época*, ed. 890, 27/06/2015.

entrevista ao jornal *Diário do Nordeste*¹³¹: “a prefeita quis manchar a reputação de todos. Demonstrou com isto que tem ódio aos políticos porque ela não chegou a ser um político. Fortaleza, por engano, a elegeu prefeita e nestes 75 dias para fazer este documento nada fez, senão olhar o passado”.

Desqualificar o trabalho de mulheres, na política, tem sido uma ferramenta operacionalizada, na esteira da violência política de gênero, posto que a política institucional opera como esse *não lugar* para elas, não importando sua filiação partidária e/ou interesses políticos, mulheres são, na maioria das vezes, as mais interrompidas e sabatinadas por seus colegas de Parlamento e pela mídia. No caso de Maria Luíza, analisamos as críticas feitas pela Câmara Municipal, em relação à publicação do dossiê e o quanto as opiniões dos vereadores foram publicadas, pelos principais jornais impressos de circulação, no estado.

A maneira de operar essas práticas de violência passou/passa despercebido por muitos, que encaram o campo político como esse espaço de hostilidade, todavia, é preciso perceber quando o gênero é o alvo dos ataques, principalmente, entrecruzando com outros marcadores sociais, como: raça, classe e sexualidades dissidentes. A fala de Fiúza Gomes apontou Maria como esse ser apolítico, conseqüentemente, ela teria raiva dos vereadores, porque eles seriam seres políticos. Além disso, reforçou a ineficiência ao dizer que a Prefeita não havia feito nada, apenas, preocupou-se com o passado, isso porque o dossiê visava encontrar os responsáveis pela crise econômica e financeira, na cidade de Fortaleza, de gestões anteriores.

O pretexto, para pressionar Maria Luíza, no cargo de prefeita, havia sido encontrado. A partir do dossiê, os vereadores de oposição descobriram um caminho para tornar a Administração Popular de Fortaleza difícil. Após a publicação, os parlamentares decidiram interpelar a Prefeita. Em 15 de março de 1986, o jornal *Diário do Nordeste*, abordou a decisão do legislativo: “a Câmara Municipal de Fortaleza vai interpelar judicialmente a prefeita Maria Luíza Fontenele. [...] Agora a prefeita de Fortaleza terá que comprovar perante a Justiça as acusações feitas através do dossiê ‘Fortaleza Nunca Mais’”. Para além da pressão do legislativo, é importante observar a notícia, pois a manchete anuncia que “Prefeita será interpelada na Justiça”, entretanto, no decorrer do texto, havia a discussão sobre essa possibilidade, visando pressionar a prefeitura para que houvesse uma retratação pública.

¹³¹*Diário do Nordeste*, 14 de mar.1986, p.04.

A maneira como foi apresentada, pelo jornal, inicialmente, fomentou a ideia de que era uma decisão acertada pela Câmara. Todavia, a edilidade discutia sobre os trâmites para propor a interpelação. Nessa mesma reportagem, foram destacadas a fala do deputado estadual Antônio dos Santos Cavalcante, o qual foi citado, no dossiê, por acúmulo de função, sendo um possível motorista do hospital Instituto José Frota (IJF). Depois, foi apurado que tratava-se de um homônimo, o que causou mais desgaste. O deputado foi a diferentes estações de rádio, tecendo duras críticas à prefeita, entre elas, disse que “Maria Luíza não é bom fruto e por isso dela só sai o que não presta”.

A ideia do fruto remete à Eva¹³², uma das responsáveis pela expulsão do Paraíso, que, ao comer o alimento proibido, convenceu Adão¹³³ a experimentá-lo. Esse parecer de que a prefeita não daria bons frutos, também, relaciona-se à concepção, sendo essa uma forma impura/imprópria, que “não presta”. A fala do deputado não é, apenas, estereotipada, ela viola a corporeidade de Maria Luíza, quando sugeriu que dela não sairia nada de bom. A narrativa não foi uma crítica política ou responsável, a intenção era ofendê-la em uma provocação que remeteu, simbolicamente, ao seu corpo e ao que dele saía. “De Eva à feiticeira no final da Idade Média, o corpo da mulher é o lugar de eleição do Diabo” (LE GOFF, 1994, p.146 *apud* OLIVEIRA, 2019, p.59).

Da analogia com Maria, aquela concebida sem os pecados da velha política, durante a campanha, ao fruto ruim, na gestão da prefeitura, Maria Luíza foi apresentada com a dualidade que cerca os corpos de mulheres, atingidas pelo pecado e o sagrado ao mesmo tempo. A corporificação, na política, denota quais são os corpos aceitos e os estigmatizados nos espaços de poder. São corpos que divergem do ambiente da política institucional, seja ele marcado pelo gênero ou racializado, esses corpos são vistos à margem e alvos de violência. Foi o que houve, no discurso proferido pelo deputado, a violência simbólica/semiótica que buscou estigmatizar a imagem da prefeita, diante do público, e que teve espaço nos meios de comunicação.

Os corpos de mulheres representam ameaça há tempos. Historicamente, associadas ao pecado, perseguidas, no final da Idade Média e Moderna, a caça às Bruxas representou a

¹³²Eva é uma personagem bíblica, apresentada no livro dos Gênesis, do primeiro livro do Antigo Testamento. Foi a primeira mulher criada, a partir da costela de Adão, para acompanhá-lo no Paraíso. Foi a responsável pelo Pecado Original ao comer o fruto proibido. Cf. OLIVEIRA, P.G.A. A herança original: as consequências do pecado de Adão e Eva para a condição humana de acordo com a *Summa theologiae* (1273) de Tomás de Aquino. 2019.

¹³³Adão teria sido o primeiro homem, criado à imagem e semelhança de Deus, para habitar o Paraíso.

perseguição da corporeidade de mulheres, que poderiam representar ameaças à ordem que se estabelecia, no período, segundo Federici (2017, p.343): “uma mulher sexualmente ativa constituía um perigo público, uma ameaça à ordem social, já que subvertia o sentido de responsabilidade dos homens e sua capacidade de trabalho e autocontrole”. Alguns corpos simbolizavam esse mal e o pecado. Mulheres, negros, homossexuais e corpos dissidentes foram/são vistos marginalmente e, conseqüentemente, desumanizados ou encarados como corpos sujeitos à violência.

Os inúmeros casos de violência de gênero e racial, no Brasil, demonstram que há corpos-alvos em operações policiais, execuções, casos de violência política, doméstica e feminicídio. De acordo com o Atlas da Violência (2021, p.36), “em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil”, isso representou uma redução de 17,3%, em relação ao ano de 2018, entretanto, esses dados demonstraram que, apesar da diminuição, no país, vários estados registraram aumento, nos casos de assassinatos contra mulheres, entre eles: Alagoas (33,6%), Sergipe (31,2%), Amapá (24,3%), Santa Catarina (23,7%) e Rondônia (1,4%). Além disso, quando analisamos quem foram as mulheres vítimas de feminicídio ou homicídio, 66% eram mulheres negras.

Os dados, mais recentes, demonstram uma violência operacionalizada que leva em consideração gênero e raça em vários aspectos. Não significa dizer que esses são os únicos critérios, mas são relevantes para compreender o fenômeno da violência. Na política, esses marcadores sociais não estão dissociados, apesar de não haver dados quantitativos mais específicos a respeito. Percebemos isso, quando debatemos as execuções de Marielle Franco, no Brasil, e de Juana Quispe, na Bolívia, que foram mulheres racializadas e afetadas, diretamente, pela expressão mais brutal da violência política: o extermínio de sujeitos vistos como dissonantes da política institucional. Juana Quispe era uma mulher aymara, pertencente ao município de Ancoraimes, na província de Omasuyos. Marielle Franco era uma mulher negra, proveniente do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, ambas eram atravessadas, pela racialidade, classe social e gênero e ousaram fazer política, denunciando opressões e foram assassinadas no exercício de seus respectivos mandatos¹³⁴.

As diferentes formas da violência política demonstram que ela está imbricada, no campo político, como ferramenta de uso para a manutenção de poder, legitimando, certos

¹³⁴Com isso, não queremos afirmar que homens não são vítimas de violência e assassinatos no ambiente político. Conforme já pontuamos, sabemos que eles podem ser vitimados. O que destacamos são os entrecruzamentos de gênero e raça, por exemplo, para compor o quadro de violência política.

sujeitos, e relegando outros, as mulheres são esse *outro*. De acordo com Dantas (2019, p.102): “o ‘x’ do debate sobre as mulheres está no fato de elas serem avaliadas sempre em comparação com o homem. Ele como o modelo e ela como o outro. Seu modo de ser e agir não é considerado como distinto e legítimo”. Na política, essa noção sobre o *outro* transforma as mulheres em sujeitos extra-campo ou fora do lugar de participação. O *outro* traz uma ideia de negação, sendo o contraponto da afirmação e do reconhecimento. As mulheres encontram-se nesse espaço do *não lugar* e do não reconhecimento político. O *outro* é visto como essa falha, ausência e uma recusa de humanidade, segundo Beauvoir (2016, p.106):

As épocas que encaram a mulher como o *Outro* são as que se recusam mais asperamente a integrá-la na sociedade a título de ser humano. Hoje ela só se torna *outro* semelhante perdendo sua aura mística. Foi a esse equívoco que sempre se apagaram os antifeministas. De bom grado concordam em exaltar a mulher como o *Outro* de maneira a constituir sua alteridade como absoluta, irreduzível e a recusar-lhe acesso ao *mitsein* humano.

A recusa do ser-com (*mitsein*) retira das mulheres a ideia básica de condição humana, isso a transforma no *outro*, segundo Beauvoir (2016). Outros sujeitos foram/são colocados nesse espaço de negação da *persona*: indígenas, negros, LGBTQIA+, geralmente, ocuparam o *não lugar* do reconhecimento. A violência, portanto, surge como algo aplicável a esse *outro*, tendo por premissa a negação desses sujeitos. Desumanizar ou tornar menos humano o *outro* permite violar direitos fundamentais que garantem a integridade física e psíquica dos seres humanos. A violência passa a ser naturalizada, dentro desses moldes, enxergando o *outro* como esse *não-humano*.

A política incorpora esses elementos de reconhecimento, ou não, desses sujeitos e reproduz, mas também, compõe um espaço de invalidação. É nesse sentido que *outro* é visto como *outro* e integra, em si, o símbolo da negação, o estar de fora. O campo político continua sendo esse *não lugar*, para as mulheres e outras minorias políticas, e a violência é uma das ferramentas de manutenção desse *status quo*. Nesse sentido, a maneira como as violências vão sendo instrumentalizadas ganha variadas formas, levando-se em consideração que algumas ações ocorrem, no campo simbólico/semiótico, contribuindo para camuflar e dar ares de regras do jogo.

O discurso, nesse caso, ganha espaço para demonstrar formas sutis de manifestação de violência, que tenta associar gestões de mulheres à ineficiência ou à incompetência, reforçando esse *não lugar* da política institucional e, ainda, apresentando-as como seres menos aptos ao espaço público. Na reportagem do jornal *O Povo*, a fala do deputado estadual,

Gomes Farias, (PMDB), que reivindicava melhores condições sanitárias para Fortaleza, exigindo a coleta de lixo de maneira mais eficiente, destacou a decepção com a Administração Popular do PT, considerando-a¹³⁵: “o maior desastre da história política do Estado do Ceará a eleição de Maria Luíza para o Paço Municipal”¹³⁶.

A associação de administrações de mulheres a desastres, incompetências e inoperâncias é frequente, em reportagens, que trazem críticas da oposição, bem como a opinião da imprensa em si. Dantas (2019, p.59) observa que há “uma generalização sobre o desempenho das mulheres em locais de poder e o reforço constante ao retorno da mulher ao seu lugar, o espaço privado”. A negação do espaço público afirma o espaço privado, para as mulheres, e reforça estereótipos de gênero. A operacionalização desses discursos contribui para a elaboração de subjetividades que se constroem a partir da premissa binária: público *versus* privado e homem *versus* mulher. Essas construções reafirmam a competência e a capacidade dos homens relacionadas aos espaços de poder, enfatizando características que são vistas de maneira positiva para eles. Porém, quando associadas às mulheres, são consideradas inoportunas, por exemplo, a firmeza e a rigidez.

Um homem, no fazer político, é exaltado ao demonstrar força e altivez, em suas ações, já as mulheres são criticadas e taxadas de “megeras”. Ao mesmo tempo, no espaço público, elas precisam fazer adaptações e buscam assemelhar-se ao ambiente masculino. É uma linha tênue, colocada na esfera política, porque elas não podem ser masculinizadas e não devem demonstrar certos traços de feminilidade. A tentativa de chegar a um consenso, nesse limbo, é um dos primeiros empecilhos à vida política delas. As mulheres estão sempre inapropriadas para ocupar cargos de poder, porque a meta exigida parece inalcançável.

De acordo com o roteiro da ONU Mulheres (2021), as roupas e a aparência física são constantemente analisadas, quando nos referimos às mulheres em espaços de poder, ao passo que isso não ocorre, na mesma frequência, com os homens, reforçando os estereótipos e enquadrando o gênero na análise política feita sobre as mulheres. A presidenta Dilma Rousseff foi criticada, por não ter um “poder de sedução”, já Maria Luíza foi apresentada, em diferentes charges, de maneira sensualizada, acentuando traços de uma construção de

¹³⁵Maria recebeu críticas dos parlamentares, muitos desses, com uma larga experiência no legislativo. Nesse sentido, os dois mandatos como deputada estadual não foram suficientes para retirar a ideia de novidade e estreia na política, o que costuma ser mais comum, quando nos referimos às mulheres, visto que muitos homens novatos, na política, geralmente, contam com o “apadrinhamento político” de veteranos. A rejeição a Maria e ao PT estavam condicionados, também, à novidade que representou a eleição.

¹³⁶Jornal *O Povo*, 06 de mar.1986, p.03.

feminilidade. O ideal de mulher está atrelado a uma sexualização, que, de todo modo, não é bem-vista, no meio político, porque funciona como ferramenta de despolitização dessas mulheres. Conforme Dantas (2019, p.51): “Cabelos longos, voz mais aguda, saias e vestidos, enfim, os signos da cultura feminina não são simbolicamente reconhecidos como signos de liderança e poder”.

Os signos de representação masculina passam a integrar uma estética, adotada por muitas mulheres, no campo político, cabelos mais curtos, voz mais grave e o uso de *tailleur*¹³⁷. A ambiguidade posta às mulheres, em cargos de poder ou que almejam alcançá-los, reforça o *não lugar* da política para esses sujeitos. Além disso, determinam traços constitutivos de suas subjetividades ao determinar um tipo de estética que devem adotar, para ter mais respaldo, no ambiente público. De acordo com Dantas (2019, p.52):

Esse sistema normativo atua para afastar e constringer identidades subalternas dos espaços decisórios. Nesse processo de integração ao espaço político, os sujeitos vão deixando a diferença pelo caminho. As premissas da cultura dominante são assimiladas, e as consequências práticas são o apagamento de interesses não hegemônicos da agenda política e a permanência da institucionalidade vigente.

Ao demarcar uma estética para a política institucional, há uma exclusão sumária de sujeitos que não se adequam ao padrão apresentado, que, ainda, é branco, masculino e de camadas abastadas. A politização é necessária para democratizar esses corpos excluídos do cenário público. Quebrar a hegemonia de um corpo universal, o qual se apresenta como o mais apto ao fazer político, é construir olhares outros para sujeitos invisibilizados e/ou estigmatizados na sociedade. Para Goldenberg (2005, p.68):

[...] há uma construção cultural do corpo, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimento de outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da imitação prestigiosa: os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que viram ser bem-sucedidos.

Os corpos estão dotados de significado, valoração, historicidade e poder, mas são corpos específicos que ocupam esse lugar de *status quo* na política. Os corpos naturalizados, para esse espaço, são, majoritariamente, masculinos e brancos. A partir dessa lógica, os corpos de mulheres, indígenas, LGBTQUIA+, negros são marginalizados e podem ser vítimas de violência, porque esses ocupam um campo que não é destinado para eles.

¹³⁷É o conjunto de saia ou calça, com blazer, geralmente, produzido no mesmo tecido e cor.

Porém, dentro dessa lógica, ainda, há os corpos de mulheres que são mais “aceitáveis”, na política institucional, em detrimento de outros. Então, corpos brancos, magros, cis e jovens são lidos de forma diferente, sendo atribuído um valor maior que a outros. Nesse caso, mulheres negras, indígenas e ciganas, por exemplo, são duplamente o *outro*, conforme Kilomba (2019, p.114), “excluída duas vezes”. É necessário fazer a reflexão sobre a interseccionalidade dos corpos, que ocupam os espaços de poder, porque ela permite entender estratégias de violência que são utilizadas, mas também, compreender que da minoria dos cargos ocupados por mulheres, a maioria é de mulheres brancas¹³⁸.

Quando apresentamos que a violência política de gênero faz diferentes vítimas, mulheres de partidos progressistas ou conservadores, compreendemos que esse fenômeno é operacionalizado a diferentes sujeitos. Todavia, atrelado a outros marcadores sociais, a violência política de gênero ganha outros contornos, que podem ser marcados pelo racismo, etarismo, regionalismo e questão de classe. Então, corpos, que são atravessados por essa interseccionalidade, tornam-se alvo de uma escalada de violência dentro dos Parlamentos. O intento não é caracterizar níveis de opressão, mas de abordar especificidades que convergem para casos de violência política de gênero que são atravessados por outros fatores sociais. Segundo Kilomba (2019, p.94): “‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo”.

Assim, há entrecruzamentos de opressões que tornam mulheres racializadas vítimas do sexismo e do racismo, simultaneamente. É preciso analisar os impactos da violência política de gênero, sob essa perspectiva, porque, ao falarmos sobre a eleição de Maria Luíza, na década de 1980, e marcarmos isso como uma grande surpresa aos adversários, é necessário advertir que estamos nos referindo a uma mulher branca, com educação formal, em nível superior, e de camada média da sociedade. O capital político é diferente, pois o corpo que almejou o espaço de poder foi um corpo branco, mesmo sendo uma mulher. Então, falamos sobre gênero sem negligenciar a raça e classe, que determinam outras formas de opressão entrecruzadas nos sujeitos.

¹³⁸Cf. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020**. [recurso eletrônico] Instituto Alziras (Org.). Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018. 137p. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>

Discutir sobre violências é pensar, constantemente, nos entrecruzamentos que determinam opressões simultâneas e cotidianas, além da consciência sobre o lugar de escrita e produção, apresentando os corpos com os quais dialogamos em nossa pesquisa. A materialidade do sujeito Maria Luíza precisa ser evidenciada, posto que não estamos falando de um dado estático, mas de pessoas que compõem a política nacional e tornam esse espaço em um lugar orgânico. Pensando nessa organicidade, trazemos o debate sobre as variadas formas de violência, na política, porque elas atingem corpos de forma física, psicológica e simbólica/semiótica, dessa forma, eles são submetidos à violência.

Esses corpos, todavia, são resistência. Ao desafiarem a naturalização do espaço público, como sendo um lugar masculino, as mulheres promovem o debate, a partir da entrada dos seus corpos nos espaços de poder, provocando discussões sobre acesso e permanência desses sujeitos na política institucional. Segundo Biroli (2018, p.180): “obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos da exclusão. A política é *atualizada* como espaço masculino”. A autora apresenta que os desafios, para a atuação nos espaços de poder, são diversos, desde a chegada a cargos do executivo e legislativo até a manutenção de uma carreira política.

A viabilidade de candidaturas de mulheres, pelos seus respectivos partidos, e a consolidação das trajetórias políticas são algumas das dificuldades enfrentadas ao concorrerem a eleições. Essas adversidades estão, principalmente, associadas a casos de violência política de gênero. Porém, mulheres estão fazendo política, em diferentes movimentos sociais, ainda, de acordo com Biroli (2018, p.182):

A baixa presença e mesmo a ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estatal, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários.

Apesar de nos limitarmos a pensar a política institucional, o fazer político das mulheres extrapola esses limites e é feito, cotidianamente, por diferentes lideranças comunitárias de bairros, mulheres rurais, sindicalistas e outras, que atuam, em diferentes frentes, politicamente. Algumas delas, inclusive, são as que chegam a cargos da política institucional, seja no Poder Legislativo ou Executivo. A trajetória política, em movimentos sociais organizados, permite, muitas vezes, que elas consigam ser eleitas, chegando a outros espaços de poder. Para Biroli (2018, p.184), “muitas das mulheres brasileiras que têm

participado da política institucional nos anos recentes – aí incluída a primeira mulher a chegar à Presidência da República, Dilma Rousseff – atuaram em organizações clandestinas e mesmo de luta armada na juventude”.

A autora cita o exemplo de Dilma Rousseff, mas podemos mencionar o caso de Maria Luíza, que teve trajetória similar ao ser eleita para o legislativo estadual, após longos anos de atuação em movimentos clandestinos, durante a ditadura. A experiência política permitiu o contato com diferentes discussões, mas também, visibilidade diante da sociedade civil. Não significa dizer que é a regra, pois as eleições de mulheres, nos últimos anos, têm sido mais plural e abrangido diversas mulheres de variados campos políticos. Ser eleita é um dos principais desafios, todavia, permanecer nos espaços de poder apresenta-se como o mais árduo obstáculo para as mulheres que buscam a vida pública. Temos como exemplo, o caso do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. As táticas são diversas, para coibir a entrada de mulheres na política institucional, posteriormente, para pressioná-las a desistir ou retirá-las do poder. Logo, continuar, nesses locais, apresenta-se como um caminho tortuoso e acidentado.

4.2 “ESTÁ NA HORA DA PREFEITA TOMAR POSSE”: OS DESAFIOS DE MARIA NO PAÇO MUNICIPAL

Maria assumiu a Prefeitura em meio a muita euforia. Entretanto, as adversidades revelaram-se grandes diante da crise econômica e do processo de redemocratização do país. Chegar ao Paço Municipal havia sido um grande desafio, para a parlamentar e seu grupo, mas, a partir de 1986, manter-se no poder, foi um dos maiores obstáculos. Quando nos referimos à manutenção no poder, discutimos sobre a força política de atuação e a capacidade de garantir uma administração baseada na habilidade de gerir da prefeita. Ocupar espaços de poder deve permitir que as mulheres consigam exercer o lugar de autoridade que está à sua disposição, apesar de compreender que o jogo político consiste em a oposição buscar impedir que o adversário governe, isso é válido para administrações de homens.

Em janeiro de 1986, no primeiro mês de gestão da Administração Popular, o governador do estado, Gonzaga Mota, sugeriu que Maria Luíza tomasse posse. A fala proferida, enquanto o dirigente estava em Brasília, repercutiu na imprensa local. O jornal *Diário do Nordeste* destacou: “‘Está na hora da Maria Luíza tomar posse da Prefeitura de

Fortaleza'. A declaração foi do governador do estado do Ceará, Luiz Gonzaga da Fonseca Mota, que se manifestou ontem, disposto a ajudar a prefeita"¹³⁹.

A assertiva do governador sugeriu que Maria, ainda, não havia tido compromisso com o cargo, posto que ela deveria "tomar posse". A narrativa questionou os primeiros dias de gestão, indicando incompetência, por parte da gestora municipal, que não havia demonstrado responsabilidade com a atribuição do cargo. O governador estabeleceu uma comparação com o Presidente da República José Sarney ao dizer que: "O que seria do Brasil se o presidente José Sarney, que a assumiu a Presidência de um país devendo 100 bilhões de dólares, se ele tivesse ido fazer greve, ao invés de mandar o seu ministro da Fazenda negociar a dívida com os credores?"¹⁴⁰.

Fazer comparações, entre administrações, não é novidade na política, mas, quando nos referimos às mulheres, que ocupam cargos de poder, essas analogias parecem trazer o propósito de apontar incompatibilidade entre a função desempenhada e o sujeito que ocupa esse espaço. Mas, é necessário ressaltar que havia por parte da oposição à gestão de Maria Luíza o descontentamento com o quadro partidário da gestora. Nesse sentido, existiam fortes críticas direcionadas à esquerda e ao PT.

Ainda assim, a repercussão dessa comparação, feita pelo governador, ganhou proporção e, no dia seguinte, Gonzaga Mota disse, em reportagem, que não havia dito para "Maria tomar posse". Confrontado pelos jornalistas, que tinham a matéria com sua fala, o gestor disse: "isto não constrói, a prefeita tem autonomia e faz o que quer. Autonomia política e administrativa. No que eu puder ajudar eu ajudarei"¹⁴¹. As contradições, na narrativa do então governador do Ceará, poderiam indicar que falar, publicamente, sobre uma administração de mulher não era uma questão, afinal, o relato foi feito publicamente, apenas, com a repercussão, considerando os poucos dias que Maria estava no cargo, é que o administrador retrocedeu. Outro ponto pode ter sido que o efeito ruim da fala denotaria uma falta de cavalheirismo do governador, tendo em vista que as críticas foram feitas a uma mulher recém-empossada.

O chefe de estado não foi o único, já que vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza fizeram comparações entre a administração de Maria Luíza e algumas anteriores. Todas elas foram antecidas por homens. Segundo as fontes analisadas, Maria foi comparada

¹³⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 23 de jan.1986, p.05.

¹⁴⁰Jornal *Diário do Nordeste*, 23 de jan.1986, p.05.

¹⁴¹Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de jan.1986, p.03.

a um “modelo masculino” de fazer política, todavia, compreendemos que essa discussão é complexa e não é nossa intenção analisá-la, na tese, citamos, porque está presente nos materiais consultados. O edil Eurico Matias (PMDB) disse que, comparando com as últimas três administrações, “é uma guinada de zero a mil, pois além da limpeza que era feita permanentemente, muitas obras foram realizadas”¹⁴². Já o vereador Ademar Arruda (PMDB) disse que era muito cedo para fazer comparações, mas destacou que o relacionamento de Maria Luíza com a Câmara poderia melhorar, caso ela deixasse o PT, porque o partido estaria atrapalhando o relacionamento entre o Poder Executivo e Legislativo.¹⁴³

Nessas comparações, apresentadas pelo jornal *Diário do Nordeste*, há alguns pontos comuns, pois elas foram feitas em relação a administrações masculinas, posto que Maria foi a primeira prefeita eleita em Fortaleza. Ademais, foram realizadas com menos de 60 dias de governo. Apenas, um vereador destacou que era cedo para tecer analogias, entre administrações, porém, elas aconteceram mesmo assim. A cobrança sobre a Administração Popular era evidente. O PT era um partido recém-fundado, de esquerda, sem apoio na Câmara Municipal, e o grupo de Maria Luíza era conhecido, na cidade, pela militância de oposição, contudo, é necessário compreender o quanto essas comparações têm como um dos seus elementos o gênero.

A sabatina feita, sob a administração de Maria Luíza, começou nos primeiros dias de governo, após as indicações do secretariado e a expedição dos primeiros decretos. No primeiro mês, a prefeita foi pressionada, pela Câmara Municipal, a uma possível cassação do mandato. O vereador Marcus Fernandes e o deputado estadual Manoel Arruda, ambos do PMDB, falaram, ao jornal *Diário do Nordeste*, sobre um possível processo de interrupção da gestão de Maria e do PT. O recurso seria “por ferir dispositivos constitucionais; o não cumprimento da promessa feita pela prefeita de repassar o restante do duodécimo do mês de dezembro; e a preparação, por parte da própria prefeita, da sua renúncia, ao se ver impossibilitada de continuar governando a cidade”¹⁴⁴.

As especulações sobre uma possível renúncia ou cassação foram feitas, no início do mandato, poucos dias após a posse, o que demonstrou a pressão, em torno da prefeita e da sua capacidade de governança, que foi colocada em suspeição, pelo poder legislativo, ao fazer

¹⁴²Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de mar.1986, p.04.

¹⁴³Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de mar.1986, p.04.

¹⁴⁴Jornal *Diário do Nordeste*, 18 de jan.1986, p.03.

insinuações sobre uma possível renúncia, após constatar que não conseguiria administrar Fortaleza. A fala de Herval Sampaio, vereador pelo PMDB, foi destaque na reportagem:

[...] o povo de Fortaleza deve-se conscientizar de que esse pessoal que vai a Brasília não faz parte dos quadros da Prefeitura e sim do PT. Acha Herval que Maria Luíza não obterá êxito em sua missão, e que voltará a Fortaleza anunciando que, em face de não ter conseguido o seu objetivo, não teria mais condições de ficar à frente da municipalidade. Ela renunciará, concluiu Herval¹⁴⁵.

O vereador destacou a ida de Maria Luíza a Brasília, em busca de recursos junto ao Presidente José Sarney, prevendo uma negativa, o edil afirmou que a prefeita iria renunciar ao retornar a Fortaleza. As análises feitas, por vereadores, nos primeiros dias de administração petista, sugeriram que Maria não suportaria a pressão e renunciaria ao cargo. Além disso, para esses edis, a prefeita tinha outras pretensões políticas, como candidatar-se à Constituinte ou ao governo do estado, para alguns, principalmente, do PMDB, era questão de tempo Maria Luíza abdicar do Paço Municipal. O vereador Emanuel Teles, do PFL, disse em reportagem:

[...] o comportamento da prefeita reflete o interesse em deixar o cargo para candidatar-se à Constituinte, pois seria uma maneira dela sair-se de vítima. [...] Não é justo que a prefeita tente continuar enganando o povo, tomando medidas demagógicas como se ainda estivesse em palanques e ao invés de encetar a campanha dos 500 bilhões já, deveria ter altivez e preparar a sua renúncia¹⁴⁶.

O parlamentar endossou a fala dos outros colegas, sugerindo que Maria Luíza já se preparava para uma possível renúncia, em janeiro, poucos dias após a posse. Os vereadores estavam baseados nos arranjos políticos, feitos por ela, para mobilizar nomes, que poderiam ser eleitos para atuar na Constituinte. Além disso, existia referência à crise financeira da prefeitura e à campanha lançada por Maria, em busca de 500 bilhões de cruzeiros, junto ao governo federal. Essa ação objetivava pressionar o presidente José Sarney a liberar o recurso, que era fundamental para buscar equilibrar as contas fiscais do município.

Os servidores municipais organizaram-se para deflagrar uma greve geral no dia 21 de janeiro de 1986. A paralisação fazia parte da campanha “Sarney, 500 bi já”, na qual trabalhadores e membros do Poder Executivo Municipal uniram-se para reivindicar o repasse. Maria Luíza foi criticada, pela oposição, por manifestar-se favorável à paralisação e pelo apoio em relação aos grevistas. Na reportagem do caderno ideias do jornal *Estado de São Paulo*, que foi divulgada pelo impresso cearense *Diário do Nordeste*, a manchete: *A greve de*

¹⁴⁵Jornal *Diário do Nordeste*, 18 de jan.1986, p.03.

¹⁴⁶Jornal *Diário do Nordeste*, 18 de jan.1986, p.03.

D. Maria Luíza, trouxe duras críticas à gestora pela postura adotada diante do movimento paredista.

A prefeitura de Fortaleza inicia seu mandato contrariando tudo o que se conhecia até agora sobre a responsabilidade do administrador. Para justificar sua atitude, alega d. Maria Luíza Fontenelle que sua administração nada tem que ver com as que a precederam. [...] Quem sabe seja isso o que d. Maria Luíza quer, para não ter de administrar em situação de penúria e ser a grande vítima das oligarquias cearenses¹⁴⁷.

Mais uma vez, surgiram reportagens, que abordaram a ideia de vitimização, na qual Maria Luíza estaria utilizando de um vitimismo para não se responsabilizar pela gestão de Fortaleza. O vereador Emanuel Teles disse que ela estaria usando isso em proveito próprio e a opinião do jornal *O Estado de São Paulo* corroborou com o entendimento. Por que mulheres são acusadas de estarem se vitimizando? Maria não fez nenhum tipo de discurso que abrisse esse tipo de precedente ou que sugerisse sua renúncia, então, o que levou a opinião pública a propor que a pretensão desse sujeito político fosse exercer uma autocomplacência? De acordo com Dantas (2019), esse tipo de sugestão, feita pela mídia, deve-se ao enquadramento de gênero.

Mulheres, muitas vezes, são apresentadas como vítimas e isso é fruto de uma construção estereotipada, responsável por caracterizar os papéis sociais. Nota-se, nas reportagens, que o uso do termo vítima estava dotado de um significado pejorativo, apresentando Maria Luíza como essa figura que buscou isentar-se de responsabilidade. Na obra *Estudos contemporâneos de vitimologia* (2011, p.126), os autores abordam que a ideia de vitimizar-se significa “a pessoa não se assume a responsável por suas ações ou omissões de expectativas, apenas procura tomar o papel de vítima para que dela não seja cobrado a anterior e conhecida exigência”.

No enquadramento, dado pela imprensa, o uso do termo vítima não foi o do sujeito que sofreu algum tipo de dano, seja ele físico, psicológico, patrimonial ou qualquer outra perda de direito. O intuito da palavra, no contexto da notícia, foi mostrar Maria Luíza como alguém que se colocava alheia às suas responsabilidades frente à prefeitura. Mesmo tendo assumido o Paço Municipal, com dívidas e crise financeira, ao discursar sobre esses problemas, sua narrativa foi considerada como vitimização. Ao mesmo tempo, esses enquadramentos, em torno do gênero, reforçam o fato de que mulheres não estão preparadas

¹⁴⁷*O Estado de São Paulo* apud *Diário do Nordeste*. 22 de janeiro de 1986, p.02.

para assumir cargos de poder, tampouco enfrentar momentos adversos nas suas administrações.

Chamada de incompetente e irresponsável, por vereadores, Maria Luíza foi personificada como essa figura inoperante frente à crise instalada, na cidade de Fortaleza, na década de 1980. O vereador Francisco Lopes (PMDB) disse, em plenário da Câmara, que “ela sempre se fez passar por vítima para sensibilizar os menos informados”¹⁴⁸. Maria era representada como uma pessoa que calculava suas ações, utilizava da boa fé de seus eleitores e que não estava disposta a resolver os problemas urbanos, como a questão do lixo, infraestrutura e pagamento salarial.

A crise enfrentada, na administração petista, era uma “herança” das gestões anteriores e consequência da conjuntura brasileira. Naquele período, Maria e o PT foram completamente responsabilizados, afinal, ocupavam o poder executivo e tinham poder de decisão. Isso ocorreu quando o PT e o “Grupo da Maria” eram oposição, conforme citamos no segundo capítulo, a esquerda teceu fortes críticas à gestão de Barros Pinho. A questão posta é o quanto é possível governar quando não há poder ou recursos? Maria não contava com o apoio do legislativo municipal, do governo do estado nem do federal. A instabilidade arrastava-se a escolhas equivocadas feitas durante sua administração. Mas, a chegada de Maria ao Paço Municipal revelou uma situação crítica sobre as contas públicas de Fortaleza. Diante da situação, gerir a cidade seria uma tarefa árdua para qualquer governante, mas era Maria quem estava no poder. De acordo com Dantas (2019, p.83):

Retomando o debate sobre o desempenho das mulheres em cargos de liderança, a questão da propensão ao fracasso dessas experiências foi tematizada há aproximadamente dez anos por pesquisadores da Universidade de Exeter, a partir do fenômeno do *glass cliff* (penhasco de vidro), que expressa a tendência de que as mulheres cheguem a determinados locais de poder em cenários de crise, quando a situação está bastante desfavorável e as pressões sobre elas é muito maior, bem como as chances de fracasso.

Segundo a pesquisa, apontada pela autora, mulheres são escolhidas, por seus partidos, e são eleitas, em situações mais críticas que as enfrentadas por homens eleitos. Diversas vezes, em um contexto de grave crise financeira, desgaste da imagem partidária e casos de corrupção. Isso ocorreu, no Brasil, com a escolha de Dilma Rousseff, em 2010, para concorrer à Presidência da República. Conforme Dantas (2019, p.72): “A definição por Rousseff está mais associada às consequências provocadas na estrutura hierárquica do PT

¹⁴⁸Jornal *Diário do Nordeste*, 02 de abr.1986, p.04.

pelo escândalo político-midiático do mensalão e a uma estratégia de *marketing* eleitoral do que a um posicionamento político pró-gênero”. Os principais nomes do PT, no período, estavam sob os holofotes da mídia, que divulgaram os casos de corrupção envolvendo pagamentos de propinas a parlamentares federais, a partir de recursos públicos desviados, o chamado mensalão, esse fato gerou uma crise interna e externa para o Partido dos Trabalhadores.

A figura de Dilma Rousseff surgiu como um nome idôneo para as eleições de 2010. Além disso, o *marketing*, citado por Dantas, agregou a discussão de gênero à campanha presidencial, com afirmativas sobre a relevância de eleger a primeira presidente mulher do país, mostrando-a como uma exceção, na qual os brasileiros poderiam depositar confiança a respeito de sua honestidade e caráter. A escolha de seu nome foi mais uma contingência do que uma assertiva, feita pelo partido, isso foi demonstrado, ao longo dos mandatos, quando a Presidenta precisou lidar com as insatisfações e críticas que vinham do próprio quadro partidário.

Diferente do caso de Dilma Rousseff, em 2010, a indicação do nome de Maria Luíza foi uma deliberação do PT, na década de 1980, que buscava ampliar seus quadros militantes. O partido era recente e não havia tido experiências com a administração na cidade de Fortaleza. Logo, a escolha de Maria e do PT apresentou-se como algo inovador e vanguardista para os eleitores. Mas, a situação do Paço Municipal era instável e a tentativa de pôr em prática uma Administração Popular foi frustrada por várias razões.

Maria iniciou sua gestão sem um plano de governo, aliás, essa foi uma questão marcante, nas administrações petistas, desse período, havia a apresentação de um plano geral, mas com questões genéricas, que não davam conta de pensar especificidades regionais, políticas e a sua aplicabilidade diante do cenário regional. Segundo Souza (2004, p.273), a “ausência de um plano de governo consistente e com sustentação teórica” foi um dos fatores que explicam o fracasso de gestões petistas na década de 1980.

A existência de uma proposta crível, para a cidade de Fortaleza, era uma expectativa dos eleitores de Maria e do PT. Com o início da gestão, não vislumbrar um Plano de Governo estável foi determinante para o princípio dos desgastes internos, no Partido, mas também, frente à sociedade civil que aguardava, com esperança, a promessa de uma Administração Popular. Em fevereiro de 1986, Maria admitiu, na Câmara Municipal, que a gestão não

contava com um plano de governo, mas que ele estava sendo elaborado. O jornal *Diário do Nordeste*¹⁴⁹ destacou a fala de Maria Luíza:

A prefeita Maria Luíza Fontenele, ontem na Câmara Municipal de Fortaleza, disse que ainda não tem um plano de governo para sua administração, mas prometeu que dentro de trinta dias mandará a todos os vereadores um esboço desse programa que deverá ser feito num seminário que está sendo promovido pela administração municipal. [...] A informação dada por Maria Luíza aos vereadores sobre a falta de um programa de governo, deixou a todos preocupados com o futuro da administração. Ela justificou a não elaboração de um documento como programa administrativo à falta de tempo durante a campanha eleitoral.

A mensagem de Maria Luíza, na sessão da Câmara, no dia 04 de fevereiro, contribuiu para ensejar as críticas que já ocorriam em relação à gestão petista e à competência dela para o cargo no Poder Executivo. Não ter apresentado um programa para a condução da Administração Popular revelou que Maria e o seu grupo não estavam familiarizados com a atribuição dos cargos que exerciam, tendo em vista que era necessário pensar formas efetivas de governança em meio à crise que se abatia em Fortaleza.

É preciso ressaltar que havia muitos contratempos na gestão. Maria e o PT enfrentavam oposição, em vários setores, conforme Souza (2004, p.321), “além dos problemas financeiros para viabilizar as medidas de governo, é necessário lembrar o raio limitado de ação das prefeituras do período, uma vez que ainda perdurava um regime centralizador”. A gestão de Maria foi marcada por contradições, colaborando para um campo fértil de críticas aos governos do PT.

4.3 ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA (APF): UMA PROPOSTA DE GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA

O projeto de uma Administração Popular foi apresentado, durante a campanha de Maria Luíza, em 1985. O intento era viabilizar a participação ativa da sociedade civil nos processos de decisão governamental. Após 23 anos de prefeitos biônicos, a proposta parecia envolvente e ímpar. O povo governaria junto ao Poder Executivo, esse foi o principal *marketing* da campanha eleitoral. A proposta vinha sendo maturada, pelo Partido dos Trabalhadores, e foi incorporada, pelo grupo de Maria Luíza com a chegada ao PT, todavia, o formato desse tipo de administração era um esboço, que precisava ser elaborado com melhor precisão e especificidade.

¹⁴⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 05 de fev.1986, p.04.

Mas, o que significava uma administração popular? Segundo Faria (2002, p.61), um governo popular “se caracterizaria pela consolidação de um mecanismo de identificação e incorporação dos interesses e demandas da sociedade que recebem um tratamento e adaptação por parte dos agentes da administração pública e são incorporados aos objetivos perseguidos pelo planejamento”. A tentativa de instituir um governo popular buscava aliar as demandas dos trabalhadores ao modo de governar. Fortaleza foi a primeira experiência, desse modelo administrativo, adotada pelo PT. Nesse sentido, a maneira de elaborar o programa apresentou falhas nas propostas e na execução.

Uma das primeiras intenções da Administração Popular foi a moralização das contas públicas, que visava combater o empreguismo, a alta folha salarial e os servidores lotados de maneira irregular, isso integrava o molde da construção de orçamento participativo, que precisava, antes de tudo, de um equilíbrio fiscal nas contas da Prefeitura. A proposta do plano de governo, elaborado em 1987, previa: “No limite, a administração popular representa uma espécie de oposição ao poder maior da sociedade, com possibilidade de influir e definir políticas públicas a favor das camadas populares”¹⁵⁰. A prioridade do governo era a participação popular, isso deveria ocorrer, a partir da criação dos Conselhos Populares e de outros órgãos participativos que seriam implementados, junto às secretarias e à sociedade civil. Segundo Bezerra (2019, p.07) os conselhos:

Em sua concepção inicial, abarcava toda espécie de experiência de organização local acumulada pelo PT: formas que os movimentos que deram origem ao partido já organizavam [...] Trata-se de um esforço de traduzir o ideário de participação das bases em uma proposta concreta para ser executada por um governo eleito pelo PT.

Os conselhos deveriam fornecer maior poder de articulação e organização, para movimentos que estavam se organizando, conseqüentemente, poderiam atuar, com mais força, e ampliar as bases de coordenação dos trabalhadores. A instauração da gestão participativa ocorreu, na primeira administração petista, em 1982, com Gilson Menezes, em Diadema, na região do ABC paulista. A criação dos conselhos funcionava como uma forma de propaganda partidária, haja vista o caráter democratizante que esses organismos traziam, além de representar uma forma de avaliar as administrações petistas. Consoante Bezerra (2019, p.09):

[...] o mote de “governar por meio de conselhos populares” era uma marca exclusivamente petista, fortemente influenciada pelos movimentos sociais, que reivindicavam a delegação total do poder do Executivo. Isso se torna foco de

¹⁵⁰ PMF, Ação de Governo. Fortaleza, 1987. p.02. *apud* CALIXTO, 2002, p.88.

divergências e disputas políticas de grupos internos e se mostra de pouca viabilidade em governos locais.

A viabilidade dos conselhos populares, nas administrações do PT, foi se demonstrando falível ao passo que disputas internas, no partido, discutiram qual o caráter deles, questionando se teriam poder deliberativo ou consultivo. Essas fissuras contribuíram para fragmentar a ideia de implementá-los, nas gestões municipais, assumidas pelo partido, nos anos 1980. Foi o que aconteceu, em Fortaleza, mesmo após a promessa, feita em campanha, a Administração Popular de Fortaleza não conseguiu elaborar a criação desses órgãos participativos na capital cearense. A instalação não ocorreu pelas diversas posições internas, no Partido, em relação à maneira de atuação dos conselhos junto à gestão. Segundo Calixto (2002), essa foi uma das primeiras frustrações da APF, levando-se em consideração que a Prefeitura buscou elaborar os conselhos, ainda, no início da administração, não se concretizando efetivamente.

Essa conjuntura demonstrou que Maria enfrentaria pressões externas e internas ao longo de sua gestão. Dentro do partido, as divergências não viabilizaram a criação dos conselhos, mas também, fomentaram outros pontos de discordância, em relação ao modelo adotado por Maria, em diversas situações, posto que suas decisões nem sempre foram bem recebidas por vários membros partidários. O desgaste interno, no PT, foi evidenciado, pela mídia, desde o princípio da administração. Durante a realização da Convenção Regional do partido, em abril de 1986, o jornal *Diário do Nordeste* destacou: “Prefeita e Vice foram os únicos petistas ausentes”¹⁵¹. A manchete tendenciou os leitores para apreender sobre uma possível desavença, o que teria provocado a ausência de Maria Luíza e Américo Barreira na Convenção.

As especulações sobre a relação de Maria Luíza com o PT foram feitas, desde o início da gestão, e se prolongaram durante todo o mandato. Ainda, sobre a repercussão das ausências, na Convenção Partidária, o jornal destacou, no dia seguinte, “há muito que circulam boatos de que Maria Luíza estaria preparando a sua saída do partido por não concordar com a maneira como o PT vem tentando se imiscuir na sua administração, inclusive proibindo-a de tomar qualquer decisão sem antes ouvir a executiva do partido”¹⁵². Maria, posteriormente, negou que estaria pretendo deixar o partido, mas as especulações formadas,

¹⁵¹Jornal *Diário do Nordeste*, 28 de abr.1986, p.04.

¹⁵²Jornal *Diário do Nordeste*, 29 de abr.1986, p.04.

no entorno da Prefeita e do PT, contribuíram para desgastar a imagem da Administração Popular.

Aliada a essas questões internas, a divulgação do dossiê e o apoio à greve dos servidores colaboraram para que a gestão de Maria Luíza fosse vista de forma amadora e irresponsável, posto que o dossiê continha vários erros e a corroboração com a paralisação dos servidores retirou o caráter institucional da prefeitura e o papel que a gestão deveria adotar, em relação ao movimento, na tentativa de negociar com os grevistas para solucionar as reivindicações. A APF foi dando sinais de desgaste, desde o princípio, demonstrando que implementar uma gestão popular e participativa, no município, seria mais complicado do que esperavam. As críticas, em torno disso, surgiram por meio da imprensa.

[...] o eleitor de Maria Luíza vai ter que engolir duas decepções: a de que não viu o trabalho de uma equipe que se propunha implantar o novo e a de que foi enganado com promessas de mudanças na filosofia administrativa. Com certeza, a prefeita de Fortaleza irá dizer que a denúncia é mais um “complô” contra a “administração popular”, como o faz frequentemente para justificar todas as falhas e incompetências de uma equipe que está perdida, não apenas por falta de recursos financeiros, mas, antes de tudo, por não ter um plano a seguir, por não ter experiência de executar, por preocupar-se insistentemente em resolver o que de errado foi feito no passado, como se isto escudasse os erros do presente. (*O Povo*, 06 de maio de 1986, p.02).

A nota de opinião, escrita por Inês Aparecida, no jornal *O Povo*, intitulada “Duas traições ao discurso do PT”, criticava a descoberta de altos salários, pagos a servidores da gestão municipal, alguns deles vinculados ao Partido dos Trabalhadores. As duas traições seriam compostas pela não aplicação efetiva da Administração Popular, que foi trazida entre aspas, pela jornalista, e o pagamento de grandes salários. A reportagem do jornal *O Povo* destacou que a prefeitura teria os seus “marajás”, termo utilizado no dossiê publicado pela gestão, para criticar os servidores que recebiam uma alta gratificação nas administrações anteriores.

Com a divulgação da documentação sobre os prestadores de serviço da Prefeitura de Fortaleza, na gestão de Maria Luíza, a imprensa apontou que portarias de até 21 mil cruzeiros eram pagas, criticando a posição da prefeitura frente aos pagamentos. “Utilizando-se de métodos que condenou veementemente durante a campanha e no início de sua administração, a prefeita Maria Luíza Fontenele criou na Prefeitura os “marajás do PT”¹⁵³.

As críticas, com relação à gestão de Maria e do PT, foram diversas e a imprensa foi o principal veículo de disseminação dessas avaliações. É necessário pontuar que, ao julgar a

¹⁵³Jornal *O Povo*, 06 de maio de 1986, p.02.

Administração Popular de Fortaleza, as avaliações devem ocorrer, pelas razões legais, relacionadas a critérios objetivos, no que diz respeito ao desempenho político, a escolhas equivocadas ou às incoerências. Conforme demonstrado na reportagem, quando essas análises têm para além do viés político partidário, o gênero como um elemento central de observação, é preciso encarar, a partir de uma perspectiva diferenciada, os elementos que cercaram as críticas para identificar o que se caracterizava ou não como violência política de gênero.

A gestão popular do PT, em Fortaleza, foi marcada por avaliações da mídia, que centralizaram os destaques nas falhas e nos erros cometidos. Maria Luíza, nesse sentido, foi uma figura central por ocupar o cargo do executivo, estando sob forte pressão do legislativo e da oposição dos governos estaduais e federais, que se intensificaram com a eleição de Tasso Jereissati (PMDB), ao governo do Ceará, em 1986. Concomitante a essas pressões e divergências, Maria precisou lidar com as constantes ameaças de cassação e abertura de um processo de *impeachment*, após a divulgação do documento que relacionava o pagamento dos altos valores, em portarias, a membros do Partido dos Trabalhadores.

A APF, nesse aspecto, estava cercada de controvérsias que acabaram sendo refletidas no modo de governar e na maneira como a população foi duvidando do modelo apresentado durante a campanha. O espelho disso foi a eleição, para governo, no final do primeiro ano de mandato, em que Padre Haroldo, o candidato do PT, escolhido por Maria Luíza, teve uma votação de 5%. O desempenho ficou aquém do esperado e demonstrou a debilidade da administração e dos quadros partidários na campanha estadual.

A análise do jornal *O Povo* apresentou o resultado como: “o esvaziamento da força magnética de Maria Luíza em Fortaleza. Ela foi eleita com mais de 30 por cento do eleitorado da cidade. Agora, mesmo contando com a presença da prefeita em seus comícios, Padre Haroldo não chegou nem mesmo à metade dos votos de Adauto”¹⁵⁴. A reportagem fez referência ao fato de que o candidato petista, ao governo, obteve 11,5% dos votos, na capital cearense, muito abaixo do esperado pela administração e militância petista.

A notícia destacou o “esvaziamento” de Maria Luíza, em Fortaleza, citando a perda do “magnetismo”, ou seja, o poder de atração que a prefeita havia conquistado no período da campanha para o Paço Municipal. O resultado dessas eleições era mais uma demonstração do desgaste da Administração Popular e da imagem de Maria Luíza diante do eleitorado. Para além da falta de recursos, que era algo percebido pela população, havia escolhas equivocadas

¹⁵⁴Jornal *O Povo*, 16 de nov.1986, p.22.

nas tomadas de decisão, o que implicava no aumento da rejeição à gestão do PT e ao grupo de Maria.

Durante toda a administração, Maria Luíza precisou lidar com questões complicadas, na prefeitura, uma delas era a problemática que envolvia a coleta do lixo, que gerou mais críticas e marcou sua gestão, sendo conhecida pelos acúmulos de resíduos em diferentes pontos da cidade. O Departamento de Limpeza Pública realizava diferentes paralisações, durante o período, exigindo pagamento de salários atrasados, entre outras demandas. A forma como a prefeita buscou combater o problema nem sempre agradou a sociedade civil e a classe política. Foi comum, durante esse período, a realização de mutirões de limpeza, os quais consistiam em uma força-tarefa, reunindo estado e município em prol da limpeza urbana. Porém, a visão sobre a gestão de Maria era de ineficiência e de que a Administração Popular não tinha chance de prosperar. A sessão Opinião do jornal *Diário do Nordeste*¹⁵⁵ apresentou a descrença que o governo municipal enfrentava:

Sem esse respaldo, a gestora do Município ficou em postura de completa adinamia, como se lhe não competisse enfrentar obstáculos que, já durante a campanha, deveriam ser de seu conhecimento. Por essa estranha atitude, despida de qualquer impulso renovador, a Prefeita está perdendo a confiança de quantos, correligionários, ou não, lhe deram o voto na esperança de que algo de novo viesse a acontecer na direção dos negócios municipais.

O texto mostrou que Maria começou a perder apoio, no início de sua gestão, dificultando a tentativa de implementar uma Administração Popular, porque ela estava perdendo a base que havia garantido a sua vitória e o único suporte que dispunha para tentar gerir a cidade, tendo em vista não ter o apoio de vereadores, governo estadual, federal e setores empresariais. Maria assumiu o Paço Municipal isolada de apoio político e foi perdendo a base popular ao longo dos três anos de gestão.

As indicações de Maria Luíza, para a composição do secretariado, foram questões emblemáticas, pois a nomeação dos seus dois ex-maridos prejudicou a imagem dela, diante do eleitorado e da mídia, representando fissuras em relação à idoneidade da gestora. Além disso, o tema dos divórcios, que havia acompanhado Maria Luíza, durante a campanha, retornou com as indicações políticas. Agamenon Almeida assumiu a pasta de Finanças e Dilmar Miranda a Superintendência da Funefor (Fundação Educacional de Fortaleza). Em fevereiro,

¹⁵⁵Jornal *Diário do Nordeste*, 15 de jul.1986, p.02.

Dilmar substituiu Padre Haroldo, na Secretaria de Educação, que se afastou para concorrer ao governo do estado.

O jornal *O Povo* destacou a troca de secretarias, no início da gestão: “Maria substituiu padre pelo seu ex-marido”. Além da manchete, o periódico pontuou que Maria: “avisou que não foi feita qualquer consulta às bases partidárias, como as que precederam a escolha de sua equipe de governo dada a urgência da indicação. ‘Sentimos que há uma excelente receptividade de Dilmar junto ao magistério municipal, daí a opção por seu nome’”¹⁵⁶. A notícia destacou os termos padre e ex-maridos, todavia, essa questão seria ressaltada em diferentes situações. As escolhas de Maria foram baseadas em critérios de confiança e segurança para compor a administração. A indicação de Padre Haroldo partiu da aproximação dela com a Igreja Católica, principalmente, com os movimentos da JEC e JUC e a teologia da libertação. As nomeações dos dois ex-cônjuges vieram, porque a prefeita admitiu ter um ótimo relacionamento, com ambos, de amizade e confiança.

Essas escolhas foram abordadas de forma tendenciosa, pela imprensa, que destacou, em suas manchetes e reportagens, o fato de os secretários já terem sido casados com a prefeita, gerando, na população, uma ideia de informalidade e pessoalidade na gestão administrativa. É provável que Maria não tenha encarado que essas escolhas poderiam ser alvo de críticas, mas elas provocaram certo desconforto em setores do partido. Dilmar Miranda, posteriormente, assumiu a chefia de gabinete da prefeitura, além dos ex-maridos, Clóvis Fontenele, irmão de Maria Luíza, foi nomeado para o Ipem (Instituto de Pesos e Medidas). Nesse momento, não havia regulamentação específica acerca de empregar familiares, na gestão pública, o que posteriormente, passou a ser discutido, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2010, salvo exceções.

A jurisprudência da súmula vinculante nº 13 prevê: “A grande distinção é que a construção do enunciado se refere especificamente ao art. 37, V, CF/1988, e não a cargos políticos e nomeação política. A previsão de nomeação do primeiro escalão do chefe do Executivo está no art. 84 da Constituição Federal, tal entendimento deve ser aplicado por simetria aos Secretários estaduais e municipais (art. 76, da CF/1988)”. Ou seja, o STF discorreu sobre casos de nepotismo, todavia, excluiu desse rol, situações em que parentes ocupavam cargos do primeiro escalão do Poder Executivo Municipal. A questão não é discutir

¹⁵⁶Jornal *O Povo*, 18 de fev.1986, p.03.

a legalidade das nomeações, tendo em vista ser consensual, diante da Corte brasileira, mas o quanto isso diz sobre o modo de fazer política no país.

Maria Luíza reproduziu essa prática da mesma forma que seus antecessores no cargo. Há uma cultura política, no Brasil, que converge para o benefício de familiares e amigos, no ambiente da política institucional, ou mesmo na garantia de ter, na pasta, alguém de confiança, conforme o caso de Maria no período da gestão. Isso revela vícios e falhas, no modelo de política institucional, que prevê a possibilidade dessas nomeações, desde que haja capacidade técnica para assumir a função pública. Porém, o quanto isso favorece o gestor e quais os impactos para a administração pública? De acordo com Motta (2009, p.33), a cultura política, enquanto categoria, “supõe que as pessoas tomam parte movidas por fatores culturais, mas está presente também o elemento da adesão, da escolha”. Para além de reproduzir certas práticas, há tomadas de decisões, as pessoas fazem opções políticas.

Para Moisés (2008, p.16), “A cultura política refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública”. Há culturas políticas, nesse sentido, porque o modelo autoritário segue uma forma de operacionalizar suas demandas. Ou seja, nem sempre a cultura política está baseada no respeito às instituições e na confiança, pois ela opera dando dinamismo à forma como elementos socioculturais são incorporados nas instituições, sejam em partidos políticos ou no parlamento.

As escolhas de Maria Luíza para a composição do secretariado, que envolveu ex-maridos, amigos e irmão, não feriram a legislação, mas se relacionam a esse processo de adesão a fatores culturais que movem a maneira do fazer político. Por mais que a prefeita tenha combatido casos de clientelismo, buscando reduzir a folha salarial, realizando cortes de servidores lotados de maneira irregular, a manutenção do seu modelo de governança gerou incoerência, sendo visto, negativamente, por seus eleitores, ao passo que foi abordado pela mídia, contribuindo para o desgaste pessoal e da representatividade política.

Ao final do primeiro ano de mandato, ocorreram avaliações sobre a gestão da prefeita e do Partido dos Trabalhadores. As opiniões dos jornalistas variaram, mas, em geral, continham um tom crítico e de decepção em relação à Administração Popular de Fortaleza. Na sessão de opinião do jornal *O Povo*¹⁵⁷, algumas reflexões foram feitas sobre o primeiro ano

¹⁵⁷Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07.

da gestora. Alguns subtítulos demonstraram o descontentamento e asseveraram as críticas à gestão petista, tais como: “Maria com nota baixa” por Pádua Campos; “As duas Marias” por Francisco Lima; “O fracasso da prefeita” por Themístocles de Castro e Silva; “Honestidade só, já não basta” por Adísia Sá; “Trajetória tumultuada” por Moraes Né.

A sessão trouxe diferentes pontos de vista, que convergiram para o entendimento de que a Administração Popular não estava funcionando, em Fortaleza, e Maria Luíza foi apresentada como a principal responsável, junto ao PT, afinal, ela estava à frente do Poder Executivo e era sua responsabilidade administrar a cidade da melhor maneira possível. Pádua Campos destacou que: “os erros mais clássicos cometidos por Maria Luíza decorrem de sua inexperiência do Executivo, sua e do pessoal do PT, que se perdeu, em muitos casos, quando se viu de posse dos cargos dentro de uma estrutura institucional”¹⁵⁸. O autor destacou a inexperiência, como fator primário, para os equívocos da Administração Popular. Além disso, afirmou que “a Prefeita se deu conta de que precisa agir sem sentimentalismo para reduzir a folha do pessoal”, a crítica relacionada à condução de Maria Luíza, sobre o alto número de servidores, foi atribuída ao sentimento da gestora, que deveria deixar de lado a questão emocional.

A ideia de que mulheres são mais sensíveis e governam sob uma perspectiva mais afetiva é um estereótipo reforçado, no campo político, seja por homens, adversários ou pelas próprias mulheres, que, nos usos do gênero, utilizam-se dessa ferramenta para conquistar votos e a confiança dos eleitores. De acordo com Dantas (2019), há uma construção sobre as mulheres serem mais carinhosas, honestas e exercerem o cuidado durante suas gestões. Porém, no artigo de opinião, o sentimentalismo de Maria Luíza foi visto de forma negativa, afirmando que ela deveria deixá-lo à parte para, então, iniciar os trabalhos de prefeita. A linha tênue sobre a atuação das mulheres, na política, é revelada nos momentos em que as ações ora são vistas de maneira positiva, ora como forma de criticá-las. Os afetos foram relevantes para elegê-la, em 1985, mas, ao final do primeiro ano de governo, demonstravam ser um empecilho à sua administração.

Francisco Lima fez uma analogia entre as duas Marias, a do período da campanha e a gestora municipal, destacando o esforço da prefeita, em buscar recursos para sanar os problemas da cidade, mas, semelhantes às demais opiniões, publicadas no jornal, ressaltou a incompetência da gestora, de seu grupo e do PT. “Um ano depois de ver que a Maria do

¹⁵⁸Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07.

palanque era melhor do que a Maria do trono”¹⁵⁹, ao comparar as duas Marias, o autor enfatizou que ela era melhor antes de assumir o Paço Municipal, a “Maria do trono” não seria eficiente conforme esperavam. Um ponto de destaque foi a analogia à realeza, pois a ideia de que Maria sentava-se no trono em uma posição alheia aos seus súditos, que aguardavam melhoras, reforçava uma perspectiva sobre uma governança sem comprometimento, levando-se em consideração a construção do imaginário sobre reis e rainhas na história.

Themístocles de Castro Silva foi um dos mais incisivos e afirmou que “chamar de ‘Administração Popular’ o que está aí é simplesmente grotesco”¹⁶⁰. O autor usou aspas para se referir à gestão de Maria Luíza, além disso, as críticas, ao uso do termo popular, segundo o autor, eram porque o povo não gostava de sujeira e desorganização, fazendo uma referência ao problema da coleta do lixo, em Fortaleza, da crise que havia na prefeitura e questionando a gestão popular. Destacou ainda:

Maria Luíza vive no círculo fechado da ideologia, sem trocar ideias com os mais experientes e sem escolher auxiliares pela competência. Sua linha ideológica não admite que ela retire de outros quadros pessoas mais capacitadas para a administração. Ela não sabe dialogar, pois fala como se a revolução socialista já estivesse em andamento. É a sua perdição, como prefeita. (Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07).

O autor enfatizou um caráter enviesado da prefeita que não permitia que ela administrasse de maneira competente. Assim, a ideologia ganhou um cunho negativo, dotado de estereótipos, que levou Maria Luíza para um campo extremo, distante do diálogo e da possibilidade de escutar outras pessoas. Aliás, essa questão do não saber dialogar é algo recorrente, abordado pela mídia, quando nos referimos a administrações de mulheres. Ao analisar a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, Dantas (2019) afirma que a dificuldade em dialogar é o primeiro destaque dado, pela imprensa, ao se referir à figura da Presidenta, dialogando com o caso de Cristina Kirchner, na Argentina, que foi apresentada como alguém inapta ao diálogo, principalmente, após a morte do marido, Nestor Kirchner, que seria o responsável pelas negociações com a classe política.

Outro fator destacado, nos artigos de opinião, foi o caráter radical e sectário da gestão. Maria Luíza foi apresentada, em diversos momentos, como essa pessoa radical, indisposta a conversar, trazendo um tom autoritário para sua administração. Apesar de não usar o termo autoritarismo, há uma predisposição a essa interpretação no momento em que a

¹⁵⁹Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07.

¹⁶⁰Ibidem.

prefeita foi descrita como alguém que se recusava a ouvir, usava de radicalismo para conduzir o Paço Municipal, não aceitava substituir os quadros de servidores por agentes públicos mais qualificados. Dessa forma, há uma construção que conduz para avaliar a gestora com um perfil autoritário. Um fato destacado por Dantas (2019): “é possível afirmar que há uma predisposição a taxar as mulheres em posição de poder como autoritárias, tiranas”. (2019, p.113). As mandonas são essas mulheres que ocupam os espaços de poder, a política institucional e a vida pública, apresentando suas ideias e posicionamentos.

As críticas, muitas vezes, estão relacionadas a problemas da administração, mas ganham destaque, a partir do gênero e de como essa categoria pode ser estereotipada, nas análises de política, porém, Maria reunia outros elementos que serviram de válvula, para estereotipar sua imagem, posto que era de um partido de esquerda, tinha uma trajetória na militância e em movimentos sociais, que fizeram oposição à ditadura. Esse histórico foi lembrado, no artigo de opinião de Adísia Sá, ao dizer que: “a guerreira, a agitadora, a doutrinadora, a revolucionária, por mais que tenha tentado, não negou sua natureza. Maria Luíza é isso e nada mais que isso”¹⁶¹.

A vida política de Maria Luíza foi apresentada de maneira negativa, destacando que ela não passaria de uma militante, portanto, não estaria apta a fazer política institucional. A jornalista destacou “a natureza” da gestora e, conseqüentemente, que ela não poderia fugir disso, ressaltou que “a sua essência foi mais forte do que a sua existência”, abordando um viés essencialista, que reduziu Maria Luíza e sua trajetória política a diferentes movimentos sociais. Adísia Sá classificou a prefeita como messiânica, para fazer referência a um perfil fanático que envolviam seus apoiadores, mas também, à maneira como ela se apresentava, sendo aquela que iria resolver os problemas de Fortaleza. Todos esses elementos, que foram atribuídos à Maria Luíza, corroboram para retirar dela a imagem de uma liderança séria e responsável com capacidade para administrar a cidade.

A jornalista ressaltou a questão da honestidade da prefeita, mas criticou por outro lado, ao dizer que “Fortaleza não tem uma administradora eficiente, pragmática, competente. Mas tem no Paço uma mulher cuja honestidade ainda não foi questionada”¹⁶². Mesmo afirmando o caráter idôneo de Maria Luíza, a jornalista ressaltou, no título do artigo, que “honestidade só, já não basta”, assim, era insuficiente a honestidade da prefeita, pois era preciso ter competência para administrar, o que foi descartado pela profissional. Além disso, a

¹⁶¹Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07.

¹⁶²Ibidem.

autora frisou que a honestidade da gestora *ainda* não havia sido posta em suspeição, esse termo indica que havia um campo, em aberto, no qual Maria Luíza poderia perder essa característica apontada: a honestidade.

A avaliação de Moraes Né apresentou a trajetória política da gestora, envolvendo os movimentos sociais, a carreira parlamentar, o apoio a diferentes movimentos paredistas e o ingresso no Partido dos Trabalhadores, que, para o autor, “manteve-se no palanque”¹⁶³, teria sido isso, de acordo com Moraes, que aproximou D. Maria¹⁶⁴ e Lula, a militância e a participação em grandes movimentos de greve. Em várias reportagens, foi comum o uso da abreviação D. Maria em referência à prefeita. O uso do pronome de tratamento pode ser interpretado de diversas formas. O dicionário apresenta como um sinal de respeito a quem se refere, mas, nas reportagens analisadas, notamos um valor de ironia, muitas vezes, atribuindo a *D. Maria* os problemas da cidade.

Isso foi veiculado com a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, publicada pelo *Diário do Nordeste*¹⁶⁵, tendo como título: “a greve de D. Maria”. Com a repercussão do dossiê, também, tiveram publicações com o uso do termo. O jornal *O Povo* divulgou um artigo de opinião, intitulado Dossiê infeliz¹⁶⁶, no qual se referiu, em todos os momentos, à prefeita por D. Maria. De acordo com Dantas (2019), é comum a utilização, apenas, do primeiro nome, pela mídia, para se referir às mulheres na política. Nas reportagens dos jornais cearenses, geralmente, encontramos Maria, Maria Luíza, D. Maria e mais dificilmente, Maria Luíza Fontenele. O uso do primeiro nome sugere maior proximidade, inclusive, foi escolha da prefeita usá-lo durante a campanha. A questão levantada, pela autora, é que com essa familiaridade perde-se o viés de autoridade, que o cargo representa.

Segundo Dantas (2019), essa questão vem atrelada a análises sobre aparência física, que são pontos centrais nas reportagens e produções da mídia. Isso foi comum na relação da imprensa com a Presidenta Dilma Rousseff, que, por vezes, foi apresentada, apenas, por Dilma. Não significa dizer que os homens não recebem essa forma de tratamento, mais informal, todavia, geralmente, torna-se mais comum quando são mulheres. Aos homens é conferido o uso do sobrenome ou do primeiro nome acompanhado pelo sobrenome. Por

¹⁶³Jornal *O Povo*, 11 de jan.1987, p.07.

¹⁶⁴Utilizei o pronome de tratamento Dona, porque é o termo que consta na fonte consultada.

¹⁶⁵Jornal *Diário do Nordeste*, 22 de jan.1986, p.02.

¹⁶⁶Jornal *O Povo*, 15 de mar.1986, p.06.

exemplo¹⁶⁷: Alckmin, Serra, Ferreira Gomes, Bolsonaro ou os militares, que ocuparam o poder, no período da ditadura, que são apresentados por seus sobrenomes: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

O uso do sobrenome confere maior autoridade e respeito em relação à pessoa que é apresentada. Para Dantas (2019, p.108), “A identificação das mulheres apenas pelo sobrenome é muito menor na comparação com os homens e, em geral, quando tratadas de modo mais solene, o primeiro nome vem acompanhado do sobrenome”. Todas essas questões nos falam sobre a maneira como as mulheres, na política, são representadas, pela imprensa, e o que isso gera na construção/reprodução dos estereótipos. Das 276 reportagens analisadas, na pesquisa, 62 delas trouxeram, nos seus títulos, apenas, o primeiro nome: Maria, o equivalente a 22,46%. Quando não foi usado o primeiro nome, os termos prefeita ou Maria Luíza foram os escolhidos, nenhum trouxe o sobrenome da chefe do executivo em destaque nos títulos, apenas, no corpo das reportagens.

Foi comum usar o nome ou o cargo, mas, dificilmente, as reportagens abordaram os dois. Então, era noticiado, somente, Maria/Maria Luíza ou prefeita¹⁶⁸. Ao utilizar o cargo, para fazer referência às notícias, o nome de Maria Luíza foi subtraído. Ou ela era Maria ou era prefeita, mas não era a Prefeita Maria Luíza Fontenele. Ao analisar os governos de Dilma Rousseff, Dantas pontuou, (2019, p.108-109): “as mulheres são enquadradas em outro tipo de relação com o espaço político que não o dos seus colegas homens, e de certo modo faz-se uma construção de intimidade que, no imaginário coletivo, denota mais proximidade e menos autoridade”. O fato de ter escolhido ser chamada de Maria, durante a campanha, não justifica o seu uso pela mídia, visto que a Presidenta Dilma Rousseff, escolheu ser chamada de presidenta e não foi representada desse modo, pelos veículos de comunicação, a não ser em situações específicas, que geralmente, tiveram tom jocoso para referenciá-la.

Houve e há um enquadramento específico, pautado nas relações de gênero, quando analisamos gestões de mulheres e suas representações pela mídia. A prefeita Maria Luíza e a sua gestão foi atravessada por esses enquadramentos, que tinham por premissa abordar questões que faziam referência à sua administração, mas acabaram por reforçar e disseminar estereótipos de gênero, associando a gestão ao fracasso, incompetência, desleixo ou quando

¹⁶⁷Citamos alguns políticos que foram/são apresentados, nacionalmente, pelos seus sobrenomes, tornando possível de serem identificados pelos leitores/espectadores que acompanham o cenário político nacional.

¹⁶⁸A partir das fontes analisadas, apenas uma reportagem do *Jornal do Brasil* trouxe na manchete o uso do cargo seguido do nome: “Prefeita Maria Luíza recupera a paixão de Fortaleza”. (30 de jan.1988, p.12).

faziam elogios ressaltavam características que são associadas às mulheres, tais como: cuidado, honestidade e carinho. Foi comum o reforço aos papéis de gênero, durante algumas abordagens jornalísticas, principalmente, em artigos de opinião. Em um desses, publicado pelo jornal *Diário do Nordeste*, os estereótipos foram ressaltados, quando afirmou:

Pelo que tem apresentado, a competência de Dona Maria Luíza parece ter-se esgotado somente na liderança de greves e de mobilizações demagógicas. Fora disso, até agora, pelo menos, não demonstrou mais nada. Nem o atributo feminino de limpeza da casa, pois Fortaleza está um lixo. (Jornal *Diário do Nordeste*, 18 de mar.1986, p.02).

O texto asseverou que a limpeza da casa era um atributo feminino e criticou a ausência dessa “qualidade” em Maria Luíza, visto que a cidade enfrentava sérios problemas com a coleta de resíduos. O que ocorreu, também, na reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, ao enfatizar que faltava à gestora conhecimento sobre um bom manual de economia doméstica para organizar as finanças da prefeitura. Esses “atributos”, que são conferidos às administrações de mulheres, acabam colocando, em evidência, a divisão entre o espaço público e o privado, ao fazer aproximação dos cuidados domésticos às mulheres.

Seja para elogiar ou criticar, a referência lembra a esses sujeitos que o padrão é o espaço privado, isso acarreta, em construções simbólicas, sobre a atuação das mulheres, na vida política, posto que elas são associadas ao lugar de cuidado e do ambiente doméstico. De acordo com Biroli (2011, p.94), “Os estereótipos colaboram, assim, para que o noticiário atravesse a complexidade dos processos de formação das identidades sem problematizá-los, ao dispor essas identidades como dados objetivos, a partir de valores morais naturalizados”. A mídia utiliza desses estereótipos, sem levantar uma discussão dos seus usos, trazendo um caráter natural na maneira como eles são dispostos, naturalizando e reforçando a ambivalência entre público e privado e as características do que significa ser homem e mulher na sociedade.

A administração de Maria Luíza foi um exemplo desse pretensão de naturalidade, em relação aos estereótipos, reforçados pela mídia e por seu grupo de comunicação, principalmente, durante a campanha. Os usos do gênero foi uma estratégia da prefeita e de sua equipe, que ressaltavam características positivas. Entretanto, ao assumir o Paço Municipal, a análise feita, a partir da categoria gênero, colocou a figura de Maria Luíza em lugar oposto e o gênero passou a ser um elemento de ataque, mesmo de forma turva, várias críticas à sua gestão estavam atravessadas pelas relações de gênero na política institucional.

Mesmo com as dificuldades e problemas administrativos, na gestão da prefeita Maria Luíza, os usos de termos, como: incompetente, inoperante, ineficiente ou inapta, para citar alguns, são usados com intensidade para as mulheres, que têm suas administrações colocadas à prova, pela oposição e pela mídia, com muita frequência. Por mais que a crítica seja compreensível, em certos casos, o gênero é posto como um dispositivo de análise, haja vista a associação frequente de incompetência às mulheres e de eficiência aos homens. Uma notícia, ao abordar os erros políticos de Maria Luíza, poderia centrar-se nas escolhas equivocadas ou ineficientes, mas acabaram destacando a inexperiência, o perfil militante, por vezes, Maria Luíza foi representada como alguém influenciada, por seu grupo e pelo Partido dos Trabalhadores, tendo sua capacidade colocada em suspeição.

Maria Luíza era incompetente, para alguns, outros achavam-na desonesta, havia quem dissesse que era influenciada pelo PT. Entre as várias denominações, a prefeita Maria Luíza aparecia nesse limite que coloca as mulheres, na política, em posições díspares. Era difícil retratar a prefeita em um espaço intermediário. A mídia a santificou, durante a campanha, e, por vezes, praticou violência política de gênero. Essa ambiguidade demonstra a forma como as gestões de mulheres são representadas, na imprensa, porém, não é uma especificidade das mulheres, pois os homens, também, podem ser dispostos de maneira ambivalente e serem vítimas de violência política, mas nos debruçamos, em entender o caráter da mídia, diante da administração de Maria Luíza. Observamos que o gênero foi um elemento presente, nas análises, produções de reportagens, escolhas de termos de manchetes, charges e no modo como a Administração Popular foi posta em evidência na imprensa cearense.

Conforme Biroli (2011, p.87), “Esse é um caminho para a presunção de que existe uma correlação direta entre o que os meios de comunicação produzem e veiculam e como pensarão as pessoas que estão expostas a eles”. A maneira como as relações de gênero são dispostas, pela mídia, implicam, diretamente, na forma como os indivíduos recebem a informação e podem decodificar os símbolos presentes. A naturalização dos estereótipos e de diversas formas de violência política de gênero decorre da maneira como elas são apresentadas, pela imprensa, tornando corriqueiras essas pautas. Foi trivial representar Maria Luíza como uma prefeita incompetente, chamá-la pelo primeiro nome, supor que era influenciada, pelos homens do partido, destacar os erros políticos e apontar sua trajetória militante como algo que interferia na administração da cidade.

A pretensa normalidade na forma de noticiar assuntos relacionados a gestões de mulheres busca dialogar com uma ideia de imparcialidade dos meios de comunicação, que não se concretiza, levando-se em consideração as ligações econômicas dos grupos empresariais que detêm o controle dos órgãos da imprensa. A relação de Maria Luíza com a imprensa não aconteceu no momento em que assumiu o Paço Municipal, já existiam algumas querelas, entre a prefeita e os principais veículos de comunicação, citamos o *Diário do Nordeste*, pela veiculação do jornal ao grupo empresarial Edson Queiroz, que detinha investimentos em diferentes setores econômicos do estado.

Essas divergências influenciaram no processo de anúncios, pagos pela prefeitura, que, segundo Brilhante (2011), encontrou resistência para ser publicado no jornal. Nas análises realizadas, encontramos notas da Prefeitura, apenas, no jornal *O Povo*. Essas questões evidenciam que a mídia atua de maneira ativa e de acordo com os interesses dos grupos aos quais pertence, fazendo com que a maneira de abordar temas e sujeitos, também, estejam marcados por esses valores. Para esses veículos de comunicação, em Fortaleza, além da questão de gênero, que ficou evidente em várias reportagens analisadas, havia o fato de Maria Luíza pertencer ao Partido dos Trabalhadores.

Os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* compunham uma hegemonia, na comunicação cearense, além dos meios de comunicação, havia a atuação dos grupos empresariais, em outros segmentos. As discordâncias, em relação ao PT, iniciaram desde a fundação do partido, no estado, tendo em vista o envolvimento de membros partidários, em movimentos paredistas, que impactaram nos ramos de serviços atrelados aos grupos de empresários. Além da crítica acirrada do PT à grande imprensa, as reivindicações feitas pelos militantes e o discurso do partido incomodaram. As críticas à gestão de Maria Luíza estavam muito atreladas ao gênero e ao Partido dos Trabalhadores, à organização da militância e a alguns nomes do PT, por exemplo, o Presidente Nacional do partido, nesse período, Lula.

As análises relacionadas à gestão de Maria Luíza, por causa do partido do qual fazia parte, não foram uma questão isolada, isso pôde ser observado, durante a administração de Dilma Rousseff à frente da Presidência do Brasil, algumas reportagens e notícias tinham o intuito de atingir o PT e a gestora. Para criticar o partido, a mídia, muitas vezes, utilizou de estereótipos e violência política de gênero. Isso não significa que a imprensa não tinha o intuito de representar as gestões dessas mulheres de maneira jocosa, o que discutimos é a

relação entre as críticas feitas ao partido e às mulheres que compunham as administrações petistas.

Foi comum, em reportagens, a imprensa relacionar os erros políticos de Maria Luíza à influência do PT, em sua gestão. Além disso, desde o início da administração, os jornais veicularam notícias sobre uma possível saída de Maria Luíza e de seu grupo do Partido dos Trabalhadores, por divergências internas, mas, isso foi desmentido pelo presidente regional do partido, Gilvan Rocha. Essas especulações dialogam com o clima tenso que foi se formando dentro da administração e de alguns quadros partidários, que se incomodaram com o avanço do chamado “pessoal da Maria” dentro de secretarias e cargos de confiança no Paço Municipal.

As divergências acontecem, em diferentes partidos políticos, e integram o ambiente democrático e plural que deve ser adotado pelos partidos políticos. Resta saber quais são os limites dessas discordâncias e qual a relação delas com a violência política de gênero? Compreender a Administração Popular de Fortaleza é entender os impactos de uma gestão petista, no estado, ou pelo menos, a tentativa que o partido fez na capital cearense. Afinal, analisar governos de mulheres é perceber a atuação delas dentro dos seus partidos, o suporte que esses dão para as candidaturas femininas, a responsabilidade no cumprimento da Lei de cotas partidária (Lei nº 9.504/97) e as relações de gênero presentes no ambiente interno do partido.

Esses fatores colaboram para entender quais os limites e as resistências a candidaturas de mulheres, mas também, o porquê da escolha política de nomes femininos para concorrer às eleições do legislativo e do executivo. Diante das denúncias de candidaturas fictícias e da violência política de gênero, é preciso analisar a relação entre mulheres e os seus partidos e o que isso significa para o avanço de políticas públicas eficientes sobre a participação de mulheres, na política institucional, e o impacto nas democracias.

Assim, como foi a experiência de Maria Luíza, no Partido dos Trabalhadores, e quais os impactos para sua administração? O que significou administrar Fortaleza, por um partido de esquerda, com poucos anos de atuação e base em construção no Ceará? Quais foram os desafios e as negociações que a prefeita precisou fazer para conciliar seu grupo e o PT na Administração Popular? Essas são algumas perguntas que buscaremos responder, no capítulo seguinte, tendo em vista que os conflitos, internos do Partido dos Trabalhadores e de Maria Luíza, foram evidenciados, pela imprensa, em diferentes ocasiões, e, mesmo quando a notícia

não envolvia a prefeita, as reportagens, com críticas ao PT, resvalaram na gestão e na imagem de Maria Luíza.

5.0 CAPÍTULO IV. A PREFEITA DO PT?: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE MARIA LUÍZA COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nesse capítulo, analisamos a relação de Maria Luíza Fontenele com a construção e consolidação do PT, no Ceará, entendendo as principais nuances que marcaram essa relação. A formação do Partido dos Trabalhadores ocorreu em um momento de reabertura política brasileira. A iniciativa da criação, feita por trabalhadores e para trabalhadores, não era novidade. A constituição de partidos trabalhistas aconteceu em diferentes regiões do globo. Por exemplo, o Partido Trabalhista Britânico foi formado, por sindicalistas, como uma resposta aos ataques sofridos, pelo caráter legal dos sindicatos ingleses, no final do século XIX e início do XX, conforme Hobsbawm (2012). De acordo com o autor (2012, p.383):

o contra-ataque desesperado dos patrões contra o sindicalismo radical de 1889 e depois destruiu realmente grande parte dele; mas seu resultado principal a longo prazo foi empurrar até os velhos sindicatos conservadores para uma simbiose com os socialistas - para um Partido Trabalhista independente potencialmente distinto do Liberalismo da classe média.

Hobsbawm destaca a criação do Partido como uma espécie de consequência diante da pressão sentida pelos trabalhadores, principalmente, os sindicalizados. Mas, o autor pontua que a expressão do partido era pequena, com poucos representantes políticos, no início do século XX, ascendendo, a partir de 1918, no pós-guerra. Uma questão, discutida pelo autor, foi a possibilidade de um governo trabalhista e o que isso representou para os ingleses. Hobsbawm alertava para a formação de uma política de conciliação, entre o Partido Trabalhista e os Liberais, e os efeitos dessa coalizão dentro do governo.

No Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiu, em 1945, como consequência do desdobramento do movimento trabalhista proposto por Getúlio Vargas. Diferente do Partido inglês, o brasileiro apresentava o caráter de institucionalização, feito pelo governo varguista, tendo como características, segundo Miranda, “o trabalhismo, o anticomunismo e o nacionalismo” (2008, p.45). O PTB, nos primeiros anos, era conservador, com a proposta de manutenção do capitalismo e vinculado ao Estado. Consoante a autora (2008, p.47): “o PTB era um instrumento dentro da estratégia mais ampla de preservação e ampliação da influência de Vargas na ordem política pós-45; para os doutrinários, um instrumento de reformas”. Ou seja, o Partido Trabalhista Brasileiro não foi, necessariamente,

o mecanismo dos trabalhadores e sindicatos, mas uma ferramenta usada, pelo estado, para adentrar a essas organizações.

O PTB realizou acordos, para aumentar sua base partidária, participou de governos e atuou, como um partido trabalhista legítimo, com credibilidade frente aos trabalhadores. Segundo Nicolau (2004), o PTB passou a ser o segundo partido mais votado, em 1962, ultrapassando a UDN. A construção de um partido trabalhista, no Brasil, estava atrelada à formação do trabalhismo, em si, de acordo com Gomes (2005). A organização do PTB aconteceu pela via institucional, a partir de medidas adotadas pelo estado varguista, estabelecendo diferentes estratégias para se aproximar da classe trabalhadora brasileira. Segundo a autora, o trabalhismo constituiu a relação Estado-classe trabalhadora, na qual havia trocas e uma espécie de contrato firmado entre as partes. Conforme Gomes, ao citar o caso de Getúlio Vargas, no final do Estado Novo (2005, p.230):

O presidente legislava sobre a questão social porque conhecia e reconhecía o “seu” povo. Ele desejava que este povo progredisse socialmente. A própria ideia de progresso estava vinculada às qualidades do legislador, tornando-se uma doação da autoridade clarividente e uma revelação do povo naturalmente bom. Este, ao receber, reconhecia a autoridade, ou seja, obrigava-se moralmente perante ela. Por esta lógica - a da obrigação a prazo - aquele que doava vivia através do tempo na memória dos que recebiam.

Gomes discute essa relação para traçar que o vínculo, entre empregado e Estado, não acontecia por única via, negando a ideia maniqueísta do estado e a relação com a classe trabalhadora. No período de Vargas, o proletariado ganhou uma importante atuação, frente ao Estado Novo, sendo exaltado nas propagandas e programas do governo. Ao discorrer sobre o programa de rádio, *falando aos trabalhadores brasileiros*¹⁶⁹, Gomes analisou a associação entre o Estado e essa classe e os usos da propaganda para firmar esses acordos e trocas que ocorreram no período. A autora destacou que eles não estavam indiferentes a essa situação, apesar de as circunstâncias de organização e a garantia de direitos terem ocorrido diferente, no Brasil, essa classe não se configurava como absorta.

As diferenças, entre o Brasil e os outros países, na garantia de direitos para os trabalhadores, estão na forma como ocorreram os processos que asseguraram legislações, como: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que foi aprovada em 1943. Segundo

¹⁶⁹O programa era apresentado por Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, durante dez minutos, na Hora do Brasil. A exibição semanal atuou de 1942 a 1945. Sendo uma importante ferramenta de contato entre o governo de Getúlio Vargas e a classe trabalhadora brasileira. Ver: GOMES, A.C. A invenção do trabalhismo. In: A invenção do trabalhismo. GOMES, A.C. 2005.

Gomes (2005, p.222): “coube ao Estado antecipar-se e elaborar a legislação, antes mesmo que o espírito associativo dos trabalhadores organizasse o sindicato”. A lei foi criada, pelo Estado, e apresentada como uma forma de “presente” aos trabalhadores brasileiros, isso permitiu a criação de vínculos, entre as partes envolvidas, além de trabalhar simbolicamente a imagem de Vargas, como o “pai dos pobres”.

Nesse contexto, o PTB foi firmado como um partido trabalhista e a legenda de Vargas. As influências do governo, dentro da agremiação, tornaram-se evidentes e comprovaram a lógica de que a organização dos trabalhadores, nesse período, deu-se por consequência do processo estabelecido pelo Estado. Segundo Gomes (2005, p.222): “Aqui, cabia ao Estado organizar o sindicato e cabia ao sindicato promover o espírito agremiativo entre os trabalhadores”. A constituição da classe trabalhadora e dos sindicatos, no país, foi atravessada por esse processo até meados das décadas de 1970-1980. O partido trabalhista surgiu como uma face do Estado, dentro da organização dos trabalhadores, segundo Miranda (2008, p.46): “Para os getulistas, o PTB era um instrumento dentro da estratégia mais ampla de preservação e ampliação da influência de Vargas na ordem política pós-45; para os doutrinários, um instrumento de reformas”.

O PTB, todavia, não se resumiu a um partido varguista, por mais que a influência de Getúlio Vargas fosse enorme, havia outros quadros partidários com ideais e propostas diferentes das apresentadas pelos getulistas. Segundo Gomes (2002, p.02): “Certamente, o PTB foi imaginado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, sendo postulado como uma cunha entre as massas trabalhadoras e o comunismo”. A autora destaca o papel relevante do PTB, na formação de trabalhadores, e a sua constituição a partir dos sindicatos. Conforme Gomes (2002, p.05), “o PTB deve ser entendido como um lado muito moderno da política trabalhista da época: os sindicatos tornavam-se, de fato, as bases efetivas de um partido político”. Mesmo com as controvérsias, que envolviam a relação do Partido com Vargas, o PTB surgiu, ficando-se como um partido que tinha por base a classe trabalhadora.

Com a morte de Vargas, em 1954, houve um esvaziamento do partido, em vários aspectos, afinal, a principal liderança não estava mais à frente, porém, o PTB permaneceu com seus quadros getulistas e outros mais vinculados ao trabalhismo, defendendo as reformas de base e buscando ampliar seus alicerces partidários. Em 1965, o PTB foi cassado, pela ditadura militar, ocasionando a transferência de muitos militantes para o MDB. Durante o

processo de transição, entre 1979 e 1981, a sigla retomou o *status* de partido e aconteceu uma disputa interna para decidir sobre a direção. Leonel Brizola e Yvete Vargas travaram essa batalha, na qual essa saiu vencedora. O rompimento implicou a saída de Leonel Brizola do PTB¹⁷⁰ e a fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Nesse contexto, além desses dois partidos, surgiu outro, organizado, em São Paulo, por metalúrgicos e sindicalistas, após as greves de 1978 e 1979¹⁷¹, o Partido dos Trabalhadores, que buscava se diferenciar de outras agremiações trabalhistas do período.

O PT surgiu da combinação de militantes políticos, dentre eles: os sindicatos de metalúrgicos, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), intelectuais, integrantes de partidos clandestinos, como a AP e o PRC. A pluralidade do PT convergia para a crítica ao regime militar e a defesa de bandeiras de lutas para os trabalhadores. No manifesto lançado, em 1980, no Colégio Sion, o PT apresentou-se como um partido nascido das lutas sociais, tendo por objetivo ser originado das massas com a participação política dos trabalhadores. O PT mostrou-se como uma proposta distinta de outros grupos trabalhistas, a questão é o quanto duraria essa diferença? Segundo Miranda (2008), a inserção dos partidos trabalhistas, na política governamental, fez com que essas agremiações precisassem dialogar e fazer coalizões, implicando, muitas vezes, em mudanças das metas partidárias. Não é intento nosso discorrer sobre um estudo comparado, entre os partidos trabalhistas, mas é necessário apresentar o contexto de fundação do PT e os diálogos estabelecidos entre os diferentes movimentos.

A discussão sobre a formação do PT teve início entre 1978 e 1979. Os metalúrgicos, de diferentes cidades (São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), debateram a possibilidade de criar um partido político. De acordo com Keck (2010, p.102), “a ideia de um partido dos trabalhadores foi oficialmente lançada, pela primeira vez, como uma resolução do Encontro de Metalúrgicos do estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979”. Porém, algumas discussões, sobre a viabilidade de um partido, já estavam sendo debatidas por diferentes sindicatos. O intuito era formar um grupo que trouxesse autonomia política aos trabalhadores.

¹⁷⁰Em novembro de 2023, o PTB realizou uma fusão com o Patriota, para formar o PRD (Partido Renovação Democrática), após a aprovação do TSE. Os partidos resolveram se unir depois de não alcançarem a cota partidária nas eleições de 2022. Com isso, o PTB chegou ao fim.

¹⁷¹As greves, nesse período, iniciaram-se, na região do ABC paulista, principalmente, em São Bernardo e Diadema, mas se espalharam, em diferentes estados, a partir de 1979. Uma das principais reivindicações dos grevistas era pela reposição salarial.

Nesse período, o movimento sindical estava organizado de maneira diferente do período varguista. As centrais sindicais foram instrumentos de luta e resistência à ditadura militar, organizando greves e reivindicando reajustes salariais. Os sindicatos da região do ABC lançaram a campanha de reposição das perdas nos salários, a qual buscava a correção de 34,1%, cálculo feito pelo DIEESE¹⁷², que estimava o reajuste salarial dos metalúrgicos nesse período. Essa campanha demonstrou que os operários estavam dispostos a lutar por melhores condições de trabalho.

Nesse contexto, surgiu o novo sindicalismo, segundo Keck (2010), era uma nova forma de os sindicatos atuarem, distanciando-se da institucionalidade e do controle estatal proposta no período Vargas e durante a ditadura militar. Os órgãos começaram a exigir maior autonomia e altivez nas decisões, além de maior participação dos trabalhadores, tornando mais democrático o processo de sindicalização e atuação do órgão. De acordo com Keck (2010, p.93):

O crescimento do “novo sindicalismo” significava aos que propunham a criação de partidos representativos das massas populares que os trabalhadores não mais podiam ser referidos por eles no abstrato, como componentes das bases desse tipo de partido, mas, ao contrário, tinham de entrar em negociações diretas com eles.

Os trabalhadores exigiam que um partido, que buscava a bandeira trabalhista, precisava incorporar a luta reivindicada pelo movimento, a partir de um diálogo constante com eles, definindo metas e objetivos, demandados pelo grupo, permitindo maior independência da classe trabalhadora e participação ativa no partido. Levando-se em consideração essas exigências, o debate sobre a criação do Partido dos Trabalhadores se originou e ganhou força com o movimento grevista de 1978-1979, além do destaque de lideranças sindicais, que foram responsáveis pela formação da legenda. Por exemplo: Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Wagner Benevides, dirigente sindical de Minas Gerais; Manoel da Conceição, liderança camponesa; Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia-SP, dentre outros nomes que contribuíram para a construção do Partido.

¹⁷²Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Segundo o órgão: “O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores”.

A criação do Partido dos Trabalhadores não se resumiu a esses nomes. Todavia, centralizamos a discussão em torno da adesão dos sindicatos, de suas lideranças e do impacto disso na elaboração de metas e compromissos postos desde a fundação do PT. No manifesto do Partido, publicado em 1980, destaca-se que:

Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia.

A proposta do Partido de trazer as massas para o centro das discussões e tomadas de decisões estava atrelada, diretamente, à visão que o PT construiu de democracia após a ditadura militar no Brasil. Tendo por princípio a radicalização do movimento, que, segundo Singer (2010), influenciou a democracia brasileira, levando-se em consideração que a incorporação de direitos fundamentais dos trabalhadores, inseridos na Constituição de 1988, foi fruto da atuação deles durante as greves de 1978-1979. De acordo com o Manifesto, o PT afirmou seu compromisso com a democracia plena, executada pelas massas, e buscou levar esse modelo democrático para as bases desse novo partido. Segundo Keck (2010, p.133): “Para colocar o poder econômico e político nas mãos dos trabalhadores, o PT tinha de construir uma organização internamente democrática, cujas decisões e programas deveriam vir das bases”.

Nesse sentido, o Partido buscou criar os “núcleos”, que formaram a base do PT, esses possibilitaram que os membros participassem das decisões de forma mais efetiva. Ainda, de acordo com Keck (2010, p.151): “Deveriam promover a educação política dos membros e militantes do partido e servir como uma garantia da democracia partidária interna”. Durante a estruturação do PT, a garantia de participação democrática foi algo bastante discutido e colocado como primordial, para a formação do partido e garantia de que ele atuaria no compromisso da luta dos trabalhadores, permitindo que esses estivessem envolvidos em todos os processos de decisões.

Os núcleos funcionavam como o principal canal, entre o partido e os movimentos sociais, garantindo a relação entre os diferentes grupos e aprimorando a participação paritária de seus integrantes. Segundo o Estatuto do PT, os núcleos de base têm como uma de suas funções: “aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores” (Art. 63º). Para o partido, a questão da democracia interna era algo primário, em sua organização,

tendo em vista a forte defesa dos trabalhadores e filiados pela garantia dos direitos sociais no fim da ditadura militar.

No Ceará, as primeiras estruturas, formaram-se em meados de 1980. Esse estado esteve entre os doze primeiros que tinham comissões do partido, permitindo que o PT tivesse seu registro provisório aceito pelo Tribunal Superior Eleitoral. Também, foi um dos primeiros que recebeu e distribuiu a Carta de Princípios no Primeiro de Maio de 1979. Mas, semelhante ao que vinha ocorrendo na construção do partido, em outros lugares, o PT, no Ceará, principalmente, em Fortaleza, contava com grupos distintos, que formaram uma “frente de esquerda”, segundo Souza (2004). Ainda, de acordo com o autor, os principais grupos consistiam em (2004, p.302):

Grupo vinculado ao jornalista e professor universitário Francisco Auto Filho, um setor hegemônico pela futura Articulação tendo à frente Gilvan Rocha, áreas ligadas às CEBs e grupos minoritários trotskistas (OSI e CS)¹⁷³ até 1986. Com a entrada de Maria Luiza Fontenele e o PRC em 1985, já em 1986 o grupo divide-se, ficando uma parte na fração antiga e uma outra, na qual participa a Prefeita, vai fundar o Partido Revolucionário Operário (PRO). Em 1987, finalmente, vamos encontrar a presença de militantes cristãos, da Articulação, Vertente Socialista (VS), PCR, PRO e grupos trotskistas.

Na primeira década do PT, foi comum a filiação de membros que tinham vinculação a outras organizações e partidos clandestinos. Por isso, Souza usou a ideia de uma frente de esquerda, posto que muitos militantes políticos, trabalhadores e pessoas vinculados a movimentos sociais perceberam, no Partido dos Trabalhadores, a possibilidade de militar de maneira legal, haja vista a regularização do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com Keck, isso impulsionou os quadros da organização, em seu início, posteriormente, foi tornando-se um problema mais complexo. Segundo a autora (2010, p.140): “discutir publicamente a dupla militância de um indivíduo era considerado o mesmo que denunciá-lo à polícia. Assim, promover uma discussão franca e aberta sobre a questão da dupla militância, referindo-se claramente aos que a praticavam, tornava-se algo impossível”.

O PT foi fundado, sob o regime militar, então, os partidos clandestinos, que se abrigaram na organização, corriam risco de ter seus militantes identificados e presos, por isso, a opção em manter a discussão sobre a dupla militância, em aberto, acontecendo de forma abstrata e subjetiva. Essa foi uma tendência, na formação do partido, nos diferentes núcleos de base. O PT do Ceará abrigou a sigla de Maria Luíza, o Partido Revolucionário Comunista

¹⁷³Organização Socialista Internacionalista (OSI) e Convergência Socialista (CS).

(PRC), quando ela integrou os quadros junto com seu grupo, esse foi um constante fator de disputa no momento em que assumiu o Paço Municipal. Tendo por objetivo manter a democracia interna e a participação ativa dos seus filiados, o partido precisou lidar com as divergências, no interior de seus núcleos, levando-se em consideração a pluralidade de correntes e militância.

5.1 MARIA LUÍZA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores surgiu como uma oportunidade para Maria Luíza lançar candidatura à Prefeitura de Fortaleza. Na disputa interna do PMDB, ela foi a preterida, então, a formação do novo partido apareceu como a possibilidade de viabilizar uma candidatura popular e de esquerda. A filiação ao PT aconteceu no ano da eleição municipal em 1985. Maria e seu grupo foram admitidos, no partido, e conseguiram colocar o nome da parlamentar para disputar o Paço Municipal. Mas, a chegada de Maria Luíza despertou dúvidas, dentro do Partido, segundo Carvalho (1999, p.138):

O ingresso do Grupo da Maria (na época ligado ao PRC) no PT em 1985 é marcado por uma certa desconfiança da direção do partido em relação aos novos hóspedes, detentores de um mandato parlamentar, com vigorosa presença nos movimentos sociais em Fortaleza, e algum enraizamento em 17 municípios do interior do Estado.

Apesar das desconfianças, Maria foi confirmada como a candidata do Partido para as eleições de 1985. Isso demonstrou a força do Grupo da candidata, que conseguiu organizar vários núcleos (mais de 100), garantindo a maioria na Convenção partidária. Na ocasião, realizou-se um acordo com Gilvan Rocha, presidente estadual do PT, para que ele fosse o vice de Maria Luíza, mas, antes do início da campanha, houve uma mudança e Américo Barreira assumiu esse lugar, essa foi mais uma demonstração da atuação do “Grupo da Maria”.

A tendência do Partido Revolucionário Comunista era a derrubada da ditadura militar e a construção de um mundo socialista. A orientação do partido não era administrar a crise capitalista, mas atuar para derrotar a sociedade de classe. Foi sob essa orientação que Maria Luíza assumiu a Prefeitura de Fortaleza em 1986. O PT não tinha um plano de governo detalhado, apenas, dispondo de ideias mais gerais, nesse sentido, Maria resolveu seguir algumas orientações propostas, desde a maneira de governar aos nomes escolhidos para compor a administração popular, pelo PRC.

O Partido Revolucionário Comunista surgiu, em 1984, tendo como princípios: a luta de classes, a negação de todas as formas de capitalismo e a defesa da Revolução Socialista. O partido se originou a partir de divergência do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Essas discordâncias viabilizaram a formação de um novo grupo, o qual propunha uma nova sociedade, que fosse baseada no marxismo-leninismo¹⁷⁴. Segundo Osório (2012, p.70), a proposta era “dar continuidade em nível superior à luta pela construção do partido de vanguarda da classe operária brasileira iniciada em 1922”. O partido tinha como objetivo máximo o comunismo, dessa forma, buscou elaborar as etapas para alcançá-lo. Assim, o PRC configurou-se como um partido dentro de outra instituição partidária, o PT. Esse arranjo, aos poucos, demonstrou suas fragilidades, impactando a gestão de Maria Luíza em Fortaleza.

Ainda, de acordo com o autor (2012, p.96): “O II Congresso do PRC analisou a Nova República e sugeriu aproximações com o PT e a CUT”, essa aproximação permitiu que membros do PRC acessassem espaços de militância legítimos, a partir da legalidade do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. Segundo Osório (2012), os integrantes do PRC buscaram denunciar os falsos socialistas e partidos que usavam do termo e defendiam a luta socialista assentada no ambiente do PT e de sua militância. Conforme o autor, o PRC colaborou na formação e consolidação do PT, visto que a chegada de militantes do Partido Revolucionário Comunista contribuiu para a ascensão de núcleos do Partido dos Trabalhadores em diferentes regiões do país. Osório (2012) analisou que a proximidade entre os partidos ocorreu porque os membros do PRC enxergaram, no PT, uma matriz leninista e:

Essa percepção política levou o PRC a incorporar-se ao PT, buscando relacionar-se com as instituições do Estado com uma posição de esquerda que recusasse a cooptação e a subordinação e acumulasse para a revolução. E o desdobramento dessa percepção foi a opção por construir, intra-PT, um projeto de poder. (2012, p.123).

Esses movimentos internos colaboraram para fortalecer o PT, ao passo que fragilizaram sua militância em outras instâncias. Antes do PRC se dissolver, em 1989, Maria Luíza e o seu grupo já haviam deixado a agremiação e migrado para o Partido Revolucionário Operário. Era uma dissidência do Partido Revolucionário Comunista e simbolizava, mais uma vez, um grupo operando dentro de outro. Essas migrações partidárias do “Grupo da Maria”

¹⁷⁴Segundo BETTELHEIM e LINHART (2021, p.247), o que é chamado de marxismo-leninismo “é precisamente a capacidade de assumir a perspectiva fundamental do materialismo histórico e do proletariado em cada época nova, a fim de lidar com problemas concretos, novos. Isto não pode ser conseguido através do congelamento de fragmentos de experiência histórica em receitas”.

causaram instabilidade, na sua administração, tendo em vista o perfil adotado de dupla militância que incomodou os dirigentes do PT.

A crise foi sendo aprofundada, a partir de decisões tomadas por Maria Luíza, durante a administração petista. Uma das primeiras esteve relacionada à mudança do secretariado do 1º escalão da prefeitura, pois ela não comunicou à direção regional do partido sobre as trocas, gerando insatisfação em membros do PT. As alterações buscavam sanar os problemas da administração popular e garantir estabilidade para o governo, mas representou uma fissura, no diálogo, entre Maria Luíza e os integrantes do partido, que se acharam preteridos diante da decisão da prefeita sem uma consulta prévia.

A prefeita Maria Luíza fez mudanças administrativas, envolvendo as pastas de Administração, Finanças, Transporte e Planejamento. Na secretaria de Finanças, Clóvis Fontenele, irmão de Maria Luíza, foi efetivado. Ernani Pelloso foi substituído, por Lourival Júnior, na Secretaria de Administração. Marta Arruda foi exonerada da Secretaria de Transportes, após uma viagem a Cuba, durante uma greve de motoristas do transporte público. A atitude da então secretária foi mal vista, repercutindo de forma negativa na administração. Segundo o jornal *O Povo*¹⁷⁵: “Passados os primeiros seis meses da sua administração, isolada politicamente nos planos federal, estadual e municipal, a prefeita Maria Luíza percebeu a necessidade de rever o desempenho das secretarias que formam a atividade por meio da sua assessoria direta”.

As alterações tinham por intuito trazer melhor gerenciamento e organização para o Paço Municipal, mas, pela forma como elas foram conduzidas, desagradaram os militantes do PT, os quais consideraram que Maria Luíza não poderia ter realizado as mudanças sem consultar os quadros partidários. Todavia, a crise interna foi acentuada com a substituição na chefia de Gabinete, que era ocupada por José Guimarães e foi transferida para Dilmar Miranda, ex-marido de Maria Luíza, o qual deixou a pasta da Secretaria de Educação.

José Nobre Guimarães havia sido assessor parlamentar de Maria Luíza, durante o mandato da deputada, na Assembleia Legislativa do Ceará, além disso, ele era irmão de José Genoio, reconhecido militante histórico do PT que, na oportunidade, tinha o mandato de Deputado Federal pela cidade de São Paulo. A decisão de afastar José Guimarães ocorreu depois da ruptura do PRC. O então Chefe de Gabinete era a principal liderança do partido no estado. Porém, Maria Luíza e o seu grupo já estavam compondo o PRO, que integrava o PT,

¹⁷⁵Jornal *O Povo*, 04 de jul.1986, p.03.

mas guardava divergências com outras correntes do partido. A alteração fomentou desgastes internos, que foram noticiados pela imprensa no período. O chamado “Grupo da Maria” englobava o PRO, alguns dias antes da posse, ou seja, a configuração da Administração Popular foi iniciada tendo esse rompimento. Com a mudança do secretariado, houve a troca do Chefe de Gabinete. De acordo com reportagem do jornal *O Povo*¹⁷⁶:

Um dos assessores do Gabinete admitiu que a substituição de Guimarães “não tem justificativa”, porque, segundo a mesma fonte, ele havia conquistado a confiança do Secretariado e mantido o fluxo normal dos assuntos que chegavam ao principal órgão de assessoramento de Maria Luíza. “A única coisa que jamais aceitei é o argumento de que fui remanejado por incompetência. Vocês são testemunha do esforço que fiz para garantir o funcionamento do Gabinete”, desabafou Guimarães - minutos depois de Maria Luíza ter anunciado a sua exoneração - para os funcionários com quem trabalhou durante os seis meses de sua gestão.

A saída de José Guimarães foi justificada, pelo jornal, como sendo o momento em que Maria Luíza “assumiu a simpatia”, pelo PRO, tendo a figura de Jorge Paiva e Rosa da Fonseca como uma de suas principais lideranças. Essas alterações foram vistas com desconfiança pela Câmara Municipal, que mostrou frustração em relação às trocas anunciadas pela Prefeita. Segundo reportagem, feita pelo *Diário do Nordeste*, as mudanças eram aguardadas pelos vereadores, mas não surtiram o efeito esperado. O líder do PDS, Luiz Ângelo, “frisou que a prefeita está se perdendo com as divergências internas do PT [...] afirmou que tudo ficará na mesma e poderá piorar”¹⁷⁷. Outras lideranças foram entrevistadas para abordar a perspectiva sobre as mudanças no secretariado. Herval Sampaio, vice-líder do PMDB, declarou que:

Com essas medidas a prefeita Maria Luíza caiu no descrédito da população que já não se preocupa com a sujeira da cidade, mas sim com o “lixo existente na cabeça dos petistas” que causa um mal muito maior que as moscas, ratos e baratas. “Só nos resta esperar que a prefeita crie juízo”¹⁷⁸.

As avaliações, feitas à gestão de Maria, foram acompanhadas por críticas ao PT. Os vereadores de oposição eram taxativos ao falarem sobre as desavenças internas do partido e a implicação disso na Administração Popular. Maria Luíza foi responsabilizada, pelas lideranças legislativas, de estar desnorteada diante da crise interna do PT. Ademais, foi sugerido que a prefeita “criasse juízo”, já que deveria ter mais responsabilidade e sensatez. As

¹⁷⁶Jornal *O Povo*, 15 de jul.1986, p.02.

¹⁷⁷Jornal *Diário do Nordeste*, 16 de jul.1986, p.03.

¹⁷⁸Jornal *Diário do Nordeste*, 16 de jul.1986, p.03.

críticas à prefeita surgiam até quando as questões eram mais referentes ao partido do que à sua administração.

O vereador Araújo de Castro, líder do PDT, sugeriu que Maria Luíza abandonasse o PT, porque ela estaria sendo prejudicada pelo Partido. “A única maneira de a prefeita tirar a cidade do ‘atoleiro’ em que se encontra, é abandonar o PT, mesmo que fique sem partido por algum tempo, e formar uma equipe de alto gabarito que seja suprapartidária”¹⁷⁹. Na reportagem, Maria Luíza foi retratada, pelos vereadores, como alguém que precisava assumir a responsabilidade da gestão, ao passo que estaria cedendo à pressão do partido, o que implicaria em perdas para a administração. Muitas vezes, as mulheres são representadas como incompetentes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelo grupo ao qual pertencem. Ora Maria Luíza precisava “criar juízo”, ora abandonar o partido pelo qual foi eleita.

Mais uma vez, a discussão sobre esse *não lugar* diz respeito às mulheres nos espaços de poder e na vida pública, pois não há um encaixe para elas. A atuação política desses sujeitos está marcada pela ambiguidade com a qual são apresentadas e a constante retórica de que ocupam um espaço que não é para elas. As alterações de secretariado, no sexto mês de administração, trouxeram vulnerabilidades para a gestão, principalmente, pela repercussão dentro e fora do partido. O jornal *Diário do Nordeste*¹⁸⁰ destacou: “Para Maria Luíza somente a iniciativa de mudar assegura-lhe maior domínio numa equipe que alguns insistem em dizer que foge ao seu controle”. O periódico evidenciou que as mudanças teriam ocorrido como uma forma de Maria Luíza demonstrar o seu poder, no exercício do cargo, contestando qualquer tipo de interferência.

Havia a ideia de que Maria Luíza estaria permitindo que o PT tivesse muita influência, nos quadros da Prefeitura, ao sugerir indicações e/ou ter membros vinculados a secretarias e a outros cargos da administração. A mudança teria demonstrado que a gestora estaria encarregada de colocar, na função pública, agentes políticos que eram relevantes para ela e que lhe traziam confiança, isso foi evidenciado na troca do Chefe de Gabinete. Todavia, a reportagem apresentou a questão da governabilidade de Maria Luíza e o poder que ela teria, no Paço Municipal, afirmando que administração estaria fora do controle dela, isso colocava à prova a autoridade frente à Prefeitura.

Dantas (2019) observou essa discussão ao analisar a gestão de Dilma Rousseff, discorrendo que a mídia, muitas vezes, apresentou-a como uma “presidente figurativa”, nesse

¹⁷⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 16 de jul.1986, p.03.

¹⁸⁰Jornal *Diário do Nordeste*, 16 de jul.1986, p.03.

caso, os responsáveis, pelo governo, seriam os homens. Algo semelhante em relação ao que o jornal abordou sobre Maria Luíza, visto que a sugestão era de que o PT tinha o controle da administração e a direção do partido, na época, era composta por homens. De acordo com Dantas:

[...] a presidenta detinha apenas o poder formal, mas que a autoridade e o cérebro do governo foram deslocados para mãos masculinas, como as do ex-presidente Lula, do vice-presidente Michel Temer e dos presidentes do Senado e Câmara Federal, Renan Calheiros e Eduardo Cunha (2019, p.171).

A autora apontou os nomes de lideranças do Congresso, além do vice-presidente, Michel Temer e de Lula, presidente de honra do PT, como os responsáveis por governar. Já Maria Luíza estaria muito ligada à figura de Jorge Paiva, que era considerado o “mentor intelectual” do PRO. Nos dois casos, as mulheres, nos espaços de poder, foram associadas aos homens e colocadas na situação de tutela. Dessa forma, eles seriam considerados os dirigentes e elas estariam exercendo uma função simbólica no cargo. O papel de liderança das mulheres é contestado, demonstrando que há uma inabilidade para elas assumirem esses postos de chefia, que exigem autoridade. Ao mesmo tempo, ao exercer o poder, elas são taxadas de autoritárias ou de não dialogarem com as bases, afinal, parte do descontentamento do PT, em relação às mudanças feitas por Maria Luíza, consistiu na queixa de ela não ter consultado a base partidária.

Em qualquer situação, as mulheres, que estão na política institucional, podem ser alvo das críticas pela postura adotada, seja ela de conciliação ou de autoridade. Discutir a participação delas nos espaços de poder não é algo tão recente. Conforme abordamos, a questão é a forma como essa problematização pode ser apresentada, principalmente, quando nos referimos à mídia. Em 08 de agosto de 1986, o jornal *Diário do Nordeste* trouxe uma reportagem, para discutir o assunto, intitulada: “Timidez, despreparo, preconceito ou machismo”?¹⁸¹ A matéria abordou o contexto histórico de atuação de mulheres, no espaço político, com a conquista do voto, em 1932, as primeiras eleições e os fatos mais recentes, à época, que foram as vitórias de Maria Luíza Fontenele e Gardênia Gonçalves para as capitais de estados.

Todavia, o texto discutiu a participação das mulheres, na política, trazendo elementos que reforçaram os estereótipos de gênero, ao destacar a fala da professora Moema Toscano, nos Encontros Culturais organizados pela Pró-Reitoria de Extensão da UFC. A narrativa

¹⁸¹Jornal *Diário do Nordeste*, 08 de agosto de 1986, caderno especial.

consistia em dizer que “como portadora de vida, a mulher é aquela que traz uma mensagem nova, que vai revolucionar o pensamento e a prática políticos vigentes”¹⁸². A veiculação da fala, no jornal, reforçava os estereótipos sobre as mulheres, na política, os quais afirmavam que elas iriam agir diferente, inclusive, foi uma tática utilizada em campanhas femininas. Os usos do gênero conferiam, para elas, uma ideia de honestidade, cuidado e responsabilidade. A fala da professora convergia para essa perspectiva.

O debate, sobre a participação das mulheres, havia sido posto em evidência com o processo da Constituinte. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) lançou, em 1985, a campanha Mulher e Constituinte, que previa a presença delas, na elaboração da Carta Magna, além do debate e incorporação de pautas abordadas por movimentos de mulheres e movimentos feministas. O Ceará contou com uma representante, a deputada constituinte, Moema São Thiago, eleita pelo PDT. O jornal *O Povo* destacou a eleição da primeira deputada eleita para o Congresso: “Não sou um fenômeno eleitoral. Fui eleita pelo voto consciente da população cearense. Foi o que declarou Moema São Thiago (PDT), candidata eleita à Assembleia Nacional Constituinte”¹⁸³.

A partir da narrativa de Moema São Thiago, pode-se inferir que ela não queria ser comparada à eleição de Maria Luíza para a prefeitura de Fortaleza, a qual foi considerada um fenômeno, além disso, indica que eleições de mulheres não devem ser encaradas com surpresa ou espanto. A deputada reforçou que sua eleição foi fruto de trabalho, dedicação e conscientização dos eleitores. Nas eleições de 1986, 26 mulheres foram eleitas, para compor a Assembleia Constituinte, um pouco mais de 5% do total de vagas. Porém, representava um avanço, visto que, no pleito de 1982, foram eleitas 08 deputadas, ocasionando um aumento de 225% entre os dois pleitos.

As discussões, envolvendo a participação de mulheres, estavam em evidência, por isso, a reportagem do jornal destacou a atuação delas na política brasileira. Apesar das contradições no texto, que enfatizou estereótipos, o espaço aberto, pelo veículo de comunicação, promovia o debate sobre as pautas que estavam sendo colocadas pelas mulheres para a elaboração da nova Constituição brasileira. Foi a partir da Campanha: Mulher e Constituinte, que a Carta da Mulher Brasileira foi elaborada e entregue aos membros da Comissão Constituinte, trazendo temas e pontos específicos que contemplariam as mulheres, permitindo maior igualdade. O movimento esperava que as reivindicações estivessem

¹⁸²Jornal *Diário do Nordeste*, 08 de agosto de 1986, caderno especial.

¹⁸³Jornal *O Povo*, 24 de nov.1986, p.02.

presentes, na nova Carta Magna, dentre elas: “estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias”¹⁸⁴.

O texto destacou a inserção do Brasil em convenções/tratados internacionais que versavam sobre o combate à violência contra a mulher, além disso, trouxe a criminalização de alguns tipos de violência para o debate, como: física, psicológica e sexual que ocorressem no ambiente público e privado. A carta abordou a criação de Delegacias Especiais, para o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência, permitindo a expansão das Delegacias da Mulher¹⁸⁵, criadas em 1985.

O contexto do período colaborou para o debate sobre a pauta da participação de mulheres na política. Além disso, os diversos movimentos, por exemplo, os feminismos colaboraram para ampliar a discussão sobre questões como: violências, aborto, licença paternidade, creches, dentre outras. Essas demandas buscaram dialogar com o processo de redemocratização e com a elaboração da nova Constituição. O objetivo era assegurar uma democracia plena com a participação efetiva das mulheres e garantir direitos fundamentais. Esse diálogo foi estabelecido desde a fundação do PT.

A aproximação do Partido com os movimentos, durante a Constituinte, buscou levar pautas primordiais para o movimento dos trabalhadores. O PT buscou implementar, nesse momento, políticas de atenção às mulheres nos seus respectivos governos. A elaboração de coordenadorias, secretarias e a inclusão de políticas públicas, voltadas para as mulheres, procurou efetivar uma demanda do movimento feminista e de mulheres do PT e da sociedade civil.

No Ceará, houve a tentativa de criar um Conselho ou Secretaria da Mulher, porém, nenhum dos projetos se concretizou, devido a algumas questões que já pontuamos, a prefeitura de Fortaleza contava com poucos recursos financeiros, havia grande instabilidade, entre governo municipal, estadual e federal, existindo embates com a Câmara Municipal, além da ausência de um plano de ação melhor elaborado pela equipe de Maria Luíza.

O Plano de Governo se concretizou, em 1987, inviabilizando a implementação de novas secretarias e órgãos na gestão petista. A própria criação do Conselho Cearense dos

¹⁸⁴Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, 1987.

¹⁸⁵“O Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, que criou a primeira delegacia da mulher, estabeleceu que esta deveria investigar determinados “delitos contra a pessoa do sexo feminino”, previstos no Código Penal”. (PASINATO; SANTOS, 2008, p.11).

Direitos da Mulher ocorreu em 1986. Mas, só foi efetivada com uma comissão executiva em 1988. Maria Luíza integrou o Conselho, durante sua formação, o qual tinha como premissa “ser organismo de mediação política e institucional entre as demandas dos movimentos feministas e de mulheres e o poder público estadual” (SILVA; FROTA, 2015, p.214).

As críticas feitas, em relação aos Conselhos, consistiam nessa relação de proximidade com o Estado, segundo Delgado (2007), muitas mulheres petistas eram contrárias à implementação dos Conselhos durante as gestões do PT. A autora abordou a documentação produzida pelo PT Mulheres, a qual justificava a relutância das militantes em aderir à participação efetiva dos Conselhos. A perspectiva das mulheres do PT foi apresentada, pela autora, a partir de documentação citada. (2007, p,108):

O documento insiste que os conselhos devem ser reconhecidos como organismos vinculados aos governos onde estão localizados. Sua composição é definida pelo governo, o que o coloca nos marcos de um projeto político em curso no executivo naquele momento e, portanto, identificados com o espectro partidário presente no governo.

Durante a década de 1980, a formação dos Conselhos incomodou várias mulheres, vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, que enxergavam, nos organismos, o aparelhamento do Estado das demandas feministas. Tendo essa perspectiva, muitas delas elaboraram o documento que se contrapunha à inserção da militância nesse modelo de instituição. Isso não significou a falta de adesão ao projeto ou a participação de membros partidários, de acordo com Silva e Frota (2015, p.214):

[...] as mulheres que se inseriram no Conselho desde a sua criação em 1986 até 1991 foram na sua maioria mulheres de classe média, intelectuais, sindicalistas, professoras e técnicas. Destacando-se dentre estas: Maria Luíza Fontenele, assistente social, professora da Universidade Federal do Ceará, membro do Partido dos Trabalhadores e integrante de uma organização feminista – União das Mulheres Cearenses e do Movimento Feminino pela Anistia.

Não havia qualquer tipo de proibição para integrar os Conselhos, mas existiam muitas divergências em relação à atuação desses mecanismos. A participação de Maria Luíza, no órgão, demonstrou seu distanciamento da base partidária e de discussões que foram apresentadas pelo Partido. Não havia um consenso sobre a atuação dos Conselhos, mas várias problemáticas tinham sido expostas, pelas militantes, fazendo com que muitas mulheres do PT não integrassem as comissões. De acordo com Delgado (2007, p.109): “Esta oposição não significava, é necessário insistir, a negação da necessidade de um organismo responsável por

políticas para as mulheres no executivo”. Todavia, eram tecidas críticas sobre a forma como esses órgãos poderiam atuar a partir da relação Estado - movimentos sociais.

A atuação de Maria Luíza dentro do Conselho ocorreu em um momento de forte desgaste dentro do Partido. O órgão teve sua executiva nomeada no final do mandato da Prefeita. Nesse período, as crises internas danificaram a relação entre a gestora e o Partido dos Trabalhadores. Mas, esse não era um processo recente, pois as crises existiram, desde o princípio, e culminaram na saída de Maria Luíza e do seu grupo em 1988. A expulsão dos membros do PRO foi o resultado dos inúmeros conflitos que marcaram a gestão da prefeita junto ao PT.

5.2 A CRISE NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Os problemas internos, no PT, surgiram desde a filiação de Maria Luíza e do grupo do PRC. As pessoas que integraram o Partido - PRC, na época, tinham uma trajetória marcada pela militância clandestina, durante a ditadura, e almejavam, com o PT, militar de maneira legal, sem correr os riscos da prisão. A candidatura de Maria Luíza foi uma forma de apresentar resistência ao regime e fazer uma contraproposta ao modelo liberal apresentado pela oposição vinculada aos coronéis do estado. Não era previsto que a candidata seria eleita, a imprevisibilidade foi uma das questões que tornou a gestão uma grande aposta do PT e do “Grupo da Maria”. “Não tínhamos sequer planejamento, porque durante a campanha não acreditávamos que íamos ganhar”¹⁸⁶, com essas palavras, Jorge Paiva, assessor especial de Maria Luíza, narrou os desafios da Administração Popular de Fortaleza. A entrevista foi publicada, no *Jornal do Brasil* e no *Jornal O Povo*, nos dias 30 e 31 de janeiro de 1988, respectivamente.

A reportagem consistiu em uma análise sobre a Administração Popular em Fortaleza. A narrativa de Jorge Paiva, nesse sentido, demonstrou os desafios que cercaram a gestão petista e a impossibilidade de pôr em prática as ideias do grupo. De acordo com a entrevista, ele destacou que: “a visão e materialização da ação administrativa até aquele momento entrava em confronto com a nossa filosofia administrativa”¹⁸⁷. A fala demonstrou que os desafios consistiram em buscar soluções viáveis e que não fossem de encontro aos ideais do “Grupo da Maria”, questão que dificultou bastante o modelo administrativo, tendo em vista a

¹⁸⁶ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.12.

¹⁸⁷ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.12.

crise financeira e os problemas que assolavam a cidade. Porque, diante dos obstáculos, Maria Luíza precisava negociar com governo estadual e federal, ambos do PMDB, que eram oposição e representavam um forte grupo político no Ceará.

Para os membros da Prefeitura, era muito difícil estabelecer uma proximidade que permitisse viabilizar projetos e verbas. Ao mesmo tempo, ocorreram as divergências internas que tornavam o cenário da Administração Popular mais complicado. A primeira crise de maior impacto, para a imagem do PT e de Maria Luíza, ocorreu envolvendo o chamado “caso dos coronéis”, em 1987, que consistiu na denúncia, feita por Antônio Amorim, candidato a deputado federal pelo PT, que expôs, em carta aberta, que Maria Luíza, Gilvan Rocha (ex-presidente do Partido), Manuel Fonseca (secretário de Saúde do município) e William Montenegro (ex-primeiro-vice-presidente do PT) tinham recebido dinheiro dos chamados coronéis e um veículo com equipamento sonoro, durante a campanha eleitoral de 1986, com o intuito de fragilizar a candidatura do PMDB ao governo. De acordo com o jornal *O Povo*¹⁸⁸:

Estas revelações foram anunciadas ontem pelos deputados estaduais eleitos João Alfredo e Ilário Marques, ambos do PT, em entrevista coletiva concedida na sede do Sindicato dos Jornalistas. Informaram ainda que às primeiras horas de ontem, durante reunião da nova executiva partidária, foi designada uma comissão de ética, formada por cinco membros não integrantes do diretório regional, para investigar o caso e apresentar um relatório até o próximo dia 23.

O caso teve forte repercussão interna e externa, tendo em vista Maria Luíza estar na liderança do Poder Executivo. Todavia, a prefeita negou as acusações, inferindo que se tratava de um artifício para mitigar sua liderança, que estaria alcançando nível nacional. No dia seguinte às denúncias, Maria concedeu uma entrevista, ao jornal *O Povo*, na qual destacou sua inocência e ressaltou o compromisso com a ética e a verdade na política. Em reportagem, ela reforçou que: “Jamais mantive qualquer acordo com os Coronéis em momento da minha história, seja no ano passado ou em qualquer outra eleição e recebi qualquer dinheiro das mãos dos Coronéis”¹⁸⁹. Ao ressaltar que não participou do acordo, feito entre membros do PT e integrantes do PFL e PDS, a prefeita Maria Luíza afirmou que as acusações eram levianas e imaturas, que tinham o propósito de descredibilizar sua imagem diante do eleitorado e do público geral. Maria destacou:

Temem a liderança nacional, que é patente, exercida pela Prefeita? Ou eles não aceitam este tipo de proposta política que tem norteado as nossas ações e por isso se

¹⁸⁸Jornal *O Povo*, 07 de jan.1987, p.02.

¹⁸⁹Jornal *O Povo*, 08 de jan.1987, p.03

unem ao Gilvan Rocha para encobrir o que foi feito, acusando-me de algo que não fiz para justificar uma expulsão do Partido dos Trabalhadores?¹⁹⁰

A prefeita chegou a cogitar que as denúncias, envolvendo seu nome, poderiam estar atreladas à sua forte liderança, na legenda partidária, e que os responsáveis pelas acusações estariam insatisfeitos com a forma de governar e a postura adotada no Paço Municipal. Maria Luíza fez críticas aos deputados estaduais recém-eleitos: Ilário Marques e João Alfredo pela divulgação da nota que trazia o nome da gestora junto aos outros membros do Partido implicados no caso. A prefeita afirmou que os deputados foram imaturos, politicamente, quando lançaram a nota acusando-a de ter participado das negociações. Além disso, questionou: “Há o interesse de abafar uma liderança nacional? Há o interesse na minha expulsão do Partido dos Trabalhadores?”¹⁹¹

A prefeita Maria Luíza sublinhou, algumas vezes, que as imputações, incluindo seu nome, buscaram atingir a liderança que ela vinha exercendo, dentro e fora do Partido, tendo por intuito enfraquecê-la politicamente. Na entrevista, ela destacou que foi responsável por levar o PT às páginas nacionais, colocando o Partido em evidência, ao desafiar os coronéis do estado com sua eleição para a Prefeitura de Fortaleza. Essas trocas de acusações fomentaram o desgaste já existente entre os grupos internos do PT e fragilizaram as relações com a Administração Popular.

Outra hipótese, apresentada para justificar o envolvimento do nome de Maria Luíza ao caso dos coronéis, foi para preservar os nomes de Gilvan Rocha, Manoel Fonseca e William Montenegro, pois acreditavam que divulgando que eles estariam juntos à Prefeita, na articulação do caso, não seriam punidos com a expulsão do Partido, visto que o PT não permitiria a saída de Maria Luíza. Diante da ressonância do caso, membros da Direção Nacional resolveram realizar uma investigação para apurar as denúncias e confirmar ou não as acusações que foram feitas contra os membros partidários.

Porém, antes disso, a Direção Regional do PT resolveu expulsar Gilvan Rocha, Manoel Fonseca e William Montenegro e inocentou Maria Luíza das acusações. Segundo a investigação, feita pelo PT regional, a prefeita não teria participado da reunião, na qual houve o acordo. Maria Luíza disse em entrevista¹⁹² que sabia dos contatos, entre os membros

¹⁹⁰ Jornal *O Povo*, 08 de jan.1987, p.03.

¹⁹¹ Jornal *O Povo*, 08 de jan.1987, p.03.

¹⁹² Jornal *O Povo*, 08 de jan.1987, p.03.

citados, mas que não havia concordado com a “propina”, mesmo sabendo que o dinheiro seria para custear o Programa televisivo do Partido e não para enriquecimento pessoal.

A polêmica do caso acirrou as desavenças e potencializou a crise interna na Administração. Diante das denúncias, a prefeita resolveu exonerar o Secretário de Saúde, Manoel Fonseca, que era vinculado à corrente do PRC. Maria Luíza e outros membros estavam no PRO. Na ocasião, as siglas internas do PT disputavam espaço e liderança dentro do Partido. A situação, entretanto, não foi encerrada com a expulsão dos membros. A chegada, em Fortaleza, de Hélio Bicudo e Jorge Bittar, que compunham uma comissão nacional para investigar o caso, alterou os rumos da decisão do Diretório Regional, ao suspender a expulsão dos três membros envolvidos no “Caso dos Coronéis”. A decisão foi baseada na premissa de que não houve o direito de defesa dos acusados. O jornal *Diário do Nordeste*¹⁹³ destacou que:

Baseado no parecer de Hélio Bicudo e Jorge Bittar, o Diretório Nacional considerou que não havia dado o amplo direito de defesa a Gilvan Rocha, William Montenegro e Manuel Fonseca, daí ter resolvido reabrir o processo. Esta decisão não agradou o deputado João Alfredo. [...] Ele considera que a comissão formada por Hélio Bicudo e Jorge Bittar não teve tempo suficiente para apurar o fato, pois os dois passaram aqui somente 24 horas, daí o relatório ter ficado incompleto.

A suspensão das expulsões desagradou o Diretório Regional e implicou no adiamento da decisão final, que acabou revendo a deliberação de exclusão do partido. Essa situação foi cercada por trocas de acusações entre as tendências internas do PT. Por intermédio da divulgação de uma nota, Gilvan Rocha, Manuel Fonseca e William Montenegro fizeram duras críticas à maneira “radical” pela qual teriam sido expulsos e apontaram como responsáveis a Prefeita Maria Luíza, Jorge Paiva e Rosa da Fonseca. O *Jornal do Brasil* destacou que: “Os ex-petistas fazem críticas à ‘czarina’ do partido - referência à prefeita Maria Luíza Fontenele – e, também, ao que chamam de ‘justiça revolucionária da esquerda’, que ‘tem os dois olhos cegos’, por tê-los condenados à expulsão”¹⁹⁴.

As críticas feitas afirmaram um caráter autoritário, que teria sido reproduzido por Maria Luíza e o seu grupo, diante da decisão de expulsar os três membros do Partido. Ao chamar a prefeita de czarina, termo utilizado para se referir à imperatriz, mulher que ocupa alto posto de comando, um título utilizado pelo Império Russo, os autores da nota buscaram reforçar uma ideia de repressão. Segundo Dantas (2019, p.113): “É possível afirmar que há

¹⁹³ Jornal *Diário do Nordeste*, 17 de mar.1987, p.04.

¹⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 28 de jan.1987, p.04.

uma predisposição a taxar as mulheres em posição de poder como autoritárias, tiranas”. Referir-se à Maria Luíza como sendo a czarina buscou fazer essa analogia de coação.

Segundo a autora, é comum a imprensa utilizar termos que fazem referência às mulheres, em espaços de poder, como mandonas, autoritárias e enérgicas, características que, quando são associadas a elas, são vistas de forma negativa e passíveis de críticas. Nesse caso, o termo foi usado por membros do mesmo Partido, mas o texto acabou sendo reproduzido, pela imprensa, o que gerou maior circulação e acesso ao conteúdo. Os autores da nota destacaram:

As bases eufóricas festejam a grande vitória de Pirro. Os eunucos morais devem estar de pelos eriçados, ao serem afagados por sua senhora e rainha, após o exercício da caça. A “Honra” do PT Ceará foi lavada: os novos Torquemadas lançaram no fogo da inquisição os supostos infiéis. O sagrado, constitucional e universal direito de defesa foi sepultado¹⁹⁵.

No texto, houve a comparação com senhora e rainha, na qual os súditos deveriam estar contentes pelo afeto demonstrado por Maria Luíza, após a caça feita aos que não eram dignos do Partido. Os autores frisaram o caráter inquisitorial, ao qual teriam sido expostos, sem direito à defesa. A maneira como a imagem de Maria Luíza foi apresentada (czarina, senhora, rainha) demonstrou o tom de crítica ao papel de liderança que ocupava, no partido, tanto que isso foi colocado, em evidência, por ela, ao justificar os ataques sofridos. Ao mesmo tempo, o conteúdo da nota demonstrou a insatisfação dos ex-dirigentes com o poder exercido, pelo “Grupo da Maria”, dentro do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista o texto fazer analogia às figuras de Jorge Paiva, Rosa da Fonseca e Maria Luíza, conforme o exposto: “O Grande Irmão, o Rasputin imberbe e visionário, deve estar gargalhando sua vitória, junto com a faceira e fogosa Czarina e sua fiel escudeira”¹⁹⁶.

Mesmo sem citar nomes, a nota ganhou forte repercussão pelo tom da crítica que foi feita ao grupo específico do PRO dentro do PT. As analogias foram interpretadas e os jornais associaram as colocações ao trio, que liderava a legenda clandestina. No texto, o destaque foi o ataque à figura daquela que representaria Maria Luíza, além de colocá-la em um lugar de pessoa autoritária, quando fez a associação à czarina, o termo veio acompanhado pelos dizeres: faceira e fogosa.

¹⁹⁵Nota lançada por Gilvan Rocha, Manuel Fonseca e William Montenegro, publicada dia 26 de janeiro de 1987, no jornal *O Povo*.

¹⁹⁶Nota lançada por Gilvan Rocha, Manuel Fonseca e William Montenegro, publicada dia 26 de janeiro de 1987, no jornal *O Povo*.

No dicionário¹⁹⁷, faceira caracteriza-se como sendo uma mulher graciosa e vaidosa, que se veste com excesso de esmero. A palavra fogosa é o substantivo feminino para o adjetivo fioso, que significa: que tem fogo, abrasado, geralmente, usado para referir-se a alguns tipos de aguardente. Todavia, no sentido figurado, fogosa ganha outros significados, como: lasciva, sensual, impulsiva, irascível, dentre outros. Assim, a nota corroborou com diferentes estereótipos que cercam a imagem de mulheres, de modo mais específico, que estão nos espaços de poder.

Os ataques à Maria Luíza foram feitos por membros do seu próprio partido. Não eram ofensas da oposição ou da imprensa. A prefeita sentiu a hostilidade vindo de um lugar de confiança e aproximação. Os colegas partidários eram os mentores da investida, que buscou apresentá-la de modo reducionista, atribuindo-lhe características vistas de maneira negativa por muitos. O texto não hesitou em criticar a forma de a prefeita se portar, tampouco, preservou a imagem dos integrantes do PRO, a exemplo de Jorge Paiva e Rosa da Fonseca, irmã de Manoel Fonseca, um dos autores da nota.

A violência política de gênero pode ser reproduzida nas diferentes esferas de convívio dos espaços de poder. Os partidos políticos representam parte desses ambientes, que se transformam em locais de reprodução de estereótipos e/ou violências. Segundo Araújo (2005, p.194): “Os partidos não são instituições fixas e imutáveis, ao contrário, estão em constante fluxo, adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam. Nesse sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade”. Conforme a autora, a instituição partidária reproduz o que está posto, visto que integra o contexto do qual faz parte, nesse sentido, em uma sociedade preconceituosa, valores misóginos acabam sendo espelhados em diferentes organizações, dentre elas, os partidos políticos.

Apesar das contradições que envolveram a polêmica da expulsão dos membros do PT e a relação com o grupo de Maria Luíza, compreendemos que essas discordâncias acabaram reproduzindo estereótipos dentro do contexto, no qual os militantes estavam envolvidos. A reprodução de estigmas corroborou com a maneira pela qual a organização da sociedade aconteceu, na qual mulheres, em espaços de poder, são vistas como incompetentes ou autoritárias. A questão é o quanto isso foi problematizado, pelo Partido dos Trabalhadores, no período? A reprodução de preconceitos e estereótipos pode ocorrer, levando-se em consideração o modelo estrutural de sociabilidade e a maneira como as relações são

¹⁹⁷Dicionário Michaelis. Editora Melhoramentos, 2023. [recurso online].

construídas, principalmente, no modelo capitalista, o qual se constitui tendo o racismo, a misoginia e a exploração da classe trabalhadora como adubo para seu crescimento e fortalecimento.

Porém, é preciso pensar quais foram as medidas adotadas para promover a discussão sobre a participação das mulheres, nos espaços de poder, e o respeito às diferenças, tendo em vista que foi uma máxima do PT: a construção de um partido democrático e plural. Nesse sentido, desde o momento da formação partidária, mulheres começaram a se organizar internamente. Segundo Godinho (1998, p.17): “A elaboração inicial do ‘feminismo petista’ afirmava-se em uma visão de que qualquer movimento se organiza em torno de lutas e propunha que o PT deveria comprometer-se com as lutas e bandeiras das mulheres”.

A autora destaca que a organização, dentro do partido, iniciou-se desde a construção e que as mulheres tiveram uma importante atuação na elaboração do projeto político partidário, que levou em consideração pautas de discussões que estavam sendo propostas pelos movimentos feministas. Outro destaque, feito por ela, direcionou para “a legitimidade e o reconhecimento da necessidade de auto-organização das mulheres foi e permanece um debate dentro do partido”. (1998, p.20). De acordo com Godinho, para as mulheres do PT era importante manter uma autonomia, dentro do partido, permitindo que elas pautassem discussões e se organizassem de modo independente. Essa autogestão acabou sendo alvo de debates internos, por parte de setores mais tradicionais do partido, que não encaravam positivamente esse modelo de organização das militantes.

Além disso, é importante destacar que, naquele momento, era forte a noção da chamada dupla militância, que foi uma maneira de taxar as mulheres que atuaram no combate à ditadura por seus partidos políticos e pelo movimento feminista. Conforme Pedro (2013, p.252): “a presença de mulheres em grupos de esquerda chegou algumas vezes a configurar uma ‘dupla militância’, já que elas levavam para esses grupos ideias extraídas do movimento feminista”. Essa forma de organização foi comum, no final da década de 1970, no país, e colaborou para pensar os feminismos de maneira autônoma. Nesse sentido, manter essa independência, no movimento de mulheres, mesmo integrando um partido político, foi algo relevante para as mulheres que se organizaram no PT. Consoante Godinho (1998, p.19):

Uma concepção de organização partidária que respeitasse a autonomia dos movimentos sociais foi um elemento importante no processo de constituição do PT. Talvez por isso, a compreensão da autonomia do movimento de mulheres, no sentido

de não perceber o movimento como extensão do partido, não tenha enfrentado grande dificuldade.

Garantir a independência, mesmo integrando o PT, permitiu que as mulheres colocassem suas pautas, em debate, e promovessem discussões internas, cobrando dos parceiros militantes uma postura alinhada à luta do movimento de mulheres. Mas, é preciso destacar que a organização delas, no PT, não foi algo que ocorreu em todos os núcleos partidários de maneira imediata. Nos anos 1980, esteve mais concentrada nas capitais da região sudeste, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e região Sul com o Rio Grande do Sul. Conforme a autora, outras cidades construíram esse tipo de organização, mas os estados citados compuseram núcleos mais organizados nesse período.

No Ceará, é preciso lembrar que a formação do Partido dos Trabalhadores ocorreu de modo distinto de outros estados. Segundo Araújo (2017), o PT-CE nasceu com uma face rural, tendo em vista a forte ligação do Partido com o Movimento dos Trabalhadores Rurais. Segundo o autor, as primeiras mobilizações em prol da construção do partido no estado: “ocorreram com atuação expressiva dos movimentos dos trabalhadores rurais. A grande penetração dos militantes, nesses movimentos, ocorreu pela motivação religiosa, através da organização popular em associações, sindicatos, nas CEBs”. (2017, p.24).

O Partido dos Trabalhadores contou com a influência dos trotskistas, militantes de camadas médias e estudantes universitários, mas foram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as Comunidades Eclesiais de Base que forneceram o campo fértil para a formação do partido no estado. Assim, várias agendas, que cercaram a organização do PT, estavam vinculadas às questões agrárias. Consoante Araújo (2017), as pautas que sustentaram a consolidação do partido, consistiam em três eixos: o Estatuto da Terra, os Planos de Emergência contra as secas, principalmente, as que ocorreram entre os anos de 1979 e 1983, e a Reforma Agrária.

Assim, discussões sobre gênero e feminismos estiveram mais restritas à organização dos núcleos urbanos e em quantidade bem menor que outras pautas, levando-se em consideração a conjuntura e a própria formação do partido no estado. Além disso, frisamos que havia forte influência de setores da Igreja Católica, que estavam ligados, diretamente, à estruturação das CEBs. Desse modo, algumas demandas, apresentadas pelo movimento de mulheres, não eram bem recepcionadas por militantes envolvidos com a Teologia da Libertação e com os movimentos de setores progressistas da Igreja.

É importante destacar que, mesmo nos grandes centros urbanos, em que o movimento de mulheres estava mais organizado, esse foi um período no qual as militantes estavam planejando a melhor forma de atuação dentro do partido. Segundo Godinho (1998, p.20): “Esse é um período de debate organizativo, no qual se apresentavam diferentes visões sobre a forma de organização das mulheres”. Ou seja, não havia um modelo estrutural ordenado, colocado pelas mulheres do PT, para operacionalizar suas atividades feministas partidárias. Afinal, o partido, em si, estava se estabelecendo enquanto instância organizada representando a luta dos trabalhadores.

Então, nesse momento, a discussão consistiu em elaborar métodos de atuação das militantes feministas, dentro do partido, com o intuito de definir qual seria a melhor forma de organização e da construção de uma plataforma feminista, dentro do PT, que iria colaborar com planos e ações estratégicas. Conforme Godinho (1998, p.20), durante os primeiros anos, buscou-se definir se a forma seria organizar-se “em núcleos de base, como era a proposta geral de organização da base partidária, ou em secretarias ou comissões de mulheres com funções mais de coordenação e elaboração de propostas para o partido”. Ambos os modelos previam que fosse colocado em prática um espaço de organização feminista no PT.

De acordo com a autora, o intento era: “potencializar a presença das petistas no movimento de mulheres, incentivar o debate sobre uma plataforma feminista geral, construir a política do PT para as mulheres, influenciando as instâncias partidárias nos diferentes momentos de construção de sua ação e seu programa”. (1998, p.20-21). Havia a preocupação de tornar mais democrático os espaços de debate internos, no partido, assim, o diálogo proposto, pelas petistas, era da participação efetiva das mulheres nas instâncias partidárias e na política institucional.

É válido destacar que o PT aprovou, em 1991, a cota mínima de 30% de mulheres para as direções partidárias. Essa implantação aconteceu anteriormente à Lei nº 9.504/97. O debate sobre a cota mínima, dentro do PT, ocorreu depois que as militantes constataram que havia um hiato entre o número de filiadas e de mulheres ocupando cargos partidários. Dessa forma, a proposta de 30% aconteceu, em 1988, durante o 2º Encontro Nacional de Mulheres do PT. Mas, foi aprovado durante o 3º Encontro em 1991. Segundo o Estatuto do Partido: “as direções partidárias, delegações e cargos com função específica de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens)”. (Art.22, inciso IV).

O Estatuto expandiu a participação de mulheres, nos quadros do partido, buscando colaborar com um processo democrático e plural, que permitisse a ampliação das discussões, propostas pelas militantes, e dialogasse com o discurso do PT em relação à construção de um partido igualitário. De acordo com Godinho (1998, p.29): “A primeira consequência positiva da aprovação da política de cotas foi um desbloqueamento do espaço das mulheres no partido. A sua presença nos órgãos de direção criou condições mais propícias para um início de alteração das relações cotidianas entre homens e mulheres”. Isso significa que a entrada de mais mulheres, nos quadros diretórios, permitiu ampliar a discussão sobre as relações de gênero e o impacto disso no ambiente político.

Esse cenário foi sendo transformado, ao longo da década de 1980, principalmente, nos anos 1990, após a aprovação das cotas dentro do partido. Durante a campanha e gestão de Maria Luíza, as discussões eram vagas e a participação mais efetiva de mulheres não era realidade, no PT Ceará, apesar da forte liderança da prefeita. As principais pautas de discussão foram colocadas pensando a questão de classe e da construção de uma sociedade socialista. As principais correntes do partido, no estado, estiveram divididas nesse embate, cada uma apresentando sua perspectiva de Revolução Socialista. De acordo com Araújo (2017, p.42): “O grande confronto estava entre a liderança de Gilvan Rocha e Auto Filho”.

A resistência entre essas lideranças, responsáveis pela formação do PT no estado, ligava-se ao modelo que cada um apresentava para pensar a consolidação do partido e quem poderia tornar-se afiliado. Conforme Araújo (1997), Francisco Auto Filho baseava-se em teses trotskistas nas quais o partido deveria ser composto por trabalhadores, esses entendidos como sujeitos que vendem a força de trabalho, para o capitalista, em troca de um salário, mas que não conseguem acumular renda. Nesse sentido, profissionais liberais de camadas médias e intelectuais ficariam à margem desse processo de formação. O autor sugere que a tese de Auto Filho não seria, necessariamente, excludente. Todavia, setores do partido não visualizaram dessa maneira, dentre eles, Gilvan Rocha, que assumiu a liderança no período de inserção de Maria Luíza e de seu grupo. As ideias dele estavam mais próximas da Direção Nacional do partido, que buscou aglutinar forças diversas, tais como: estudantes universitários, setores de classe média como profissionais liberais e servidores públicos.

O PT, no Ceará, ganhou organicidade e assumiu a difícil tarefa de conciliar os ideais socialistas com a administração pública após a vitória de Maria Luíza. Foi nesse cenário que os maiores embates foram travados, visto que o PRC buscou se adaptar ao “modo petista de

governar”¹⁹⁸, a partir disso, houve o rompimento, no grupo, e a fundação do PRO, depois desse processo, os conflitos internos foram agravados à medida que a administração caminhava.

Após o desgaste com o “Caso dos Coronéis”, a relação de Maria Luíza com dirigentes do PT e outros membros ficou mais tensa, tendo em vista a troca de acusações que ocorreu durante o processo de apuração do caso. Além disso, internamente, o partido ficou mais fragilizado com a exposição do recebimento de dinheiro para custear propaganda política, na TV, apesar de os envolvidos terem demonstrado que o dinheiro não foi para enriquecimento pessoal, pairou um clima de desconfiança entre os partidários, que não concordaram com a conduta de Gilvan Rocha, William Montenegro e Manuel Fonseca.

A situação interna e externa iria se agravar diante de um pedido de *impeachment* da Prefeita Maria Luíza. O requerimento, protocolado pela Câmara Municipal, foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado. A denúncia consistiu na má situação financeira da Prefeitura e na exoneração de mais de 03 mil servidores. Desde que assumiu o Paço Municipal, Maria Luíza recebeu ameaças de cassação, mas, naquele período, a tensão foi acirrada diante do contexto que ocorria de crises. As contas da Prefeitura tinham sido bloqueadas, por ordem judicial, acatando um mandado de segurança requerido pela Câmara Municipal. A reportagem do Jornal *O Povo* discorreu sobre a situação:

O desembargador Ary Cysne do Tribunal de Justiça do Estado concedeu ontem liminar bloqueando as contas bancárias da Prefeitura no Banco do Estado do Ceará e Banco do Brasil [...]. As contas do município ficarão sem movimentação enquanto o débito com a Câmara de Fortaleza, avaliado em Cz\$31,9 milhões de cruzados não for saldado. (Jornal *O Povo*, 30 de abr.1987, p.03).

A dívida da Prefeitura era relacionada ao duodécimo da Câmara, que não havia sido pago, o que ocasionou no mandado de segurança e, posteriormente, no bloqueio das contas, referentes aos recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e do FPM (Fundo de Participação do Município), ambos repassados pelo governo federal. O mandado impetrado, pela Câmara, incitou os ânimos entre Poder Executivo e Legislativo. Ao saber da liminar, que acatou o pedido, Herval Sampaio (PMDB), vereador e primeiro secretário do órgão, falou à imprensa sobre esse fato. De acordo com a reportagem:

¹⁹⁸Cf. SÁNCHEZ, Félix Ruíz. Modo petista de governar - apontamentos para um debate sobre o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.2, 1997, p.101-110. BEZERRA, Carla de Paiva. **Do poder popular ao modo petista de governar**: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06102014-105726/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

Nós temos assegurados pela legislação estadual e federal os repasses dos duodécimos, de forma integral, o que não vem ocorrendo desde o começo do ano. O diálogo com a prefeita Maria Luíza foi tentado múltiplas vezes, sem sucesso. Assim não tivemos outra alternativa senão recorrer ao Judiciário. Os servidores da Câmara não podem pagar o ônus de uma administração incompetente como a atual, como está ocorrendo agora. (Jornal *O Povo*, 30 de abr.1987, p.03).

A fala de Herval Sampaio corroborou para a concepção de que havia, em torno da imagem de Maria Luíza, uma figura autoritária, que não estava disposta ao diálogo. Durante os três anos de gestão, essa foi uma acusação recorrente, feita pelos vereadores, taxando a administração como incompetente e intransigente. O vereador sublinhou, na narrativa, que buscou, inúmeras vezes, conversar com a Prefeita, mas não obteve sucesso. Esse tipo de enunciado reforçou, publicamente, os estereótipos acerca de uma postura radical e sectária, adotada por Maria Luíza, contribuindo para responsabilizá-la pela crise da cidade.

Entretanto, parte dos problemas estava relacionado à falta de recursos públicos. Desse modo, o pedido de cassação não avançou, tendo em vista não ter encontrado reforço nem em setores de oposição à Prefeita, como foi o caso dos empresários e do governo do estado. O *Jornal do Brasil* abordou a notícia do pedido de cassação e destacou os setores contrários à proposta, segundo o veículo de comunicação:

Até os empresários cearenses são contrários à proposta de cassação do mandato da prefeita de Fortaleza, Maria Luíza (PT), em discussão na Câmara dos Vereadores. A ideia também não está encontrando apoio entre as entidades populares, a não ser no caso dos servidores públicos municipais, que estão com os salários atrasados e enfrentam uma onda de demissões. (*Jornal do Brasil*, 09 de maio.1987, p.04).

A falta de adesão ao pedido protocolado, pela Câmara, estava relacionada ao contexto de reabertura política, além do fato de Maria Luíza ter sido eleita pelo voto direto da população de Fortaleza. Dessa forma, colaborar com um processo de afastamento e cassação de mandato poderia causar maiores transtornos, posto que a prefeita contava com o apoio de militantes e movimentos populares. O pedido funcionou como estratégia política dos vereadores para pressionar a gestora a pagar o repasse. Todavia, contribuiu para aumentar o desgaste da imagem de Maria Luíza e do PT diante da sociedade e da imprensa. A Câmara Municipal de Fortaleza foi responsável por fazer uma comparação da Administração Popular com o nazismo. O jornal *Diário do Nordeste* destacou o episódio:

A situação da Secretaria de Educação do Município foi amplamente debatida na manhã de ontem na Câmara Municipal, onde vereadores de todos os partidos foram unânimes em afirmar que o caos está instalado naquela Pasta. A questão foi

levantada por Nildes Alencar, do PMDB, que não poupou adjetivos para qualificar a administração municipal de nazista, incompetente, ditadora etc. (Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de mar.1987, p.04).

A analogia buscou enfatizar o caráter autoritário que a Câmara Municipal enxergava na administração da Prefeita Maria Luíza. Mas, o uso de tal aproximação mostrou-se desproporcional e fora de contexto devido ao fato de não se tratar de uma política de extermínio e genocídio. O nazismo foi um regime totalitário, a variante do fascismo, que ocorreu na Alemanha. Segundo Silva (2000, p.118), podemos reconhecer “como fascistas movimentos nacionalistas extremistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, antidemocrática e anti-socialista que fundaram ou intentaram fundar, após a Primeira Guerra Mundial, regimes estatais autoritários”. Nesse aspecto, o uso do termo, para caracterizar a gestão de Maria Luíza, foi desmedido. Ademais, é preciso ter cautela para não banalizar a utilização do termo nazista, já que existe o risco de incorrer em generalizações que retirem o significado e a dimensão do que representaram os fascismos no século XX.

Essa questão demonstra a associação feita entre o autoritarismo e a administração de Maria Luíza Fontenele, mais uma vez, buscando aproximar a figura de uma mulher a um lugar de autoridade, com moldes totalitários. Nildes Alencar, vereadora que proferiu os adjetivos à prefeita, enfatizou o caráter “ditatorial” da gestão baseada nas nomeações que foram feitas para a Secretaria de Educação. A pasta tinha passado por mudanças ao longo da administração. O primeiro secretário responsável foi o Padre Haroldo, posteriormente, assumindo Dilmar Miranda e Manuel Couto, que era o titular da Pasta, quando ocorreram as acusações feitas pela vereança.

A edil responsabilizou a administração petista e de Maria Luíza pelo descaso com a Educação e fracasso na tentativa de implementar o projeto de Educação Popular. De acordo com a vereadora: “Precisamos socorrer a Secretaria de Educação que está morrendo. Estão construindo o caos em nome da ideologia, tudo às escondidas. Saímos de uma ditadura militar e caímos em uma ditadura popular”¹⁹⁹. Nildes Alencar ressaltou que o nazismo foi instalado, na Pasta, com a prática de tortura psicológica direcionada aos técnicos e professores.

O desgaste com a Câmara Municipal foi algo que ocorreu, desde o início da gestão, mas foi sendo acirrado com o decorrer do mandato de Maria Luíza. As nomeações para a Secretaria de Educação, que ocorreram após a saída de Pe. Haroldo, aconteceram de maneira tendenciosa, visto que a gestora não consultou a base partidária, tampouco movimentos

¹⁹⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de mar.1987, p.04.

sociais vinculados à educação. Isso ocasionou desconforto entre setores da Secretaria e dentro do PT, que desaprovou não ter sido consultado para a tomada de decisão.

As acusações, feitas pela Câmara Municipal, foram oriundas de denúncias realizadas por servidores da Educação, que demonstraram insatisfação com a gestão de Manuel Couto à frente da Pasta. O secretário fez críticas ao Estatuto do Magistério e disse que técnicos e professores “legislavam em causa própria”²⁰⁰. Além disso, comentou sobre o descumprimento de carga horária dos servidores. A entrevista, concedida pelo chefe da Pasta, inflamou os ânimos entre Prefeitura, Câmara e funcionários. Esse episódio foi utilizado para direcionar críticas à Prefeita Maria Luíza e ao seu modo de governar. Entretanto, os vocábulos recorreram ao viés da violência, relacionando a imagem da prefeita ao modelo fascista.

A violência política de gênero se caracteriza, também, por parecer imperceptível em diversas situações. O desgaste, entre a gestão e os servidores, serviu para endossar as críticas, as quais buscaram deslegitimar o governo associando a modelos totalitários de governança. O autoritarismo foi a chave para descrever a figura de Maria Luíza e do PT no Paço Municipal. A partir de medidas que foram tomadas, sem a consulta popular, os vereadores usaram esse pretexto e forneceram elementos discursivos que desagregaram a gestão e desgastaram socialmente a imagem de Maria Luíza.

A construção semiótica, feita pelos vereadores, sobre a imagem de Maria, não ficou circunscrita aos discursos, na Câmara Municipal, já que outra forma de atacá-la foi com a elaboração de uma propaganda publicitária, divulgada em abril de 1987²⁰¹, a qual promovia o descaso com a limpeza urbana enquanto tocava ao fundo a música *Maria, Maria*, tema da campanha da prefeita. Mesmo não utilizando a figura da gestora, a publicidade associou o problema da coleta de lixo à administração, tendo em vista o uso da canção. A incompetência foi outro fator evidenciado pela oposição, que, ao produzir a campanha, buscou desvalorizar e achincalhar a administração.

As desavenças entre os poderes legislativo e executivo estavam relacionadas à relação com o Partido dos Trabalhadores, que fazia forte crítica aos vereadores. Quando a Câmara promoveu o debate sobre a possível cassação de Maria Luíza, membros do partido foram ao prédio para pressionar os vereadores. O ato ganhou repercussão e causou desconforto entre os edis, que se incomodaram com a tensão promovida pelo grupo. Diante disso, teceram críticas à gestora e ao PT. Marcus Fernandes parabenizou os colegas e

²⁰⁰Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de mar.1987, p.04.

²⁰¹*Jornal do Brasil*, 14 de abr.1987, p.05.

ressaltou que os vereadores não se deixaram “intimidar pelos que vinham à Casa fazer pressão ‘descabida e desordeira’, mostrando o nível de alienação dos que acompanham o PT e a prefeita Maria Luíza”²⁰². O vereador Fiúza Gomes foi mais enérgico, em suas palavras, e afirmou que “o PT é um partido de desocupados, sua meta é alcançar o caos e os petistas preferem viver entre o lixo, como se fossem moscas, nocivas à nossa sociedade”²⁰³.

As críticas buscaram deslegitimar o partido, a prefeita e a ação realizada no prédio da Câmara Municipal. Os edis não estavam acostumados com a participação da sociedade civil, durante as sessões, e com a pressão realizada pelos manifestantes. Diante disso, vereadores do PMDB e do PFL, principalmente, não pouparam acusações contra Maria Luíza e o PT. Esses atritos culminaram na instabilidade das relações entre os poderes, mas também, dos legisladores com o Partido dos Trabalhadores. Esse episódio resultou em um embate interno, tendo em vista o vice-prefeito, Américo Barreira, ter se posicionado contrário à manifestação.

O presidente da Câmara, à época, Djalma Eufrásio (PMDB), disse, no encerramento da sessão, que havia recebido um telefonema do executivo se solidarizando com os vereadores e repudiando o acontecimento que ocorrera na Casa. Eufrásio prosseguiu afirmando que “com a baderna que armaram, os petistas pretendiam esconder a desastrosa administração que estão fazendo em Fortaleza”²⁰⁴. O vereador afirmou que os membros partidários eram “lunáticos, moleques e malucos”²⁰⁵ e que “Maria Luíza já não conseguia controlar seus moleques”²⁰⁶.

Os edis produziram discursos estereotipados, sobre os militantes, além de enfatizar a participação da prefeita na realização da manifestação. As críticas endossaram as divergências internas com a divulgação da fala de Américo Barreira. Nesse período, começaram as primeiras discordâncias, entre Maria Luíza e o vice, que foram sendo aprofundadas, com o decorrer da gestão, demonstrando a fragilidade da relação do PT com o “Grupo da Maria”. As querelas foram sendo expostas, ao longo da gestão, geralmente, em falas que se contradiziam e na aprovação de decretos, que eram motivos de cisão entre Américo e Maria Luíza.

Durante viagem da prefeita a Brasília, Américo Barreira, prefeito em exercício, retirou de pauta a votação do projeto Pró-favela²⁰⁷ que estava na Câmara Municipal. A

²⁰²Jornal *O Povo*, 22 de maio.1986, p.02.

²⁰³Jornal *O Povo*, 22 de maio.1986, p.02.

²⁰⁴Jornal *O Povo*, 22 de maio.1986, p.02.

²⁰⁵Jornal *O Povo*, 22 de maio.1986, p.02.

²⁰⁶Jornal *O Povo*, 22 de maio.1986, p.02.

²⁰⁷O projeto previa melhores condições de moradia para pessoas que ocupavam zonas de riscos e/ou proteção ambiental.

decisão ocorreu depois que vereadores pediram que o texto fosse reformulado, sendo realizadas correções técnicas e jurídicas que eram necessárias à aprovação.

Segundo o jornal *O Povo*: “a vereadora Nildes Alencar (PMDB) acha que a atitude de Américo Barreira retirando a mensagem deve ser louvada, como indício de entendimento entre Executivo e Legislativo”²⁰⁸. O projeto era uma importante pauta, para Maria Luíza, que visava estabelecer melhores condições de moradia e acesso aos moradores de regiões periféricas da cidade. A decisão da retirada de pauta foi tomada sem consulta prévia à Maria Luíza, além disso, a postura dele foi elogiada, pela vereadora, considerando a atitude uma demonstração de diálogo e aproximação. Américo já havia recebido elogios dos vereadores da Câmara Municipal, que destacaram sua conduta, no Paço Municipal, e a disposição para dialogar com eles. Havia uma prerrogativa de que seria melhor negociar os assuntos do Executivo com o vice-prefeito – um homem. Dantas (2019, p.177), referindo-se ao *impeachment* da presidenta Dilma argumentou:

A qualificação mais uniforme em todas as revistas pesquisadas é de Dilma Rousseff como alguém que não sabe fazer política. Os textos sobre a incapacidade da presidenta para atuar no campo foram repetidos à exaustão. A primeira ênfase dada é à dificuldade de diálogo da presidenta com os pares. Nesse sentido, Rousseff é classificada pelos semanários como arrogante, centralizadora e que, em sendo inexperiente na política, não sabia dialogar com o Congresso.

Da mesma maneira que a figura de Dilma Rousseff foi apresentada, por revistas, em Fortaleza, no período de Maria Luíza, é notável a semelhança, tendo em vista que a gestora foi taxada de não saber dialogar com os vereadores e seus pares. Além disso, o vice, também, era considerado uma figura mais branda e apta ao ambiente político. As mulheres costumam ser representadas de modo a parecerem mais difíceis, inacessíveis e autoritárias, desse modo, não estariam dispostas a estabelecer contato com outros poderes. Em diferentes reportagens, os vereadores de Fortaleza fizeram falas no sentido de promover e reconhecer a trajetória política de Américo Barreira à medida que menosprezavam a carreira de Maria Luíza.

Os edis aproveitaram-se do desgaste, que ocorria dentro do partido, para estabelecer maior contato com o vice e deixar a prefeita mais isolada politicamente. Na relação entre Maria Luíza e Américo Barreira, os primeiros sinais de fissuras ocorreram, quando ele começou a reivindicar um papel mais ativo, na administração da cidade, requerendo que suas sugestões tivessem maior respaldo e fossem levadas em consideração. Havia um desagrado

²⁰⁸Jornal *O Povo*, 26 de nov.1986, p.02.

em relação às decisões tomadas por Maria Luíza, que não o consultava. Isso foi sendo estendido até um processo de ruptura, no qual Américo Barreira comunicou aos secretários e ao PT sua decisão.

A reportagem do jornal *Diário do Nordeste* abordou a temática: “O vice-prefeito Américo Barreira não escondeu sua mágoa com os donos da administração municipal. Ele reclama pelo menos a discussão de alguns projetos que apresentou para a recuperação da cidade”²⁰⁹. Américo demonstrou insatisfação, porque não estaria sendo inserido no processo da administração, assim, seu descontentamento estava relacionado à falta de participação mais efetiva nas decisões da Prefeitura. A reportagem destacou que o vice-prefeito:

[...] rompeu com a administração popular até que ela mude os métodos de trabalho. O presidente do PT, Gilvan Rocha, confirmou para o Diário do Nordeste que o vice-prefeito está desgostoso com o estilo de administração que se desenvolve nesta capital, além de decepcionado por não ter sido posta em prática nenhuma prática das soluções por ele apresentadas no sentido de melhorar os resultados do trabalho administrativo. (Jornal *Diário do Nordeste*, 11 de dez.1986, p.03).

A ruptura foi comunicada aos quadros de direção do partido, que, de acordo com a matéria, compreendeu as razões para Américo ter tomado essa atitude. É válido lembrar que a escolha do vice foi estabelecida por Maria Luíza e seu grupo, por considerá-lo mais próximo e mais disposto para estabelecer o diálogo com os integrantes do PRO. Maria Luíza foi informada do rompimento, em Brasília, e, quando retornou a Fortaleza, procurou Américo para dialogar, entretanto, ele manteve o posicionamento. Posteriormente, os ânimos se acalmaram e o vice voltou às atividades, mas a relação entre ambos estava comprometida.

Esse contexto dialogava com a crise interna do partido e com o desgaste da imagem de Maria Luíza diante da imprensa e da população. Além disso, havia ressonância dos processos de pedido de cassação e de *impeachment*, que foram propostos pela Câmara Municipal no início de seu mandato. Os vereadores propuseram o processo para evitar que Maria pudesse concorrer ao cargo de governadora. Ademais, durante a gestão, foi uma constante da Câmara anunciar um possível processo de anulação do mandato da prefeita.

Os vereadores, oficialmente, não querem se pronunciar sobre o processo de “*impeachment*” da prefeita Maria Luíza Fontenele, mas nenhum deles esconde o seu descontentamento com a atuação da prefeita e dos integrantes de seu partido, assim como de alguns auxiliares da administração municipal. (Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de abr.1986, p.04).

²⁰⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 11 de dez.1986, p.03.

Esse tipo de advertência deu o tom da relação, entre os poderes executivo e legislativo, ao longo da Administração Popular. Nesse sentido, é importante pensar o porquê desse tipo de colocação, feita pelos vereadores, visto que eles não deram continuidade a nenhum dos processos que peticionaram a cassação da prefeita, ademais, o pedido não era direcionado à chapa, apenas, à Maria Luíza. Outro requerimento foi feito, em maio de 1986²¹⁰, após a divulgação de portarias com altos salários de servidores. O vereador Fiúza Gomes (PFL) acusou a prefeita de irresponsabilidade administrativa e pediu aos colegas para que protocolassem um pedido de cassação, que não teve seguimento.

Diante das ameaças de *impeachment*, a prefeita foi procurada, pela reportagem do jornal *O Povo*, e respondeu sobre a conduta dos vereadores e a relação com as intimidações feitas pelo legislativo. Quando foi questionada se tinha receio do pedido de impedimento, a chefe do executivo respondeu que não, porque sabia que os edis não iriam dar continuidade ao rito, levando-se em consideração que cassar seu mandato iria implicar indisposição com a população que havia votado e acreditado no projeto popular do PT. Além do mais, destacou: “olha, tive não só ameaças de cassação de mandato como também de morte. Nada me amedrontou e fui avante. Não temo nada e nada pode modificar meu comportamento no sentido desse compromisso meu com o povo”²¹¹.

Maria Luíza respondeu com altivez e garantiu não temer o que poderia acontecer, mesmo admitindo que a cassação tinha a possibilidade de ganhar andamento na Câmara Municipal. Entretanto, ressaltou suas características de enfrentamento e trajetória política, respondendo que não havia paralisado diante de ameaças de morte. A prefeita demonstrou firmeza para enfrentar as críticas e os possíveis processos que poderiam ter prosseguimento, caso houvesse a abertura do *impeachment*.

A chefe do executivo foi constantemente pressionada, durante o mandato, e teve que conviver com as constantes ameaças de interrupção da sua administração. Esse tipo de advertência política, feita pelo legislativo, não é especificidade de gestões de mulheres, mas é possível notar uma correlação com administrações femininas. Sabemos que o Parlamento, muitas vezes, utiliza-se dessa tática como forma de angariar recursos, porém, quando mulheres estão à frente, nos espaços de poder, parece haver maior convivência para esse tipo de prática. Isso está relacionado à ideia de que elas não têm um poder de liderança, há uma desqualificação do lugar que ocupam, assim, tendem a ser mais pressionadas e/ou

²¹⁰Jornal *O Povo*, 07 de maio.1986, p.02.

²¹¹Jornal *O Povo*, 11 de maio.1986, p.03.

chantageadas, por seus pares, que, reiteradas vezes, veem nelas alvos mais fáceis para a manipulação.

Nesse sentido, Maria Luíza foi colocada nesse local, visto que muitos acreditavam que ela era manipulada, pelo PT, quando, na verdade, tinha certa autonomia, inclusive, para tomar as decisões sem consultar a base partidária. Ou seja, não havia evidências de que ela sofresse influência do partido, o que nos leva à conclusão de que essa inferência ocorria baseada no gênero. Segundo Dantas (2019, p.113): “A desqualificação não é de uma característica política apresentada pelo agente público mulher, mas é algo mais relacionado ao próprio fato de serem mulheres”.

Significa dizer que o fato de ser mulher, na política, pode se tornar um pré-requisito para ser desqualificada ou posta em suspeição, por seus pares. O gênero é um elemento constituidor das relações sociais e, nesse âmbito, não é diferente. Dessa forma, apresenta-se como um dispositivo que engendra relações, entre homens e mulheres, e define o lugar nos espaços de poder, seja no ambiente institucional e/ou em outros locais de fazer política. Além disso, há outras práticas, nessa esfera, que as colocam em segundo plano, por exemplo, a prática personalista, característica comum na política brasileira. Conforme Araújo (2004, p.206): “A característica do personalismo, que tende a marcar a atuação de muitos partidos, conferindo-lhes também uma prática política individualizada e mediada pelo clientelismo, pode ser considerada como um fator que afetaria negativamente as mulheres”.

Ao falar sobre Maria Luíza, analisamos que ela tinha uma forte liderança, na cidade, e era um nome bastante conhecido dos fortalezenses, por isso, não encontrou grandes resistências no PT. Assim sendo, ela trouxe essa característica mais personalista, contudo não foi a regra e, apesar de ter demonstrado força política, durante a campanha, a individualização que a levou ao Paço Municipal não conseguiu manter sua imagem no período da gestão. Outra questão pontuada, pela autora, foi a prática do clientelismo, que poderia afetar as mulheres de maneira negativa. Nessa perspectiva, a prefeita Maria Luíza combateu essa atividade, no decorrer do seu mandato, por compreendê-la como inconcebível no fazer político, entretanto, esse posicionamento contribuiu para conturbar sua administração, tendo em vista a oposição de setores que estavam adaptados a essa prática.

Baseada nisso, a gestora anunciou a exoneração de mais de 05 mil agentes públicos da Prefeitura, ocasionando tumulto entre os membros dos partidos e da oposição, que viram se formar um ambiente de conflito entre os servidores, a gestão municipal e o PT. O anúncio

feito, no início do mandato, não se concretizou, totalmente, e os números de exonerações ocorreram em menor proporção ao longo do mandato. Mas, a fala da gestora foi suficiente para causar mais atritos internos e desconforto entre alguns dirigentes.

Em 1986, Maria Luíza e Américo Barreira não compareceram à plenária Regional do partido, que reconduziu Gilvan Rocha à presidência do PT. Esse motivo foi o bastante para inferir que a prefeita estaria organizando a saída do partido após ser derrotada na pré-convenção. A chapa, apoiada por Maria Luíza, recebeu 18 votos do total de 147, esse resultado pífio era um indicativo de que a gestora perdia espaço, no PT, e não contaria com um representante do seu grupo na direção regional. A circulação da notícia sobre a possível desvinculação dela do partido gerou desconforto entre os filiados e Gilvan Rocha concedeu entrevista para negar a situação.

Essas questões revelavam o cenário no qual a Administração Popular procurava firmar posição em Fortaleza. Havia o desgaste com a oposição, com a Câmara Municipal e dentro do PT. Tudo isso contribuiu para o isolamento de Maria Luíza. Segundo Dantas (2019), a solidão das mulheres, no ambiente institucional, deve-se à ideia de inabilidade política. Ao taxá-las de incompetentes, cria-se uma noção de que não é possível dialogar ou firmar acordos quando as referidas estão nos espaços de poder. Outro ponto é enxergá-las como extensão de membros partidários (homens), que manteriam o poder e a influência sobre elas. Maria Luíza, mesmo recebendo julgamentos, nesse sentido, manteve posicionamentos firmes de crítica ao PT e colocou suas opiniões em evidência.

No final de 1986, em entrevista coletiva publicada pelo jornal *Diário do Nordeste*, a prefeita afirmou que havia sectarismo, em alguns setores do PT, inclusive, citando o nome Gilvan Rocha. Maria responsabilizou membros do partido, pela relação conflituosa com a Câmara dos vereadores, e acusou o presidente regional de buscar minar seu poder dentro do Paço Municipal. Segundo a reportagem:

Exibindo a cópia de um decreto preparado por dirigentes petistas, Maria Luíza afirmou que o segmento partidário liderado pelo presidente da agremiação estava querendo esvaziar o seu poder ao apresentar a minuta de um decreto em que eram concedidos poderes amplos ao vice-prefeito. (*Jornal Diário do Nordeste*, 17 de dez.1986, p.04).

Na coletiva, Maria narrou a situação ocorrida quando ela viajou a Brasília em busca de recursos, com a campanha “Salve Fortaleza”. Nesse momento, Américo Barreira assumiu o Paço Municipal e a tentativa, segundo a prefeita, era expandir a autoridade do vice, mitigando

seu poder à frente da prefeitura. Maria Luíza ressaltou, que estava se afastando do partido, mas não tinha pretensão de romper com o PT e se vincular a outro grupo político. Diante dessas declarações, a direção regional recomendou que os secretários, vinculados ao PT, deixassem seus cargos à disposição da Prefeitura. Gilvan Rocha disse: “em reunião da executiva que o partido ficou surpreso com as declarações da prefeita e a denúncia de sectarismo na agremiação”²¹².

O embate entre a direção e administração de Maria Luíza era algo perceptível para quem acompanhava a dinâmica da prefeita e a sua relação com o PT. Porém, o que era divergência de posicionamentos e formas distintas de fazer política ganhou novos contornos com as trocas de acusações e denúncias feitas por ambos os lados. Afinal, a direção regional considerava o PRO um grupo complexo, que fragmentava o partido dentro da gestão popular. A tensão interna foi agravada com as pressões externas e Maria Luíza tentou conciliar as querelas, mas enfrentou adversidades.

Diante de uma greve dos servidores, em março de 1987, foi preciso recorrer à Polícia Militar para fazer a segurança no Paço Municipal. Maria Luíza negou ter chamado as forças policiais que chegaram ao portão da prefeitura. Os grevistas se exaltaram, quando souberam que a gestora não iria receber quatro representantes, sendo eles: Jaime Alencar da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais (Apeoc), Edmar Viana da Secretaria dos Transportes, César Oliveira da Associação dos Servidores do Município e do Instituto Dr. José Frota e Quintino da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (Suop).

Maria Luíza disse, em entrevista, que se recusou a recebê-los por ter informações de que eles seriam os autores de ameaças contra ela. “Afirmou ainda que os quatro são responsáveis por agressões verbais contra a sua pessoa, ao mesmo tempo que serviram de porta-vozes para ameaçá-la de morte durante a manifestação do ‘Grito das Capitais’”²¹³. A prefeita não deu detalhes sobre o teor das ameaças e das mensagens recebidas, mas afirmou que havia dados concretos que justificaram a atitude de não os receber. Não foi a primeira vez que a gestora denunciou casos de intimidação e ameaças de morte. Durante o processo de cassação, ela já havia feito uma advertência quanto a isso.

A face mais escancarada da violência política de gênero é o assassinato ou feminicídio político, conforme propõe Souza (2020), essa categoria recente, que está sendo debatida, foi proposta para pensar o caso da vereadora Marielle Franco. A autora avalia que o

²¹²Jornal *Diário do Nordeste*, 17 de dez.1986, p.04.

²¹³Jornal *Diário do Nordeste*, 31 de mar.1987, p.12.

conceito busca compreender o que transformou a vivência da vereadora em um corpo matável na política brasileira. Foi a trajetória marcada pela defesa dos Direitos Humanos, o combate ao racismo, à violência de gênero, à experiência interseccional da vereadora, ademais, a carreira política, em ascensão, que caracterizou o crime de feminicídio político.

O crime de feminicídio, tipificado com a Lei nº 13.104/2015, alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 do Código Penal, que prevê esse crime como circunstância qualificadora do homicídio, além disso, altera o art. 1º da Lei nº 8.072/1990, que classifica como crime hediondo. A Lei diz que o crime de feminicídio ocorre: “IV. contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”²¹⁴. O parágrafo 2º, considera ainda: “que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”²¹⁵.

O uso da categoria de feminicídio político contribui para problematizar a violência de gênero, nos espaços de poder, tendo em vista que o crime ocorre como forma de coibir e intimidar sujeitos, que integram a política institucional, os movimentos sociais, dos Direitos Humanos e ativistas, atentando-se para compreender a relação do assassinato com as questões de gênero. Sabemos, que outros marcadores sociais podem somar, tornando interseccional o crime de feminicídio, a saber: raça, classe e sexualidades dissidentes, por exemplo.

As ameaças contra Maria Luíza não se concretizaram, mas se configuraram como uma forma de violência política de gênero, considerando o processo de intimidação e pressão que foi exercido contra a Chefe do Executivo. Ademais, o caso dialoga com as constantes advertências de pedido de cassação e abertura de *impeachment*. Em diálogo com essa situação, houve o “sequestro” do secretário de Educação do Município, Manoel Couto. O titular da pasta foi detido por alguns servidores, no prédio da secretaria, o intuito era pressionar a prefeita Maria Luíza para o pagamento dos salários atrasados.

O secretário recebeu a visita da esposa, de jornalistas e conversou com a Chefe do Executivo, por telefone, além disso, o líder do governo, na Assembleia Legislativa, Ciro Gomes e o arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider integraram a comissão que buscou negociar, com os servidores, a permissão de saída de Manoel Couto. Em entrevista,

²¹⁴BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>

²¹⁵Ibid.

ele afirmou que estava tranquilo e solidário com a causa dos servidores, que estavam com salários atrasados há seis meses. Segundo a matéria: “Ele considera todas vítimas do sistema político-financeiro. Maria Luíza conversou com o secretário pelo telefone e ressaltou que está tentando liberar recursos junto aos bancos. A polícia não foi chamada”²¹⁶.

A pressão sobre a prefeita atingiu vários níveis e a retenção de um dos seus secretários explicita o momento de tensão e de desgaste da gestora frente à sociedade civil, os servidores públicos e a repercussão desses fatos na imprensa. Esse período estava sendo marcado pelo isolamento de Maria Luíza e do seu grupo dentro do PT. Ou seja, havia muitas negociações a serem feitas e a prefeita não estava tão disposta a ceder em relação à oposição ou aos divergentes internos do seu partido.

O acirramento, entre Maria e o partido, continuava e foi evidenciado pela imprensa, que narrou a relação tecendo uma metáfora sobre namorados. A manchete do *Jornal do Brasil* enfatizou: “Relacionamento sempre difícil no namoro com petistas”. A reportagem iniciou dizendo que: “A prefeita Maria Luíza Fontenele e o Partido dos Trabalhadores, em cuja legenda ela se inscreveu em maio de 1985, continuam namorando, mas - como todo casal de namorados - brigam frequentemente”²¹⁷.

A reportagem, feita no caderno de informe especial, fez uma avaliação sobre a Administração Popular de Fortaleza. No texto, foram apresentados elementos que marcaram os dois primeiros anos da gestão petista e a relação de Maria Luíza com alguns militantes do partido. Evidenciamos o uso dos termos namoro²¹⁸/namorando/namorados para pensar a forma como o vínculo foi posto pela imprensa. Maria Luíza era uma mulher divorciada, então, o fato de ela ser apresentada como alguém que namorava o PT pode nos dizer sobre a maneira de representar mulheres nos espaços de poder, haja vista ironias terem acontecido, envolvendo esse fato, no período de campanha eleitoral.

O texto, que fez menção aos embates internos da sigla, poderia ter adotado diferentes posturas, para narrar a situação, mas optou por reproduzir estereótipos e apresentar metáforas que objetivavam incorrer sobre a vida pessoal da prefeita. Os vocábulos suscitam a discussão sobre os modelos operantes, que a imprensa ativa, quando discorre acerca de administrações de mulheres e a relação delas com os partidos e com os espaços de poder. Ademais, a

²¹⁶ *Jornal do Brasil*, 30 de abr.1987, p.05.

²¹⁷ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.13.

²¹⁸ O uso de termos como: namoro, casamento e divórcio foram utilizados em outras reportagens para se referir a homens. Não é exclusividade das mulheres na política. Mas, o uso informal e que denota intimidade contribui para mesclar a relação público x privado.

reportagem destacou os conflitos internos do PT, que eram conhecidos por boa parte da população que acompanhava a Administração Popular.

O primeiro realce consistiu em demonstrar que Maria Luíza se incomodou com a rotulação do uso “Prefeita do PT”, adotado por militantes partidários, a gestora afirmou, na reportagem, que era “Prefeita de Fortaleza”²¹⁹. Os conflitos, evidenciados pela matéria, consistiram na fragmentação de grupos, dentro do partido, que ocasionou desacordos e divergências em várias tomadas de decisão. Maria disse que desagradou a setores do PT, mas não iria recuar da sua posição, ainda, foi cogitada uma possível renúncia, no momento crítico da administração, em 1986. A prefeita, entretanto, descartou a possibilidade:

Essa ideia não perdurou mais do que alguns minutos na mente da assessoria de Maria Luíza, que a rechaçou: “Não sou de renunciar aos desafios”, proclamou, dando um “murro na mesa” e partindo para decisões que radicalmente modificaram não só seu relacionamento com os petistas, mas a sua própria performance administrativa, que melhorou. (*Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.13).

O jornal destacou a postura enérgica de Maria Luíza, que teria dado “um murro na mesa” ao tomar a decisão de não renunciar e com isso teria tido uma guinada em sua administração, que apresentou índices positivos no último ano de governo. O texto falou de decisões radicais ao se referir às mudanças propostas. A palavra: radical fez parte de várias reportagens escritas sobre Maria Luíza. A matéria tornou a enfatizar a questão do “murro na mesa”, quando apontou que: “com o ‘murro na mesa’, a prefeita e seus assessores corrigiram o rumo político da administração e mantiveram a direção ideológica, que não abre mão da participação popular no esforço de governar a cidade e, mais ainda, de incentivar esse processo participativo”²²⁰.

A narrativa sugeria que Maria Luíza teria decidido ter um posicionamento mais firme e, conseqüentemente, mudanças positivas estariam ocorrendo, proporcionando maior participação da sociedade civil depois de a prefeita se afastar de posições colocadas pela Direção do PT. A guinada, feita pela gestora, estaria associada ao “murro” que representaria um posicionamento com liderança e altivez da Chefe do Executivo. Mesmo ressaltando as divergências internas, a reportagem frisou que “o namoro difícil de Maria Luíza com o PT perdura hoje, porém sem os radicalismos”²²¹, a relação conflituosa havia ganhado um tom mais ameno, no início de 1988, mas isso não significou que os conflitos haviam cessado.

²¹⁹ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.13.

²²⁰ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.13.

²²¹ *Jornal do Brasil*, 30 de jan.1988, p.13.

A reação às declarações de Maria Luíza, ao *Jornal do Brasil*, veio por parte do presidente regional do partido e líder da Assembleia Legislativa. O deputado estadual, João Alfredo, rebateu as acusações da gestora de que o PT estaria prejudicando a administração. O dirigente partidário disse que: “essas críticas são injustas, inoportunas e descabidas. Não condizem com a atual realidade do relacionamento entre o partido e a administração popular”²²². João Alfredo enfatizou que a relação havia melhorado, pois o ano mais conturbado da gestão tinha sido o primeiro, mas que a situação seguia melhor, por isso, não achou razoáveis as críticas que foram feitas pela prefeita.

O impasse interno persistiu, apesar de os envolvidos, na situação, afirmarem a posição de que todos permaneceriam, no PT, e que as desavenças não eram motivos para que fosse cogitada uma saída ou transferência para outro partido. O debate, dentro do PT, estava voltado para pensar a sucessão de Maria Luíza e ampliar a votação, em outros municípios do estado, buscando novos filiados e expandir a base partidária. A Direção Regional havia se reunido, em janeiro de 1988, para debater as táticas eleitorais que seriam utilizadas nas campanhas municipais. O jornal *O Povo* destacou a reunião:

O presidente do partido acha necessário que haja um engajamento de todos os que compõem a sigla para o êxito na próxima disputa eleitoral, no final do ano. “Tudo dependerá, ainda, da conjuntura nacional. Hoje os partidos da burguesia PFL, PMDB e PDS, estão altamente desgastados perante a opinião pública. Caberá ao PT, que é uma agremiação de raízes populares, ocupar os espaços que por direito já nos pertence”, disse o presidente petista. (Jornal *O Povo*, 24 de jan.1988, p.02).

O PT tinha a pretensão política de fazer a sucessão de Maria Luíza, apesar do resultado aquém para governo do estado. A sigla estava entusiasmada com a melhora da administração e dos serviços básicos. Diante disso, o partido buscou encontrar consenso na indicação de nomes que pudessem disputar as eleições em 1988. João Alfredo, um dos cotados para concorrer, disse que a legenda iria abrir uma consulta interna para que os militantes pudessem escolher, entre eles: Mário Mamede, diretor do Hospital Instituto José Frota, Dalton Rosado, Secretário de Finanças e o do presidente regional do partido, João Alfredo.

A consulta seria feita através dos núcleos de base e diretórios zonais. Mas, segundo João Alfredo, outros nomes poderiam ser colocados em debate, desde que fossem mantidos a unidade do partido, na decisão de escolha do representante, e o apoio durante a campanha.

²²²*Jornal do Brasil*, 05 de fev.1988, p.04.

Essa auscultação iria abranger a indicação para vereança. Entretanto, o nome do presidente regional despontava como o favorito, principalmente, pela Direção do partido.

Mas, entre os destaques, havia Dalton Rosado, o candidato da prefeita Maria Luíza. O Secretário de Finanças era um amigo dela e acompanhava seu grupo há alguns anos. Ele figurava como o nome mais próximo da gestora e o de sua preferência. Nesse sentido, a disputa, dentro do PT, seria para medir as forças internas em relação aos seus respectivos candidatos. A Direção Regional não descartou uma frente progressista, para as eleições municipais, visando derrotar os concorrentes do PFL, PMDB e PDS, mas o debate estava mais voltado à candidatura própria, ao menos era o defendido por Dalton Rosa, que afirmou que a prefeitura precisava de alguém que desse continuidade à gestão de Maria Luíza.

A escolha do nome, que iria concorrer à Prefeitura, passava pela decisão dos delegados na Pré-Convenção do partido. O exercício permitiria que, em maio de 1988, fosse decidido qual seria o candidato do PT. Entretanto, a reunião foi marcada por tumulto, que se iniciou depois que cerca de 1000 militantes do PRO foram impedidos de se filiarem ao PT na semana anterior. Os membros acusavam o partido de boicote à Maria Luíza por impedir as filiações. O PT justificou que as inscrições não se processavam em conformidade com o rito do partido. Assim, durante o evento, vários membros, insatisfeitos com a negativa da filiação, chegaram ao Teatro São José gritando palavras de ordem e empunhando cartazes com o nome de Dalton Rosado. De acordo com a reportagem do *Diário do Nordeste*:

O grupo era formado por cerca de 80 pessoas. Nos demais zonais também houve incidentes. [...] O presidente interino do Diretório Regional do PT, José Nobre Guimarães, foi uma das vítimas da agressão. Teve sua pasta surrupiada pelos invasores, enquanto o presidente do Segundo Zonal, Durval Aires, foi espancado e todo o material da pré-convenção, crachás, listas de filiações, foram destruídos. A pré-convenção foi suspensa em face do tumulto. (Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de abr.1988, p.03).

A confusão evidenciou o tamanho da crise que cercava o PT e o “Grupo da Maria” e demonstrou que não seria fácil chegar a um acordo em relação à indicação do nome. Os integrantes do PRO, responsáveis por iniciar os desentendimentos, alegaram que foi arbitrária a decisão da Direção de impugnar as filiações. Caso tivesse sido aceito, o grupo de Maria Luíza teria o número necessário para eleger os delegados que iriam decidir o nome do candidato na Convenção do PT. Procurada, pela reportagem, a prefeita não falou sobre as agressões físicas que ocorreram, mas ressaltou que:

[...] “é muita coincidência a Executiva ter impugnado 905 filiações partidárias pelas mesmas razões”. Ou seja, de que elas pretensamente seriam para votar em Dalton Rosado na convenção. Mostrou a prefeita que já havia alertado a Executiva Regional, mostrando ser um contra-senso fazer a convenção sem uma solução para o problema. Afirmou ainda a prefeita que o povo está cansado de arbitrariedade e os incidentes se registraram motivado pela não aceitação das filiações sem uma justificativa mais convincente. (Jornal *Diário do Nordeste*, 25 de abr.1988, p.03).

A prefeita mostrou descontentamento com a decisão da Executiva, em relação aos membros do PRO, e não chegou a fazer o credenciamento, no evento, juntou-se a ela o candidato Dalton Rosado. Diante do tumulto, eles não se manifestaram no Teatro. Apenas à noite, a gestora se pronunciou e buscou explicar as razões que motivaram o episódio. Apesar do desgaste, o PT anunciou que resolveria os conflitos internamente. O partido não queria entrar em confronto com Maria Luíza, considerada a principal cabo eleitoral para as eleições.

Entretanto, a situação se arrastava para um caminho tumultuado e acirrou-se com o lançamento de Dalton Rosado. Maria resolveu lançar a candidatura dele e desagradou os militantes do partido, que esperavam uma decisão final para decidir sobre o nome que iria concorrer. A prefeita justificou que se tratava da melhor opção que existia, no partido, para sua sucessão²²³. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil*: “agora são dois candidatos que já estão na rua, procurando ampliar suas bases eleitorais”²²⁴. A matéria fazia referência ao candidato da prefeita e ao delegado da Polícia Federal, Renato Torrano, que disputava pelo PL.

A decisão de lançar Dalton, sem consultar o PT, e esperar pela decisão da Convenção do partido causou desconforto entre os membros da Direção Regional, que não receberam positivamente a deliberação da prefeita. Maria Luíza havia afirmado que não abriria mão da escolha de seu Secretário de Finanças e fazia isso respaldada, nos votos recebidos, nas eleições de 1985, destacou, que esperava que a sigla decidisse pelo nome de Dalton Rosado²²⁵. Mas, esse não era consenso, entre os militantes do partido, por sua ligação com o PRO e alguns não enxergavam nele uma aproximação com as pautas partidárias. Depois do pronunciamento da prefeita, aconteceram as impugnações das filiações de membros dessa sigla e o tumulto na Pré-Convenção.

Diante da repercussão do caso e de tanto desgaste, a Direção Regional resolveu expulsar Maria Luíza, Jorge Paiva, Rosa da Fonseca e mais 18 militantes do PRO. A decisão

²²³ *Jornal do Brasil*, 27 de mar.1988, p.02.

²²⁴ *Ibid.*

²²⁵ *Jornal do Brasil*, 04 de abr.1988, p.02.

foi tomada, pela Executiva Regional, após o episódio ocorrido na Pré-Convenção. Mesmo o partido tendo demonstrado que a prefeita permaneceria vinculada ao PT, a Executiva retrocedeu e decidiu pela expulsão. A deliberação foi tomada, após o acontecimento, mas envolveram um acúmulo de desgaste que vinham ocorrendo entre o PT e o grupo de Maria Luíza. Segundo a reportagem do jornal *Diário do Nordeste*:

A decisão foi tomada a partir dos incidentes verificados domingo último, quando o grupo da prefeita, através de violência física, impediu a realização das pré-convenções zonais. Na oportunidade foi lida nota oficial do PT em que são assacadas graves denúncias contra Maria Luíza. A prefeita vai recorrer da decisão para o diretório nacional, segundo declarou no final da tarde de ontem.

Embora a prefeita pudesse recorrer da decisão, na Direção Nacional, o cenário não era favorável para que a decisão fosse retificada. A chegada do Secretário Nacional do PT, à época, José Dirceu, mostrou-se como um indicativo da indisposição que havia entre o partido e o grupo do PRO ligado à gestão da prefeita.

José Dirceu admitiu que havia chamado a atenção de Maria Luíza sobre os acontecimentos, mais recentes, alegando a “situação insustentável”²²⁶ entre a prefeitura e os membros do PT. Entretanto, com a decisão do lançamento de Dalton e a interrupção da Pré-Convenção, a prefeita mostrou que não iria seguir as orientações do partido, mantendo o posicionamento de outrora. Em nota publicada, o PT disse que:

Manifestamos, de forma veemente, que o Partido dos Trabalhadores não convive com atos de vandalismo e banditismo criminoso, presenciados ontem, nas pré-convenções zonais. O espancamento de dirigentes do partido, o furto e destruição dos livros-atas e listas de credenciamento, a detração pública do partido e de suas principais lideranças, não podem ser explicadas pela revolta espontânea de pessoas descontentes com as atitudes da direção partidária, como querem alguns. Trata-se da expressão concreta do desvario e irresponsabilidade de um agrupamento político, caracterizado pela prática eleitoreira, messiânica, populista e demagógica, que não hesita em usar dos mais inescrupulosos artifícios para alcançar seus objetivos particulares²²⁷.

A nota, feita pela Executiva Regional, demonstrava que não existia predisposição em reverter o quadro de expulsões proposto pela sigla. Além disso, ressaltou os atos ocorridos de violência e a postura de alguns membros que realizaram acusações contra o PT. Destacou a irresponsabilidade dos integrantes do PRO e acusou de prática eleitoreira, fazendo uma referência ao processo de filiação, visto que o diretório recebeu denúncias que casas e empregos haviam sido prometidos, em troca da vinculação ao partido, o que não ficou

²²⁶ *Jornal do Brasil*, 26 de abr.1988, p.03.

²²⁷ *Jornal Diário do Nordeste*, 26 de abr.1988, p.03.

comprovado. O texto enfatizou que os objetivos pretendidos eram particulares, uma crítica à autonomia que o grupo de Maria Luíza tinha em relação ao PT e às decisões partidárias. O informe prosseguiu tecendo duras críticas:

Concluimos que, não é mais possível a manutenção, nos quadros do Partido dos Trabalhadores, de pessoas ou grupos de comportamento claramente antipartidários. A conduta autoritária e antidemocrática dos que não sabem conviver com as diferenças, utilizando-se repetidamente de ameaças, da retaliação, da difamação e agora da violência física, como métodos para impor sobre a maioria, os interesses de uma minoria sectária, não nos deixa nenhuma alternativa a não ser o repúdio a este comportamento e o desligamento de todos os direta e indiretamente envolvidos.²²⁸

O texto com trechos publicados, na imprensa, não deixava margem quanto à decisão da Executiva Regional pela expulsão de Maria Luíza e de outros membros. Ademais, semelhante ao que ocorreu, durante toda a gestão, a Executiva do PT usou termos como autoritarismo e sectarismo, para caracterizar as ações do grupo, apontando o caráter antipartidário que teria sido evidenciado pelas atitudes na Pré-Convenção. A nota ressaltou que havia encaminhado o pedido voluntário de desligamento do partido, o que não foi aceito, pelos membros, culminando nas expulsões.

O Secretário-geral do PT, no Ceará, Ilário Marques, disse que a decisão dos votos da Executiva foi unânime e que acreditava que a Direção Regional iria acatar. O Vice-Prefeito acompanhou de perto a decisão do partido e, ao final, disse ao jornal *Diário do Nordeste* que se considerava “tão feliz quanto um doente gangrenado tivesse se livrado da dor, apesar de perder uma das pernas”²²⁹. A declaração de Américo Barreira era mais um indicativo do quão insustentável estava a relação entre o PT e os integrantes do PRO que negaram a vinculação com o partido clandestino no processo da expulsão. Segundo o *Jornal do Brasil*:

Os assessores não admitem, porém, qualquer ligação com o PRO. O secretário de finanças, Dalton Rosado, candidato de Maria Luíza à sua sucessão, é dos que negam qualquer vinculação com o partido. O principal assessor político da prefeita, Jorge Paiva, é outro que não assume sua condição de chefe do PRO no Ceará. Nem de mentor ideológico do grupo que procura estruturar o partido no estado. Mas, de acordo com ele, o PT precisa mudar de atitude para chegar mais perto do povo²³⁰.

Apesar das negativas, a bibliografia consultada, nesta pesquisa, aponta a relação do chamado “Grupo da Maria” com o Partido Revolucionário Operário. Autores como Souza (2004); Calixto (2002); Carvalho (1999) destacam a atuação do PRO na Administração

²²⁸Jornal *Diário do Nordeste*, 26 de abr.1988, p.03.

²²⁹Jornal *Diário do Nordeste*, 26 de abr.1988, p.03

²³⁰*Jornal do Brasil*, 26 de abr.1988, p.03.

Popular de Fortaleza. Assim, negar poderia ser uma tentativa de se descolar da atuação dos membros que realizaram a confusão na Pré-Convenção partidária. Outra hipótese é a de que o partido era clandestino, então, assumir a militância, poderia trazer problemas para os integrantes, os quais discordaram da decisão de expulsão, que estava baseada, na relação com o PRO. São algumas inferências que fazemos, buscando compreender as possibilidades da negativa de pessoas tão próximas à Maria Luíza e que eram apresentadas como militantes e responsáveis pela articulação do partido clandestino.

O desligamento do partido culminou com a entrega de 11 cargos que estavam vinculados a militantes petistas ou ligados ao PT. A decisão consistiu na incompatibilidade de manter relações depois do parecer da Executiva Regional. As funções abarcavam Secretarias, Superintendências e Órgãos do Município. Mário Mamede e José Nobre Guimarães foram alguns dos renunciantes. O pedido de exoneração coletivo criou outro problema, para Maria Luíza, pois não havia quem nomear para os cargos vagos, dessa forma, a prefeita teve que buscar soluções e indicar novos servidores com urgência.

Diante da expulsão, alguns vereadores da Câmara Municipal prestaram solidariedade aos militantes petistas e parabenizaram a atitude da Executiva Regional. Raimundo da Matta (PMDB) disse que: “o PT expulsou o que havia de mais danoso não só no partido, mas a toda sociedade fortalezense”²³¹. A fala do vereador ressaltou a noção de que o grupo de Maria Luíza representava uma gestão desastrosa, esse tipo de discurso acompanhou a administração da prefeita.

Entretanto, várias críticas estavam atreladas ao fato de Maria Luíza pertencer aos quadros do PT. Vereadores, inclusive, sugeriram, por vezes, que a gestora abandonasse o partido, porque conseguiria administrar melhor. Todavia, com a repercussão da expulsão, diante dos acontecimentos de violência no evento do partido, alguns edis mudaram suas falas.

O desligamento de Maria Luíza seria analisado pela Executiva Nacional. Ademais, ela havia entrado com recurso para reverter a situação, mas o contexto demonstrava que era, apenas, uma questão de rito. Em Brasília, a fala rápida e direta do presidente nacional do PT, Olívio Dutra, sepultou a probabilidade de reversão, ao afirmar que o que havia ocorrido, durante a Pré-Convenção, foi “a gota d’água”. A narrativa sugeriu que várias ações da prefeita vinham sendo monitoradas e vistas de maneira negativa pelo PT. O presidente da legenda

²³¹Jornal *Diário do Nordeste*, 27 de abr.1988, p.03.

complementou dizendo que o partido: “sempre procurou prestigiar Maria Luíza, mas não houve correspondência da parte dela em relação às instâncias regional e local”²³².

O exposto, feito por Olívio Dutra, reforçou a ideia de que o PT se ressentia por Maria Luíza não destacar o partido, em sua administração, algo que tinha sido pontuado por outros militantes. Esse incômodo foi registrado, em alguns momentos, como: a troca de secretários, a fala do vice-prefeito e de José Guimarães. O que faltava saber era o impacto dessa ruptura no cenário político cearense e nas trajetórias do PT e de Maria Luíza.

O *Jornal do Brasil* destacou, no final de abril de 1988, que a referida continuava forte, mesmo após a expulsão do PT. O periódico ressaltou que a administração da prefeita caminhava para bons rumos, apesar das adversidades, e que a opinião pública reconhecia os ganhos que aconteciam com a implementação de mudanças positivas na administração. Além disso, a matéria enfatizou que Maria Luíza contava com o apoio popular, mesmo com a saída do partido, o que colaborou para manter uma base política eleitoral. De acordo com o texto:

O antigo provérbio “há males que vem para o bem” parece servir, hoje, na medida para descrever parte dos sentimentos que se verificam na prefeitura de Fortaleza. Ao, involuntariamente, se ver expulsa do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o grupo mais próximo que a acompanha e participa da administração municipal, a prefeita Maria Luíza, em contrapartida, pode ter certeza de que a viga mestra de seu trabalho está perfeitamente erigida. (*Jornal do Brasil*, 30 de abr.1988, p.14).

O destaque, dado à manutenção da administração, trouxe como benéfico o desligamento do partido ao utilizar o provérbio para se referir à ruptura entre Maria Luíza e o PT. O jornal apontou que o “divórcio abre caminhos a propostas mais afinadas”²³³, semelhante ao termo “namoro”, que havia sido usado, pelo jornal, para se referir à relação de Maria Luíza com o PT, após a expulsão, foi o vocábulo divórcio que ganhou realce. A maneira como o periódico utilizou os termos, para referenciar a ligação de Maria Luíza com o PT, sugere uma intimidade, um relacionamento, no campo afetivo e privado, porque se associou a um vínculo amoroso. A matéria trouxe, mais uma vez, as mulheres, que estão na política, para um espaço informal, privado e dotado de estereótipos. A reportagem iniciou, afirmando que:

Afinal o divórcio aconteceu: o Partido dos Trabalhadores, por decisão de sua Comissão Executiva Estadual Cearense, expulsou de seus quadros a prefeita Maria Luíza Fontenele [...] Esta tumultuada história de um amor que jamais existiu entre a carismática Maria Luíza e a legenda petista chega a um final há muito tempo

²³²Jornal *Diário do Nordeste*, 28 de abr.1988, p.03.

²³³*Jornal do Brasil*, 30 de abr.1988, p.15.

imaginado pelos que acompanham os passos do PT no Ceará. (*Jornal do Brasil*, 30 de abr.1988, p.15).

A narrativa sugere um romance entre a prefeita e a sigla, sendo uma história de um amor que não deu certo, culminando na separação. A comparação metafórica aborda com caráter de intimidade a relação política, entre ambos, destituindo o valor institucional que há nos espaços de poder e nos vínculos entre partidos e militantes. Maria Luíza, novamente, ganhou o rótulo de separada, foi mais um divórcio associado à sua trajetória política. Mesmo destacando a força da gestora, após o rompimento, o jornal abordou a situação do período com termos da vida privada.

A conturbada saída do PT mostrou para a gestora que sua força eleitoral permanecia e poderia contribuir para promover o nome escolhido para sucessão. O que precisava ser feito era encontrar uma legenda política para se filiar e, assim, engajar a campanha para as eleições de 1988. A prefeita já havia sido procurada, por alguns partidos antes da expulsão do PT, mas, com a efetivação do rompimento, tornava-se mais concreta a possibilidade de firmar acordos com outras siglas.

Maria Luíza se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e teve seu nome cotado, pela legenda, para as eleições presidenciais, o que não aconteceu. Entretanto, enfrentou atritos, na sigla, ao apoiar a candidatura de Dalton Rosado, pelo Partido Humanista (PH), no pleito municipal. A prefeita foi acusada de infidelidade partidária, segundo Bezerra (2007). Mas, permaneceu na legenda, saindo candidata à deputada federal e sendo eleita em 1990.

O foco, após a filiação, era dar continuidade ao “Plano de Nove Meses”, uma alusão ao tempo que restava de mandato e que Maria Luíza buscou pôr em prática várias ações que promoveram desenvolvimento e melhoria em diferentes setores da cidade. Concomitante à administração, a prefeita aderiu à campanha eleitoral de Dalton Rosado e tornou-se a principal aliada na tentativa de fazer a sucessão da Administração Popular. O candidato do PH foi taxado de radical e sectário, sendo associado ao PRO. Dalton buscou se descolar desses estereótipos para angariar votos e dar continuidade ao projeto de gestão popular.

A campanha, pela cidade, contou com a presença da prefeita, em diversas ocasiões, e Dalton Rosado a acompanhou em inaugurações e entregas de obras. Porém, a tarefa do candidato não era fácil, os concorrentes Ciro Gomes (PMDB), apoiado pelo governador do estado, Tasso Jereissati e Edson Silva (PDT), que apareceu em segundo lugar, despontou como uma boa surpresa para a legenda brizolista. Ao final do pleito eleitoral, Ciro Gomes foi

eleito prefeito de Fortaleza em 1988. Com isso, Maria Luíza iniciava o governo de transição, que encerraria a Administração Popular.

Ao fazer um balanço final de sua gestão, a prefeita afirmou ao jornal *O Povo*²³⁴, que encerrava a administração sem ser corrupta e com altivez. A gestora ressaltou o apoio popular que recebeu, ao longo dos três anos de mandato, e agradeceu o carinho e a confiança dos eleitores. Contudo, os últimos meses continuaram cercados por conflitos e desacordos. Maria Luíza decretou estado de calamidade pública, no município, na última semana de dezembro, após um impasse com o Banco do Brasil pela liberação de recursos. Instituiu o ponto facultativo de 18 a 31 de dezembro de 1988 em todos os órgãos do município.

A gestora justificou o decreto pela falta de recursos, para pagamento dos servidores, então, não haveria como manter os órgãos municipais funcionando. No dia 30 de dezembro, a prefeitura estava vazia, Maria Luíza não despachava de seu gabinete há mais de uma semana. O cenário reforçou críticas parlamentares, por exemplo, Marcos Cals (PDS) declarou que Maria entrava na história como “o pior prefeito de Fortaleza”²³⁵. O uso dos termos no masculino foi preservado, porque estava dessa forma na apresentação da reportagem. Não ficou explícito se a utilização dos artigos no masculino foi a reprodução da fala do deputado ou a escolha do periódico.

Todavia, não tinha sido a primeira vez, já que as próprias notas de gabinetes, que eram emitidas pela prefeitura, adotavam o termo “Gabinete do Prefeito”, uma opção política em manter termos no masculino ou que assumem uma pretensa neutralidade²³⁶ na gramática. A masculinização da política foi evidenciada nos termos, discursos contrários à prefeita e comparações que tinham como referências os homens.

A comparação, com outras mulheres, surgiu para tecer críticas. Isso ocorreu quando o resultado das eleições confirmou a vitória de Luíza Erundina, para a prefeitura de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores. Pelo menos, duas charges, elaboradas por Sinfrônio²³⁷, para o jornal *O Povo*, destacaram as prefeitas, buscando fazer aproximações vistas de forma negativa. As imagens, utilizando-se da linguagem irônica e satírica, fizeram críticas à gestão petista, tendo a prefeita de Fortaleza como referência e apontando a futura administração de

²³⁴Jornal *O Povo*, 15 de nov.1988, p.14.

²³⁵Jornal *Diário do Nordeste*, 24 de dez.1988, p.03.

²³⁶[...] “quando se pretende o neutro, se utiliza o masculino. A pretensa neutralidade, portanto, tem gênero: o masculino” [...]. (VENSON, A. M; PEDRO, J. M. 2012, p.126).

²³⁷Sinfrônio de Sousa Lima Neto foi chargista do jornal *O Povo* de 1975 a 1991. Depois desse período, transferiu-se para o jornal *Diário do Nordeste*.

São Paulo como a possibilidade de se ver repetidos os mesmos erros da capital cearense. Mas, a capital paulista não foi a única cidade que o PT elegeu prefeitos, porém as comparações negativas ficaram restritas às mulheres que representavam o partido.

Imagem 4.



Jornal *O Povo*, 14/11/1988, p.06.

Imagem 5.



Jornal *O Povo*, 18/11/1988, p.06.

As charges destacaram vocábulos, como: prefeita, PT, no intento de sugerir aproximações entre as duas gestoras. Sinfrônio enfatizou o nome Luíza e características de idade, região, partido político e militância. A ironia destacou o papel da imprensa na apresentação das mulheres nos espaços de poder. Estava sendo enunciada uma possível “tragédia” que atingiria São Paulo, tendo em vista as semelhanças que cercavam Maria Luíza

e Luíza Erundina. O uso das frases, nas imagens, teve o papel de destacar o enunciado, tanto que os termos citados estavam realçados e acentuavam o gênero e o partido político das candidatas eleitas.

Esses são alguns exemplos que demonstram a linha tênue na maneira como as mulheres são apresentadas, nos espaços públicos, o teor satírico do gênero textual não está desvinculado do contexto político, social e histórico e, por vezes, reforça estereótipos que contribuem para a manutenção do *status quo* masculino na política institucional.

O encerramento da Administração Popular de Fortaleza foi cercado de desafios até o último dia, apesar do decreto de ponto facultativo, Maria Luíza enfrentou manifestações de servidores, que reivindicaram salários atrasados e o pagamento do décimo terceiro salário. Os funcionários, ligados ao Instituto José Frota (IJF), realizaram um protesto em que simularam, a partir de um boneco com as características de Maria Luíza, o enforcamento e atearam fogo, os servidores empunhavam cartazes, que denunciavam o caos no hospital e exigiam que a gestora voltasse ao Paço Municipal.

A utilização de fantoches para representar personalidades políticas não é algo restrito às mulheres que estão nos espaços de poder, mas essa ação demonstrou o grau de violência que cerca o ambiente político, sendo naturalizada, muitas vezes. Maria Luíza já havia relatado ameaças, portanto, o uso do boneco representando a gestora enforcada, em chamadas, evidencia o teor psicológico, simbólico/semiótico da violência. Esse protesto ocorreu, em 31 de dezembro de 1988, no último dia da gestão APF, e demarcou o caráter da administração, ao longo de três anos, marcada por erros, acertos e pela violência política de gênero. Mesmo diante desses acontecimentos, Maria foi eleita deputada federal pelo PSB, em 1990, comprovando a força eleitoral que mantinha apesar das violências.

6. CONCLUSÃO

No decorrer dessa pesquisa, compreendemos a categoria violência política de gênero, a partir da gestão de Maria Luíza Fontenele, na Prefeitura de Fortaleza-CE, entre os anos de 1985-1988. Discorremos acerca do conceito, entendendo sua historicidade e a complexidade que cerca esse fenômeno na política nacional e internacional, tendo por base experiência de Maria Luíza. Nesse sentido, traçamos paralelos com outras administrações de mulheres para entender o que caracteriza a violência política de gênero e quais são os riscos dela para as democracias, quando essa prática torna-se comum no ambiente institucional.

A violência política de gênero surgiu para explicar diferentes acontecimentos que vitimaram e continuam prejudicando mulheres no espaço público e político. A partir dos anos 1990, tornou-se uma categoria de análise e as primeiras pesquisas sugeriram uma problematização desses eventos sob a luz dos estudos de violência e de gênero. Com o advento de Congressos, Conferências e diferentes movimentos sociais, fossem eles: feministas, de mulheres e outros, as discussões sobre a participação feminina, na política institucional, ganharam fôlego e passaram a integrar diferentes agendas desses grupos.

Mas, antes de ser formulada enquanto conceito, o debate em relação à participação e à democracia paritária já era colocado por diferentes mulheres ao redor do globo. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, realizada em 1979, abordou o combate à discriminação e à luta por igualdade de gênero, mesmo não discorrendo de maneira mais específica sobre a violência na política, ainda assim, esse evento foi um marco para o debate de gênero e a participação de mulheres no espaço público. A Convenção inaugurou discussões acerca de legislações mais efetivas de combate às violências e a qualquer tipo de discriminação contra as mulheres.

A Declaração de Atenas, em 1992, posteriormente, a Convenção de Belém do Pará, em 1994, a Convenção de Pequim, em 1995, o Consenso de Quito, em 2007, e a Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na vida política, em 2017, também, foram acontecimentos que colaboraram para elaboração de tratados e normativas, que visaram contribuir com a ampliação da participação de mulheres nos espaços públicos e de poder e no combate às diferentes formas de violências.

Ao discorrer sobre o percurso legislativo, demonstramos os avanços, ao longo das últimas décadas, e as possibilidades que surgiram a partir do direito legal. Sabemos que as

legislações não dão conta de todas as minúcias que cercam a categoria de violência política de gênero, mas elas se apresentam como um dispositivo que auxilia na prevenção e combate a casos de assédio, violência patrimonial, física, psicológica, simbólica e feminicídio.

Ao mesmo tempo, compreender esses avanços, nas leis, em diferentes países, principalmente, na América Latina e Caribe, ajudou a entender a historicidade da categoria, que foi formulada para tentar descrever as experiências de mulheres vítimas de violência na política institucional. Ao pensar historicamente uma categoria de análise, buscamos entender seu processo de formação e as mudanças que acontecem, ao longo do tempo, inclusive de ordem semântica. Os significados vão sendo moldados e podem ganhar novos aspectos à medida que outros elementos vão sendo incorporados ao conceito.

A partir de Koselleck (2020), com *História dos Conceitos*, entendemos os processos que envolvem conceitualizar e conceber significados, a partir da linguagem, tendo as experiências como elemento central, afinal, segundo o autor, os conceitos são criados com o intuito de trazer para a linguagem os sentidos das experiências. Historicizar a categoria integrou esse aspecto, que, também, observou o tempo/espço, compreendendo que um conceito é datado, portanto, tem temporalidade e espacialidade. Ao mesmo tempo, essa datação não é completamente fixa, o que nos permitiu utilizar a categoria, que foi formulada nos anos 1990, para compreender um acontecimento da década de 1980, sem incorrer em anacronismo, visto que Koselleck (2012) já discutiu sobre essas questões, a partir dele, justificamos o uso do conceito ao longo do texto.

As experiências de Maria Luíza Fontenele, à frente da Prefeitura de Fortaleza, permitiu-nos compreender que as características que compõem o entendimento de violência política de gênero eram operacionalizadas antes da criação da categoria. Portanto, analisamos e discorremos sobre fatos que configuraram violência política de gênero na gestão da ex-prefeita. A Administração Popular de Fortaleza foi marcada por embates, por várias razões, afinal, era um momento de redemocratização política, o retorno às eleições diretas, nas capitais dos estados e territórios, e a vitória de Maria Luíza significou a chegada de uma mulher e de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, ao poder.

Em decorrência dessa conjuntura, em qualquer cenário, a gestão seria difícil, mas tal contexto foi agravado devido ao fato de que Fortaleza vivenciava uma forte crise econômica, com greves de servidores, salários atrasados e dívida pública, assim, as críticas já eram esperadas, posto que integram o jogo político. Porém, quando as queixas têm o gênero como

elemento central de partida, precisamos esmiuçar essa especificidade no cenário político. A administração de Maria Luíza foi marcada por falas e reportagens que buscavam classificá-la como desastrosa. Mesmo diante de acertos, a prefeita precisou lidar com as críticas e com os casos de violência política, porque os espaços de poder, ainda, são um ambiente masculinizado.

Por vezes, a inexperiência de Maria Luíza, no poder executivo, foi alvo de ataques por parte da oposição, mas também, por seus colegas partidários. A face da violência política de gênero nos mostrou que qualquer mulher, em espaços de poder, está sujeita a ataques, ameaças, coações e constrangimentos, não sendo exclusividade do campo político da esquerda ou da direita. Ser mulher, no ambiente institucional, é uma prerrogativa que pode acarretar em violências, visto que a política é espaço gendrado e, como tal, reflete as relações de gênero que permeiam a sociedade civil. Não à toa, acompanhamos casos frequentes de denúncias de assédios, ameaças e/ou algum tipo de postura coercitiva, que buscam afastar as mulheres desse ambiente, relegando-as ao campo privado.

Nesse sentido, a relação público *versus* privado foi marcante na compreensão da categoria, tendo por base a ideia de que mulheres, historicamente, foram/são associadas ao ambiente doméstico, que está relacionado às emoções e afetos, já os homens estão vinculados ao espaço público e à razão, sendo os mais aptos ao fazer político. Essa discussão foi evidenciada com o intuito de compreender os estereótipos que cercam as relações de gênero e a atuação das mulheres nos espaços de poder, por vezes, marcada pela reprodução de preconceitos e discriminações.

Assim, a gestão de Maria Luíza não foi diferente, a ex-prefeita precisou lidar com falas que diziam respeito à sua vida pessoal, hábitos e rotinas que integravam o ambiente privado, que foram evidenciados, durante a campanha e a administração, com o intuito de desvalorizar sua candidatura e eleição, além de promover tensões baseadas no seu comportamento pessoal, visto de maneira pejorativa, por muitos que teceram as críticas, afinal, Maria era uma mulher divorciada, que teve os términos de relacionamentos expostos na tentativa de menosprezar sua atuação política. Nesse aspecto, a vida privada torna-se um fator primário para a avaliação e validação de mulheres na política. Entretanto, subestimando todas as pesquisas eleitorais e crenças partidárias, Maria derrotou seus adversários com uma campanha marcada pelo uso do *marketing* político, que inaugurou novas formas de propaganda eleitoral e sintetizou sua campanha.

Os usos do gênero foram marcantes, nesse contexto, diversas vezes, a candidata recorreu a essa estratégia como forma de angariar votos e a confiança de eleitores indecisos. A equipe de Maria Luíza valeu-se dos usos da maternidade e da estética da candidata para apresentá-la de forma afável, trazendo elementos, como: cuidado, afeto e honestidade, enquanto características femininas que iriam contribuir para a gestão de Fortaleza. Os usos do gênero foram pertinentes, em diferentes momentos de atuação dos movimentos de mulheres, como foi o caso do Movimento Feminino pela Anistia e pelo próprio feminismo na década de 1970. Mas, levantamos o questionamento quanto ao seu uso em campanhas políticas, que buscam eleger mulheres para os espaços de poder, problematizando seus limites e implicações no reforço de estereótipos. Trouxemos os riscos que cercam esses usos e as consequências para as mulheres que usam e as que não se utilizam desses métodos, além disso, a reprodução dos estereótipos retroalimenta um cenário ambíguo para esses sujeitos, na política institucional, marcado pelas relações de gênero.

Ao mesmo tempo, os usos do gênero atendem a perspectivas relacionadas a marcadores sociais específicos, levando-se em consideração que essa estratégia costuma ser eficaz, quando nos referimos às mulheres cis, brancas e heterossexuais, que de alguma maneira atendem a determinados padrões postos na sociedade. Nessa perspectiva, a eleição de Maria Luíza representou um pouco desse modelo, tendo em vista o fato de ela ser uma mulher branca, de camada média e com formação acadêmica. Por mais que sua presença divergisse dos demais participantes, a candidata e, posteriormente, prefeita de Fortaleza foi a escolhida. Isso, não a isentou de críticas, tampouco das violências, mas pôde nos ajudar a compreender sua ascensão e vitória política.

Certamente, sua chegada ao Paço Municipal não se resume a essas características, mas se elas não foram centrais, também, não significaram dificuldades, visto que, em muitos critérios sociais, Maria Luíza atendia a padrões colocados para as mulheres. A intersecção de marcadores contribui para somar a violência política de gênero, compreendendo relações de raça, classe e sexualidade, para citar alguns. Mas, reforçamos o caráter de adição que há na interseccionalidade, porque, ao analisar a categoria de violência política de gênero, entendemos que o elemento central que provoca esses casos é o gênero.

Ademais, mulheres, na política, tornam-se mais vulneráveis, mesmo sabendo que esse ambiente pode ser violento, também, para os homens. Os números de assassinatos e retaliações, que ocorrem na política brasileira, são altos e acometem homens e mulheres de

diferentes espectros partidários. A negligência com os estudos de violência, na esfera política, foi advertida por Arendt (2019), que abordou esse tema demonstrando o desinteresse sobre a temática. Logo, quando relacionamos essa desatenção à violência política com o descuido para as relações de gênero, compreendemos os impactos para as mulheres que atuam nos espaços de poder.

A tolerância que há, muitas vezes, com casos de assédio, ameaças e insultos demonstra o ambiente hostil que cerca a cultura política brasileira e de outras regiões do globo. Essa naturalização da violência colaborou para perceber os espaços de poder como arenas, nas quais os participantes precisam duelar constantemente, valendo, por vezes, a lei do mais forte. Carvalho (1999) ressaltou a linguagem bélica, utilizada na política, e o quanto isso reproduz de violência nesses ambientes. A hostilidade atrela-se às questões de gênero, tornando o espaço político esse *não lugar* para as mulheres, vistas como forasteiras, elas foram/são postas à deriva, muitas vezes, no jogo político.

Maria Luíza foi retratada, em diversos momentos, como sendo essa figura externa, alheia ao movimento da política institucional, sendo reduzida à militante. A gestora foi colocada no *não lugar*, considerada inapta para o cargo, inexperiente e avessa ao diálogo, características atribuídas, frequentemente, a gestões de mulheres, independente do partido ao qual pertençam. O fato de a prefeita ter sido eleita pelo PT trouxe o ônus de pertencer a um partido de esquerda, recém-fundado, assim, muitas críticas que buscaram atingir o Partido, acabaram sendo direcionadas à gestora. De todo modo, Maria era colocada sob os olhares críticos da oposição e da mídia. Nesse sentido, foi preciso separar o que se caracterizou como violência política de gênero e do que fazia parte do jogo político, visto que a oposição fez/faz críticas a quem está no governo.

Algumas formas de apresentar a gestão de Maria Luíza, pela mídia e oposição, poderiam ter sido feitas se fossem homens à frente do Paço Municipal, mas evidenciamos a questão da intensidade que se deu a certas notícias e falas feitas pelos opositores, corroborando para debater sob a perspectiva de gênero e a violência simbólica/semiótica. Além do uso de termos que são associados às administrações femininas, como: autoritária, incompetente e manipulável. É certo que essas características não se resumem às mulheres, mas elas são retratadas com frequência, na mídia, com esses atributos que desqualificam suas atuações nos espaços de poder.

Todos esses fatores nos fizeram perceber a face oculta que existe em muitas situações de violência, visto que há certa dificuldade em reconhecer esse tipo de ação, muitas vezes, devido à naturalização e à incorporação desse modelo hostil ao campo político. Buscando reconhecer os diversos tipos de violência, a categoria ganhou forma, nas últimas décadas, ao conseguir identificar as experiências de assédio, ameaças e outros, assim, as mulheres na política institucional compreenderam que não era algo natural, tampouco vinculado ao campo político, portanto, elas estavam sendo vitimadas no espaço de atuação parlamentar por serem mulheres.

Reivindicações e diferentes manifestações foram feitas por movimentos de mulheres e feministas, que cobraram medidas que lhes garantissem a proteção ao fazer política. A conquista de leis elaboradas com o intuito de prevenir, punir e erradicar a violência política de gênero surgiu nessa esteira e observamos que sua eficácia, ainda, carece de ajustes, mas elas tornaram-se importantes agentes no combate e prevenção. No Brasil, a Lei nº 14.192 de 2021 funciona como um avanço, apesar das limitações demonstradas no texto, o dispositivo sugere debate e uma mudança na cultura política.

Além disso, o diálogo das normativas contribuiu para discutir as relações internas partidárias, desde a elaboração da Lei de cotas (Lei nº 9.504/1997), que definiu 30% de vagas para as mulheres em campanhas eleitorais. Os partidos políticos são agentes ativos, na execução dessa legislação e, muitas vezes, esse espaço partidário torna-se tão hostil quanto a oposição. Na gestão de Maria Luíza, em certos momentos, o partido e/ou a direção partidária foi responsável por reproduzir estereótipos e falas que desfavoreceram sua administração, deixando-a isolada no campo político ou buscando minar sua autoridade na prefeitura.

Ao naturalizar as violências, os partidos passam a ser espaços de disputas para esses sujeitos, que buscam financiamento para suas campanhas, indicações para concorrer e apoio político dos líderes partidários, que são homens na maioria das vezes. Reconhecemos as dificuldades nesse processo, apesar de ter acontecido diferente no caso de Maria Luíza, que foi escolhida, pelo PT, por ter maior capital político, visto que ela vinha do segundo mandato de deputada estadual, pelo MDB, além da forte atuação em movimentos sociais de Fortaleza. A candidata apresentou-se como alguém viável, mesmo diante do baixo orçamento de campanha e das condicionalidades que cercaram o pleito eleitoral, demonstrados ao longo da pesquisa.

Ainda assim, sua escolha gerou suspeição e, depois de eleita, a gestora lidou com críticas constantes que vinham do próprio partido e de colegas partidários. Todo o desgaste que envolveu sua administração culminou em sua expulsão do PT junto com o “Grupo da Maria”, que ajudou a compor a APF. A saída de Maria Luíza foi resultado dos inúmeros embates que foram travados, ao longo da gestão, as insatisfações com trocas de secretariado, tomadas de decisão sem consulta prévia à base partidária, o escândalo no “Caso dos Coronéis” e na Pré-Convenção do PT, tornaram-se combustível para inflamar o conflito. A decisão tomada pela Executiva Regional e ratificada pela Direção Nacional, encerrou a trajetória política de Maria no PT.

Porém, a saída do partido não minou sua força política, a ex-prefeita foi eleita deputada federal, pelo PSB, em 1990, demonstrando seu capital político e apoio popular. Apesar desse feito, posteriormente, Maria Luíza optou por romper com a política institucional, junto a Jorge Paiva, Rosa da Fonseca e Célia Zanetti, a ex-prefeita fundou o grupo Crítica Radical, que vem atuando contra o capitalismo e o modelo político partidário adotado nesse sistema. O grupo apresenta-se como um movimento pela emancipação humana e ambiental e realiza atividades/ações dialogando com a crise climática e do capital.

Com mais de 30 anos de atuação, o Crítica Radical representa, em 2024, a vivência política de Maria Luíza. A ex-prefeita manifestou-se sobre sua prática, durante um discurso na Câmara dos Deputados, em que recebeu o Diploma Carlota Pereira de Queiroz, em 2023. “Mulheres não percamos essa oportunidade. A problemática global da crise diz que a história do capitalismo chegou ao fim e encontra sua expressão na questão feminina. O mundo do macho colapsou”. O trecho do discurso dialoga com posicionamentos que ela teve ao longo de sua trajetória política. Todavia, Maria Luíza não usa o termo feminista, conforme disposto na pesquisa, a ex-gestora acredita na emancipação humana, que, conseqüentemente, abarcaria as mulheres nesse processo.

Maria Luíza é uma personalidade da cidade de Fortaleza, do Ceará e do Brasil, sua gestão à frente da Prefeitura nos permitiu acessar uma complexidade de fatos, que culminaram no entendimento da categoria violência política de gênero e do que representa administrações de mulheres, sejam elas dos mais variados espectros políticos. Além disso, compreendemos os entraves que cercaram uma gestão feminina, os embates travados com a oposição, com o próprio partido e com a mídia. Os erros foram evidenciados e os acertos, muitas vezes, negligenciados. Diante disso, sabemos que nem toda narrativa se caracteriza

enquanto violência, mas, ao longo do texto, evidenciamos o quão imperceptível podem ser as expressões dessa ação, ao passo que ela pode ter sua face mais brutal.

Seja de forma branda ou ofensiva, a violência política de gênero representa um risco às democracias e à participação política de mulheres nas mais diferentes regiões do globo. Essa pesquisa, portanto, buscou debater a categoria, na perspectiva historiográfica, demonstrando suas variadas facetas e ampliando a discussão, entretanto, ainda, há muito por se discutir em pesquisas futuras, mas esse texto procurou contribuir para a promoção do diálogo em torno da categoria e das experiências reais, que são as responsáveis por tornar tangível o fenômeno e que precisam ser analisadas sob a perspectiva de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago. **História**, 2ª série, VI (2002), pp. 443-469.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. Cabra macho, sim senhor!: identidade regional e identidade de gênero no Nordeste. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá - MT, v. 01, n. 01, p. 25-39, 2000.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. – 1.ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011.
- ARAÚJO, Ciro Alcântara. **A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979-1989)**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Sergipe, 2017. 101f.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, nº 24, p.193-215, jun. 2005.
- ARENDETT, Hannah. **Sobre a violência**. 10º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- ASSUNÇÃO, Moacir. Em menos de 30 anos, 72 políticos foram mortos no Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 25 de novembro de 2012. Disponível em: [Em menos de 30 anos, 72 políticos foram mortos no Brasil - CartaCapital](#)
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021. Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.2, p.501-517, maio./ago., 2005.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.
- _____. Ritual e símbolo na política. **Cadernos CERU**, UFC, série 2, nº 7, p.9-35, 1996.
- _____. Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 3, p.441-468, 1993.
- BARROS, Angerlânia da Costa. Favelas em Fortaleza e movimentos sociais: o reflexo do déficit de moradias (1979-1982). **Anais - Anpuh-Brasil**, 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, p. 1-15, 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. Volume 1. 3 ed. Rio de Janeiro - RJ- Brasil: Nova Fronteira, 2016.

bell hooks. **E eu não sou uma mulher**. E eu não sou uma mulher? [recurso eletrônico]: mulheres negras e feminismo / bell hooks; tradução Bhuvi Libanio. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. recurso digital.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) USP. 2002.

BERG, Oscar Augusto; BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva; CARDOSO, Suliane. Entre Arena e MDB: análise das trajetórias dos remanescentes do Partido Libertador frente à ruptura democrática de 1964. **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 473-494, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7132>

BETTELHEIM, Charles; LINHART, Robert. Sobre o Marxismo e o Leninismo. Debate com Charles Bettelheim e Robert Linhart. Tradução de Danilo Enrico Martuscelli. **Práxis e Hegemonia Popular**, São Paulo, v. 6, n° 9, p.226-251, 2021.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.34, n° 100, p. 1-27, 2019.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Do poder popular ao modo petista de governar**: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06102014-105726/>

BIROLI, Flávia. **O público e o privado**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. [recurso digital].

BIROLI, Flávia. **Perfil das prefeitas no Brasil**: mandato 2017-2020. [recurso eletrônico] Instituto Alziras (Org.). Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018. 137p.

_____. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 6, p.71-98, jul./dez. 2011.

_____. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n° 34, p.269-299, janeiro-junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. - 11° ed. - Rio de Janeiro 160p. tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989. 314p.

BRAGA NETO, Aristides. **Epopéia no Ceará**: a vitória espetacular com Maria Luíza em 1985. Fortaleza: Quantempo Edições, 2021. 164f.

BRASIL. (Constituição de 1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. (Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932). **Código eleitoral de 1932**. Poder Executivo, Brasília, 2004.

BRASIL. Lei nº. 7.332 de julho de 1985. Dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, julho de 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17332.htm

BRASIL. Lei nº 14.192. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Diário Oficial da União, Brasília-DF, agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm

BRASIL. Lei nº 9.504. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília-DF, setembro de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 13. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1227>

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>

BRILHANTE, Matilde de Lima. **Um passado em traços**: charge e a produção de sentidos sobre a “administração popular” de Fortaleza (1985-1988). Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza-UECE, 2011. 173f.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismos e subversão da identidade. 15ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABRAL NETO, Antônio. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol.2, n.2, p. 287-312, 1997.

CALIXTO, Francisco José Silva. **Memória e narrativa**: a história da educação na Administração Popular de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Educação), UECE, Fortaleza, 2002. 115f.

CAPDEVILA, L. .; ROCHA, S. R. S. .; PEDRO, J. M. . Resistência Civil e Jogos de Gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980). **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 160–191, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203>.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transcrição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CARVALHO, Carlos Alberto. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea- Revista de Comunicação e Cultura**, UFBA, vol.7, nº 2, p.1-15, 2009.

CASTEL, D. C. Karen Elena; PASE, Hemerson Luiz. Voto de protesto? Sobre a desconfiança do cidadão brasileiro na política. **Anais (XII Encontro de Pós-Graduação)**, Pelotas, UFPEL, 2011.

CEPAL. Estratégia de Montevideu para a implementação da agenda Regional de Gênero no âmbito do desenvolvimento sustentável até 2030. **XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe**, Uruguai, 2016. Nações Unidas, 2017.

COBO, Rosa. Democracia paritaria y sujeto político feminista. **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, v. 36, p.29-44, 2002.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 260-285.

COSTA, C. L. O sujeito nos feminismos: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, 2002. pp.59-90. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu>

DANTAS, Fernanda Argolo. “**Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar**”: as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade), Salvador, UFBA, 2019. 271f.

DATAFOLHA. Eleitor de Bolsonaro desconfia das urnas, defende armas e vê otimismo na economia. Instituto de Pesquisa Datafolha, pesquisa de opinião pública. 31/05/2022.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/datafolha-eleitor-de-bolsonaro-se-vacinou-menos-contracovid-e-desconfia-das-urnas.shtml#:~:text=O%20eleitor%20de%20Bolsonaro%20%C3%A9,anos%2C%20o%20oposto%20de%20Lula>.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC/São Paulo, 2007. 255f.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória**: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

ELA. Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA) (2018). Violencia política contra las mujeres. Experiencias en primera persona. Buenos Aires: ELA. Extraído de <http://www.ela.org.ar/a2/index.cfm?muestra&aplicacion=APP187&cnl=15&opc=49&codcontenido=3242&plcontempl=43>

FARIA, Luiz Augusto Estrella. A administração Popular em Porto Alegre: uma experiência alternativa de reforma do Estado na América Latina. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.6, nº 2, p.51-83, jul./dez. 2002.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, 1996. 79f.

FREIRE, Vitória Chérída Freire. **Maria Luiza Fontenele**: Educação e Inserção Política. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2017) Universidade Estadual do Ceará, 2017. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83316>

FREITAS, Marisa Helena D' Arbo Alves de. GALVÃO JÚNIOR, Roberto Faleiros. (orgs). **Estudos contemporâneos de vitimologia**. –São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2011. 159 p.

FROTA, Maria Helena de Paula; SILVA, Maria Hermenegilda. Organização das mulheres no Ceará: a trajetória do conselho cearense de direitos da mulher-CCDM na viabilização de políticas para as mulheres. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. UECE, v. 04, nº 14, p.201-226, 2015.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A esquerda católica e a Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2007.

GODINHO, Tatau *et al.* **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. O PT e o feminismo. In: GODINHO, Tatau *et al.* **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p.15-32.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, nº 2, p.65-80, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. In: **A invenção do trabalhismo**. GOMES, A.C.3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.211-236.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Tradução de Selvino José Assmann. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**. Florianópolis, vol.4, n.1, jan./jun.2007.

HABERMAS, Jürgen. **Sociologia**. Tradução de Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1980. 118p.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In. SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.103-133.

HARTOG, François. Experiências do Tempo: da História Universal à História Global. **História, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. P. 164-178.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v.26, n.1, p. 61-73, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado**. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza, UFC, 2015. 354f.

JUANA Quispe: crônica de un asesinato anunciado. **Correo del Sur**, Sucre, 15 de setembro de 2019. Disponível em: [Juana Quispe, crônica de un asesinato anunciado](#)

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura - Uma parceria inusitada. **Gênero**. Niterói. v.14, n.2, p. 105-124, 1.sem.2014.

KECK, ME. PT – **A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248p.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. 560p.

_____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2012. 368p.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Gender and political violence in Latin America: concepts, debates and solutions. **Política y gobierno**. v. XXIII · n. 1. I semestre 2016. pp. 125-157.

LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. In: LACAN, Jacques. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.9-53, 2005.

LAENA, Roberta. **Fictícias**: candidaturas de mulheres e violência política de gênero. Fortaleza: Editora Radiadora, 2020. 360p.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). **Revista brasileira de história**, v. 17, n. 33, p. 238-250, 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**. Coleção Selo Universidade, 1995.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001, p. 79-234.

MACHADO, Rosana Pinheiro; SCALCO, Lucia Mary. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: **O ódio como política** [recurso eletrônico]: a reinvenção da direita no Brasil / Miguel, Luis Felipe ... [et al.]; organização Esther Solano Gallego; [ilustração Laerte, Luiz Gê, Gilberto Maringoni]. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p.61-68.

MALTA, M. J. M; FONSECA, L. N. M. O Chile em perspectiva: o primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet e as projeções e desafios para o segundo mandato. **Anais**. XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio de Janeiro, agosto de 2014. pp.1-13. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais> .

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais** (Museu Paulista), São Paulo, v.13, nº 1, p.133-174, jan./jun. 2005.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v.17, nº 48, p.151-167, 2003.

MARTINS, Eneida Valarini. **A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino. **Verbete**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/verbetes/primeira-republica>.

MENEZES, Cynara. Os novos cearenses: uma comuna na região metropolitana de Fortaleza. **Blog Socialista Morena**. 17 de set. 2017. Disponível em: Os novos cearenses: uma comuna na região metropolitana de Fortaleza - Socialista Morena.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O corpo como a expressão e a fala. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 237-270.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis, 2259 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIRANDA, Geralda Luiza. Os partidos trabalhistas no sistema multipartidário: um estudo comparado das trajetórias do PTB (1945-1964) e do PT (1980-2002). **EM TESE**, v. 4, nº 2, p.37-66, jan./jul. 2008.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, São Paulo, nº 28, p.101-128, janeiro-junho de 2007.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: São Paulo, vol. 23, nº66, pp.11-43, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa**. (Mestrado) Universidade de São Paulo, 2009.

MULHERES brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Pesquisa de opinião pública, **Fundação Perseu Abramo e SESC**, 2010.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 47, nº1, p.85-129, 2004.

OLIVEIRA, Pablo Gatt Albuquerque. **A herança original**: as consequências do pecado de Adão e Eva para a condição humana de acordo com a Summa Theologiae (1273) de Tomás de Aquino. Dissertação (Mestrado em História). São Luís, UFMA, 2019. 165f.

ONU. Prevenção e enfrentamento da violência política contra as mulheres: experiências e boas-práticas na América Latina. Newsletter 03. **ONU Mulheres e Gênero e Número**, 2021. 21p. Disponível em:

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/06/OnuMulheres_VPCM_NEWSLETTER-03_v09062021.pdf

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. **Partido Revolucionário Comunista (PRC)**: trajetória e contribuições para o PT. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132387>

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. São Paulo: PAGU/UNICAMP, 2008. [recurso eletrônico].

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

PERFIL das Prefeitas eleitas no Brasil: mandato 2017-2020. **Instituto Alziras**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://preefeitas.institutoalziras.org.br/>

PERSSON, Janaina Negreiros. Os discursos sobre gênero das deputadas ultraconservadoras bolsonaristas. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, 21 (1), p.104 -126, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35956/v.21.n1.2021.p.104-126>.

PIMENTEL, Silvia. Apresentação. In: **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher-CEDAW**, 1979. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.28, n.2, p.1-14, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 13-33, abr.1997.

_____. O que faz a história oral diferente? **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

_____. “A filosofia e os fatos”. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRADO, M. L., & FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. In C. B.Pinsky, & J. M.Pedro (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto. p. 194-217.

QUEM sou eu? Apresentação. **Blog Crítica Radical**. Março de 2007. Disponível em: <http://criticaradical.blogspot.com/>

RAMOS, Margarita D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 53-73, janeiro-abril/2012.

REIS, Bruno. Capital Social e confiança: questões de teoria e método. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, vol. - nº21, p.35-49, 2003.

ROCHA, C. C. T; BASTOS, A. T; CAVALCANTE, M. M. S. Educação e luta estudantil pós anos 1960 no Brasil: narrativas de Jorge Romeu Paiva. In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Fortaleza, **Anais**. [...]. Fortaleza: UFC, 2017, p. 1-11. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais>

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu editoras, 2017. 114 p.

SÁNCHEZ, Félix Ruíz. Modo petista de governar - apontamentos para um debate sobre o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.2, 1997, p.101-110.

SANTAELLA, Lucia. Epistemologia semiótica. **Cognitio**, São Paulo, v.9, nº 1, p.93-110, jan./jun. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 14-23, set/dez 2016.

SANTOS, Márcio Soares dos. **A viúva Porcina como paradigma de protagonista na dramaturgia televisual brasileira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo, UNIP, 2011. 103f.

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, 12 (2) 264, maio/agosto de 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Os fascismos. In: REIS FILHO, D. A. *et al.* **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.111-164.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**, nº 88, São Paulo, p.89-111, nov. 2010.

SOUZA, Renata. Femicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. UFBA, vol. 06, nº 02, p.119-133, 2020.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônicas de um partido não anunciado**: programas e governos do PT entre 1979-2000. Tese. Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas. 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, n.26 (1), p.83-94, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

SCOTT, Joan W. Outras reflexões sobre gênero e política. **Crítica Histórica**, Maceió, vol. 10, n.19, p. 10-38, 2019.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.218-237.

_____. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Educação Brasileira**. n.15, dez.2000.

TABAK, Fanny. **A Década da Mulher Como Forma de Participação e Pressão Política-Avaliação e Balanço**. PUC, 1985. 15p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. COLLING, Ana Maria. Os Direitos Humanos e a questão de Gênero. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, 2014, p. 33-57.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em História e Antropologia. **Revista História Oral**, v.15, n.2, p. 125-139, jul./dez.2012.

VERBETE. **Aliança Renovadora Nacional**. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico>.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação. In: **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em:
https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 09, n.02, 2001. p.460 - 482.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. In: Cristina Scheibe Wolff (Org.) **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul** – 1.ed. - Curitiba: Brazil Publishing, 2021. [recurso eletrônico]. p. 229-242.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: um debate. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.